



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DENIZAR AMORIM AZEVEDO**

**RAYMOND ARON E OS ESTUDOS EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS NA UNB**

**CAMPINAS  
2018**

**DENIZAR AMORIM AZEVEDO**

**RAYMOND ARON E OS ESTUDOS EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS NA UNB**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Faculdade de Educação  
da Universidade Estadual de Campinas  
para obtenção do título de Mestre em  
Educação na área de Educação.

**Orientador: Dr. Antonio Carlos Dias Júnior**

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO  
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO  
ALUNO DENIZAR AMORIM AZEVEDO. ORIENTADO  
PELO PROF. DR. ANTONIO CARLOS DIAS JÚNIOR

## Ficha catalográfica

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2016/06897-0

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Azevedo, Denizar Amorim, 1988-  
Az25r Raymond Aron e os estudos em relações internacionais na UnB /  
Denizar Amorim Azevedo. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Antonio Carlos Dias Júnior.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,  
Faculdade de Educação.

1. Aron, Raymond, 1905-1983. 2. Relações internacionais. 3. Campo  
acadêmico. 4. Intelectuais. 5. Sociologia. I. Dias Júnior, Antonio Carlos, 1977-. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

### Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Raymond Aron and the studies on international relations at UnB

**Palavras-chave em inglês:**

Aron, Raymond, 1905-1983

International relations

Academic field

Intellctuals

Sociology

**Área de concentração:** Educação

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:**

Antonio Carlos Dias Júnior [Orientador]

Helena Maria Sant'Ana Sampaio Andrery

Shiguenoli Miyamoto

**Data de defesa:** 23-04-2018

**Programa de Pós-Graduação:** Educação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**RAYMOND ARON E OS ESTUDOS EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS NA UNB**

**Autor:** DENIZAR AMORIM AZEVEDO

**COMISSÃO JULGADORA:**

ANTONIO CARLOS DIAS JÚNIOR

HELENA MARIA SANT'ANA SAMPAIO  
ANDERY

SHIGUENOLI MIYAMOTO

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

**2018**

***Para Lidiana Garcia***

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço aos professores da Faculdade de Educação da Unicamp: Gabriela Guarnieri de Campos Tebet, Maurício Érnica, Alexandro Henrique Paixão e Helena Altmann pelos incentivos e estímulos ao longo das disciplinas da Pós-graduação em Educação, pois contribuíram para a realização da pesquisa. Agradeço também aos colegas tanto do Grupo de Estudos sobre Educação, Instituições e Desigualdade (FOCUS) quanto do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPPES) pelas reflexões.

Agradeço aos professores da Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB): Eiiti Sato, Norma Breda dos Santos e Danielly Silva Ramos Becard tanto pela recepção em Brasília (DF) quanto pelos diálogos críticos acerca dos estudos em relações internacionais. Agradeço aos diplomatas Paulo Roberto de Almeida – então diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IPRI), vinculado à Fundação Alexandre Gusmão (Funag), do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) –, e ao jurista Celso Lafer, assim como ao cientista político Vamireh Chacon pelo entusiasmo em dialogar sobre Raymond Aron. E agradeço especialmente à professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa, pela colaboração ao longo da pesquisa de mestrado.

Agradeço aos professores Eduardo Barros Mariutti, do Instituto de Economia da Unicamp e do Programa Interinstitucional (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas; e à professora Ana Maria Fonseca Almeida, da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp pela participação no exame de qualificação, cujas observações contribuíram significativamente para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado. Agradeço também aos professores Shiguenoli Miyamoto, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, e

à professora Helena Sampaio, da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp, pela participação na banca defesa de mestrado. E agradeço ao meu amigo e orientador, professor Antonio Carlos Dias Junior, pela confiança.

À Fapesp, nº do processo: 2016/06897-0, os meus agradecimentos pela bolsa de pesquisa do Mestrado.

Para a minha companheira Lidiana Garcia, todo o meu amor e admiração.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a influência do pensamento de Raymond Aron (1905-1983) no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), mediante a análise das teses e dissertações defendidas neste Programa entre 1987 a 2016. Além deste objetivo primário, buscou-se compreender as relações de Aron com alguns intelectuais brasileiros e a atualidade de seu pensamento no campo das Relações Internacionais no país.

**Palavras chaves:** Raymond Aron (1905-1983); Relações Internacionais; Campo Acadêmico; Sociologia dos Intelectuais.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the influence of Raymond Aron's thinking (1905-1983) on the Postgraduate Program in International Relations of the University of Brasília (UnB), through the analysis of theses and dissertations defended in this Program between 1987 and 2016. Besides this primary objective, the work seeks to understand the relations of Aron with some Brazilian intellectuals and the actuality of his thought in the field of International Relations in the country.

**Keywords:** Raymond Aron (1905-1983); International Relations; Academic Field; Sociology of Intellectuals.

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Visita de Raymond Aron ao Brasil em 1962 .....	69
Tabela 2: Tópicos para o encontro entre Goulart e Kennedy (1962) .....	77
Tabela 3: Curso de introdução às Relações Internacionais a distância na UnB .....	130
Tabela 4: Surgimento geral dos novos cursos de graduação presencial em relações internacionais (1995-2017).....	139
Tabela 5: Obras básicas para graduação em relações internacionais no Brasil.....	143
Tabela 6: Pós-Graduação em Relações Internacionais e Avaliação Capes (2013-2016).....	149
Tabela 7. Teses e dissertações na Pós-Graduação em Relações Internacionais.....	154
Tabela 8: Principais obras de Amado Luiz Cervo .....	168
Tabela 9: Raymond Aron nas teses e dissertações em relações internacionais da UnB .....	201

## **Lista de Ilustrações**

Ilustração 1: Raymond Aron em Brasília (1980).....	83
Ilustração 2: Raymond Aron na UnB (1980).....	89
Ilustração 3: Raymond Aron e Família Mesquita (1980).....	95

## Lista de Figuras

Figura 1: Artigos de Raymond Aron publicados no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> .....	61
Figura 2: Diplomatas em Programas de Pós-graduação no exterior (temas) .....	111
Figura 3: Temas das conferências realizadas no Instituto Rio Branco (1940-1980) .....	112
Figura 4: Crescimento da Graduação em Relações Internacionais.....	138
Figura 5: Surgimento dos cursos de Graduação de Relações Internacionais (ao ano) em instituições de ensino superior público e privado. ....	140
Figura 6: Dissertações: relação dos temas com os autores .....	197
Figura 7: Teses: relação dos temas com os autores.....	200

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	14
<b>Capítulo I: Raymond Aron</b> .....	18
1.1. Os estudos em relações internacionais de Raymond Aron.....	28
1.2. Raymond Aron e os intelectuais brasileiros .....	59
1.3. A visita de Raymond Aron ao Brasil em 1962 .....	65
1.4. A visita de Raymond Aron ao Brasil em 1980 .....	81
<b>Capítulo II: O estudo e ensino em relações internacionais</b> .....	96
2.1. O estudo em relações internacionais e os Estados nacionais.....	97
2.2. O estudo em relações internacionais no Brasil.....	104
2.3. O ensino em relações internacionais no Brasil .....	117
2.4. O crescimento de ensino em relações internacionais no Brasil.....	136
<b>Capítulo III. A Pós-Graduação em relações internacionais no Brasil</b> .....	146
3.1. O desenvolvimento de Pós-Graduação em Relações Internacionais.....	147
3.2. A produção de conhecimento em Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais.....	154
<b>Capítulo IV: O Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB</b> .....	165
4.1. A Escola de Brasília em relações internacionais.....	166
4.2. Os estudos de Amado Luiz Cervo em relações internacionais.....	169
<b>Capítulo V: Raymond Aron e os estudos em relações internacionais da UnB</b> .....	194
5.1. Perfil temático e teórico das pesquisas em relações internacionais .....	195
5.2. Referências ao Raymond Aron nas pesquisas analisadas .....	201
5.3. A posição de Raymond Aron nos estudos em relações internacionais.....	233
<b>Considerações Finais</b> .....	243
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	251
<b>APÊNDICE</b> .....	282

## Introdução

O presente estudo visa reconstruir parte da trajetória intelectual e política do filósofo, sociólogo e cientista político Raymond Aron (1905-1983) no que diz respeito à sua relação com o Brasil, em especial no âmbito dos estudos em relações internacionais. A nossa hipótese inicial de pesquisa era a de que a relação de Aron com alguns intelectuais e diplomatas brasileiros havia influenciado a produção de conhecimento no âmbito do pioneiro Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB (PPGRI-UnB). Daí o intuito de analisar as teses e dissertações defendidas no PPGRI-UnB entre 1986 e 2017 para verificar tal influência. Contudo, apesar de Aron ter realizado duas visitas à UnB, uma em 1962 e outra em 1980, de ter escrito obras seminais sobre o tema das RI e de ter participado do círculo intelectual dos diplomatas no Itamaraty, os resultados da pesquisa, como veremos, mostraram que o seu pensamento no PPGRI-UnB foi incorporado apenas na qualidade de autor pertencente à área de conhecimento e estudos gerais das relações internacionais, sem a centralidade epistemológica que imaginávamos.

Um dos pensadores mais influentes na França do Pós-Segunda Guerra Mundial, Aron teve sua trajetória intelectual marcada pelo engajamento político a favor das democracias liberais, como os EUA e a Inglaterra, além de ter sido crítico tanto das sociedades totalitárias, a exemplo da URSS, quanto dos intelectuais que as defendiam, como era o caso da maioria dos pensadores franceses de sua época. Suas reflexões sobre as RI, com efeito, são indissociáveis de sua atuação como intelectual e jornalista e da crítica aos regimes políticos de sua época.

Tendo este panorama de questões em vista, buscamos trazer à baila na pesquisa tanto os aspectos concernentes à produção intelectual de Aron, especificamente sua sociologia das relações internacionais, como a discussão maior do campo das relações internacionais em seus contornos e desenvolvimentos conceituais e históricos, isso em nível internacional e nacional - com especial ênfase no PPGRI-UnB. Os resultados que buscamos alcançar, com efeito, situam-se na esfera das relações dos intelectuais com a gênese e consolidação de um *campo* (em seu sentido bourdesiano) acadêmico em específico.

No primeiro capítulo da pesquisa buscamos analisar os principais conceitos sociológicos elaborados por Aron sobre as relações internacionais, como os de *soldado*, *diplomata*, *heterogeneidade* e *homogeneidade*. Ao apresentar tais conceitos - além de alguns apontamentos biobibliográficos que pretendem situar o leitor na vida e obra do autor, reconstruímos o percurso realizado por Aron na construção de sua sociologia das relações internacionais. Ainda no primeiro capítulo estão contidas as discussões sobre a relação de Raymond Aron com os intelectuais brasileiros, a exemplo de Júlio de Mesquita (1892-1969), Roberto Campos (1917-2001) e José Guilherme Merquior (1941-1991), bem como o contexto das duas visitas do autor ao Brasil.

Ao longo do segundo capítulo, apresentamos os contornos histórico-epistemológicos do campo de estudo das relações internacionais, com especial ênfase para o desenvolvimento da área no Brasil como saber universitário consolidado, isto é, do vínculo inextricável com o Itamaraty e o Instituto Rio Branco, passando pelo contexto social e político que permitiu a constituição do curso pioneiro de graduação em RI oferecido pela UnB na década de 1970 até

a sua configuração atual, cuja expansão se deu no bojo das políticas federais dos anos 2000, com expressiva participação do setor privado.

O terceiro capítulo aborda especificamente a pós-graduação em relações internacionais no Brasil, que também emerge com maior força no país a partir dos anos 2000 com os editais do Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais (2002-2007), publicado pela CAPES e MEC, e do Programa Renato Archer de Apoio à Pesquisa em Relações Internacionais, publicado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério das Relações Exteriores. Buscou-se traçar um panorama geral e temático das investigações e a maneira pela qual são realizadas as pesquisas nos programas de pós-graduação em relações internacionais.

O quarto capítulo da pesquisa é dedicado ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UnB. Os estudos em relações internacionais naquela universidade se iniciaram a partir do Programa de Pós-Graduação História, que teve início em 1976, no qual estava contida a área de concentração e a linha de pesquisa História das Relações Internacionais. Data desse período o início das atividades de Amado Luiz Cervo (1941-), que nos anos subsequentes se tornaria a principal figura da chamada Escola de Brasília de relações internacionais, à qual nos deteremos em seus principais traços teóricos e metodológicos.

No quinto e último capítulo realizamos a análise das dissertações e teses apresentadas entre 1987-2016 no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB. Como veremos, o pensamento de Raymond Aron apareceu nas teses e nas dissertações preferencialmente à guisa de revisão bibliográfica das escolas do pensamento das relações internacionais,

como o realismo (na qual Aron se insere), idealismo, neo-realismo e construtivismo. A principal tendência das pesquisas analisadas foi a utilização de teóricos anglo-americanos para se compreender os objetos investigados, tanto nas teses quanto nas dissertações do PPGRI-UnB.

Nas conclusões apontaremos a importância do pensamento de Raymond Aron nos estudos em relações internacionais no PPGRI-UnB na qualidade de autor clássico, em conjunto aos demais cânones das relações internacionais que participaram da trajetória de construção intelectual dos estudos em relações internacionais no século XX. No apêndice, oferecemos uma entrevista realizada com o diplomata Paulo Roberto de Almeida a respeito da influência de Raymond Aron em sua formação intelectual, bem como a importância do autor no campo das RI.

## Capítulo I: Raymond Aron

O filósofo, sociólogo e jornalista francês Raymond Aron (1905-1983) foi, indubitavelmente, uma das figuras intelectuais mais importantes do século XX não somente na França, mas em todo o mundo ocidental. Sua produção teórica abrange diversas áreas do conhecimento, como filosofia, sociologia, história, ciência política, história das ideias e relações internacionais.

Depois de realizar seus estudos na *École Normale Supérieure* (1924-1928) Aron foi professor na Universidade de Colônia (1930) e na Casa Acadêmica de Berlim (1931-1933). Em 1933 Aron, que tinha origem judaica, volta à França ao pressentir os perigos que envolviam o movimento Nacional-Socialista, assim como o clima de revolta que reinava na Alemanha. Ao retornar, Aron publica a obra *Introduction à la philosophie de l'histoire* (1938), fruto do seu doutorado em Filosofia.

O tema da guerra e da paz marcou profundamente a vida e obra de Raymond Aron. Além das obras que serão comentadas a seguir, vale lembrar das experiências do autor com os principais eventos históricos ocorridos ao longo do século XX, que cobrem desde a ascensão de Hitler e a ocupação nazista na França até as ações da URSS na Europa Oriental ao longo do Pós-Segunda Guerra.

Durante sua viagem à Alemanha, Aron presenciou o início das modificações realizadas pelo regime nazista, ao observar que “três meses após a chegada de Hitler à chancelaria, os trabalhadores, os funcionários desfilaram com a cruz gamada” do partido nazista – evento que lhe causou espanto ao constatar que “meses atrás desfilavam sob as bandeiras vermelhas, com ou

sem foice e martelo” (ARON, 1983, pp. 80-81). De certa forma, o ambiente observado revela a intensidade da polarização que a Alemanha vivenciava às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

O autor narra, ainda, a ocasião em que, durante um passeio de trem, uma senhora lhe confidenciou que “não gostava da palavra de ordem hitlerista kirche, küche, kinder (igreja, cozinha, crianças)”. Na ocasião, Aron alegou: “o que mais me marcou, durante as primeiras semanas do regime, foi o caráter quase invisível dos grandes fatos da história”; ao aludir às mudanças graduais e sutis que a Alemanha vivenciava no período em questão. Se perguntando sobre as mudanças graduais que ocorriam de modo acentuado no período, Aron não deixou de tecer comentários aos socialistas e comunistas que atuavam às sombras de Stalin, tentando combater mais aos críticos do “que aos nazistas” (ARON, 1983, pp. 83-84).

Ao regressar da Alemanha, Aron até chegou a imaginar uma “aliança possível dos dois regimes totalitários”, mas descartou em seguida tal hipótese. No entanto, o autor reconheceu: “Enganei-me e compreendi em breve a lógica do ‘encontro das duas revoluções’”; ao remeter ao Pacto Nazi Soviético assinado um mês antes do início da Segunda Guerra Mundial. Aron lembrou: “entreguei-me, como a maioria dos franceses, ao ressentimento contra Stalin que, concomitantemente tornava a guerra inevitável e deixava-nos, a nós os democratas, todo o peso” da Europa. Ainda concomitante ao início dos conflitos, Aron seguiu para o alistamento militar, servindo em postos meteorológicos do Exército Francês (ARON, 1983, pp. 178-179).

Com a derrota do Exército da França e o início da ocupação alemã do território francês, Aron se viu na difícil tarefa de deixar a esposa e seguir para a

Inglaterra, a fim de ingressar no grupo de resistência francesa, que se mantinha sob os comandos de Charles de Gaulle. Com o avanço dos acontecimentos, o autor se deparou com o impasse de “ficar com [seu] destacamento” militar “até a provável desmobilização que se seguia ao armistício (...) e aguardar o curso dos acontecimentos” (o que acarretaria a sérios riscos para a sua própria vida, devido a sua condição de judeu) “ou então ganhar imediatamente a Inglaterra e engajar-[se] nas tropas do general de Gaulle” (ARON, 1983, p. 182).

Depois de conseguir uma carona, numa motocicleta de um soldado, Aron viajou cerca de 250 km de sua casa em Bourdeaux até o regimento militar em Toulouse, onde se desvinculou das obrigações militares e seguiu de trem até Paris, de modo que, durante a viagem, dormiu no vagão “que continha os valores da Bolsa de Paris”. A respeito da viagem até Paris, Aron se lembrou dos sentimentos que o cercavam:

Não levava comigo mais do que uma bolsa de lona, com os objetos de toalete, sabonete, um livro (creio) e experimentei um curioso sentimento de leveza. Que me importavam as coisas, os móveis, mesmo os livros, tudo isso se perdia ao longe. No desastre nacional, só sobrenadava o essencial - minha mulher, minha filha, meus amigos. Para esses vínculos, sobrava eu mesmo. Quanto ao mais, sua futilidade era revelada pela própria catástrofe (ARON, 1983, p. 182).

Seguindo para a Inglaterra a bordo do navio Etrick, Aron tomou conhecimento do armistício entre o chamado Governo Vichy e o III Reich. Em meio à pressão das mudanças que ocorriam na Europa e em seu país, Aron se deparou com um cidadão inglês que, ao tomar conhecimento de sua atuação acadêmica anterior aos conflitos, como professor de Filosofia na Universidade

de Toulouse, manifestou indignação ao vê-lo lavando pratos. À esposa, o cidadão inglês falou: “Eu te disse, durante anos, que com essa política imbecil” (referindo-se às ações da Inglaterra depois da Primeira Guerra Mundial) “iríamos perder tudo. Eis onde estamos vinte anos depois da vitória”. Na compreensão de Aron, “o professor universitário transformado em lavador de pratos tornou-se para ele”, cidadão inglês, “o símbolo da sociedade às avessas, da desgraça que os franceses e os ingleses havia atraído sobre as próprias cabeças” (ARON, 1983, p. 183).

Durante a estadia na Inglaterra, Aron teve encontros com diversos compatriotas, entre os quais, André Labarthe (1902-1967), que o conhecia devido à obra *Introduction à la Philosophie de l’Histoire* (1938). Desse encontro, originou-se o convite para participar do comitê editorial da revista, publicada na resistência, intitulada *La France Libre*. No entanto, o pedido foi aceito após longa e demorada reflexão, afinal, Aron se perguntava: “não deixara família na França para me enviar num abrigo (...), mas para cooperar com os que prosseguiram na luta”. E meditava: “A experiência humilhante da campanha da França continuava presente no meu espírito (...). Menino durante a Primeira Guerra, estava ainda suficientemente moço para participar fisicamente da Segunda”. Não obstante, Aron aceitou participar da revista, e, além dos editoriais, escreveu, no início de cada mês, crônicas sobre a participação da França nos conflitos (ARON, 1983, pp. 80-81).

Com o desenrolar do cenário da guerra, a revista *La France Libre* foi reconhecida por diversos intelectuais, a exemplo de Jean-Paul Sartre (1905-1980), que dizia que o periódico oferecia análises com “o aspecto mais ponderado e o mais calmo, o mais bem equilibrado”, e do historiador Richard

Cobb (1917-1996), que considerava o jornal “a única publicação francesa que poderia então ler, revista de cultura, sem propaganda, sem polêmicas excessivas” (ARON, 1983, p. 215).

Nesse período, além das atividades ligadas aos trabalhos editoriais, Aron construiu grandes relações de amizade com alguns intelectuais que estavam vivendo na Inglaterra, a exemplo do economista Lionel Robbins (1898-1984) e Friederich Hayek (1899-1992). Mas foram de Karl Mannheim (1893-1947) e Morris Ginsberg (1889-1970) que surgiram os convites para ministrar aulas na London School of Economics and Political Studies. O fim da Segunda Guerra Mundial não significou para Aron o retorno imediato ao universo acadêmico, tampouco o afastamento de polêmicas que envolviam tanto alguns intelectuais quanto personalidades políticas<sup>1</sup>.

No ano de 1955, de volta à França, Aron apresenta sua candidatura à Sorbonne; eleito, lá permanece até 1967, quando se transfere para VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*. Em 1970 é eleito para o *Collège de France*, onde permanece até a sua aposentadoria em 1978. Embora Raymond Aron tenha alcançado posições de destaque nas mais prestigiadas universidades francesas, inglesas e alemãs, sua atividade acadêmica se deu em paralelo ao exercício do jornalismo, destacando-se sua atuação de 30 anos no jornal francês *Le Figaro*, no qual escreveu de 1947 até 1977.

No cenário brasileiro, o pensamento do autor atrela-se, sobretudo, à sua consagrada obra *As Etapas do Pensamento Sociológico* (1967), apresentada

---

<sup>1</sup> Para um estudo em profundidade, tanto sobre a vida quanto a sociologia política de Raymond Aron, cf. *A sociologia política de Raymond Aron*, tese de doutorado do sociólogo Dias Junior (2013), disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280481>. Acesso em 01 de maio de 2017, às 23h52.

originalmente como cursos que Aron proferiu na Sorbonne na década de 1960, e que foi adotado mundo afora como uma espécie de livro introdutório ao pensamento dos autores analisados: Comte, Marx, Weber, Durkheim, Pareto, Montesquieu e Tocqueville.

Aron pode ser incluído ainda na lista dos “autores [que] foram apresentados com um forte viés ideológico para a geração de cientistas sociais que se formou na maioria das universidades brasileiras nas décadas de sessenta, setenta e oitenta do século passado”, e que “apresentavam teses que fugiam das leituras dogmáticas do paradigma marxista dominante no pensamento acadêmico” (DIAS JUNIOR, 2012, p. 11).

Segundo José Guilherme Merquior (1985) e Antonio Carlos Dias Junior (2013), o pensamento sociológico de Raymond Aron pode ser compreendido, em linhas gerais, como uma crítica ao sociologismo, segundo o qual o social se sobrepõe ao político. Aron realiza, nas palavras de Merquior, um resgate da política na análise sociológica, marca que pode ser percebida nos diversos domínios do conhecimento em que produziu,

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento de duas novas potências políticas, econômicas e militares, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), Raymond Aron atuou como um intelectual que defendeu os valores liberais das sociedades ocidentais, com “a posição firme em apoio à Aliança Ocidental em um momento em que a maioria dos intelectuais franceses ou favorecia o bloco soviético ou sonhava com uma ‘terceira via’ neutra”. (JUDT, 2014, pp. 202-203). A posição de Aron em relação à Aliança Ocidental parecia derivar de seus princípios liberais reformistas, segundo os quais se deve escolher, necessariamente,

entre reformar a sociedade, aprimorando suas instituições, ou revolucioná-la, alterando por completo suas estruturas (ARON, 1962, 1964, 1983).

Aron publicou três importantes livros sobre as sociedades modernas, que ele qualificava como industriais: *Dix-Huit leçons sur la société industrielle* (1962), *La lutte de classes - Nouvelles leçons sur la société industrielles* (1964) e *Democratie et Totalitarisme* (1966). Nessas obras, procura apreender a singularidade das ditas sociedades industriais, quais seriam seus traços característicos e suas especificidades, de maneira a poder contrapor as sociedades que considerava como democráticas (constitucionais pluralistas) às comunistas (totalitárias).

Para Aron, embora as sociedades consideradas democráticas diferissem das planejadas no nível político, seu traço característico seria comum: são sociedades onde a indústria e a grande indústria configuram as formas de produção mais características. Seguindo nessa direção, na análise de Dias Junior (2013), Aron buscou criticar a distinção que considerava opaca entre as sociedades capitalistas e as sociedades socialistas, pois ambas apresentariam características morfológicas similares, ou seja, fariam parte do mesmo tipo de sociedade, a moderna sociedade industrial.

Ainda de acordo com Dias Junior (2013), Aron procura apresentar os traços originais das sociedades industriais: a divisão social do trabalho, as distinções sociais dos grupos nos diferentes processos dessa divisão, e a pluralidade de interesses desses grupos na sociedade. Nesse sentido, os EUA e a ex-URSS pertenciam ao mesmo tipo de sociedade, a industrial. A distinção entre as duas superpotências estaria no âmbito das instituições políticas, o

primeiro, democráticas constitucionais pluralistas, e o segundo, comunistas totalitárias.

A especificidade das sociedades capitalistas e comunistas repousaria, com efeito, no exercício da política e na configuração do poder político: as primeiras assentadas na garantia das liberdades individuais, na liberdade das iniciativas econômicas, no pluralismo político-partidário, na competição dos partidos políticos em torno do poder político e na alternância do poder em regimes constitucionais pluralistas, independentemente das convicções político-ideológicas; e as últimas configuradas pelo totalitarismo, por sua vez caracterizado pela suspensão das liberdades individuais e dos partidos políticos, pela estatização da economia e dos modos de vida, pelo fim da alternância de grupos no poder político, pelo monopólio do poder, pelo absolutismo burocrático e pelo partido único de Estado, além das perseguições e encarceramento nos campos de concentrações dos dissidentes políticos (ARON, 1982, 1983).

Ainda no contexto político-histórico-ideológico do pós-guerra, Aron não poupou críticas aos intelectuais franceses que, conscientemente ou inconscientemente, fechavam os olhos para as violações das liberdades civis e políticas do regime soviético. Em sua obra *L' Opium des intellectuels* (1955) Aron estabelece crítica sistemática aos intelectuais que, como Jean-Paul Sartre (seu amigo de juventude na ENS), omitiam-se ou corroboravam as políticas do regime soviético, em especial seu aspecto totalitário e o tratamento opressor concedido aos dissidentes.

Aron frisou que a posição da *intelligentsia* francesa em face à nova configuração mundial do pós-guerra orientava-se pelo fenômeno que

qualificava como adesão aos mitos que orientavam as ações destes intelectuais, impedindo-lhes de compreender ou criticar com imparcialidade a conjuntura política circunstante. Aron, que dialogava com a intelectualidade parisiense seduzida por Marx (ARON, 1955), salienta que os mitos dos intelectuais são estruturados em quatro pilares, a saber: o mito da esquerda, tida como a única que é sensível sobre a propriedade, desdobramento e consequências do capitalismo na vida dos homens; o mito da revolução, apresentado como único caminho para superar as características perversas do modo de produção capitalista; o mito do proletariado, que seriam os atores destinados a serem protagonistas na revolução; e, finalmente, o mito da necessidade histórica, tida como fatalista aos homens, ao apontar que a história se movimenta em direção à revolução, independente de suas vontades (ARON, 1955, 1983)<sup>2</sup>.

Aron encontrou em Max Weber (cuja obra Aron foi um dos introdutores na França) a sua pátria intelectual. Publicou a obra *La Sociologie allemande contemporaine* (1935), que ainda hoje na França e alhures serve à guisa de leitura introdutória aos estudantes interessados na sociologia alemã. Aron também foi um leitor criativo de outros autores liberais, como Halévy, Tocqueville e Montesquieu, onde encontrou um conjunto sistemático de valores que podia estruturar e orientar sua ação, e que podia balizar suas escolhas, em especial as político-ideológicas. Para o autor, o pensamento liberal respeita o pluralismo das ideias e privilegia o empirismo na análise e na ação, representa

---

<sup>2</sup> Para a discussão aprofundada sobre as críticas de Raymond Aron à intelectualidade marxista parisiense, Cf. Dias Junior (2013).

o sistema mais apropriado de orientação política, pois apresenta ideias plausíveis para serem defendidas (ARON, 1983).

Karl Marx, contudo, pode ser apontado como o autor a quem Aron mais dedicou tempo e energia, seja nos cursos proferidos na Sorbonne e no Collège de France, seja a partir da tentativa sistemática de trazer à tona tanto o gênio criativo do autor quanto o uso – a seu juízo equivocado – que se fez do marxismo no século XX, em especial os marxismos parisienses e o marxismo-leninismo. Com efeito, da filosofia alemã da qual partiu (especialmente Kant), passando pela influência de Weber, Husserl, Heidegger, Maquiavel, Pareto, Montesquieu, Tocqueville e Clausewitz (entre outros), foi no exame crítico da obra de Marx que Aron encontrou energias e inspiração para erigir uma obra monumental em diferentes aspectos.

Uma última palavra: (...) afirmo pertencer à escola dos sociólogos liberais, de Montesquieu, Tocqueville, aos quais incluo Élie Halévy. Faço-o com certa ironia (...) que escapou aos críticos deste livro, já publicado nos Estados Unidos e na Inglaterra. Contudo, parece útil acrescentar que nada devo à influência de Montesquieu ou Tocqueville, cujas obras só estudei com seriedade nos últimos dez anos (...) Cheguei a Tocqueville a partir do marxismo, da filosofia alemã e da observação do mundo atual. Nunca hesitei entre *A Democracia na América* e *O Capital*. Quase que, a despeito de mim mesmo, continuo a me interessar mais pelos mistérios de *O Capital* do que pela prosa límpida e triste de *A Democracia na América*. Minhas conclusões pertencem à escola inglesa, minha formação vem, sobretudo, da escola alemã (ARON, 1967, p. 21).

### 1.1. Os estudos em relações internacionais de Raymond Aron

Como dissemos, Raymond Aron exerceu por mais de 30 anos a atividade jornalística, incluindo o período em que participou da resistência francesa na Inglaterra (no qual escreveu para revistas como *La France Libre* e *Le Combat*), até o final da década de 1970, no jornal *Le Figaro*, e depois no semanário *L'Express* até a sua morte, em 1983. No exercício do jornalismo, Aron elaborou comentários sobre eventos políticos de relevância internacional, e tais experiências lhe possibilitaram compreender a especificidade do cenário internacional e da relação diplomática entre as nações (JUDT, 2009, 2014).

Contudo, é com a obra *Paix et guerre entre les nations* (2004 [1962]), que Aron introduz na França, no âmbito da ciência política, os estudos das relações internacionais, que em países como EUA e Inglaterra já havia alcançado certo nível de maturação teórica (HOLEINDRE, 2012). No campo da legitimidade teórica, o pensamento de Aron se consagrou em um dos cânones da Teoria Realista das Relações Internacionais, a exemplo de E. H. Carr (1892-1982), com a obra *The twenty year's crisis 1919-1939: an introduction to the study of international relatione*, e Hans Morgenthau (1904-1980), com a obra *Politics Among Nations* (1985) (GASPAR, 2012).

Comecei a interessar-me pela guerra enquanto sociólogo durante os meus anos em Londres. Como muitas outras circunstâncias, o remorso ou, pelo menos, o desgosto, esteve na origem da minha decisão. Com que direito havia expressado antes da guerra julgamentos categóricos sobre a diplomacia, quando nada ou quase nada sabíamos da coisa militar, da

relação das forças, das possibilidades de vitória ou dos riscos da derrota? (ARON, 1983, p. 480)<sup>3</sup>.

Raymond Aron começa a refletir sobre o fenômeno da guerra e da paz durante o exílio na Inglaterra. Como editor do jornal *La France Libre*, analisa os conflitos da Segunda Guerra Mundial. Ainda que o jornal adotasse uma postura a favor dos aliados, Aron analisava criticamente os episódios tanto em relação às ações do general Charles de Gaulle quanto dos países liderados pela Aliança, como EUA e Inglaterra.

De todo modo, o jornal não se converteu na simples apologia ou propaganda dos países Aliados.

*La France Libre*, criada em 1940, a instância do próprio general [De Gaulle], pertencia ao movimento dos Franceses Livres, mas jamais foi uma revista gaullista. O primeiro número decepcionou e talvez até o irritou um pouco, porque seu nome não consta ou, talvez, uma vez, entre parênteses (ARON, 1983, p. 196).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, Aron passou a escrever para o jornal *Le Figaro* e a refletir sobre a reconstrução da Europa e, particularmente, da França. Nesse período esteve dividido entre as atividades docentes nas instituições École nationale d'administration e Institut d'études politiques e as atividades jornalísticas. Com o fim dos conflitos da Segunda Guerra, Aron escreve as duas obras iniciais dedicadas ao tema das relações internacionais: *Le grand schisme* (1996 [1948]) e *Les guerres en chaîne* (1996 [1951]). Os livros surgiram mediante o esforço do autor em compreender a

---

<sup>3</sup> Todas as traduções para a língua portuguesa das obras estrangeiras citadas são de nossa responsabilidade

nova configuração do cenário internacional, do ponto de vista histórico, político, ideológico e militar.

Trabalhando no jornal *Le Figaro*, como comentarista de política internacional, Aron se vê desafiado a compreender os sentidos que orientam as ações dos atores no cenário internacional. Para alcançar tal objetivo, inicia suas pesquisas históricas e sociológicas acerca do cenário internacional que, com o fim da Segunda Guerra, se modifica radicalmente com a existência das bombas atômicas. Até então, nunca se havia usado uma arma com tamanho poder destrutivo como foi a usada pelos EUA contra o Japão. O clima dos anos posteriores ao término da Segunda Guerra era sombrio e preocupante tanto para os cidadãos comuns quanto para as lideranças políticas, em especial para os europeus que vivenciaram de modo mais íntimo esse conflito (ARON, 1983).

Com o fim dos conflitos, o aparecimento da bomba atômica encheu todos os espíritos de medo; impunha-se tanto aos civis quanto aos militares a seguinte pergunta: como inserir, no jogo tradicional dos Estados, esse instrumento de destruição, de um poderio incomparável ao das armas balizadas ao mesmo tempo de clássicas ou convencionais? Comentarista dos acontecimentos internacionais no *Le Figaro*, experimentei a necessidade de estudar o contexto tanto militar quanto histórico das decisões que, como jornalista, eu deveria compreender e interpretar (ARON, 1983, p. 480).

As obras *Le grand schisme* e *Les guerres en chaîne* contém, como observado, as primeiras reflexões sistemáticas de Aron sobre os conflitos internacionais e são os primeiros passos para a construção da sua sociologia das relações internacionais. Aron entendia que essas obras contribuíam tanto para a compreensão do novo cenário internacional que se reconfigurava com o fim Guerra quanto como um subsídio para a sua atividade jornalista.

O comentário sobre a posição da França e dos países da Europa ocidental exigiu de Aron uma reflexão sistemática sobre as relações internacionais na medida em os comentários realizados sobre a política internacional no jornal *Le Figaro* exigiam uma compreensão crítica do novo contexto internacional.

Mas os acontecimentos, tanto quanto meu ofício, mobilizavam minhas paixões. A reconstrução da França e da Europa, em meio ao tumulto das propagandas, ocupava o primeiro lugar em meu espírito. Assim, não consegui separar radicalmente de um lado os artigos do *Le Figaro* e, de outro, as obras 'científicas'. Me entreguei à facilidade: escrevi dois livros, *Le grand schisme* e *Les guerres en chaîne*, numa tentativa ou espécie de filosofia imediata da história-em-processo que devia servir de subsídio e de fundamento para meus comentários cotidianos (ARON, 1983, p. 331).

Em *Le grand schisme* Aron salienta que a rivalidade entre os EUA e a URSS era inevitável devido às diferenças dos regimes políticos e do sistema social que cada país vivenciava, um pautado pela democracia e filosofia liberal e outro pelo socialismo e pelo pensamento marxista. Para Aron, essas características sociais entre as duas superpotências tenderiam a estimular as rivalidades em diversos outros países. Essas rivalidades seriam, em certos graus, estimuladas pelas próprias potências, na medida em que ambas defendiam modelos de sociedades com valores potencialmente universais, como a liberdade, o liberalismo político e democracia, de um lado, e o marxismo e socialismo do outro.

A ampliação do campo das relações diplomáticas também se modificou radicalmente. Antes da Primeira e Segunda Guerras, o campo diplomático europeu se restringia ao próprio continente. Com o fim da Segunda Guerra, o

campo diplomático começou a ter a extensão planetária, pois envolvia a todos os Estados nacionais no mesmo horizonte diplomático, ainda que as suas relações fossem pautadas por certas hierarquias de poder.

Antes da nossa época, mais precisamente, antes de 1945, nenhum sistema internacional tinha chegado a abranger todo o mundo. Há pouco mais de um século, o embaixador da Sua Majestade britânica tinha dificuldade em conseguir uma audiência do Imperador da China (...). Naquela época havia dois motivos que excluía a China do sistema europeu: a distância física, que impedia qualquer ação militar chinesa na Europa e a limitava a capacidade dos europeus no Extremo Oriente (ARON, 2004, p. 154).

A singularidade dessa nova conjuntura estava relacionada às mudanças estruturais provocadas pela Segunda Guerra. Uma das mudanças mais significativas dizia respeito ao fim das colônias no continente africano e ao surgimento da URSS e dos EUA como superpotências.

A unificação do campo de atuação, chamado tanto pelo progresso da técnica e da solidariedade política e militares nos continentes; a concentração do poder em dois Estados grandes situados à periferia da Europa ocidental. A esses dois fatos, construídos por um longo período, é conveniente hoje, se pretendemos compreender a situação atual, dois outros fatos, que pode ser transitório: a destruição dos equilíbrios parciais, tanto na Europa quanto na Ásia, e a amplificação das rivalidades dos impérios a uma diplomacia total (ARON, 1996, p. 228).

Em solo europeu, a divisão do Estado alemão em divisões administrativas sob as responsabilidades de França, Inglaterra, EUA e URSS provocava o início das tensões políticas e militares. A divisão do Estado alemão representou também a implementação de dois sistemas sociais

distintos, tendo o lado ocidental optado por aquilo que se entendia como a democracia, além da economia de mercado integrada às economias dos EUA, França e Inglaterra. Já a região oriental, administrada pela URSS, representou a sovietação e implantação do regime socialista e, concomitantemente a esse processo, a transformação do Leste Europeu em Estados satélites políticos de Moscou.

Nesse sentido, Aron salienta que “o episódio simbólico foi o rompimento das negociações entre ocidentais e soviéticos sobre a questão da Alemanha. (...) se houvesse duas Alemanha, haveria duas Europas” (ARON, 1983, p. 200). Com o fim da Segunda Guerra, a Europa deixava de ocupar uma posição central no cenário internacional e sua condição passava então a depender não de si mesmo, mas das ações dos EUA e da URSS, estados externos ao continente Europeu (ARON, 1996).

Para Aron, a questão, no entanto, residia no tipo ou modelo de sociedade em que cada potência representava: os EUA, a liberdade e a democracia, e de outro a URSS, com a ditadura, o comunismo ou marxismo stalinista. Aron entendia que a Europa estava, pela primeira vez na era da modernidade, deslocada do próprio mundo que ajudou a construir: “A Europa está liberta de uma tirania execrável, mas ela está liberta pelas armas de poderes não europeus, e não por ela mesma” (ARON, 1996, p. 227).

A Europa, após séculos de importância no globo terrestre, deixava o status de *locus* político e de tomada de decisão. O equilíbrio internacional se colocou nas mãos dos EUA e da URSS. As singularidades políticas e ideológicas entre estas duas nações, que durante a Segunda Guerra foram minimizadas ou mesmo deixadas de lado, passam a ficar evidentes para

ambos os lados, assim como para os demais países com o fim do conflito mundial. A Europa saiu do grande conflito sem, no entanto, ter forças suficientes para se defender. Paradoxalmente, em 1945 chegava ao fim as tiranias dos regime nazista e do fascismo, sem que a Europa tivesse força militar suficientemente para se contrapor à tirania então existente da URSS. O fenômeno da sovietação do Leste Europeu provocou em Aron a compreensão de que a Europa ainda vivenciava uma ameaça da tirania do tipo soviético (ARON, 1996).

Aron busca salientar que seria impossível compreender as ações diplomáticas da URSS sem compreender o marxismo, pois a URSS pautou a sua política externa na influência do pensamento marxista, e essa constatação lhe permitiu afirmar que a sua diplomacia a distinguiu radicalmente da política externa do regime político anterior, o czarista, visto que este o regime era relativamente liberal, na medida em que permitia tanto a existência de opositores políticos quanto a convivência com regimes políticos diferentes ao seu redor. Aron salienta que no século XIX, entre os Estados nacionais, “mesmo o menos liberais entre eles, a Rússia, dava à oposição o direito de existir e de criticar o governo” (ARON, 2004, p. 162). Deste modo, Aron salienta que as mudanças no interior dos regimes das nações influenciam diretamente na condução da política externa.

Frente a essa nova configuração no cenário internacional, Aron postula a fórmula que se tornaria célebre: “a paz é impossível, mas a guerra é possivelmente improvável” (ARON, 1996, p. 235). Para o autor, a paz seria impossível devido às tendências universais dos valores defendidos pelas duas grandes potências: de um lado o socialismo e, de outro as democracias

ocidentais. Impossível, portanto, porque tais valores são não apenas incompatíveis, mas possuem tendências universais – o que faz o confronto dessas duas ideologias algo incontornável. Porém a guerra seria também improvável porque, apesar dessas rivalidades ideológicas entre os dois regimes políticos, Aron não observava indícios de confrontos diretos entre EUA e URSS, sobretudo após o surgimento das bombas nucleares.

Quanto aos líderes soviéticos, cujo pensamento ainda é dominado por esquemas marxistas, não podem não se sentir ameaçado pelo mundo capitalista. O socialismo em um só país sempre passou por um estágio. Um marxista não pode acreditar quanto tempo essa coexistência pode ser pacífica: o capitalismo, sem saber de seu futuro, tentar competir com o regime rival, que oferece à humanidade a imagem de um progresso contínuo de um país sem desemprego. Portanto, não é apenas um choque de ideologias, é um choque que se pretende a uma vocação universal (ARON, 1996, p. 231).

Segundo Aron, além de discutir as divisões políticas e ideológicas que se anunciavam com o fim da Segunda Guerra, a obra *Le grand schisme* também tinha como objetivo apresentar para a sociedade francesa a tese de que a França fazia parte da Europa Ocidental, portanto poderia se tornar um potencial aliado dos EUA e dos regimes democráticos e liberais. O contexto no qual Aron escreve é o da França cindida, cuja sociedade vivenciava o processo de reunificação política do Estado. A unificação política tornava-se tarefa obrigatória devido à existência da França ocupada durante a Segunda Guerra, na qual coexistiram dois governos, um liderado por Vichy e aliado ao regime nazista, e outro liderado pelo general Charles de Gaulle, líder da resistência em solo inglês e aliado aos EUA.

Com a reunificação política da França, Aron se colocou como um dos intelectuais franceses a pensar o cenário internacional e compreendê-lo, e a refletir em que medida a França se inseria nessa nova realidade internacional.

*Le grand schisme*, publicado em 1948, teve grande sucesso nos meios intelectuais ou políticos, é porque desenhava, em grandes linhas gerais, o mesmo tempo o mapa da política internacional mundial e o da política francesa. (...). Num certo sentido, a construção da obra encerrava em si mesma um ensinamento: era à luz da conjuntura diplomática e do cisma ideológico que a situação da política francesa se esclarecia. Queria que os franceses, separados durante quatro anos do mundo exterior, compreendessem que nosso país pertencia a um conjunto, a Europa Ocidental (ARON, 1983, p. 313).

Já a obra *Les guerres en chaîne* foi publicada em 1956 num contexto marcado pela interrupção das relações entre os EUA e a URSS, então aliados contra a Alemanha Nazista e a Itália Fascista. O estudo de Aron se concentra na compreensão histórica do desenvolvimento dos conflitos da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais. Para o autor, o desenvolvimento das sociedades industriais, da ciência aplicada à produção e o desenvolvimento do aparelho militar dos Estados nacionais contribuíram para que os conflitos tomassem proporções inimagináveis para os próprios atores do conflito. Aron aponta que a aplicação da ciência e da indústria moderna ao conflito permitiu o alongamento tanto temporal quanto espacial da Primeira e da Segunda Guerra, e que a extensão dos conflitos aos níveis globais não foi algo planejado pelos militares ou figuras políticas, mas sim pelo desenvolvimento da indústria moderna ou, (daquilo que definiria em anos posteriores) como resultado da sociedade industrial.

A 'surpresa técnica' pegou desprevenidos os responsáveis civis e militares. A sociedade moderna, na época burguesa e liberal, mobilizou totalmente sob a direção do Estado a fim de abastecer, durante anos, milhões de soldados com armas e munições (ARON, 1983, p. 289).

Aron observa que a 'surpresa técnica' estava posta pelo desenvolvimento das sociedades nacionais, com a indústria de base, o alistamento no serviço militar obrigatório e o desenvolvimento da ciência e da pesquisa - como a construção das rodovias e sistemas de transporte em massa. Também observa a criação das instituições representativas, responsáveis pela comunicação política entre cidadãos e políticos, e o fortalecimento dos Estados nacionais, bem como a consolidação da figura do indivíduo como cidadão e não como servo das lideranças locais como fatores que contribuíram para a mobilização de grandes agrupamentos humanos nos mais variados continentes, como Europa, América, África, Ásia e Oceania.

A 'surpresa técnica' foi o resultado de uma evolução, onde as guerras Revolucionárias e Imperiais representam uma etapa decisiva, senão o ponto mais importante de partida. As guerras nacionais são realizadas pelos povos inteiros e não mais por armamentos profissionais, eles não atuavam pelos interesses de uma dinastia particular, mas pelo destino das comunidades nacionais ou suas ideias. Na era da democracia (isto é, com o recrutamento militar) e da indústria (isto é, da produção e a destruição em larga escala) tendem naturalmente a ampliar as guerras totais (ARON, 1996, p. 75).

Nas palavras de Aron, com o desenvolvimento da indústria e do aprimoramento das técnicas de produção, a Segunda Guerra Mundial "tornava-se não apenas Europeia com os prolongamentos extra europeu, como a

Primeira, mas autenticamente planetária” (ARON, 1996, p. 89). Esses fatores possibilitaram que os conflitos que se iniciaram em solo europeu se expandissem ao nível planetário, alcançando, de certa forma e em diversos graus, todos os Estados nacionais do cenário internacional. Tais elementos, segundo Aron, contribuíram para se entender como “os tiros de Sarajevo desencadearam um processo em cadeia que terminou com os bombardeios atômicos de Hiroxima e de Nagasaki” (ARON, 1983, p. 334).

A aplicação sobre um grande espaço, a técnica de mobilização total remete a civilização europeia ao um tempo de grandes migrações, de onde os rigores estão ditados pela ciência da administração adquiridas em tempos de paz (ARON, 1996, p. 93).

Aron afirma que as duas obras, *Le grand schisme* e *Les guerres en chaîne* tiveram tamanha importância porque foram as primeiras reflexões sistemáticas publicadas em formatos de livros, e não como artigos de jornais. Aron nos informa ainda que nessas obras estão os primeiros passos para as reflexões que seriam publicadas em *Paix et guerre entre nations* (1962), o seu *opus* no que tange às relações internacionais.

Durante esses mesmos anos [1951 a 1954], já refletia no livro que veio a ser *Paix et guerre entre les nations* e escrevi vários artigos que tratavam da teoria ou do método das relações internacionais (...). Algumas ideias serviram, por assim dizer, como transição entre as análises históricas desenvolvidas em *Le grand schisme* e *Le guerres em chaîne*, e as considerações abstratas ou gerais que resultaram na obra *Paix et guerre* (ARON, 1983, p. 328).

Entre 1951 e 1954, Aron seguia a refletir sobre as relações internacionais. Na época escreveu inúmeros artigos, entre os quais figuram *De*

*l'analyse des constellations diplomatiques; Enquête d'une philosophie de la politique Étrangère; De la paix sans victoire. Note sur les relations de la stratégie et de la politique; A l'âge atomique peut-on limiter la guerre? Les comparaisons historiques e Conflict and war from the viewpoint of histocial sociology.* Aron os publicou em diferentes revistas francesas, posteriormente reunidos e publicados na obra *Études politiques* (1972), junto com outros trabalhos também relacionados à sociologia política, filosofia e ao tema da sociedade industrial. Na ocasião da publicação de *Études politiques*, Aron também inseriu a resenha, escrita em 1967, *Qu'est-ce qu'une théorie des relations internationales?* Que versava sobre a sua própria obra *Paix et Guerre entre las nations*.

Do conjunto dos artigos escritos durante a década de cinquenta, em *De l'analyse des constellations diplomatiques* (1954) Aron apresenta de modo sistemático os seus apontamentos metodológicos sobre os estudos das relações internacionais. Aron elabora, assim, seis questões que devem seguir como guia para a compreensão das relações internacionais: a determinação do campo de atividade diplomática; as relações de potência; a técnica das relações entre os Estados; o reconhecimento e o não-reconhecimento entre os Estados; a relação entre a política externa e a política interna e, por fim, o significado e o objetivo da política externa. Esses apontamentos são o ponto de partida para a compreensão das relações internacionais, e alguns aspectos apresentados em *Le grand schisme* e em *Le guerres em chaîne* são retomados, conforme apresentaremos a seguir.

As circunstâncias me têm levado, há muitos anos, a acompanhar regularmente as peripécias da política mundial.

Pude, assim, gradualmente, elaborar não um sistema de conceitos, mas uma pluralidade de pontos que visa a partir das quais, a meu ver, convém analisar as constelações diplomáticas. A consideração simultânea desses diferentes pontos de vista permite evitar a enumeração incompleta, as interpretações parciais, e por isso parciais – perda das ciências sociais (ARON, 1954, p. 01).

Aron compreende que a determinação do campo de atividade diplomática não é oriunda da geografia, mas sim dos processos históricos que envolvem as relações entre os Estados nacionais. O campo das atividades diplomáticas, desta forma, é definido como o limite das relações diplomáticas. Aron afirma que durante a Primeira e, em certa medida, a Segunda Guerra Mundial os europeus não acreditavam e tampouco imaginavam a possibilidade dos EUA adentrarem nos conflitos em solo Europeu. Havia a compreensão generalizada entre os europeus segundo a qual os conflitos iniciados após as primeiras ações de Hitler se tratavam de situações regionais. As estratégias dos líderes políticos e militares eram construídas dentro dessa perspectiva, no qual o campo diplomático se encontrava composto apenas pelos países do velho continente, a exemplo da França e da Inglaterra.

A entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial e o lançamento das duas bombas atômicas no Japão, assim como a presença norte-americana em solo europeu e asiático, solapou tais concepções, fazendo com que o campo das relações internacionais atingisse proporções planetárias.

Embora a rede diplomática se estenda hoje a todo o mundo, não se seguiu assim como um campo unificado. No princípio deste século os estadistas europeus não acreditavam que os Estados Unidos fizessem parte do campo europeu. E estavam convencidos de que as nações europeias decidiriam entre si as

suas disputas, sem a intervenção de países dos outros continentes (...). Em 1945, os europeus descobriram de repente, com angústia e talvez com indignação, que o velho continente deixava de ser o centro da política mundial. E passava, então, pela dominação de duas superpotências. O campo da diplomacia passou a ter todo o mundo (ARON, 1954, p. 101).

No que se refere às relações entre as potências, Aron observa que, do ponto de vista histórico, existem duas modalidades de equilíbrio internacional: equilíbrio entre vários ou entre dois os Estados ou unidades políticas. O primeiro tipo existiu até a Primeira Guerra, onde havia inúmeros Estados nações com certo grau de igualdade de poder político e militar no cenário internacional. Com o fim da Segunda Guerra, o cenário internacional se modificou e o equilíbrio mundial ficou em torno de dois grandes Estados nações, os EUA e a URSS.

Ademais, como vimos, o desenvolvimento da técnica, continua Aron, e a sua relação entre os Estados, fazem parte da análise das relações internacionais. O desenvolvimento da indústria e das sociedades liberais são traços típicos da modernidade e, por isso, influenciam também na condução e do tipo das guerras realizadas. A criação do serviço militar obrigatório nos regimes democráticos e a aplicação da ciência moderna na produção de armamento compõem um dos pesos nas negociações dos diplomatas no âmbito internacional.

Aron, deste modo, retoma a discussão sobre a 'surpresa técnica', e salienta que na modernidade, com a produção industrial nas sociedades democráticas, sejam elas despóticas ou liberais, os meios materiais para a produção da guerra são produzidos, paradoxalmente, nos anos de paz.

As duas indagações: quem combate? E com que armas? Essas perguntas devem ser feitas sobre todas as épocas, para que se possa compreender não só a história militar, mas as transformações das sociedades e o desenvolvimento dos regimes. As duas formas do mundo moderno são a democracia e a indústria. Podemos traduzi-las pelo serviço militar obrigatório e a guerra de material. Deste modo, as guerras se assemelham às sociedades que as praticam, e os instrumentos de guerra são preparados durante a paz (ARON, 1954, p. 105).

O tema do reconhecimento e não-reconhecimento é tratado por Aron do ponto estritamente sociológico, pelo menos nos artigos da década de cinquenta. Segundo o autor, o reconhecimento e o não-reconhecimento recíproco entre os Estados nações é um fenômeno fluído e está frequentemente relacionado às concepções políticas e ideológicas dos diferentes atores no sistema internacional.

O reconhecimento implica, além do estabelecimento das relações diplomáticas, a compreensão de que, após os períodos dos conflitos, os Estados nações continuam com suas relações diplomáticas. Frequentemente, Aron aponta a existência de redes de comunicações entre os Estados envolvidos nos conflitos e indica a percepção de que, após o término das desavenças, há a possibilidade convívio em tempos de paz, pois “são as fronteiras entre eles que estão em disputa, não a sua própria existência” (ARON, 1954, p. 05), visto que o não-reconhecimento orientaria as ações no sentido de liquidar o Estado inimigo, geralmente a qualquer custo.

O fenômeno social do não-reconhecimento ao longo da história é mais frequente que o reconhecimento. Aron aponta as ações dos Estados nacionais europeus no continente africano e na América colombiana como características

desse processo. Traços do não-reconhecimento ocorreram também durante a Segunda Guerra, até o ataque do Japão a Pearl Harbor, no qual os EUA mantinham a rede de comunicação tanto com o próprio Japão quanto com a Alemanha Nazista. Em outras palavras, havia o reconhecimento até o bombardeio japonês em solo norte-americano. Aron salienta que a partir desse episódio, os EUA não apenas cortaram as comunicações com a Alemanha e com o Japão, mas agiram internacionalmente com o único objetivo de destruir ou eliminá-los por completo. Nos termos de Aron: “Do ponto de vista sociológico, o não-reconhecimento significa a recusa de aceitar a existência do Estado ou das instituições de uma população estrangeira” (ARON, 1954, p. 105).

O intercâmbio entre a política externa e política interna é retomada por Aron como um dos elementos que compõem o quadro explicativo sobre as relações internacionais. Para Aron, os regimes políticos dão a tônica da condução da política externa dos Estados nacionais, portanto, se faz necessário também compreender as doutrinas e as ideologias que subsidiam as reflexões dos formuladores da política externa.

Para o autor, o contexto político das reflexões sobre as relações internacionais foi marcado, em grande medida, como uma resposta a alguns intelectuais em torno da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - ligados à sociologia, à educação, à psicologia social e à economia. Segundo Aron, os intelectuais em torno da Unesco pensavam, durante a década de cinquenta, que inúmeros fenômenos sociais poderiam ser combatidos por meio da educação, a exemplo do racismo, da xenofobia e do antissemitismo. Sobre o tema dos conflitos internacionais e da

existência das guerras, Aron argumenta, mediante subsídios da sociologia histórica, que os conflitos e as guerras são constitutivos das ações políticas dos povos com ou sem a constituição dos Estados nacionais.

A primeira ideia, presente em vários desses artigos [de 1951 a 1954], constituía, originalmente, uma resposta a uma tese proclamada por especialistas ou pretensos especialistas da UNESCO: 'a guerra começa no espírito dos homens'; ou ainda a um texto assinado por um grupo de especialista sobre a possibilidade de se eliminar a guerra. Sustentei, contra os psicólogos, psicanalistas, marxistas ou antimarxistas, que a pesquisa deve se tomar como ponto de partida a guerra como um 'conflito armado entre duas unidades políticas independente por meio de forças militares organizadas no esforço por afirmar uma política tribal ou nacional' (ARON, 1983, p. 328).

Com efeito, o confronto entre os Estados nações estaria no âmbito das instituições, e não das consciências dos indivíduos. As instituições políticas ligadas à coletividade, ou seja, ao mundo social, realizam ações que contribuem ora para a existência da paz, ora para a guerra. E é mediante a tais tensões que, em sua maior parte, os Estados nações foram constituídos ou formados historicamente – inicialmente na Europa, depois nos demais continentes. Nos termos do Aron: “as guerras, existentes em todas as civilizações conhecidas parecem ligadas a certos traços, não necessariamente ligados à natureza humana, reveladas pela psicologia, mas das coletividades” (ARON, 1957, p. 20). Por outro lado, Aron não fazia uma defesa moral da guerra; o seu senso reflete apenas o estudo da sociologia histórica e a observação dos processos da vida social, tratando-se, então, de uma reflexão crítica e sociológica e não uma defesa valorativa da guerra ou dos conflitos entre os Estados nacionais.

(...) a sociologia história parece oferecer o caminho intermediário entre uma atitude moralizadora, 'se os povos se conhecessem melhor', 'se fosse possível desenvolver a educação e ensinar os povos a se livrarem dos preconceitos, a olhar os outros povos como realmente são', e o cinismo conservador, de que 'sempre houve guerras' (ARON, 1957, p. 21).

No ano de 1955, Aron apresentou sua candidatura à Sorbonne; eleito, lá permaneceu até 1967, quando se transfere para VI Seção da École Pratique des Hautes Études. Após a eleição para Université Paris-Sorbonne, Aron regressa definitivamente ao espaço acadêmico, mas sem abandonar completamente a atividade jornalística. Depois dos cursos sobre a sociedade industrial, Aron começa a redigir a obra dedicada exclusivamente às relações internacionais, *Paix et guerre entre les nations* (1962). Segundo Aron, a obra selou a aproximação entre o universo jornalístico, que realizava desde o exílio político em Londres, e as atividades universitárias. Nas suas palavras: “a reconciliação da Universidade com o jornalismo” (ARON, 1983, p. 501).

Em suas memórias (MÉMOIRES, 1983), Aron pondera que as atividades e reflexões desde o fim da Segunda Guerra sobre o cenário internacional lhe permitiram compreender traços importantes das relações internacionais. Após escrever as obras acima comentadas sobre as relações internacionais e observar as mudanças no cenário internacional, Aron sistematiza as reflexões em *Paix et Guerre entre les nations*, que não “teria sido jamais escrito se não tivesse comentado a política internacional, semana após semana, desde 1947”. Aron pondera ainda que suas reflexões não estavam presas ao universo jornalístico, e tampouco estava a sua obra dedicada às relações internacionais.

No que diz respeito a esse ponto, afirma que “no entanto, a obra supera o jornalismo, ainda que nele fosse inspirada” (ARON, 1983, p. 501).

Em entrevista concedida a Jean-Louis Missika e Dominique Wolton em 1981, Aron entende que sua obra *Paix et Guerre entre las nations* não foi escrita com o objetivo de criar ou propor uma teoria das relações internacionais, dos conflitos internacionais ou das guerras. Os objetivos eram os de criar conceitos e noções sociológicas que auxiliassem nas análises, compreensão e explicação do cenário internacional mediante a sociologia histórica.

Não se trata de uma teoria da guerra. Por uma série de circunstâncias, fui levado, no jornal *Le Figaro*, a comentar os principais acontecimentos diplomáticos. E conservei os traços da filosofia e da minha inclinação à abstração, comecei a empreender esses comentários em análises globais, como na obra *Le Grand Schisme e Les Guerres em Chaînes*. Mas ao mesmo tempo estava convencido de que, se tratando de uma análise histórica ou sociológica, essas análises não estavam organizadas, pois os conceitos eram insuficientes. Então pensei por muito tempo escrever um livro que poderia ser uma introdução teórica das relações internacionais (...). Infelizmente não construí em *Paix et Guerre entre las nations* um grande sistema, uma grande teoria. Tentei mostrar como se podiam analisar as situações globais, onde introduzi algumas noções, como a de sistema homogêneos e a de sistemas heterogêneos (ARON, 1981, p. 201).

Como citado, Aron não construiu uma teoria das relações internacionais ou uma teoria da guerra, mas antes tipologias, noções e conceitos para a compreensão dos cenários internacionais, históricos e singulares. Os conceitos, noções e categorias serviram como eixos analíticos para as análises empíricas das relações internacionais (ARON, 1981, 1983). Aron também

salientava que “todo estudo concreto das relações internacionais é sociológico” (ARON, 1967, p. 21), indicando que, embora fornecesse algumas categorias para auxiliar na compreensão das relações entre os Estados, os conceitos inexistem por completo em sua forma empírica, à medida que são tipos ideais, vale dizer, construções heurísticas segundo a acepção weberiana. Portanto, as categorias conceituais propostas pelo autor têm como finalidade contribuir para a compreensão das especificidades das relações interestatais e das singularidades históricas dos Estados no sistema interestatal, mas não cobrir a sua totalidade, uma vez que a realidade do mundo social é infinita (ARON, 1967, 2004).

Desta forma, o estudo das relações internacionais teria que, necessariamente, se desenvolver mediante a pesquisa empírica e o uso da sociologia histórica, com o objetivo de compreender as “percepções do mundo histórico que orientam a conduta dos atores” (ARON, 1967, p. 25). Nas palavras do autor, “a sociologia procura descobrir as circunstâncias que influenciam os motivos de conflitos entre os Estados, objetivos dos atores em cena, a sorte das nações e dos impérios” (ARON, 2004, p. 32). Assim, Aron elabora as seguintes categorias para a compreensão das relações internacionais: diplomata, soldado, sistemas homogêneos e heterogêneos.

Como a ciência política e a economia, as relações internacionais não têm, para Aron, limites ou fronteiras precisas ou delimitadas. Apesar disso, o centro do interesse da sociologia das relações internacionais aroniana é a relação entre os Estados nacionais ou interestatais. Aron constrói, então, o conceito de *diplomata* e *soldado* mediante a reunião de traços empíricos presentes nas relações interestatais. Esses dois conceitos foram construídos

via observação do cenário internacional, e representam o modo pelo qual os Estados se relacionam (ARON, 2004). Tratando-se de tipos ideias, Aron salienta que o conceito de diplomata significa e remete não apenas aos funcionários públicos dos Estados que servem nas embaixadas nos países estrangeiros, mas todos aqueles indivíduos que, de alguma forma, representam a unidade política do Estado nacional no cenário internacional. Assim, o conceito do tipo ideal de diplomata abrange “nesse plano abstrato, os estadistas, o ministro das relações exteriores, o primeiro-ministro, e o chefe de Estado podem ser também ‘diplomatas’, e representam assim a unidade política” (ARON, 2004, p. 21). O conceito de diplomata, nessa acepção, é entendido como um “retrato idealizado dos diplomatas de todas as épocas” (ARON, 2004, p. 149) e, portanto, não se aplica à realidade e não se encontra nela.

Ao construir esses traços principais, como a do diplomata e soldado, Aron entende que as relações entre os Estados são caracterizadas pela possibilidade do uso da força legítima, e que devido a essa característica nas relações entre os Estados, o cenário internacional estaria pautado ora pela existência ora da guerra ora pela paz. Tanto o soldado quanto o diplomata são requisitados no cenário internacional como representantes dos Estados nacionais, o primeiro para a realização do uso da força nos confrontos dos exércitos e o segundo pelas negociações pela via do diálogo, na busca da paz.

Essas relações se manifestam por meio de canais especiais, personagens que chamei, simbolicamente, de diplomatas e de soldados. Os dois e somente eles – agem plenamente não como membros, mas como representantes das coletividades a que pertencem: o diplomata, no exercício das duas funções, é

a unidade política em nome da qual fala. No campo de batalha, o soldado é a unidade política em nome da qual mata o seu semelhante (...) O diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra. As relações interestatais apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: elas se desenrolam à sombra da guerra. Para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz (ARON, 2004, p. 21).

O fenômeno da paz, no entanto, está mais relacionado à ideia de suspensão da guerra, isto é, da paralisação temporária ou momentânea da guerra ou das relações belicosas – usando a linguagem aroniana. O fenômeno da paz no entendimento de Aron seria possível apenas quando não existirem inúmeros Estados nacionais nas diferentes partes do planeta. A possibilidade da paz entre os povos é entendida por Aron apenas no momento que não existir Estados particulares, mas um único Estado universal, onde os exércitos fossem substituídos pela força policial universal. Enquanto os povos estiverem reunidos em diferentes Estados nacionais, e o direito de recorrer às armas for reconhecido como legítimo, a paz será um horizonte plausível distante. Do ponto de vista sociológico, sem um governo com Estado universal, as relações entre os povos nos diferentes Estados nacionais “se desenrolam à sombra da guerra” (ARON, 2004, p. 21).

Para Aron, a inexistência de um governo ou Estado universal acarreta também outro fenômeno, igualmente importante, a saber: a distinção entre a política no interior dos Estados e entre os Estados. A política entre os Estados tem como característica o respeito às regras constitucionais e o exercício do debate político como forma de convencimento das vontades. No cenário

internacional, a política se desenvolve com outra característica, a partir da difusão da violência física entre os atores políticos, isto é, entre os Estados nacionais.

A ciência das relações internacionais da mesma forma que na história diplomática, não pode ignorar os vínculos entre o que ocorre no cenário diplomático e os acontecimentos em cada país. Enquanto a humanidade não tiver unida num Estado universal, haverá uma diferença essencial entre a política interna e a política externa. A primeira tende a reservar o monopólio da violência os detentores da autoridade legítima. A segunda admite a pluralidade dos centros de poder armado. Enquanto se dirige à organizações internas das coletividades, a política tem por objetivo imanente a submissão dos homens ao império da lei. Na medida em que diz respeito às relações entre os Estados, parece significar a simples sobrevivência dos Estados diante de ameaças virtuais criadas pela existência de outros Estados (ARON, 2004, p. 53).

Aron identifica nas relações entre os Estados no cenário internacional uma diferença entre a atividades política dentro e fora deles. No interior dos Estados existe o monopólio da força legítima, e a política em seu interior atua estritamente em obediência às leis, sejam elas, liberais ou não. A influência do pensamento de Max Weber se apresenta, assim, de forma criativa na sociologia das relações internacionais do Aron. Weber (2013) definia as sociedades modernas mediante a existência do monopólio legítimo da violência, ao passo que Aron expande tal definição para as relações entre os Estados: a difusão da violência no cenário internacional ocorre como resultado de um processo sociológico que está vinculado à formação histórica dos Estados nacionais.

Já a relação entre os Estados nacionais ocorre justamente pelas suas propriedades como poder político, mediante a ação política e a violência legítima.

Compreendo que a especificidade das relações internacionais ou entre os Estados encontrada se na legitimidade e legalidade do recurso a forças armada por parte dos atores. Nas civilizações ocidentais essas relações parecem as únicas dentre todas as relações sociais que permitem o caráter normal da violência (...). Pois, entendemos que Max Weber definia o Estado como 'monopólio da violência legítima'. E deste modo, a sociedade internacional se caracteriza pela 'ausência de uma instituição que tenha o monopólio da violência legítima' (ARON, 1967, p. 12).

Além da influência de Max Weber, Aron (1984) diz que a obra *Du Contrat Social* (1964) de Jean-Jacques Rousseau também contribuiu para o entendimento da existência das diferenças entre o cenário internacional e a realidade política no interior dos Estados. Aron busca inspiração na “oposição feita por Jean-Jacques Rousseau entre a ordem dentro dos Estados e a ordem entre os Estados” (ARON, 1984, p. 11). Assim, no cenário internacional não existe um Estado universal com o monopólio da força legítima, pelo contrário, há uma difusão do recurso da força física entre todos os atores. Cada ator reconhece essa difusão da força física como legítima porque os Estados buscam se defender com suas próprias forças, apesar de também haver a possibilidade de construir alianças, sejam elas temporárias ou duradouras.

Essa condição dos Estados nacionais no cenário internacional também é interpretada por Aron como um fenômeno que apresenta traços próximos daqueles que os autores da filosofia política denominaram como 'estado de natureza'. Aron compreende, assim que “os Estados não deixaram ainda o

estado de natureza” (ARON, 2004, p. 28). Na obra póstuma *Les Dernières Années du siècle* (1984), Aron reitera sua dívida com os autores clássicos da filosofia política, principalmente com Thomas Hobbes. Aron refletia que, em *Paix et Guerre entre les nations*, continuou “com a definição que Hobbes faz das relações entre os Estados para ilustrar o estado da natureza. Meu objetivo era um sistema interestatal como o concebido pelos filósofos clássicos” (ARON, 1984, p. 11). Ademais, a busca pela autonomia e pela superação da dependência e da relação tutelar em relação aos demais atores estatais está entre uma das principais características das relações interestatais.

Para Aron, os sentidos que orientam os Estados nacionais são construídos através das poucas informações reunidas sobre a realidade, apesar de pensarem (na maioria das vezes) haverem reunido o maior número de dados sobre o cenário internacional. Aron chama a atenção para o fenômeno da imprevisibilidade e da existência de incertezas – e até mesmo de dúvidas - nas ações dos Estados no cenário internacional, uma vez que não se pode prever, com precisão, as ações ou os objetivos dos demais Estados. Essa incerteza dá a tônica das decisões dos diplomatas e soldados no cenário internacional, e contribui para a construção do cenário internacional dinâmico e complexo, pois as regras, motivações e as expectativas dos Estados no cenário internacional não são claras para todos os integrantes.

Ainda que o sejam, não há garantias de que elas possam ser autênticas, dissimuladas ou astuciosas.

O diplomata e o estrategista tomam decisões e agem antes de reunir todos os conhecimentos desejáveis ou de ter certeza dos fatos. Suas ações se fundamentam na probabilidade de ser

razoável se recusarem o risco ou se é razoável na medida em que calculam os riscos. Nunca será possível eliminar a incerteza que decorre da imprevisibilidade das relações humanas, do segredo de que revestem os Estados, da impossibilidade de saber tudo o que é relevante de agir (ARON, 2004, p. 57).

Mesmos as regras, pactos, acordos ou cooperação possuem certos graus de imprevisibilidade, pois os Estados podem desfazê-los “quando isso lhes traz vantagens” (ARON, 2004, p. 57). Ainda que seja possível submeter uma sanção ao Estado que viola uma regra internacional, não existe uma obrigatoriedade para o seu cumprimento. Essa dinâmica complexa na qual (mesmo com a criação das regras) normas ou acordos não são garantia de que haverá o cumprimento é entendida por Aron como normal, posto que o cenário internacional não admite a existência de árbitro ou um tribunal que possa regular as relações entre os Estados nacionais.

Ao contrário das outras esferas da vida social, como a da economia, onde o objetivo seria, em tese, a de maximizar os lucros e a de minimizar os custos, nas relações entre os Estados não existe um objetivo pré-estabelecido ou pré-determinado *a priori*. Os sentidos que orientam as ações dos diplomatas e soldados são históricos e singulares ao longo do tempo, e estão relacionados com a concepção de política dos regimes de cada Estado. Os temas da guerra, dos acordos e das motivações que orientam os diplomatas no cenário internacional não podem ser deduzidos a partir de uma variável, de cuja alteração poderia se garantir a paz universal. Nas relações entre os Estados, Aron entende que o risco da guerra é um fenômeno permanente no cenário internacional devido ao direito de cada Estado usar suas próprias forças para alcançar objetivos políticos. Compreendendo que a realidade é infinita, Aron

entende que só “raramente todos os atores têm interesses na manutenção do sistema internacional” (ARON, 1967, p. 27).

Inicialmente, devemos postular que o comportamento diplomático-estratégico não tem um fim evidente, mas que o risco da guerra obriga a calcular as forças e os meios disponíveis (...). Enquanto cada coletividade tiver que pensar na sua própria salvação, e, ao mesmo tempo, na sobrevivência do sistema diplomático e da espécie humana, o comportamento diplomático-estratégicos não será determinado racionalmente, mesmo em teoria (...), contudo, à falta de um objetivo unívoco para a conduta diplomática, a análise racional das relações internacionais não tem condições de se desenvolver como uma teoria global (ARON, 2004, pp. 64-65).

Como o risco da guerra permeia as decisões (ainda que longínquas) dos diplomatas, o cenário internacional vivencia uma competição entre os Estados nacionais que pode contribuir (ou não) à formação de conflitos internacionais.

A esfera política está no centro da sociologia das relações internacionais de Aron porque a compreensão dessa esfera o permite compreender os sentidos reais que orientam as ações dos diplomatas no cenário internacional. Os conflitos entre os Estados são interpretados como uma extensão e continuidade dos objetivos políticos que deixaram de se manifestar publicamente pelo diálogo diplomático e migraram para o confronto armado. Embora tenha sua própria lógica, o aparato militar é reivindicado pelos diplomatas como uma forma de impor aos demais Estados nacionais os seus objetivos políticos; em síntese, a guerra “surge de uma situação política e resulta de uma razão política” (ARON, 2004, p. 71). Para Aron, a decisão dos diplomatas de recorrer ao recurso da força militar deve ser compreendida como uma conduta legítima entre os Estados nacionais no cenário internacional.

Chamemos de estratégia o comportamento relacionado com o conjunto das operações militares, e de diplomacia a condução do intercâmbio com outras unidades políticas. Tanto a estratégia quanto a diplomacia estão subordinadas à política, ou seja, à concepção que a coletividades, ou aqueles que assumem a responsabilidade pela vida coletiva. Em tempo de paz, a política se utiliza dos meios diplomáticos, sem excluir o recurso às armas, pelo menos como ameaça. (...) A distinção entre a diplomacia e a estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política (...) A estratégia – que, por definição, orienta as operações militares – não tem uma função fora do teatro militar, os meios militares, por sua vez, são um dos instrumentos de que a diplomacia se utiliza (ARON, 2004, pp. 72-73).

A relação entre a temática da guerra e da diplomacia está presente no pensamento de Aron por intermédio e influência do pensamento do teórico militar e filósofo social Carl von Clausewitz (1780-1831). As ações militares ou estratégicas estão articuladas com a diplomacia no cenário internacional. Todavia, Aron adverte que nos eventos históricos existem situações onde essa lógica se inverte, e as ações militares conduzem a política. A lógica da diplomacia, como dissemos, se constrói mediante o diálogo, convencimento ou com a negociação. Na perspectiva militar, o aniquilamento ou a capitulação do inimigo durante o confronto armado dão a tônica das relações estratégicas. Apesar de pertencerem a duas esferas distintas, Aron pondera a necessidade de haver um equilíbrio entre elas, ainda que ambas sejam subordinadas a dimensão política.

Ao eleger a dimensão política como núcleo explicativo das relações entre os Estados, Aron concebe a diplomacia e a estratégia como parte de sua

sociologia das relações internacionais para a compreensão dela no cenário internacional.

O primado da política é uma proposição teórica, não um conselho de ação. Mas esta proposição teórica tende a fazer mais bem do que mal, se for admitido como desejável a diminuição da violência. O primado da política permite frear aos extremos, evitando que as hostilidades explodam em paixão pura, uma brutalidade sem limites (ARON, 2004, pp. 96-97).

Segundo Aron (1983), os conceitos de *sistemas homogêneos* e *heterogêneos* foram inspirados na tese de doutorado, defendida na Université de Genève, *Théorie de la société internationale* (1941) de Panayis A. Papaligouras. A definição de cada sistema está relacionada não apenas às características dos regimes políticos, mas também às concepções de política que orientam as ações dos Estados no cenário internacional. As definições não estão, portanto, articuladas com a posição geográfica, extensão territorial, produção industrial ou taxa populacional (ARON, 2004).

A esfera da política para Aron contribui para se compreender as características e arranjos no cenário internacional, bem como as motivações que orientam as ações dos Estados neste âmbito. O cenário internacional será homogêneo na medida em que as concepções políticas defendidas pelos Estados apresentam traços eletivos, ainda que os regimes políticos sejam diferentes entre si. As concepções políticas com traços comuns contribuem para que seja formado relações estáveis no cenário internacional e, de certa forma, duradouras. O risco das guerras, apesar de existirem, é reduzido consideravelmente nessas situações históricas, ou seja, o sistema homogêneo “favorece a limitação da violência” (ARON, 2004, p. 131).

As modificações acentuadas nas concepções políticas que orientam os Estados no cenário internacional provocam alterações nas relações internacionais. Apesar de relacionadas às mudanças nos regimes políticos, a polarização dos diferentes tipos de concepção política pode provocar o fenômeno de competição excludente. Em outras palavras, a radicalização das concepções políticas que orientam as ações dos Estados no cenário internacional favorece a criação de um ambiente internacional propício às instabilidades sociais (ARON, 2004).

O comportamento externo dos Estados não é ordenado exclusivamente pela relação de forças: as ideias e os sentimentos influenciam as decisões dos atores internacionais. Não compreendemos plenamente uma conjuntura diplomática se nos limitarmos a descrever a estrutura geográfica e militar das alianças e dos relacionamentos de hostilidade e marcar no mapa os centros das forças, os países neutros, as coalizões duradouras ou ocasionais. Faltará ainda levar em conta as determinantes da conduta dos principais atores. Em outras palavras, a natureza dos Estados e os objetivos formulados pelos detentores do poder. A distinção entre sistemas homogêneos e sistemas heterogêneos são fundamentais. Sistemas homogêneos são aqueles que reúnem Estados do mesmo tipo, dentro de uma mesma concepção de política. Sistemas heterogêneos são os que reúnem os Estados diferentes, defendendo valores ou posições políticas contraditórias (ARON, 2004, p. 130).

A distinção sociológica entre as relações sociais no interior dos Estados e entre os Estados no cenário internacional não deve abdicar, contudo, do entendimento de que as mudanças acentuadas nos regimes políticos exercem efeitos nas concepções políticas que orientam os Estados nacionais. No sistema heterogêneo as concepções políticas se relacionam de modo

conflituoso, como oponentes ou rivais. Os diplomatas se comportam no cenário internacional como defensores de ideais cuja consumação depende da liquidação das concepções políticas opostas, defendidas pelos outros Estados nacionais. Para Aron, os anos que antecedem à Segunda Guerra Mundial apresentam inúmeros traços dessa heterogeneidade internacional, onde os diplomatas, ao professarem as suas concepções políticas no cenário internacional, despertam as tensões entre os Estados nacionais.

Para os comunistas, o fascismo e a democracia representativa não passavam de duas modalidades de capitalismo. Para os ocidentais, o comunismo e o fascismo eram duas versões do totalitarismo. Para os fascistas, o sistema político parlamentar e o comunismo representavam o pensamento democrático e racionalista, e exemplificavam a degeneração da atividade política (ARON, 2004, p. 158).

Os olhos de Aron, os Estados nacionais não são intrinsicamente inimigos no cenário internacional. As rivalidades entre os Estados nacionais são determinadas mais pela competição das concepções de política do exclusivamente pelo aparato militar ou tecnológicos. As rivalidades militares são despertadas e acentuadas pelas concepções políticas dos diplomatas no cenário internacional, o que permite entender que, no universo das relações internacionais, são as concepções políticas que orientam os diplomatas as razões das rivalidades entre os Estados, visto que desde o início da era da modernidade os Estados nacionais fazem alternância entre o reconhecimento mútuo como aliados ou como inimigos ao longo dos séculos.

## 1.2. Raymond Aron e os intelectuais brasileiros

Após a vitória de Getúlio Vargas (1882-1954) sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, o jornalista e editor do jornal *O Estado de S. Paulo* Julio de Mesquita Filho (1892-1969) segue para França como exilado político.

Segundo José Alfredo Vidigal Pontes (2010, p. 66), curador do acervo cultural do jornal *O Estado de S. Paulo*, na França Mesquita Filho estudou com Raymond Aron, período em que reafirma sua posição a favor do pensamento liberal. Segundo Pontes, o período em que Mesquita Filho esteve na França “dedicou-se então ao estudo da sociologia – estudou até com Raymond Aron – e chegou à conclusão de que a solução continuava sendo a democracia liberal”.

Em entrevista concedida ao jornalista francês Gilles Lapouge (1923-), correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, Aron salientava que encontrou Mesquita Filho em Paris nos anos trinta, por intermédio do diretor da École Normale Supérieure, no intuito de realizar estudos sobre os filósofos alemães, como Kant e Hegel.

Para Aron, Mesquita Filho era “um dos representantes mais brilhantes e mais lídimos da burguesia brasileira” (ARON, 1969, p. 14) e reconhecido pela curiosidade intelectual, característica que seria a mais marcante de sua personalidade. Segundo o autor, o jornalista brasileiro era também um grande conhecedor da cultura francesa.

Ainda sobre Mesquita Filho, Aron complementa:

Foi ao mesmo tempo um homem honestíssimo e grandíssimo jornalista. Desde nossas primeiras relações, fiquei

impressionado com sua curiosidade intelectual, que o impelia a estudar tanto Kant quanto Hegel. Grande conhecedor da cultura francesa, possuía o sentido de liberdade de espírito e da liberdade expressão, linha que sempre manteve com intransigência, mesmo quando seu País atravessou circunstâncias quase revolucionárias (ARON, 1969, p. 14 *apud* LAPOUGE, 1969, 14).

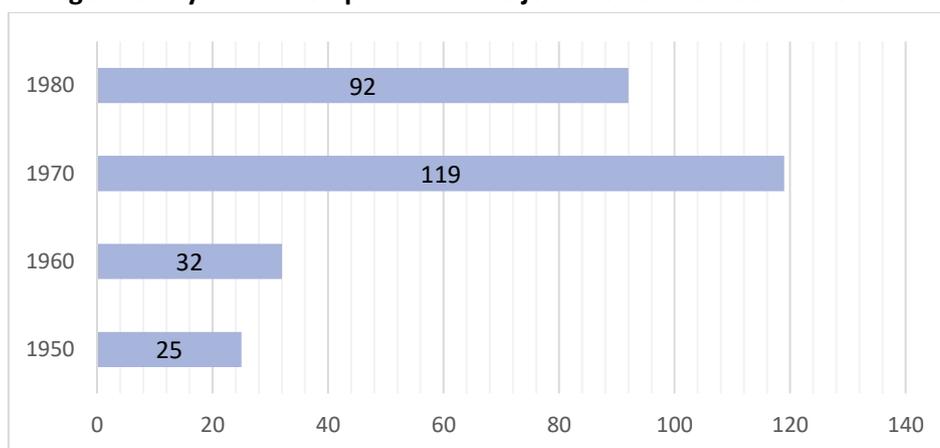
Em artigo publicado também no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1969, o diplomata Roberto Campos relata o “agradável espanto” de Aron ao encontrar-se com Mesquita Filho em Paris. “E não foi Raymond Aron que nos relatou seu agradável espanto, ao ser procurado em Paris pelo jovem ativista e boxeador político, Mesquita, que desejava aprofundar-se nos filósofos alemães?” (CAMPOS, 1969, p. 04).

No início dos anos de 1950 Aron passou a colaborar com o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde publicou 268 artigos sobre a conjuntura internacional, entre as décadas de 1950 a 1980. Devemos registrar que além dos artigos, Aron era citado como referência política para se compreender alguns eventos nacionais e internacionais entre os anos 1940 até 2005. As referências a Aron totalizam 145 citações nos editoriais publicados pelo jornal, que abrangem desde posições polemistas do autor em relação à intelectualidade francesa até questões pertinentes à sociedade brasileira, como crítica a alguns movimentos de esquerda (Arquivo Estadão / *O Estado de S. Paulo*, 2018).

Além das contribuições jornalísticas, Aron (que na época lecionava na Université Paris-Sorbonne) participou da inauguração do escritório do jornal *O Estado de S. Paulo* na cidade de Paris, em 1957, realizado no Maison de l'Amérique Latine. Estiveram presentes importantes intelectuais franceses, como o filósofo Claude Lefort (1924-2010), Marcel Bataillon (1905-1977), então

diretor do Collège de France, e Pierre Monbeig (1908-1987), geógrafo e ex-professor da Cadeira de Geografia Física e Humana da USP. Segundo Roger Bastide (1898-1974), ex-professor da Cadeira de Sociologia I da USP, o encontro oportuno reuniu “a velha guarda dos amigos franceses do 'Estado'” (BASTIDE, 1957, p. 01).

**Figura 1: Artigos de Raymond Aron publicados no jornal *O Estado de S. Paulo***



**Fonte:** Acervo Estadão / *O Estado de S. Paulo*

Depois da ruptura democrática realizada pelo Golpe de 1964 – orquestrado por grupos ligados a civis e militares no dia 31 de março –, Mesquita Filho (antes do célebre editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* (13/12/1968), intitulado “*Instituições em frangalhos*”, que serviu como estopim para a censura e repressão política não apenas do seu jornal, mas de outros periódicos brasileiros) escreve uma carta a Aron no dia 11 de abril de 1964, solicitando uma análise sobre o movimento político realizado no Brasil.

Na ocasião, escreve Mesquita Filho a Aron.

Sobre a nossa conversa ao telefone de hoje, eu me permito renovar o convite feito em nome do jornal que dirijo, para que

você possa vir observar por si mesmo o que se passa atualmente em nosso país. Eu considero sua presença aqui como muito importante, dada a incompreensão com a qual, infelizmente, a imprensa francesa analisa nossa Revolução. Com sua visão e perspicácia, tenho certeza, meu caro amigo, que irá prestar um enorme serviço à causa da amizade franco-brasileira, e à democracia em geral, ao constatar pessoalmente a natureza dos eventos, as causas que os determinaram e seus prováveis resultados. O Brasil, sem dúvida, é uma potência que pesa no destino do mundo, e no qual a passagem para a órbita do autoritarismo de esquerda poderia, indiscutivelmente, abalar a estratégia ocidental. Por tais razões, creio que o sacrifício em interromper seu curso na Sorbonne será recompensado por sua ação como jornalista que poderá esclarecer a opinião pública francesa, e também da Europa sobre o que se passa no momento em meu país e as consequências do perigo que ameaça o equilíbrio do continente americano, necessário ao equilíbrio mundial. Com a certeza, querido amigo, que você se mostrará disposto a prestar esse grande serviço ao Brasil permito-me expressar meus mais profundos agradecimentos, pedindo que dê minhas saudações à Madame Aron que, naturalmente, está incluída neste convite (Julio de Mesquita Filho, Arquivos Pessoais de Raymond Aron, caixa 237 11/04/1964 *apud* DIAS JUNIOR, 2013, p. 127).

No dia 27 de abril de 1964, Aron respondeu à Mesquita Filho comunicando-lhe a impossibilidade de visitar o Brasil porque já havia um correspondente de seu jornal no país. O autor também ponderava sobre a conjuntura política brasileira, e apontava a necessidade de aguardar mais alguns meses para uma possível visita ao país, quando a situação estivesse mais estável politicamente.

Em resposta à Mesquita Filho, Aron diz que:

Caro amigo. Agradeço por sua carta de 11 de abril, e digo que sou sensível aos seus sentimentos. A complexidade da situação me escapa, e não estou certo em subscrever aos julgamentos apressados que estão sendo formuladas aqui ou na imprensa francesa. Faço o que posso para alertar *Le Figaro*. No que concerne a uma viagem ao Brasil, isso é duplamente impossível no momento. De um lado *Le Figaro* que, além de seu correspondente habitual, enviou o senhor M. Closs, e seria impossível publicar qualquer coisa a este respeito no jornal. Depois, parece-me que a situação brasileira é atualmente confusa para que se possa formular um julgamento categórico sobre as perspectivas abertas pelos eventos recentes. Parece-me mais favorável visitar seu país daqui a alguns meses, assim que a situação for decantada, para que seja menos difícil apresentar conclusões a partir de uma análise objetiva. Creia nos meus sentimentos de amizade. (ARON, 27/04/1964, Arquivos Pessoais de Raymond Aron, caixa 237 Apud DIAS JUNIOR, 2013, p. 127).

O contato de Aron com os intelectuais brasileiros também ocorreu durante as atividades discentes e nos seminários realizados na França, a exemplo do ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1931-). Cardoso assistiu às aulas de Aron em duas ocasiões, em 1961 e na década de setenta. Na segunda oportunidade, o ex-presidente sublinha que esteve em Paris como exilado político do regime militar brasileiro. Nessa época, buscou também reatar os laços intelectuais com os antigos pensadores franceses que fundaram a USP. Segundo o sociólogo brasileiro, o “local onde noutros andares funcionavam alguns seminários da École des Hautes Études en Sciences Humaines e onde, anos antes, assistira aos seminários de Alain Touraine, Raymond Aron e Michel Crozier” (CARDOSO, 2013, p. 01).

Contudo, o ex-Presidente lembra que seu contato com o pensamento de Aron ocorreu quando ainda era aluno do sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP). Durante a graduação em ciências sociais, Cardoso relata que leu a obra *La Sociologie Allemande Contemporaine* (1935) de Aron: “Em sociologia, Florestan nos fazia ler Mannheim, Dilthey, algo de Weber, o manual de Freyre, o livro do Aron sobre a Sociologia Alemã” (CARDOSO, 2006, pp. 68-69). Sobre o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, Cardoso ressalta a influência do pensamento de Aron na sua formação intelectual.

Gilberto Freyre exibia conhecimento também da literatura francesa contemporânea, especialmente Raymond Aron e Georges Gurvitch, na época o "papa" da Sorbonne (...) Freyre achava que além de tomar em conta o passado e ver como ele se reproduzia ou se modificava no presente, as análises deveriam incluir as orientações e visões que os homens anteviam e como vislumbravam o futuro. Foi buscar em Gurvitch e Aron a noção de que o entrelaçamento entre as condições sociais e as “construções mentais” é importante (...). Chama também a atenção que Gilberto Freyre ao tentar construir um método para juntar compreensão à interpretação, de indagar, portanto, sobre o sentido das ações sociais e não só sobre seu encadeamento causal, não faça nenhuma referência a Max Weber (a quem Gilberto Freyre conhecia, se mais não fosse, por ser familiarizado com o livro de Aron sobre *A Sociologia Alemã* e por ser *Ordem e Progresso* posterior ao admirável *Raízes do Brasil*, no qual Sérgio Buarque faz ampla utilização dos conceitos weberianos) (CARDOSO, 2010, p. 10).

Entre os cientistas sociais que atribuem a Aron grande importância para a formação intelectual, está a socióloga e professora do Instituto de Filosofia e

Ciências Sociais, no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), Elisa Reis. Ao discutir sobre os principais autores que contribuíram para sua formação, Reis afirma que: “Entre os [cientistas sociais franceses] mais velhos, Raymond Aron sem dúvida me influenciou também” (REIS, 2006, p. 265). A autora se refere ao sociólogo francês como “o exemplo de um clássico contemporâneo, Raymond Aron, que se definiu como um espectador engajado, é ilustrativo de que tende a persistir um compromisso político-moral explícito na tradição da sociologia política de orientação histórica” (REIS, 2015, p. 26).

### **1.3. A visita de Raymond Aron ao Brasil em 1962**

Como aponta Ricardo Vélez Rodríguez (2005), desde o século XIX havia, no interior do Itamaraty, figuras que nutriam afinidades eletivas com o pensamento liberal, a exemplo de Paulino Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai (1807-1866), personagem central no Brasil Império tanto no interior do Partido Conservador quanto no Ministério das Relações Internacionais.

Segundo Freller (2015, pp. 10-30), o Visconde de Uruguai, que tinha nascido na França e imigrado quando criança para o Brasil Imperial, tinha como referências políticas e filosóficas os teóricos liberais da Restauração Francesa, como François Guizot (1787-1874). Na obra *Histoire de la Civilisation en Europe depuis la chute de l'Empire Romain jusqu'à la Révolution Française* (1864), Guizot chegou a refletir sobre a importância do Poder Moderador no Brasil Imperial – fator que sugere que a afinidade de Visconde

de Uruguai com o filósofo francês vai além da mera coincidência de ambos terem nascido em território francês. Ainda de acordo com Freller, Guizot foi professor de Alexis de Tocqueville (1805-1859) na Université Paris-Sorbonne, e a sua influência “constitui uma etapa importante da formação intelectual de Tocqueville e, sem dúvida, uma das fontes de inspiração para suas obras”, como *De la démocratie en Amérique* (1835) e *L'Ancien Régime et la Révolution* (1856). Deste modo, tanto Guizot quanto Tocqueville exerceram, em grande medida, influências no processo de formação intelectual e político de Visconde de Uruguai.

No tocante ao tema, Rodríguez (2012) complementa que a instabilidade política, vivenciada pela França após a Revolução Francesa (1789), principalmente com o período do Terror (1793-1794), levou Guizot a refletir a respeito não apenas da pacificação, mas também da restauração da ordem social e política na sociedade francesa. Assim, o Visconde de Uruguai se viu em posição semelhante à de Guizot, na medida em que o Brasil Imperial vivenciava inúmeras instabilidades políticas nos anos seguintes ao regresso da Família Real a Portugal, principalmente durante o Primeiro Reinado de Dom Pedro I e o Período Regencial.

François Guizot representou, para o pensamento político luso-brasileiro do século XIX, o marco de referência conceitual do Liberalismo Conservador, cujo expoente foi Paulino Soares de Sousa, Visconde de Uruguai. A problemática vivida pelo Império Brasileiro na sua etapa inicial (correspondente ao Primeiro Reinado e ao Período Regencial, e que se estende entre 1824 e 1840), era bem semelhante à vivida pela França da época da Restauração (1814-1830) (RODRÍGUEZ, 2012, p. 06).

Rodríguez salienta que Visconde de Uruguai se inspirava em Guizot em diversas reflexões, principalmente no tocante ao tema da liberdade numa sociedade politicamente instável. Se, por um lado, Guizot entendia que cabia ao Estado garantir o exercício da liberdade, uma vez que as instituições na sociedade francesa se esfacelavam com os desdobramentos da Revolução Francesa, por outro, Visconde de Uruguai refletia sobre a importância do Estado centralizado, sob a égide do Poder Moderador, para a garantia da estabilidade da ordem social e política no Brasil Imperial, que era marcado tanto pelos conflitos regionais quanto pelo não reconhecimento das autoridades legítimas.

O não reconhecimento da autoridade legítima, que abrangia desde os funcionários públicos da administração imperial até a própria figura do Imperador, levou Visconde de Uruguai a entender a necessidade da centralização do poder político imperial face ao crescente acúmulo de poderes políticos das oligarquias locais. Devido a isso, continua Rodríguez, Visconde de Uruguai buscou justamente no direito administrativo do Estado Francês a inspiração teórica e política para a modelagem do Estado imperial brasileiro. Rodríguez conclui que essas razões levaram Visconde de Uruguai a escolher a França como modelo não apenas político, mas também de referência teórica para pensar as instituições imperiais, a despeito dos avanços realizados pelos Estados Unidos nas discussões que tinham como alvo o funcionamento do Estado na sociedade.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> De acordo com Rodríguez (2012), a influência de Guizot na América Latina não se restringia ao Brasil. Na Argentina, sua influência se fez sentir nos escritos de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888). Diferentemente do Brasil, a influência na América Latina derivava, em linhas gerais, das instabilidades sociais provocadas pelo processo de independência das

Paulino Soares de Souza [Visconde de Uruguai] considerava que, no processo de construção das instituições que garantiam no Brasil o exercício da liberdade, as condições assemelhavam-se muito às da França pós-revolucionária (...). A nossa prática do municipalismo esteve sempre vinculada à garantia da legislação e das instituições por um poder central, que surgia sobre o universo de particularismos e castas predispostos à privatização do poder. A prática do direito administrativo inspirou-se, no caso de Portugal e do Brasil, na tradição francesa, centralizadora, diferente da tradição anglo-saxã, eminentemente descentralizadora (RODRÍGUEZ, 2012, p. 11).

Segundo Souza (2017), não obstante o reconhecimento dos avanços que os teóricos nos Estados Unidos tiveram a respeito do tema, Visconde de Uruguai entendia que a implementação da descentralização política, realizada nos Estados Unidos, se aplicada ao Brasil Imperial, poderia levar não ao fortalecimento da cidadania ou das liberdades (como sugeria os teóricos americanos), mas, ao contrário, à atrofia das liberdades políticas, na medida em que fortaleceria, em seu entendimento, o acúmulo de poderes políticos pelas oligarquias locais, ocasionando a sua consolidação – o que comprometeria seriamente a própria existência do Estado imperial brasileiro.

Dito de outra forma, o desenvolvimento do liberalismo conservador de Visconde de Uruguai tinha como pano de fundo a reação do Governo Imperial contra os grupos regionais, que não reconheciam nem a autoridade legítima do Imperador, nem as instituições e normas elaboradas pelo governo federal – daí a necessidade de um Estado centralizador, apesar das ideias e inspirações advindas de autores liberais europeus, como Tocqueville e Guizot. Nas

---

colônias. Nesse contexto, os líderes políticos das respectivas colônias buscaram no conservadorismo liberal as inspirações para a estabilização do sistema político da época.

palavras de Souza, Visconde de Uruguai “tinha endereço certo”, pois “a experiência ‘liberal’ brasileira” significou a “descentralização do poder político no século XIX”, o “que representou”, efetivamente, “o mandonismo sem peias dos proprietários locais e total abuso de poder sem qualquer controle” (SOUZA, 2017, p. 06).<sup>5</sup>

Deste modo, ainda que a visita de Raymond Aron – leitor assíduo de Tocqueville – ao Brasil, em 1962, esteja ligada intrinsecamente ao contexto internacional do Pós-Segunda Guerra Mundial, não se deve abdicar dos antecedentes históricos do Itamaraty com o pensamento liberal, justamente porque foi esta instituição que não apenas o convidou ao país, mas que manteve estreitas relações de cordialidade principalmente com os diplomatas Roberto Campos e José Guilherme Merquior.

**Tabela 1: Visita de Raymond Aron ao Brasil em 1962**

12 de setembro	Chegada de New York (USA) ao Rio de Janeiro, RJ
13 de setembro	Faculdade Nacional de Filosofia*, Rio de Janeiro, RJ
14 de setembro	Itamaraty**
15 de setembro	Escola Superior de Guerra (ESG), Petrópolis, RJ
17 de setembro	Univ. de Brasília (UnB), Brasília, DF
19 de setembro	Universidade da Bahia***, Salvador, BA
21 de setembro	Instituto Joaquim Nabuco, Recife, PE
24 de setembro	SUDENE****, Recife, PE
26 de setembro	Universidade de Porto Alegre*****, Porto Alegre, RS
27 de setembro	Retorno ao Rio de Janeiro, RJ

<sup>5</sup> Nota-se que as relações pouco amistosas do Governo Imperial com os governos locais foram eleitas como objeto de investigação sociológica no Brasil. Segundo Botelho (2013, pp. 330-335), sob a égide da sociologia política ou do pensamento social brasileiro, não obstante as diferenças metodológicas e teóricas, autores como Oliveira Vianna, Victor Nunes Leal, Luís Aguiar da Costa Pinto, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maria Sylvia de Carvalho Franco se debruçaram a fim de compreender os “diferentes fenômenos políticos, como clãs rurais, clientelismo, lutas de famílias, voto de cabresto e dominação pessoal” durante o Brasil Imperial.

---

28 de setembro	Retorno para Paris, França (FRA)
----------------	----------------------------------

---

**Fonte:** Dias Junior (2013); Jornal Correio da Manhã (09/08/1961;13/09/1962;14/09/1962). (\*) Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro; (\*\*) Sede no Rio de Janeiro, RJ. (\*\*\*) Atual Universidade Federal da Bahia; (\*\*\*\*) Realização de visita; (\*\*\*\*\*) Atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De acordo com o trabalho de Dias Junior (2013), a primeira visita de Aron ao Brasil ocorreu em 1962, entre os dias 12 a 28 de setembro. A chegada do autor foi amplamente noticiada por diversos jornais brasileiros, como *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *O Globo*.

De acordo com a reportagem (13/09/1962) do *Correio da Manhã*, no dia 12 de setembro de 1962, numa quarta-feira, Aron desembarcou no Aeroporto Internacional Tom Jobim da cidade do Rio de Janeiro (RJ), e foi recepcionado pelo diplomata Francisco Lima e Silva (1936-), então representante do Itamaraty.

Na ocasião, Aron chegou de New York e na cidade do Rio de Janeiro realizou uma conferência na Faculdade Nacional de Filosofia (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), com tema *Teoria do desenvolvimento e ideologias de nosso tempo* (La théorie du développement et des problèmes idéologiques de notre temps) (DIAS JUNIOR, 2013).

Dias Junior pondera que o tema da primeira palestra não era fruto da demanda intelectual existente no Brasil, pois o pedido inicial realizado a Aron era sobre o motivo de não ser adepto ao pensamento marxista. Segundo Dias Junior, o autor se recusou a discutir o pensamento marxista nesses termos propostos pelo convite. Em contrapartida, a preocupação de Aron consistia em refletir sobre como o marxismo se transformou em ideologia, a exemplo do marxismo-leninismo praticado pela URSS, e que, apesar das distorções

realizadas pelo regime soviético no pensamento marxista, havia no interior do pensamento de Karl Marx contribuições singulares e criativas para o pensamento e teoria social.

O convite para a conferência na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro sugeria que Aron baseasse sua fala na seguinte pergunta: “Porque não sou marxista”? Aron responde que o tema “Teoria do desenvolvimento e ideologias de nosso tempo” seria mais adequado (DIAS JUNIOR, 2013, p. 123).

Segundo as reportagens do *Correio da Manhã* (13/09/1962) e de *O Estado de S. Paulo* (12/09/1962), Aron realizou mais duas conferências na cidade do Rio de Janeiro. Uma na Escola Superior de Guerra (ESG), com o título “*La diplomatie à l’âge termo nucléaire*”, e outra na antiga sede carioca do Itamaraty, com o título “*Mercado Comum Europeu*”. Segundo as reportagens (09/08/1961 e 15/09/1962) do antigo jornal carioca *Correio da Manhã* (1901-1974), o sociólogo e filósofo francês foi convidado pela Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty, para participar das conferências intituladas “*Visitas Intelectuais*”. Essas conferências foram inauguradas após a visita de Henry Kissinger ao Brasil.

Informou o Itamaraty que o professor Henry Kissinger, especialista em guerra de guerrilhas, proferirá conferências no Instituto Rio Branco e na Escola Superior de Guerra. Sua chegada ao Rio será próximo dia 30. Com essa visita, a Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty iniciará um ciclo de estudos sobre o título de “*Visitas Intelectuais*”, o qual terá, como outros convidados, os professores Raymond Aron, da Sorbonne, e Walter Rostow, especialista em política internacional e estratégia (O ESTADO DE S. PAULO, 13/05/1962).

A palestra de Aron no Itamaraty sobre o Mercado Comum Europeu nos remete ao ambiente político que o Brasil vivenciava. Nossa hipótese interpretativa está orientada pelo argumento de que existe uma afinidade eletiva entre o contexto da viagem de Goulart aos EUA, para encontrar com o presidente Kennedy (1917-1963), e a visita de Aron ao Brasil. O fio condutor que conecta esses dois eventos (e que nos auxilia na construção dessa afinidade eletiva) é a figura do diplomata Roberto Campos.

Aron construiu relações de grande proximidade com alguns diplomatas do Itamaraty, em especial, Campos. Entendemos que esse diplomata brasileiro não foi apenas um dos responsáveis pela visita de Aron, mas também participou, em alguma medida, da escolha do tema da sua palestra no Itamaraty. Por sua vez, para entender as afinidades eletivas entre Campos e Aron, devemos considerar outra personalidade pública importante na época, a saber, o assessor político do presidente John Kennedy, Henry Kissinger (1923).

Em 1961, tanto o diplomata brasileiro quanto o filósofo e sociólogo francês estavam nos EUA: Aron de licença sabática da Université Paris-Sorbonne, atuando como *research professor* na Harvard University, período em que redigiu uma parte da obra *Paix et guerre entre les nations* (1962) (ARON, 1983); e Campos a serviço da embaixada brasileira em Washington (D.C.), onde teve contato com Kennedy e seus assessores políticos (CAMPOS, 1994).

Sobre esse período, Aron destaca:

Na Sorbonne, após os três cursos sobre as sociedades industriais, consagrei os dois seguintes às relações internacionais. Esses dois cursos, gravados e datilografados, correspondem às duas primeiras partes de *Paix et guerre*, a saber a 'Teoria' e a 'Sociologia'. Tirei em seguida um ano de

licença e passei um semestre como research professor em Harvard (...). Meditei sobre esse livro durante uns dez anos. Foi para escrevê-lo que passei um semestre em Harvard (ARON, 1983, pp. 492-495).

Atuando na Harvard University, Kissinger constituiu amizade com Aron desde a década de 1940. Aron salienta que sempre acompanhou a trajetória de Kissinger, e que, quando viajava para os EUA, o encontrava em sua residência pessoal para discutir os temas relacionados à política internacional.<sup>6</sup>

Henry Kissinger visitara-me lá para o final dos anos quarenta, quando era recém-formado da Harvard University, quando organizava uma revista, a *Confluence* (...). Eu frequentei sua casa em Cambridge quando fui research professor durante um semestre na Harvard University (...). Devido à diferença de idade, ele sempre teve comigo uma atitude de caçula, até mesmo de estudante. Ele nunca foi meu aluno, mas aproveitou *Paix et Guerre* (ARON, 1983, pp. 671-672) .

Segundo Campos, o círculo intelectual da Casa Branca era influenciado pelos pesquisadores ligados tanto a Harvard University quanto a Yale University. Entre os intelectuais, o diplomata destacava a atuação de Kissinger que “viria a tornar-se o mais influente dos secretários de Estado da recente história americana, responsável por decisões cruciais de política externa”

---

<sup>6</sup> Kissinger nutria grande admiração por Aron, e o considerava como “o grande filósofo e cientista político francês” (KISSINGER, 1994, p. 595). Em 1967, Kissinger escreveu a resenha “*Raymond Aron, Peace and War: The Theory of International Relations*” da obra “*Paix et guerre entre les nations*” (1962), publicado no jornal norte-americano *New York Times*. Em trocas de cartas pessoais, Kissinger disse a Aron que “pensou que gostaria de ver uma resenha no *New York Times*” (Cf. Henry A. Kissinger papers, part II. Series I. Early Career and Harvard University, Box: 280 Folder: 5. Acessado em <<http://findit.library.yale.edu/catalog/digcoll:563953>>. Yale University Library Digital Repository). Acesso em: 01 de maio de 2016, às 23h02. Outra contribuição para a difusão do pensamento do Aron nos EUA ocorreu com a publicação obra *Mémoires* (1983) em língua inglesa, com a participação decisiva do editor Max Holmes (Cf. Collection Name: Henry A. Kissinger papers, part II. Series Title: Series III. Post-Government Career. Box: 713. Foreword to Memoirs: Fifty Years of Political Reflection by Raymond Aron, Jan 1990. Yale University Library Digital Repository).

(CAMPOS, 1994, p. 456). Diante do ambiente intelectual que envolvia a Casa Branca, Campos complementa que “percebi logo que minha melhor chance seria enfatizar minhas vinculações acadêmicas, pois vários dos assessores de Kennedy tinham sido recrutados no ambiente universitário, principalmente de Harvard” (CAMPOS, 1994, pp. 456-457)<sup>7</sup>.

No âmbito das relações bilaterais, Loureiro (2013) aponta que os EUA acompanhavam de perto as ações diplomáticas do Brasil durante o período nacional desenvolvimentista<sup>8</sup>. E, de acordo com Neto, Kennedy chegava à Casa Branca num contexto internacional marcado pela “aparente vantagem para o bloco soviético” (NETO, 2015, p. 03)<sup>9</sup>. O autor também compreende, no entanto, que Kennedy interpretava as ações do presidente Jânio Quadros (19017-1992) como “o máximo que os Estados Unidos poderiam aceitar” no cenário internacional, ou seja, como “um movimento tático, mas com garantias

---

<sup>7</sup> Em 1947, Campos esteve nos EUA pela primeira vez, período em que realizou paralelamente às atividades oficiais de diplomata o curso de economia na George Washington University (GWG). Sua aproximação com Harvard ocorreu inicialmente devido à sua admiração por Joseph Schumpeter (1883-1950). Ao enviar sua proposta de pesquisa, Campos sublinha que “Schumpeter respondeu-me com palavras de encorajamento, chegando mesmo a dizer que o montante de pesquisa que eu já havia feito era suficiente para uma tese doutoral, ao invés de uma simples tese de mestrado” (CAMPOS, 1994, p. 49). Campos também teve grande proximidade com Kissinger, a exemplo da recepção pessoal durante a visita deste realizada à cidade de Brasília, em 1981 (Cf. CAMPOS, 1994, pp. 1019-1025).

<sup>8</sup> O nacional-desenvolvimentismo configurou-se pela compreensão segundo a qual o desenvolvimento social na sociedade brasileira estava atrelado à busca, na esfera internacional, de investimentos estrangeiros. Defendia-se a tese de que a política externa teria um papel central não apenas por resolver os problemas nacionais ligados à esfera econômica, mas à transformação social, como a eliminação da pobreza e atenuação das desigualdades sociais (MANZUR, 2014).

<sup>9</sup> Esse clima internacional foi construído devido ao processo de escalada do comunismo em diversos países, como a sovietação a partir de 1947 dos países do Leste Europeu, a Revolução Chinesa em 1949, o conflito das coreias de 1950 a 1953 e a Revolução Cubana em 1959. Acrescenta-se também a adesão de Cuba ao bloco soviético depois da derrota militar dos EUA, em abril de 1961, na invasão da Baía dos Porcos (NETO, 2015).

de que não haveria contaminação ideológica na sociedade” (LOUREIRO, 2013, p. 572).

Mesmo sabendo das irregularidades do Brasil com o FMI<sup>10</sup>, Kennedy decidiu oferecer empréstimos do Export-Import Bank of the United States (Eximbank) de US\$ 100 milhões ao Brasil<sup>11</sup>, proposta que recebeu críticas calorosas dos analistas financeiros do FMI<sup>12</sup>. Contrariando todas as expectativas políticas, Jânio Quadros recusou o empréstimo, e disse que “os compromissos do Brasil no exterior eram tão grandes que só faria sentido ao país receber fundos dentro de um acordo global com credores, e não de maneira isolada” (LOUREIRO, 2013, p. 552). Em seguida, Kennedy pressionou o FMI e o coagiu a conceder empréstimos ao Brasil sem o cumprimento das exigências que, até então, eram os pilares das relações financeiras da instituição.

---

<sup>10</sup> Na busca de investimentos estrangeiros, Kubitschek reatou as relações diplomáticas com a URSS, ressaltando a dimensão estratégica e não ideológica com o regime comunista. Em 1959, usando a justificativa de que era necessário atenuar o crescente aumento das taxas de inflação na sociedade brasileira, Kubitschek rompe com o FMI, e posterga, “com isso, os problemas da inflação e da dívida externa para seu sucessor gerenciar (MANZUR, 2014, p. 181) - nesse caso, para os Governos Quadros e Goulart.

<sup>11</sup> Em relação ao Brasil, Loureiro salienta que Kennedy pretendia “transformar Jânio Quadros em um fiel aliado norte-americano no hemisfério e em símbolo da Aliança para o Progresso”. O autor aponta também o receio do então vice-presidente dos EUA, Lyndon B. Johnson (1908-1973) sobre a posição estratégica do Brasil no continente Americano: “Se o Brasil virar comunista, teremos uma segunda China no mundo, e não uma segunda Cuba” (LOUREIRO, 2013, p. 550).

<sup>12</sup> Segundo Neto (2015), o FMI foi o principal empecilho político no início das negociações das dívidas do Brasil com os credores internacionais. Com duras críticas a Quadros, o FMI salientava que o governo brasileiro não o deixava realizar visitas para acompanhar de perto das finanças públicas praticadas pelo Estado brasileiro, pois não havia metas de controles de gastos públicos. Neto destaca que, na verdade, Quadros não permitiu a visita do FMI ao Brasil porque temia perder o apoio político de alguns setores da sociedade brasileira.

Apesar do apoio financeiro e político recebido de Kennedy<sup>13</sup>, no dia 19 de agosto de 1961, Quadros condecorava, com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, o argentino Ernesto ‘Che’ Guevara (1928-1967), um dos protagonistas da Revolução Cubana. No dia 25 de agosto de 1961, Quadro renuncia à Presidência da República. Após o incidente político em torno da posse de Goulart, ocorre a passagem do presidencialismo para o parlamentarismo no Brasil e o então Vice-Presidente assume a presidência da República em setembro de 1961 (LOUREIRO, 2013).

Segundo Loureiro, Kennedy mudou radicalmente sua política externa em relação a Goulart devido às suas relações com os sindicalistas, comunistas ou simpatizantes das ideias marxistas. Com Goulart, Kennedy salientava que só liberaria mais créditos se fossem adotadas medidas estipuladas pelo FMI, como vistas de inspeção das contas públicas. Essa nova postura também foi seguida pelos demais credores internacionais, como os países da Europa e Japão. Com Goulart à frente do Palácio do Planalto, “os créditos norte-americanos estariam sendo liberados em troca do compromisso do Brasil de ‘cumprir o plano de estabilização acordado com o FMI’” (LOUREIRO, 2013, p. 567).

Nesse clima de tensão diplomática<sup>14</sup>, no mês de abril de 1962, Goulart chega a Washington para se encontrar com o presidente norte-americano

---

<sup>13</sup> A atuação de Kennedy também se estendeu aos credores do Japão e Europa, que adotaram posições financeiras “mais flexíveis com a administração de Quadros” (LOUREIRO, 2013, p. 560). Loureiro salienta que a postura de Kennedy de exercer pressão junto ao FMI, Japão e Europa rendeu ao Brasil cerca de US\$ 300 à US\$ 628 milhões (LOUREIRO, 2013).

<sup>14</sup> Para Loureiro, as relações bilaterais entre os EUA e Brasil também foram abaladas quando Cuba aderiu completamente ao bloco socialista em dezembro de 1961, adotando, inclusive, o *modus operandi* dos regimes socialistas, como estatização da economia, existência de único partido – o Partido Comunista Cubano. O episódio em questão ocorreu em janeiro de 1962, na

Kennedy. A Casa Branca interpretava a chegada do presidente brasileiro “como uma oportunidade para tentar convencer Goulart a mudar sua abordagem diante dos comunistas, principalmente no meio sindical”. Mas essa motivação de Kennedy não surgiu efeito em Goulart, pois “um Presidente como ele, que quase havia sido deposto pelas forças armadas, não poderia dispensar esse tipo de apoio [político]” (LOUREIRO, 2013, pp. 570-571).

**Tabela 2: Tópicos para o encontro entre Goulart e Kennedy (1962)**

1°	Política Exterior 1. Sistema Interamericano e o problema de Cuba; 2. Integração latino-americano
2°	Problemas de natureza econômica: Aliança para o Progresso
3°	Fundo de estatização das receitas de exportações
4°	Acordo a longo prazo de café
5°	O problema de suprimento de trigo norte-americano
6°	O problema das exportações brasileiras de açúcar para os EUA
7°	Balanço de pagamento e empréstimos para o desenvolvimento econômico
8°	Medidas internas brasileiras. Racionalização na cafeicultura
9°	Investimentos privados norte-americanos nos serviços públicos no Brasil
10°	Comunidade Econômica Europeia Restrições as importações de produtos latino-americano
11°	Mercado Comum Europeu. Apoio à posição dos países subdesenvolvidos

**Fonte:** Campos (Cf. 1994, pp. 474-485).

O encontro entre Kennedy e Goulart foi mediado por Campos, com a participação dos diplomatas Moreira Salles (1912-2001), San Tiago Dantas (1911-1964), Gibson Barbosa (1917-2007) e Hugo Gouthier de Oliveira Gondim (1909-1992). Campos relata que ficou com a responsabilidade de elaborar uma

---

VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores realizada no Uruguai, na cidade de Punta del Este, onde Cuba foi retirada The Organization of American States (OAS), e do Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (IA-TRA). Segundo Neto (2015), a política externa brasileira, agora levada a cabo por Goulart e seu ministro das relações exteriores Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964), defendia que Cuba recebesse o status de neutralidade, similar ao que havia em alguns países da Europa, como Finlândia e Suécia. Dantas defendia também que não fosse realizada intervenção e nem sanções à Cuba, e recorria ao direito internacional para justificar a postura brasileira. A postura do Brasil foi seguida pelo México e Argentina, que também eram países contrários às punições. Diante do impasse, Brasil, Argentina e México se abstiveram da votação em janeiro de 1962.

análise sobre as relações bilaterais entre os EUA e Brasil. Depois de conversar com San Tiago Dantas, Campos reelabora e sintetiza, em onze tópicos, os temas que conduziram a conversa entre os dois presidentes.

Os preparativos foram meticulosos. Enviei a San Tiago Dantas o projeto de um memorando com uma análise assaz completa dos problemas de nosso relacionamento com os Estados Unidos, com recomendações específicas sobre cada um deles. – Mas são 32 duas páginas – telefonou San Tiago. Jango jamais lerá esse catatau! Envei-lhe então um compacto em cinco páginas de que ele me pediu, ao chegar a Washington, que fosse comprimido em três páginas, praticamente um roteiro de discussão (CAMPOS, 1994, p. 476).

Ainda de acordo com Campos, o encontro entre os presidentes ocorreu de modo protocolar. Os temas que avolumaram a conversa entre Goulart e Kennedy foram referentes à Aliança para o Progresso (*Alliance for Progress*)<sup>15</sup> e ao Mercado Comum Europeu, onde os EUA “explicita o apoio à conclusão de um acordo mundial sobre café e gestões conjuntas junto (...) para a eliminação dos excessivos impostos que oneram o custo dos produtos de base latino-americanos” (CAMPOS, 1994, p. 480).

De todos os tópicos, o último intitulado “*Mercado Comum Europeu. Apoio à posição dos países subdesenvolvidos*” ganha expressão nesse

---

<sup>15</sup> A instituição responsável em receber os recursos da Aliança para o Progresso era a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fundada em 1959 para o desenvolvimento da região nordeste brasileira, tendo Celso Furtado (1920-2004) desenvolvido atividades desde sua fundação até o Golpe Militar em 1964. A visita de Goulart em abril de 1962 resultou em “US\$ 131 milhões, como parte de um programa global de US\$ 276 milhões” (CAMPOS, 1994, p. 481) para o projeto Operação Nordeste. A título de nota, devemos salientar que Henry Kissinger fez a primeira visita ao Brasil em 1962, entre os dias 31 de maio a 17 de julho. Em Pernambuco, Kissinger foi recepcionado pelos sociólogos Gilberto Freyre (1900-1987), pelo Governador Cid Sampaio (1910-2010) e pelo economista Furtado. (Cf. Foreign Service Dispatch. FROM: American Consulate General, Recife (PE), nº 190. Subject: Visit of Dr. Henry Kissinger to Recife, June 14-16, 1962. TO: The Department of State, Washington D.C.).

trabalho porque foi o mesmo tema da palestra de Raymond Aron no Itamaraty em setembro de 1962.

Chegou ontem ao Rio, procedente de New York, o Sr. Raymond Aron, professor da Sorbonne e do Instituto de Ciência Política de Paris, a convite do Governo Brasileiro, a fim de pronunciar uma série de conferências em diversos Estados. Foi recebido no Galeão pelo representante do Itamaraty, cônsul Francisco Lima e Silva. O prof. Aron pronunciará uma palestra, amanhã, no Itamaraty, abordando o tema 'Mercado Comum Europeu' (CORREIO DA MANHÃ, 13/09/1962, p. 03).

A embaixada brasileira em Londres foi palco de inúmeros encontros com intelectuais de diversas áreas do conhecimento. Segundo Campos, a embaixada brasileira se tornou um “salão intelectual provocante e manteve intensa atividade cultural, facilitada pela frequente visita a Londres de artistas, intelectuais e políticos brasileiros” (CAMPOS, 1994, pp. 1020)<sup>16</sup>. Nesse contexto, o autor salienta que nutria grande admiração por Aron, e o via como um “liberal solitário, que manteve viva a causa do liberalismo, num momento em que a intelligentsia francesa se deixava seduzir pelo marxismo existencialista de Jean Paul Sartre e Louis Althusser” (CAMPOS, 1994, p. 1024).

Em um artigo publicado em 1999, no jornal *Folha de S. Paulo*, Campos relembra um desses encontros na embaixada brasileira em Londres, marcados

---

<sup>16</sup> Podemos citar Gilberto Freyre (1900-1987), Jorge Amado (1912-2001), Antônio Olinto (1919-2009), Eugênio Gudín (1886-1986), Friedrich Hayek (1899-1992), Lionel Robbins (1898-1984), James Edward Meade (1907-1995), Nicholas Kaldor (1908-1986), Hans Singer (1910-2006), Asa Briggs (1921-2016), Samuel Finer (1915-1993), Ralf Dahrendorf (1929-2009), Indraprasad Gordhanbhai Patel (1924-2005), Ernest Gellner (1925-1995), Peter Blain Kenen (1932-2012), Armin Gutowski (1930-1987) e János Fekete (1918-2009) como frequentadores da embaixada brasileira em Londres.

por debates à luz do pensamento liberal. Na oportunidade, estavam Aron, Dahrendorf, Gellner e Merquior<sup>17</sup>.

Era uma crepsa noite de inverno londrino. Eu tinha convidado para um jantar na embaixada brasileira, ao fim dos anos 70, o grande filósofo liberal francês Raymond Aron e dois sociólogos radicados na Inglaterra, Ralf Dahendorf e Ernest Gellner, este último professor de José Guilherme Merquior, meu conselheiro de embaixada (CAMPOS, 1999, p. 01).

Segundo o autor, entre os brasileiros, “a figura intelectualmente mais marcante” (CAMPOS, 1994, pp. 1020-21) era a do diplomata Merquior, que na época realizava os seus estudos na London School of Economics and Political Science<sup>18</sup>. Segundo Dias Junior, quando Aron se referia à figura de Merquior, dizia que ele era “o brasileiro que leu tudo e tudo entendeu” (DIAS JUNIOR, 2013, p.189).

---

<sup>17</sup> Segundo José Mario Pereira, a ligação de Merquior com os intelectuais liberais não se restringia apenas a Aron, Gellner ou Dahrendorf. Os sociólogos John Hall (1949-), Anthony Giddens (1938-), além do cientista político Pierre Manent (1949-), do filósofo Isaiah Berlin (1909-1997) e do historiador italiano Arnaldo Momigliano (1908-1987) “figuravam entre os importantes intelectuais com os quais [Merquior] manteve laços de amizade” (PEREIRA, 2001, p. 230).

<sup>18</sup> Cujo resultado culminou na publicação da obra *Rousseau and Weber: Two Studies in the Theory of Legitimacy* (1980).

#### 1.4. A visita de Raymond Aron ao Brasil em 1980

A segunda visita de Aron ao Brasil foi realizada em 1980 a convite da Universidade de Brasília para a participação de um dos *Encontros Internacionais*<sup>19</sup>. No primeiro dos *Encontros*, o então diplomata Roberto Campos foi o presidente de honra do evento, inaugurando, assim, o conjunto das discussões. A participação de Campos nos eventos é tida como uma das mais importantes, pois contribuiu para a participação de prestigiados intelectuais, tanto nacionais, quanto internacional, como Raymond Aron (CARDIM, 2017).

Roberto Campos teve um papel decisivo na preparação de tão importante reunião acadêmica. Sugeriu nomes, principalmente os estrangeiros, e colocou sua amizade e prestígio para convidá-los com o eficiente aporte de José Guilherme Merquior. (CARDIM, 2017, p. 103).

O fio condutor do primeiro *Encontro*, realizado em 1979, foi a reflexão sobre as transformações ocorridas no cenário nacional, que vivenciava a abertura política com a Lei da Anistia<sup>20</sup> (sancionada há exatos doze dias). Desta forma, segundo Cardim, as preocupações sobre as mudanças no regime militar e a abertura política davam a tônica das reflexões no evento.

---

<sup>19</sup> O primeiro dos *Encontros* foi realizado no dia 10 a 14 de setembro de 1979 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães da UnB, a exatos doze dias da promulgação da Lei da Anistia, e recebeu o título de *Encontros Internacionais da UnB: Alternativas políticas, econômicas e sociais até o final do século XX*, e contou com a participação de mais de cinquenta intelectuais de diversos países e “cerca de mil participantes, na sua maioria, estudantes da UnB” (CARDIM, 2017, p. 103). Os principais responsáveis pela realização dos *Encontros* foram o reitor da UnB e militar José Carlos de Almeida Azevedo (1932-2010), conhecido publicamente como Almeida Azevedo, o cientista político e diplomata Carlos Henrique Cardim, então diretor no Decanato de Extensão (DEX) e presidente da Editora da UnB, órgãos ligados à Reitoria, e o professor do Instituto de Ciências Sociais da UnB, Dr. Gentil Martins Dias.

<sup>20</sup> Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm).

No ano de 1979, sob a presidência de Ernesto Geisel e a liderança do senador Petrônio Portela [1925-1980], no Ministério da Justiça, o Brasil vivia processo, depois exitoso, mas à época pleno de incertezas e tensões, de abertura política e democratização. Uma obra de relojoaria e de coragem. Tinha impulsos político, mas era também uma abertura de ideias e de oxigenação do ambiente intelectual. Havia uma demanda de qualidade por ideias que dessem vida ao espaço de nova liberdade que se abria (CARDIM, 2017, p. 104).

O *Encontros* ocorreram entre 1979 a 1983 e, desde o primeiro ano, havia o interesse de se construir um ambiente intelectual por meio do debate com pensadores e intelectuais de grande porte. Em 1979 o reitor Almeida Azevedo salientava aos participantes do primeiro dos *Encontros Internacionais* que nos anos subsequentes haveria outras atividades do gênero, e que “já estão acertadas as presenças de Karl Popper, Raymond Aron, John Kenneth, Karl Deutsch e Claude Lévi-Strauss” (ALMEIDA AZEVEDO, 1979, p. 01)<sup>21</sup>.

Em 1980, Aron foi recepcionado no Aeroporto Internacional de Brasília pelo embaixador da França, Jean Béliard e pelo professor e diplomata Carlos Henrique Cardim. No primeiro dia de evento, estiveram presentes na mesa de

---

<sup>21</sup> A promessa de Almeida Azevedo se cumpriria nos anos seguintes, e a UnB receberia, então, inúmeros intelectuais reconhecidos internacionalmente, como o cientista político Karl Deutsch (1912-1992), o economista John Kenneth Galbraith (1908-2006), o advogado, professor de direito e ex-reitor da USP Miguel Reale (1910-2006), o cientista político Maurice Duverger (1917-2014), o cientista político Norberto Bobbio (1909-2004), o cientista político Robert Dahl (1915-2014), o professor da Universidade do Texas René Dubos (1901-1982), o cientista político Giovanni Sartori (1924-1917), o político e escritor Mario Vargas Llosa (1981- ), o político Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990), o sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), o antropólogo Ernest Gellner (1925-1995), o filósofo Leszek Kolakowski (1927-2009), o cientista político David Apter (1924-2010) e o economista Friedrich Hayek (1899-1992). Cardim salienta que apenas três intelectuais não compareceram por motivos pessoais: Karl Popper (1902-1994), Isaiah Berlin (1909-1997) e Ralf Dahrendorf (1929-2009) (CARDIM, 2017). Os intelectuais concederam inúmeras entrevistas nesse período, algumas foram reunidas na obra *Ideias: Um Livro de Entrevistas* (1981), de Cora Ronái.

debate ao lado de Aron, além dos que o receberam em sua chegada, o professor Valmireh Chacon, o Reitor José Carlos de Azevedo e o Vice-Reitor da UnB Luiz Octávio de Souza, e o diplomata Celso Lafer.

Em Brasília, Aron proferiu duas conferências na UnB, organizada em dois dias seguidos. O título da conferência do primeiro dia foi *Da Educação Política (De l'Education Politique)*, onde apresenta a sua trajetória intelectual e política. No segundo dia, a conferência tratava de sua sociologia política, desenvolvida, em grande medida, nas obras *Dix-huit Leçons Sur la Societé Industrielle* (1962), *La Lutte des Classes* (1964) e *Démocracie et Totalitarisme* (1965). Segundo Dias Júnior, as duas conferências de Aron, em Brasília, foram realizadas a partir dos “esboços que já escrevia para suas memórias” (DIAS JUNIOR, 2013, p. 143) publicadas na obra *Mémoires: 50 ans de réflexion politique* (1983).

#### **Ilustração 1: Raymond Aron em Brasília (1980)**



Fonte: Aron (1981). Da esq. para dir.: Diplomata francês M. Jean Béliard, diplomata José Guilherme Merquior, Raymond Aron e Carlo Cardim.

Aron narra que, durante a juventude, foi pacifista e simpatizante dos movimentos de esquerda na França, mas que se afastou desses ideais quando presenciou alguns episódios radicais praticados por alguns movimentos de esquerda. Apesar de deixar de participar dos movimentos de esquerda durante a juventude, Aron continuou a estudar os temas ligados tanto ao pensamento da esquerda quanto do socialismo em geral, principalmente a economia e política.

No seu entendimento, havia muitos jovens de sua geração que se lançavam ao debate público (ou pelo menos buscavam fazer isso) sem ter, necessariamente, conhecimentos básicos nas matérias discutidas. Esse cenário o deixava perplexo, uma vez que tal movimento pouco contribuía para aprofundar os debates sobre os temas em pauta (ARON, 1980).

Acho que essa decisão era mais razoável, pois, na época, eu decidia ser socialista sem saber o que era a economia, e me lembrei, logo depois, que sempre fiquei admirado da imprudência com que meus amigos filósofos formavam opiniões política sobre todos os assuntos sem dispor de nenhum conhecimento, por menor que fosse, dos problemas econômicos, dos problemas políticos, os quais se pode estudar, de uma certa maneira, cientificamente (ARON, 1980, p. 60).

Aron observa que, entre 1930-33, período em que esteve na Alemanha após os seus estudos na *ENS*, presenciou a delicada situação alemã do Pós-Primeira Guerra Mundial. Na Alemanha, Aron tem contato aprofundado com a fenomenologia de Heidegger e com os escritos de Max Weber. A estadia também representou uma espécie de reconciliação entre a Alemanha e a França. Ao regressar para a sua pátria, buscou conversar com algumas figuras

políticas sobre a situação vivenciada pela Alemanha, como a ascensão de Hitler e os perigos do Partido Nacional Socialista. Data desse período o encontro entre Aron e o então subsecretário de Estado M. Paganon, cujo conteúdo da conversa foi a situação alemã. Aron salienta que esse encontro marcou profundamente porque Paganon lhe perguntara o que ele faria se estivesse no lugar do Ministro das Relações Exteriores da França.

A problemática do fazer político permeou todo pensamento de Aron à medida em que o autor se colocava como um *espectador engajado* dos acontecimentos de seu tempo.

O Sr. me fala de perigo. Bem, se o Sr. estivesse no seu lugar, o que o Sr. faria? Era muito mais simples para um normalista responder a esta pergunta que fazer uma análise brilhante sobre a situação da Alemanha, e a esta lição, pois era uma lição, naturalmente eu dei uma resposta, mas eu estava convencido entre a diferença entre fazer uma análise da situação e saber o que é preciso fazer quando se está no poder. (...) a maior parte do tempo, sendo jornalista, eu me fiz a pergunta de Paganon e a maior parte do tempo tentei raciocinar o que se poderia fazer no lugar daqueles que são ministros. Quer dizer, eu muito raramente fico satisfeito com análises brilhantes ou comentários mais ou menos convincentes que deixa de lado a questão política essencial: que fazer? (ARON, 1980, p. 62)

Aron comenta que, nesse período, concluiu a sua tese de doutorado intitulada *Introduction à la Philosophie de l'Histoire*, que seria defendida em 1938. De forma simples e sucinta, Aron salientou na UnB que a filosofia da história se propõe a refletir sobre as preocupações kantianas concernentes à escolha e à decisão, questões caras no âmbito da esfera política. Deste modo, salienta que, depois de estudar de modo sistemático a sociedade, deve-se

escolher entre aceitá-la ou negá-la. Ao aceitar a sociedade em que vivemos, uma vez que nenhuma sociedade é perfeita, caberia, então, reformulá-la ou conservá-la; se se escolhe negá-la, exige-se que os homens construam ações orientadas para revolução. A decisão em torno da escolha entre qual postura adotar não diz respeito apenas o que seria melhor ou razoável, pois a decisão envolve, além de questões externas, ligadas ao mundo social, uma dimensão interna aos sujeitos: a decisão é sobre si mesmo, sobre seu próprio destino e existência no mundo.

A decisão não é somente a escolha de ser a favor ou contra um tipo de sociedade, é a decisão pela qual o indivíduo se engaja em uma causa determinada, em uma determinação ação, e esta decisão, me dizia eu, não é somente uma decisão exterior a si mesmo, é uma decisão sobre si mesmo. Nós nos fazemos pelas decisões que tomamos. E, na época, perseguido pelo nacional-socialismo e pelo risco de uma França nacional-socialista, eu dizia que se engajar numa política determinada é se engajar no se próprio destino, pois a política, que nos períodos tranquilos é um divertimento para os homens políticos, nos períodos sérios, trágicos, implica que a decisão de cada um seja uma decisão existencial sobre si mesmo, sobre seu destino, sobre o que ele quer ser e sobre o que ele será (ARON, 1980, p. 66).

No primeiro dia de conferência na UnB, Aron teceu alguns comentários sobre o também filósofo Jean-Paul Sartre (1905-1980), que havia falecido em abril daquele ano. No evento na UnB, Aron dedicou a Sartre os melhores sentimentos e um profundo respeito tanto à sua obra filosófica quanto à sua personalidade. Aron fora amigo de Sartre desde a juventude normalista, tendo-o aconselhado, nos anos trinta, a ir “à Alemanha para descobrir a fenomenologia, o que ele fez”. Sartre, antes de falecer, disse que “só tinha

discutido sobre filosofia com uma pessoa, isto é, Aron” (ARON, 1980, pp. 66-67). Após o fim da Segunda Guerra Mundial, Aron participou da criação da revista de Sartre *Les Temps modernes*.

Em seguida, na sua fala, discute as razões que levaram à ruptura entre os dois.

Podemos começar pela pergunta: por que houve uma ruptura e o que significa essa ruptura no itinerário intelectual desta geração? Pois, até o momento, o que eu conto através de lembranças pessoais é um itinerário intelectual que é bastante típico de uma geração. De uma geração de normalistas que eram no princípio de esquerda, pacifistas, revoltados contra a guerra precedente e que muito se interessam e muito se interrogaram sobre o que significa o mundo novo e que atitude adotar em relação à guerra (ARON, 1980, p. 67).

Aron salientou que nos anos quarenta Sartre tinha afinidades com os comunistas. Todavia, Sartre não acreditava tanto no marxismo quanto no materialismo dialético como fonte de conhecimento, e por isso recebeu inúmeras críticas do Partido Comunista Francês devido a tais posturas. Apesar disso, o autor disse que Sartre podia ser compreendido também como um paracomunista.

Ele era paracomunista, porém não queria entrar para o partido, não aceitava o marxismo, não aceitava o materialismo histórico mas dava, de certa maneira, seu apoio ao progressismo marxista. Às vezes ele sofria ataques baixos e violentos vindos dos comunistas (ARON, 1980, p. 67).

A partir de 1944, as relações entre os aliados começaram a dar os primeiros sinais de divisões. Segundo Aron, as divergências entre a URSS e os Estados Unidos em relação ao mundo do Pós-Segunda Guerra Mundial, como

a reconstrução da Alemanha, por exemplo, contribuiu, decisivamente, para o começo da ruptura entre ele e Sartre.

Aron aponta que, na época dos acontecimentos, fez uso de sua filosofia e escolheu se alinhar a favor das sociedades democráticas liberais. Essa decisão o deixou solitário, pois grande parte dos intelectuais escolheram defender o socialismo (real) e a URSS, como era o caso de Sartre. A cisão ideológica em relação à URSS ocorreu, no entanto, nos anos anteriores, a partir de 1939, época do pacto entre Stálin e Hitler de não-agressão.

Essa ruptura entre o mundo soviético e o mundo atlântico estava inscrita com antecedência na história e quando esta ruptura aconteceu, ao mesmo tempo, quase inevitavelmente, aconteceu a ruptura entre dois amigos anteriormente muito ligados. Por quê? Pessoalmente, aplicava minha própria filosofia, eu escolhi entre os dois tipos de sociedade; a escolha inicial era: eu escolhi as sociedades democráticas e liberais e recusava o outro tipo de sociedade que eu não tinha jamais aceitado, mas que eu tinha compreendido imediatamente, totalmente, no momento em que Hitler e Stalin fizeram um acordo. E os grandes comunistas, com os quais eu mantinha relações nos anos 30, se tornaram insuportáveis para mim em 1939 (...). Eu tinha, pois, escolhido o tipo de sociedade ocidental e a partir de então eu era logicamente pró-europeu, pró-atlântico em função do argumento que me parece, ainda hoje, ao mesmo tempo simples e evidente: para manter o equilíbrio das forças na Europa, na época arruinada, era indispensável a presença americana (ARON, 1980, p. 67).

Sartre desaprovava veemente a escolha de Aron, e a ele dirige severas críticas. Sartre, nas palavras de Aron, era rigoroso em suas posições pró-União Soviética, e era autenticamente um homem de esquerda. Mas Aron ponderava

que “sua obra é muito mais importante que seus acessos de raiva” (ARON, 1980, p. 68).

Sartre pensava totalmente diferente; para escolher entre os Estados Unidos e a União Soviética, ele escolhia a União Soviética, ele era orgulhosamente de esquerda, e tinha escolhido e ficado na esquerda, digamos, por decreto de princípio, decreto este que eu tinha aceitado quando era muito mais jovem, mais que tinha recusado desde há alguns anos. Para ele, ser pró-europeu, pró-atlântico era característica dos conservadores, do mau-caráter (ARON, 1980, pp. 67-68).

Aron lembrava que Sartre era cordial e tímido nos ambientes públicos, um contraste com a energia que empregava na reflexão intelectual. A transformação em Sartre ocorria durante a reflexão e produção das ideias: “Ele não era violento nas discussões diretas, frente a frente, ao contrário, era quase tímido nessas discussões. Mas quando estava sozinho diante de sua página em branco, era diferente, quase como Marx” (ARON, 1980, p. 68).

#### **Ilustração 2: Raymond Aron na UnB (1980)**



**Fonte:** Aron (1981). Da esq. para dir.: Carlos Cardim, Vamireh Chacon, Raymond Aron, Reitor José Carlos de Azevedo, diplomata francês M. Jean Béliard, diplomata Celso Lafer e o Vice-Reitor da UnB Luiz Carmo

Aron concluiu o primeiro dia de conferência em Brasília tecendo comentários sobre o reencontro com Sartre em 1979. Salientou que o reencontro em torno dos refugiados vietnamitas não significou o reatamento dos laços afetivos com Sartre. Em parte, porque, segundo Aron, os dois estavam no limite da existência. Com essas últimas palavras, Aron conclui a conferência do primeiro dia:

No fim nós tivemos uma espécie de encontro em torno do problema dos refugiados vietnamitas, e pode-se dizer que houve quase uma reconciliação, mas a palavra não teve nenhum sentido, nós trocamos algumas palavras, mas estávamos todos dois muito velhos e não podíamos reiniciar o diálogo. O que nós podíamos era considerar, um e outro, que estes 30 anos de polêmicas políticas não tinham tanta significação. Cada um fez o que mais lhe agradou (ARON, 1980, p. 68).

No segundo dia de conferência, Aron apresentou suas reflexões sociológicas sobre a sociedade moderna, que era compreendida como *industrial*. Aron salienta que o conceito de sociedade industrial foi apresentado pela primeira vez pelo filósofo Saint-Simon (1760-1825), através do termo industrialismo. O industrialismo para Saint-Simon remetia ao surgimento das atividades produtivas e da construção das indústrias na sociedade moderna. Outro autor que, segundo Aron, se debruçou sobre o assunto foi também o filósofo Auguste Comte (1798-1857).

Aron ressaltou que foi Comte quem pela primeira vez utilizou o termo sociedade industrial. Segundo Aron, Comte definiu a sociedade moderna como industrial porque compreendia que o objetivo principal dela era a produção.

Com essa definição, Comte entendia que a sociedade moderna se distingue das tradicionais que, na maioria das vezes, eram voltadas para a esfera militar (ARON, 1980).

Augusto Comte foi, vocês sabem, um colaborador de Saint-Simon na sua juventude e ele utilizou não a noção de industrialismo, porém a de sociedade industrial para definir aquilo que ele considerava a sociedade moderna. A sociedade moderna, para ele, era a sociedade industrial, pois, na sua concepção, em cada sociedade há uma função, uma finalidade essencial. No passado, a atividade essencial era a atividade militar e, para ele, a sociedade moderna será definida pela atividade produtiva (ARON, 1980, p. 70).

Aron também salientou que tanto as reflexões de Alexis de Tocqueville quanto as de Max Weber contribuíram para a sua sociologia política. Junto com os argumentos de Comte, sobre a sociedade industrial, Aron aproxima a discussão de Tocqueville referente às sociedades democráticas, tidas como horizonte na era da modernidade. Para Tocqueville, as sociedades seriam, necessariamente, democráticas, mas poderiam ser liberais e prósperas ou despóticas e miseráveis. Ao aproximar esses dois autores, Aron constrói sua tipologia sobre a sociedade moderna, mediante o conceito de sociedade industrial.

O conceito de sociedade industrial para Aron é um *tipo ideal*, mecanismo metodológico proposto por Max Weber para a construção de conhecimento sociológico. O *tipo ideal* aroniano da sociedade industrial foi construído de modo heurístico, com traços gerais presentes na sociedade moderna. Com tal postura, Aron começa a defender o argumento que, apesar das diferenças

entre a URSS e EUA, duas principais potências na Segunda Guerra Mundial, ambas participavam do mesmo tipo de sociedade, a industrial.

Eu diria, *grosso modo*, que a noção se aproxima principalmente do tipo ideal, com as reservas suplementares de que não é um tipo ideal que define o conjunto de uma sociedade. Não há mais sociedades, pois, eu posso dizer, é a sociedade industrial. Eu diria que as sociedades modernas que têm, entre outras finalidades, a produção, apresentam todas um certo número de traços, e o conjunto desses traços é suficiente para definir, ao menos para caracterizar, uma espécie de tipo ideal que eu chamo o da sociedade industrial (ARON, 1985, p. 71).

O *tipo ideal* de sociedade industrial, construído por Aron, era formado pela separação entre a empresa e a unidade familiar, utilização do conhecimento científico nas empresas para a realização da produção, e a existência de hierarquia e de autonomia decisiva na gestão das empresas. Deste modo, as duas grandes potências do Pós-Guerra Mundial estavam inscritas na sociedade industrial e as diferenças entre elas derivava das escolhas e instituições políticas. As diferenças ressaltadas são: na URSS havia economia planificada, monopólio do poder político pelo partido comunista e controle das fronteiras nacionais, ao passo que, nos EUA, a economia era de mercado livre, com democracia e constituições liberais, o que permitia as alternâncias dos grupos ou partidos no poder político.

Aron salientou que a definição sociológica de sociedade industrial não tinha denotação política, na medida em que era fruto da reflexão sistemática sobre as sociedades modernas. Apesar disso, essa definição provocou inúmeras polêmicas, principalmente no âmbito da esquerda e dos pesquisadores das ciências humanas da URSS.

A utilização do conceito de sociedade industrial, para mim, não tinha ou não deveria ter uma significação ou indicação política. Porém, a utilização deste conceito desencadeou, o que é inevitável provavelmente no mundo aonde vivemos, uma polêmica de ordem política. Existe nos países soviéticos, pelo que sei, vários livros que são consagrados a refutar minha concepção da sociedade industrial. Mesmo na imprensa destinada ao grande público soviético o simples fato de utilizar o termo “sociedade industrial” é a demonstração, a prova de uma heresia em relação ao marxismo (ARON, 1980, p. 72).

As conferências de Aron ocorreram concomitantemente à publicação no Brasil das obras *Paz e Guerra entre as nações* (1979), com prefácio de Valmireh Chacon, *Estudos Políticos* (1980), prefaciada por José Guilherme Merquior, e *O Ópio dos Intelectuais* (1980), com prefácio de Roberto Campos.

A esse respeito, Campos frisa que:

Coube-me o prazer de escrever o prefácio da tradução brasileira no livro de Aron, *L'opium des intellectuels*, publicada pela Universidade de Brasília. Escrito em 1955, o *Ópio dos intelectuais*, é de surpreendente atualidade para a conjuntura brasileira, quase 40 anos depois. Os mitos que Aron buscava desmistificar àquela altura – e hoje desmistificados à luz da falência econômica do coletivismo – eram o mito da *esquerda*, o mito da *revolução* e o mito do *proletariado*. No Brasil de hoje [1994], se substituímos a palavra ‘Revolução’ pela expressão, ainda que vaga, de ‘mudança’, e o mito do *proletariado* pela ‘opção pelos pobres’, estaremos de volta à mitologia de Aron, de 1955 (CAMPOS, 1994, p. 1024).

Em entrevista realizada pelo jornalista José Mário Pereira, o sociólogo Leandro Konder, o psicanalista Eduardo Mascarenhas, a literata Marília Pacheco Fiorillo, o cientista político Marcílio Marques Moreira, o historiador Paulo Sérgio Pinheiro e o jornalista Roberto D'Ávila no programa de televisão

Canal Live, transmitido pelo Grupo Bandeirantes de Comunicação no dia 17 de janeiro de 1982 e publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* (24/01/1982), Merquior demonstra o seu entusiasmo com as publicações das principais obras de Aron em língua portuguesa.

Deu-me muito prazer ver que finalmente suas obras mais importantes de teoria política vêm sendo agora mais divulgadas entre nós. Aron é, de todos os liberais modernos, o liberal mais maduro. E por que mais maduro? Porque, no caso dele, talvez devido à sua formação de sociólogo, a dimensão social do liberalismo moderno é muito acentuada. Ele não é apenas um neoliberal. Aron é um liberal que me parece muito mais completo, porque a sua preocupação com a liberdade e as liberdades, como ele prefere dizer, não esquece nunca não só os condicionamentos sociais destas liberdades como também o fato de que isto que nós chamamos de liberdade moderna é o resultado de uma síntese, a síntese democrático-liberal, como ele chama (MERQUIOR, 1982, p. 07).

A relação de Raymond Aron com os intelectuais brasileiros aqui discutidos foi marcada por atitudes recíprocas de admiração e respeito. Em entrevista à jornalista Cora Rónai (1953-), durante a segunda visita ao Brasil, Aron lembra que suas conferências sempre ocorriam na qualidade de “na condição de amigo do Brasil” (ARON, 1981, p. 68).

Ainda em Brasília, em 1980, recordando da primeira visita realizada em 1962, Aron destaca seus sinceros votos para que o país se redemocratize e se estabilize politicamente, a exemplo de outras nações igualmente importantes.

Eu desejo, e espero, que haja uma liberalização progressiva do regime brasileiro, como ocorreu ao longo dos anos na Grécia, na Espanha e em Portugal (...). Da primeira vez em que estive no Brasil, em 1962, estava no governo o presidente João Goulart que, se havia sido aceito como vice-presidente, como

chefe da Nação era considerado inaceitável pelas Forças Armadas. Não me pareceu, naquela época, que a situação estivesse mais estável do que hoje em dia. Enfim, a História jamais se escreve por linhas retas e de maneira contínua em direção ao melhor (ARON, 1981, p. 68).

O contato com o jornal *O Estado de S. Paulo* e com a Família Mesquita ocorreu por toda a vida de Aron. Na sua segunda visita ao Brasil, em 1980, após proferir suas conferências na UnB, ele seguiu para a cidade de São Paulo e foi recepcionado por Fernão Lara Mesquita, então diretor do caderno de *Cultura* do jornal paulistano. Na capital paulista, Aron proferiu também uma palestra no jornal *O Estado de S. Paulo*. Após as atividades, seguiu para Paris.

**Ilustração 3: Raymond Aron e Família Mesquita (1980)**



**Fonte:** Aron (1981). Da esq. para dir.: Reitor da UnB José Carlos de Azevedo, Laura Maria Sampaio Lara Mesquita, Ruy Mesquita, Raymond Aron e Fernão Lara Mesquita.

## **Capítulo II: O estudo e ensino em relações internacionais**

Do ponto de vista conceitual, ainda que não haja consenso entre os estudiosos do tema, Herz (2002, pp. 07-40) salienta que a especificidade das relações internacionais reside no uso do conceito de soberania dos Estados. A soberania é compreendida como a igualdade de autoridade entre os Estados no cenário internacional. Posto isso, neste âmbito, não existe uma autoridade acima dos Estados, logo, a relação entre eles é marcada pelo sistema político anárquico. O conceito de soberania permeia todo o debate das relações internacionais, e constitui um elo comum entre os autores, independentemente das correntes ou escolas de pensamento, seja para afirmar a existência das soberanias dos Estados nacionais ou para afirmar a negatividade desse fenômeno.

No entanto, o conceito de soberania, continua Herz, também é utilizado por outra área de conhecimento, o da ciência política. Segundo a autora, apesar do uso comum do conceito de soberania, há diferenças notáveis em como as relações internacionais e a ciência política compreendem este conceito. A ciência política reconhece no conceito de soberania a existência de autoridade legítima, o monopólio do uso da força legítima pelo Estado num território delimitado, chamado nação. O que implica que, para a ciência política, a soberania está mais associada à política interna dos Estados, com o exercício da política no interior de regimes políticos e na formação do poder político, ao passo que, para as relações internacionais, o conceito de soberania não reconhece nenhuma autoridade legítima no cenário internacional. Herz ainda salienta que a conceituação de soberania permitiu aos estudos de

relações internacionais definir não apenas as categorias de análises, mas os objetos de interesse da própria disciplina.

Se a realidade internacional é mais marcada pela anarquia e pela falta de autoridade legítima, pois nenhum Estado reconhece outro acima de si próprio, e o uso da força encontra-se difuso, temas como segurança internacional, guerra, paz, cooperação internacional, comércio exterior, economia internacional, direito internacional se tornaram, ao longo do processo de consolidação das relações internacionais, objetos de estudos e reflexões pelos diferentes pensadores.

### **2.1. O estudo em relações internacionais e os Estados nacionais**

De acordo com Sato (2001), o surgimento dos estados nacionais nos séculos XVI e XVIII levou à diminuição da universalidade do direito divino, e possibilitou a criação de um cenário internacional configurado pela anarquia. O fim da Idade Média contribuiu para o renascimento de conflitos no continente Europeu, ao passo que havia disputas religiosas entre os soberanos, que muitas vezes estavam sob a influência da Igreja Católica. O Tratado de Westphalia (Treaty of Westphalia) atenuou os conflitos derivados de questões religiosas, na medida em que deixou “a cada estado a prerrogativa de escolher sua fé religiosa assim como o princípio de ordem política”. No entanto, esse desenvolvimento histórico contribuiu para que o cenário internacional se afirmasse potencialmente belicoso, pois o surgimento de estados nacionais teve como consequência a inexistência de autoridades ou instituições que regulassem suas condutas ou anseios – daí o interesse e diagnósticos nem

sempre otimistas de autores como Maquiavel, Hobbes, Jean Jacques Rousseau e Immanuel Kant acerca do cenário internacional. Em outras palavras, Sato assinala que, “nesse ambiente, era natural que o debate” filosófico dos pensadores se debruçasse “sobre a legitimidade, e o papel do poder nas relações entre unidades políticas ocupasse o centro das atenções” (SATO, 2001, pp. 32-33).

Já no século XIX, a consolidação da revolução industrial no continente europeu e a propagação dos valores liberais contribuíram para a expansão dos empreendimentos comerciais até os confins do mundo, o que significou ampliação continuada tanto dos mercados consumidores, provocados pelos crescentes deslocamentos de pessoas às colônias, quanto da extração de matérias primas oriundas desse mesmo processo. Ao longo desse período, os valores liberais produziram a crença de que os problemas econômicos, financeiros e sociais seriam solucionados na medida em que existisse a expansão colonial e a busca de novos mercados. Com isso, chegava-se a imaginar que os estados nacionais viveriam em contínua harmonia de interesses, pois acreditava-se que, se os mercados estivessem sempre em expansão, não haveria motivos para disputas e conflitos armados – seguindo a lógica da ordem liberal, que foi dominante no cenário internacional até o início da Segunda Guerra Mundial (SATO, 2001).

A Grã-Bretanha ocupou posição de destaque ao longo desse processo da ordem liberal, pois, ao atribuir à libra esterlina o padrão ouro, garantiu a possibilidade de sua admissão nos principais centros financeiros do mundo. A chamada era Vitoriana expressou a consolidação econômica, cultural, artística, financeira e política da Inglaterra ao redor do mundo, ao passo que na cidade

de Londres “era possível comprar desde seda da China e especiarias da Índia até pau-brasil, algodão e trigo vindos das Américas”. Contudo, “o padrão ouro, assentado sobre a libra esterlina, era apenas o símbolo mais visível deste prestígio. Em síntese, a era Vitoriana viu a Grã-Bretanha tornar-se sinônimo de poderio, estabilidade e segurança”, período que, “por essa razão, era chamada de *belle époque*”, complementa Sato (2001, pp. 15-16).

O espaço exercido pela Grã-Bretanha ao longo do século XIX no cenário internacional se modificou significativamente em meados dos anos de 1900. Nos anos 80 daquele século, a indústria britânica representava o acumulado de vinte por cento da produção industrial do mundo, já na primeira década do século XX, a atividade industrial ficava em torno de dez por cento. A mudança ocorreu devido ao aumento da produção industrial de outros centros econômicos, na virada do século XIX para o XX, que passou de oito para quinze por cento, no caso da Alemanha, e de quinze para trinta por cento, no caso dos Estados Unidos. Acrescentadas à alteração estrutural da participação industrial no mundo, as relações financeiras pautadas em libra esterlina cediam espaço ao crescente comércio pautado pelo dólar americano. Na busca de construir relações pautadas no padrão ouro, outras nações aplicavam, além da Grã-Bretanha, políticas monetárias – movimento em que participaram, inclusive, países pouco integrados, até então, na produção industrial do mundo, a exemplo da França. Essas mudanças são apontadas por Sato como “sinais de que, estruturalmente” a posição da Grã-Bretanha no cenário internacional “tendia a ser cada vez mais problemática”. Desta forma, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) provocou o aumento das tensões entre as nações

européias, principalmente entre a Alemanha e Grã-Bretanha (SATO, 2001, p. 24).

Ao término dos conflitos, intelectuais, líderes e estudiosos imaginaram que “as dificuldades econômicas derivavam dos inevitáveis problemas da destruição e da drenagem dos recursos” causados pela guerra, e não “de mudanças estruturais que havia se iniciado décadas antes”. Sato enfatiza que “com efeito, terminada a guerra, o grande projeto das grandes potências passou a ser a de voltar à ordem do século XIX e não a busca de novos arranjos”, ou seja, “era preciso, ainda que com tristeza, reconhecer que aquele mundo, aparentemente ordenado e seguro, estava definitivamente condenado apenas a ser uma doce lembrança de uma *belle époque*” (SATO, 2001, p. 18).

O surgimento da Liga das Nações (League of Nations) – segundo a qual cabia a cada país decidir “os meios de que dispusessem” para alcançar seus objetivos – e o conteúdo da Conferência de Paz de Versailes (1919) – que sintetizava o “esforço de restauração da ordem econômica que havia vigorado nos anos” anteriores ao conflito – expressam a motivação dos atores envolvidos de restaurar a antiga ordem liberal, que até então tinha “produzido estabilidade e crescimento econômico”. Por isso, continua Sato, existia a compreensão de que não havia “motivos para que outras fórmulas fossem procuradas”. Não obstante às mudanças estruturais que levaram ao conflito internacional, as nações vencedoras, ao atribuírem à Alemanha a exclusiva responsabilidade pela guerra, buscaram construir instituições que “afiguravam muito mais uma continuação das práticas políticas das grandes potências europeias” que eram “desenvolvidas desde a Guerra Franco Prussiana de 1871” (SATO, 2001, pp. 34-35).

A Alemanha foi considerada 'culpada' e pensou-se que uma punição exemplar do Kaiser e a exigência de pagamento de reparações pesadas, poderiam ser um alerta a todas as nações aventureiras, que pretendessem desenvolver políticas expansionistas. (...) Todo o otimismo que certou a iniciativa de Wilson pela criação da Liga das Nações foi, gradativamente, substituído por dúvidas e apreensões que se estenderam pela década de 30 até desaguarem na Segunda Guerra Mundial (SATO, 2001, p. 35).

Deste modo, o desenvolvimento de reflexões sobre as relações internacionais está intrinsecamente relacionado aos movimentos históricos, que iniciaram com a modernidade, nos séculos XVI e XVII, e se estenderam até o século XX e XXI. A primeira iniciativa de estudo das relações internacionais no âmbito da Universidade ocorreu na Grã-Bretanha, na então University College of Wales, em Aberystwyth, com a criação da cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional, onde Edward Carr atuou como professor e pesquisador, tendo os seus estudos resultado, em 1939, na grandiosa obra *The Twenty Years Crisis (1919-1939): An Introduction to the Study of International Relations*. Concordo com Sato quando assinala que a obra *The Twenty Years Crisis* se equipara à reflexão intelectual realizada por Maquiavel, Hobbes, Kant, Rousseau, Clausewitz e Hegel acerca dos movimentos dos estados nacionais, na medida em que a reflexão do historiador emerge de uma crise estrutural.

Assim, de certa forma, o estabelecimento das primeiras cadeiras nas universidades britânicas e americanas voltadas para o estudo das relações internacionais no entre guerras pode ser considerado, em grande medida, uma retomada do debate sobre o tema das relações entre as soberanias que, de certa forma, havia sido deixado à parte desde Kant (SATO, 2001, p. 32).

Além disso, Carr (1946 [1939]) salienta que o ressurgimento dos estudos em relações internacionais, como interesse acadêmico, no início do século XX foi fruto de intensos debates, no interior das sociedades nacionais envolvidas nos conflitos internacionais, durante a Primeira Guerra Mundial. Os cidadãos começaram a pressionar as lideranças políticas sobre os eventos internacionais, que principiavam afetar diretamente as suas vidas cotidianas. Aos poucos, os atores responsáveis pela política externa das nações tiveram que dividir a mesa de debate com os cidadãos e, em seguida, com a opinião pública, que pressionava e exigia respostas mais adequadas às crises políticas vivenciadas.

Gradualmente, os líderes políticos e militares tradicionais, responsáveis pela política externa, começaram a perder o monopólio da interpretação e da estratégia de ação no cenário internacional, fosse em tempos de paz, com os acordos internacionais, ou em tempos de guerra, nos conflitos entre as nações. Todo esse processo, continua Carr, foi importante para que os temas relacionados às relações internacionais se transformassem em assuntos não apenas dos militares e dos líderes políticos, mas também dos cidadãos. Carr ainda salienta que o resultado desse fenômeno foi a popularização dos temas referentes às relações internacionais, como a paz e a guerra.

A guerra de 1914-18 encerrou a percepção de que a guerra é um assunto dos soldados profissionais e, fazendo isto, dissipou a impressão correspondente de que a política internacional não podia ser deixada nas mãos dos diplomatas profissionais. A campanha pela popularização da política internacional começou nos países de língua inglesa com a forma de uma agitação contra tratados secretos, que foram atacados, sem provas suficientes, como uma das causas da guerra (...). A

agitação contra eles foi importante. Pois foi o primeiro sintoma da demanda pela popularização da política internacional, e anunciou o nascimento de uma ciência nova (CARR, 1946 [1939], p. 04)

Notadamente, devemos dizer que a atuação de Carr não se restringiu apenas ao status de estudioso da política internacional, ainda que a sua contribuição nesta área tenha sido de grande valia, uma vez que ele ingressou também na carreira diplomática da Grã-Bretanha, e participou das rodadas de negociações da Conferência de Paz de Versailles (1919).

Segundo Vigevani et al., (2016), também surgia, no interior da London School of Economics, o Departamento de Relações Internacionais, fator que contribuiu para consolidar as relações internacionais na Europa. Apesar dessas iniciativas, foi apenas depois da Segunda Guerra Mundial que surgiram importantes instituições ligadas às relações internacionais, como a International Studies Association (ISA), nos Estados Unidos, e a British International Studies Association (Bisa), em 1975, na Grã-Bretanha (VIGEVANI et al., 2016; BARBÉ, 1995).

Para Arena (1990) e Barbé (1995), na Europa e nos Estados Unidos, o fenômeno da formação acadêmica de ensino e pesquisa em relações internacionais encontrou, pelo menos nos primeiros anos, dificuldades para se consolidar devido à existência das disciplinas já institucionalizadas que, como a do direito e a da história, tinham em seus esboços teóricos e analíticos subáreas que abordavam alguns temas das relações internacionais. Deste ponto de vista, os autores afirmam que o direito internacional e a história das relações exteriores e, depois, a história das relações internacionais se debruçavam sobre as questões das relações internacionais nas universidades

antes mesmo das relações internacionais se desenvolverem como estudo acadêmico.

Herz (2002) aponta que o avanço acadêmico do ensino e pesquisa em relações internacionais nos EUA ocorreu em forte conexão com os estudos da ciência política, a exemplo da existência de duas instituições acadêmicas, a American Political Science Association (APSA), fundada em 1903, e a International Studies Association (ISA), fundada em 1959, que recebem trabalhos de pesquisadores da área das relações internacionais e de ciência política. A autora salienta também que a conexão entre ciência política e relações internacionais não ocorreu do mesmo modo na Inglaterra, onde existe apenas um único espaço para a apresentação de trabalhos de relações internacionais, a British International Studies Association (BISA). Esse cenário polarizado, entre o estudo das relações internacionais na Inglaterra e nos EUA, se reverbera também no âmbito epistemológico, pois os trabalhos de relações internacionais apresentados na BISA incorporam aspectos sociológicos, históricos e filosóficos, ao passo que nas associações ISA e APSA as pesquisas desenvolvidas em relações internacionais seguem intimamente a perspectiva da ciência política norte-americana.

## **2.2. O estudo em relações internacionais no Brasil**

No Brasil, assim como alhures, o desenvolvimento dos estudos em relações internacionais está intimamente ligado tanto aos movimentos históricos que a sociedade brasileira vivenciava quanto à esfera de interesse do poder político.

Tomassini (1985) assinala que na América Latina os elementos políticos atuaram tanto no sentido de contribuir quanto na direção de impedir o desenvolvimento acadêmico de ensino e pesquisa em relações internacionais nas universidades. Esse descompasso entre avanço e regresso está relacionado à conjuntura política da Guerra Fria. De modo que, ao contrário da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde as rivalidades ideológicas dos primeiros anos da Guerra Fria reforçaram o desenvolvimento acadêmico em relações internacionais nas universidades, na América Latina tais conjunturas internacionais atuaram mais como entraves que como avanços.

O exemplo mais marcante foi a experiência chilena, com a criação do Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile que, iniciada no ano de 1966, cujas atividades foram encerradas em 1973, devido ao golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet (1915-2006) contra o então presidente Salvador Allende (1908-1973). Nas palavras de Tomassini, a interrupção ocorreu, entre outros motivos, porque Claudio Véliz “participou nas campanhas eleitorais do ex-presidente do Chile Salvador Allende em 1952, 1958 e 1964” (TOMASSINI, 1985, p. 208).

Vale dizer que a experiência chilena dialoga com as primeiras instituições da Europa ligadas às áreas das relações internacionais, como o Royal Institute of Affairs (Chatham House), liderado por Arnold Toynbee (que também participou da inauguração do instituto chileno), e o Centre d'Estudes de Politique Étrangère de Paris. No âmbito da América Latina, Véliz estabeleceu relações com o Colégio do México e com o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais do Brasil. Tomassini ressalta que o Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad do Chile criou um núcleo de

pesquisadores para o qual foram convidados inúmeros intelectuais interessados nos temas das relações internacionais, como os brasileiros Celso Furtado (1920-2004), Darcy Ribeiro (1922-1997) e Amílcar Herrera (1920-1995), argentino radicado no Brasil. Talvez a presença de Darcy Ribeiro seja a mais significativa, considerando o objetivo geral dessa dissertação. Segundo Heymann (2011), o antropólogo (que foi idealizador da Universidade de Brasília (UnB) e, em 1961, o seu primeiro reitor) realizou assessoria política para o então presidente chileno Salvador Allende, entre 1971 a 1973. Em seu exílio no Chile, Ribeiro também atuou como professor no Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad do Chile, participando da primeira experiência acadêmica de ensino e pesquisa em relações internacionais na América Latina.

Curiosamente, seria na Universidade de Brasília, em 1974 e sem qualquer participação de Ribeiro, que surgiria a primeira experiência acadêmica de ensino e pesquisa em relações internacionais no Brasil. Assim, os estudos em relações internacionais no Brasil foram iniciados pelos diplomatas do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty).

Segundo Miyamoto (2003a, 2003b, 2010) e Sato (2010), nas inúmeras vezes em que o Itamaraty era questionado sobre a inexistência de cursos universitários de relações internacionais no país, o órgão respondia que a sociedade brasileira não se interessava pelo tema. A narrativa, apresentada pelo Itamaraty, demonstra uma estratégia para justificar o seu monopólio sobre a elaboração da política externa do Brasil. Na avaliação de Miyamoto: “Ao alegar que a sociedade não se interessava sobre o assunto de tal natureza, o Itamaraty, no caso, arrogava-se o direito de ser o único a pensar a atuação do país” (MIYAMOTO, 2010, p.384).

Barros (1985) que, segundo Miyamoto (1999), produziu o primeiro balanço sobre o desenvolvimento das relações internacionais nas universidades do Brasil, mostra que o Itamaraty contribuiu para que o desenvolvimento acadêmico das relações internacionais nas universidades ocorresse tardiamente, se comparado com o ambiente acadêmico de outras áreas do conhecimento, como por exemplo a sociologia.

Outro aspecto que deve ser salientado é o papel do Ministério das Relações Exteriores no desenvolvimento da profissão das relações internacionais, ou talvez seria mais apropriado falar do papel do Itamaraty em obstruir tal desenvolvimento. Irônico e contraditório como parece, o Itamaraty tem sido um fator que tem impedido, mais que ajudado, o crescimento dos estudos das relações internacionais como disciplina acadêmica e profissional no Brasil. No princípio, quando não existia uma profissão na área, o Itamaraty não promoveu sua criação, porque isso implicaria numa forte alternativa de pensamento sobre as relações internacionais e ameaçaria, ao menos potencialmente, o cômodo monopólio que desfrutava os diplomatas profissionais. Falando em termos de uma sociologia das organizações, o Itamaraty não tinha razões para apresentar apoio à criação de instituições competitivas. Pelo contrário, o seu interesse parecia ser o de manter o monopólio no campo e garantir que as outras instituições que tentavam entrar nele não conseguissem. (BARROS, 1985, pp. 52-53).

Com a criação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), em 1933, e da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, Barros argumenta que o Itamaraty passou a se preocupar, com relativa atenção, com o surgimento dos cursos acadêmicos, especialmente no Estado de São Paulo, e com as mudanças na sociedade brasileira, que se modernizava em ritmo acelerado.

Deste modo, em 1945, o Instituto Rio Branco (IRBr) foi fundado mediante articulação do Itamaraty e do presidente Getúlio Vargas (1982-1954). Segundo Barros, uma das estratégias do Itamaraty foi permanecer como a única instituição do país “na área de formulação de política externa” (BARROS, 1985, p. 53), e de recrutamento do serviço diplomático.

O Instituto Rio Branco foi criado pelo Itamaraty nos anos 1940 como medida de resistir à democratização do acesso para o Serviço Civil no Brasil, que estava sendo promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público. Pela forma em que a situação se desenvolveu nos anos 40, passaria às mãos de outra agência. O Instituto, no entanto, teve êxito em manter o monopólio de seleção dos novos membros do corpo diplomático, favorecendo o ingresso de jovens procedentes das classes altas (BARROS, 1985, pp. 55-56).

Deste modo, Barros (1985) salienta que, tradicionalmente, o Itamaraty era espaço dos integrantes da mais alta elite do país, e que o tema das relações internacionais era frequentemente estudado como *hobby*, sem profissionalização.

Nesse contexto era difícil se especializar, com exceção dos diplomatas, em relações internacionais. As poucas pessoas que tinham interesses no tema tendiam a ingressar no serviço diplomático (...). Assim, salvo este pequeno grupo que podia ganhar a vida pela profissão das relações internacionais, o interesse profissional pelos estudos das relações internacionais, existia como *hobby* (BARROS, 1985, p. 50).

Essa questão, segundo a qual os primeiros escritos sobre as relações internacionais foram realizados pelos diplomatas, também foi ressaltada por Almeida (2003), ao salientar que, inclusive, os primeiros estudos com a rubrica das relações internacionais no Brasil foram escritos pelos diplomatas oriundos

da elite social e classe política brasileira, a exemplo de Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão de Rio Branco) (1845-1912), Joaquim Nabuco (1849-1910), Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai) (1807-1866) e João Pandiá Calógeras (1870-1934). Assim, Almeida aponta que, no âmbito da produção da história diplomática, formou-se uma “produção historiográfica em relações internacionais dos gabinetes da elite intelectual, e governamental, do Segundo Reinado e da Primeira República” (ALMEIDA, 2003, p. 52).

Na esteira das relações entre o Itamaraty e Getúlio Vargas, foi sancionado o Decreto nº 24.486 de 28 de julho de 1934, que criava o Curso de Aperfeiçoamento de diplomatas. Em 1945, ainda no governo Vargas, surgia o Instituto Rio Branco (IRBr), com o Decreto nº 7.473. Com a presença e discurso de Getúlio Vargas, o Instituto Rio Branco foi inaugurado em 1945 na cidade de Niterói, RJ (BRASIL, 1951).

É preciso (...) organizar Conselhos de Estudos que se especializem em assuntos políticos, econômicos e culturais de todos os continentes; dar ao Instituto Rio Branco maior amplitude e maiores prerrogativas; (...) revivificar, enfim, a nossa diplomacia, reaparelhando-a, reforçando-lhe os métodos e reajustando os meios de ação, de modo a podermos contar com uma atividade verdadeiramente inteligente e atenta ao aproveitamento das oportunidades, com uma política externa dinâmica e, sobretudo, muito brasileira (Discurso de Getúlio Vargas na inauguração do IRBr) (BRASIL, 1951, p. 01)

Assim, a motivação do Itamaraty era a de fundar o Instituto Rio Branco para que os temas das relações internacionais fossem deixados a cargo das instituições oficiais. Com isso, aumentou-se a distância e o isolamento dos

temas das relações internacionais perante o grande público de jovens ingressantes nas universidades, pelo menos até a década de 70 (BARROS, 1985).

O Instituto Rio Branco não apenas incentivava o debate intelectual na formação dos diplomatas brasileiros, como os estimulava a fazer cursos de pós-graduação em universidades do exterior. Todavia, devemos lembrar que era o Itamaraty quem decidia em quais programas de pós-graduação, nas universidades do exterior, os diplomatas poderiam fazer seus estudos com auxílios financeiros do Instituto Rio Branco. Os programas autorizados pelo Itamaraty investigavam os seguintes temas: política internacional, ciência política, economia, direito internacional e administração pública. Sendo assim, os diplomatas deveriam escolher um desses temas para estudar caso quisessem obter auxílios financeiros do Itamaraty.

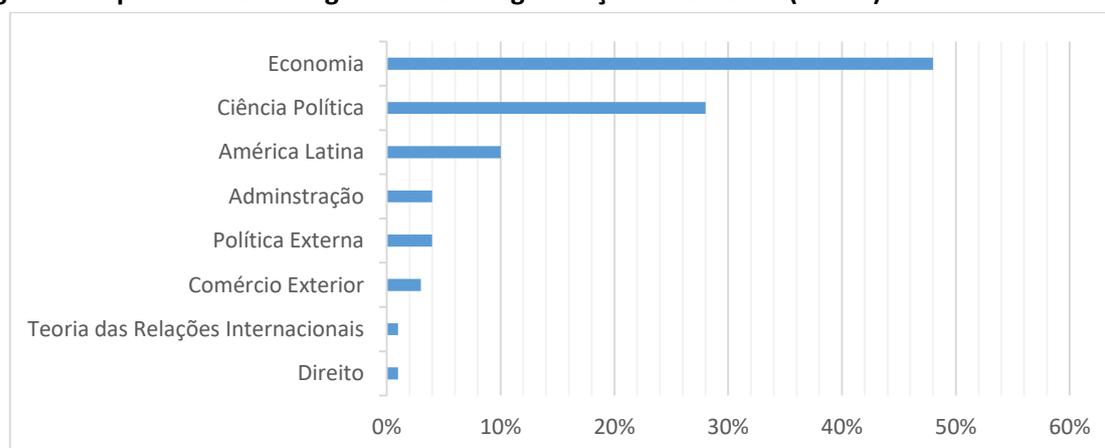
De particular importância foi a instituição dos programas de adestramento avançado para diplomatas lotados no exterior. Aproveitando a própria dinâmica da carreira, tais programas oferecem a possibilidade de cursos de pós-graduação em política internacional, ciência política, economia, direito internacional e administração públicas, em universidades estrangeiras (...) o programa de estímulo aos Diplomatas lotados no exterior, para a realização de cursos de pós-graduação em universidades estrangeiras, em setores de aprendizado de interesse do Itamaraty (IRBr, 1966-1967, pp. 09-13)

Entre os anos 1967 e 1975, dos setenta e dois diplomatas que fizeram cursos de pós-graduação no exterior, 74% cursaram-nos em universidades americanas e 10% em universidades inglesas. Dentre as universidades americanas escolhidas, destacam-se a George Washington University, que

formou 48% dos diplomatas pós-graduados, e a New York University, que formou 13%. Dentre os diplomatas que estudaram na Inglaterra, 43% realizaram seus estudos na London School of Economics, 29% na Polytechnic of Central London, e 14% na University of London. Nas universidades do exterior, foram realizados um total de 08 doutorados, 09 especializações, 03 graduações e 72 mestrados. Dentre os temas investigados, 48% discutiam economia, 28% foram assuntos relacionados à ciência política e 10% investigavam a América Latina (IRBr, 2017).

O Instituto Rio Branco também foi, desde a sua fundação, em 1945, e, pelo menos, até os anos oitenta, um ambiente que proporcionava inúmeros eventos com especialistas das mais variadas áreas do conhecimento, que eram convidados para debater acontecimentos correntes da política internacional e nacional, como militares, diplomatas, cónsules, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, linguistas, juristas, economistas, literatos, físicos, ministros de Estado, deputados, senadores e intelectuais de diversos países da América Latina, Europa e EUA.

**Figura 2: Diplomatas em Programas de Pós-graduação no exterior (temas)**



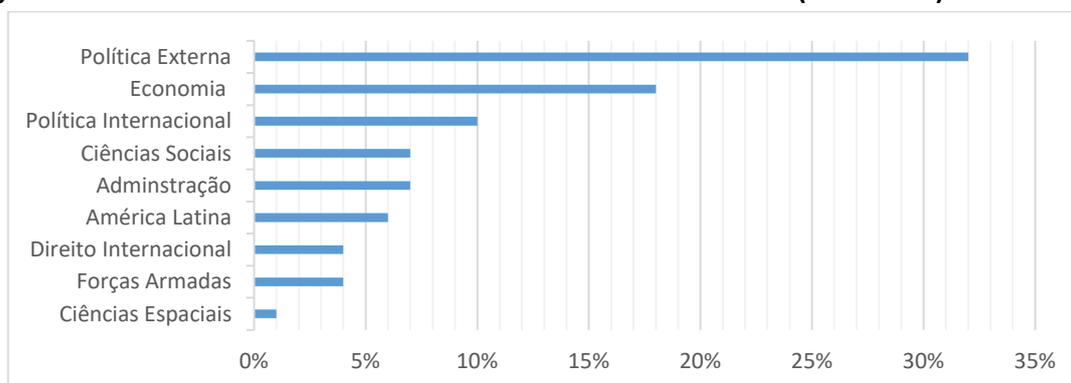
Fonte: Instituto Rio Branco (IRBr). Anuários: 1951, 1952, 1953-54-55, 1956-67, 1958-59-60, 1961-62-63, 1964-65, 1966-67, 1969-69, 1970, 1971, 1973, 1973, 1975, 1976, 1978-79-80, 1981, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989-90, 2013, 2014.

A realização de eventos, em que eram debatidos assuntos relacionados a situações vivenciadas pela sociedade brasileira e às mudanças no cenário internacional, constituiu uma das metas principais do Instituto Rio Branco, que, desde a sua criação, já expressava o objetivo de realizar, de modo continuado, a “difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais” (IRBr, 1952, p. 16).

Assim, mediante contínuas iniciativas, o Instituto Rio Branco tende a desenvolver-se em um núcleo de estudos internacionais, mediante cursos, ciclos de conferências, seminários e assembleias de estudos (IRBR, 1951, p. 09).

Desse modo, entre 1945 e 1980, o Instituto Rio Branco realizou aproximadamente quatrocentos eventos sobre temas internacionais e nacionais. Os tópicos discutidos, ao longo dos trinta e cinco anos, versavam sobre os mais diferentes assuntos, como administração, ciências espaciais, forças armadas, América Latina, direito internacional, economia, ciências sociais, política externa e política internacional.

**Figura 3: Temas das conferências realizadas no Instituto Rio Branco (1940-1980)**



Fonte: Instituto Rio Branco (IRBr). Anuários: 1951, 1952, 1953-54-55, 1956-67, 1958-59-60, 1961-62-63, 1964-65, 1966-67, 1969-69, 1970, 1971, 1973, 1973, 1975, 1976, 1978-79-80, 1981, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989-90, 2013, 2014.

Apesar da pluralidade dos temas debatidos no Instituto Rio Branco, devemos destacar que os assuntos relacionados à política externa brasileira são os mais frequentes nos eventos realizados: 32% discutiram tal temática, 16% economia e 10% política internacional.

No âmbito das universidades, conforme apontam Almeida (1999a, 1999b, 2003), Lessa (2005b), Herz (2002) e Julião (2011), os estudos sobre as relações internacionais no Brasil produziram inúmeros debates e, conseqüentemente, modelos de análises singulares que surgiram ainda no início do século XX, com a história diplomática, passando pelos trabalhos produzidos na década de sessenta e setenta, até as pesquisas estritamente acadêmicas, produzidas pelos programas de pós-graduação em relações internacionais, a exemplo da UnB, a partir de 1984 até os anos 2000.

Herz assinala que a produção brasileira de conhecimento, realizada no âmbito das universidades sobre o tema das relações internacionais, começou com a reflexão sobre a política externa brasileira em que se destacaram os estudos sobre a atuação do Brasil durante a política externa de Getúlio Vargas, a Política Externa Independente (PEI) e a política externa dos regimes militares. No entanto, Herz e Almeida (1999a, 1999b, 2003) apontam que as primeiras pesquisas sobre as relações internacionais foram realizadas por acadêmicos que seguiram no contexto histórico marcado pelo ideário que identificava na política externa os meios necessários para alcançar o desenvolvimento social no Brasil.

Como ressalta Herz (2002), o tema das relações internacionais era discutido por acadêmicos antes mesmo da criação dos cursos de graduação e de pós-graduação em relações internacionais nas universidades, ou seja, as

pesquisas e os debates sobre o tema eram realizados pelos diplomatas, sociólogos, cientistas políticos, historiadores, economistas e juristas integrados a inúmeros programas de pós-graduação.

Bernal-Meza (2016) aponta que a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) contribuiu para que surgisse, entre os intelectuais latino-americanos, a “preocupação pelo desenvolvimento de um pensamento próprio” (BERNAL-MEZA, 2016, p. 03), estimulando reflexões sobre o cenário internacional. As movimentações políticas surgidas nos anos da Pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente com o fim do Estado Novo em 1945, contribuem para se compreender não apenas as razões dos interesses dos acadêmicos de diversas áreas pelos temas relacionados às relações internacionais, mas também pelo interesse da própria sociedade brasileira pela temática.

Assim, nos campos da ciência política, do direito, da sociologia e da história, devemos ressaltar a atuação de Hélio Jaguaribe, Antonio Augusto Cançado Trindade, Celso Lafer, Maria Regina Soares Lima, Raúl Prebisch, Fernando Henrique Cardoso, Felix Peña e Celso Furtado que, *grosso modo*, entendiam que era possível explorar oportunidades na realidade internacional, ainda que os anos sessenta e setenta tivessem sido marcados pela Guerra Fria e pela tensão ideológica e militar entre os Estados Unidos e a União Soviética. Esses estudos surgiram como uma resposta à Escola Realista, e buscavam investigar, no âmbito das relações internacionais, os mecanismos de inserção do Brasil na realidade internacional, com o objetivo de construir uma atuação pautada pela “autonomia relativa da política externa do Brasil” (ALMEIDA, 1999b, p. 126) e, também, de alcançar, através da política externa, o

desenvolvimento econômico e social para a sociedade brasileira e América Latina (HERZ, 2002; ALMEIDA, 1999a, 1999b, 2003; BARROS, 1985).

No campo da ciência política, intelectuais como Celso Lafer, Hélio Jaguaribe, Gelson Fonseca ou Maria Regina Soares de Lima, entre muitos outros, deram significativas contribuições para o avanço de uma ‘teoria’ da ação diplomática brasileira, ou melhor, conducentes ao estabelecimento de ‘paradigmas’ racionalizadores sobre a política externa do País. Apesar da bibliografia acumulada no Brasil sobre as relações internacionais e política externa já ser relativamente considerável, a maior parte da produção concentra-se em períodos selecionados e em problemas específicos, consistindo em artigos que privilegiam mais os enfoques econômico, político ou estratégico-militar do que a abordagem propriamente histórica (ALMEIDA, 2003, p. 55).

Um dos esforços intelectuais desse período foi a constituição da teoria da dependência que, nas palavras de Herz, “parte de uma tendência mais geral nesse campo de estudo, de contestação da concepção realista do sistema de Estados, tendo diversos especialistas se voltado para a análise da estrutura econômica internacional” (HERZ, 2002, p. 17). No entanto, a teoria da dependência perdeu prestígio ainda nos anos setenta, devido ao ressurgimento da Escola Realista no campo das relações internacionais. No Brasil, ainda também foi produzido reflexões sobre as relações internacionais no campo da geografia, inspiradas em autores consagrados como F. Ratzel e Halford Mackinder. No entanto, a principal característica diz respeito aos estudos no campo da geopolítica, onde “concluía-se que as alianças com os EUA representavam vantagens estratégicas e econômicas” (HERZ, 2002, p. 18).

Miyamoto (1999) adverte que a relativa ausência de trabalhos acadêmicos sobre as relações internacionais, nas décadas de sessenta e

setenta, está relacionada ao regime político que se instaura com o golpe militar de 1964, como a forte repressão política exercida nas universidades através das aposentadorias obrigatórias e afastamentos. A repressão política, realizada nas universidades, contribuiu para silenciar os acadêmicos e os intelectuais, criando um clima de cautela para aqueles que desejassem realizar análises ou mesmo críticas à política externa do regime militar. Miyamoto ressalta ainda que o clima da época era marcado pelo intenso temor de sofrer perseguições políticas, perda de empregos ou até tortura.

Antes de mais nada, é conveniente lembrar que [durante o regime militar] não se podia falar/escrever abertamente e permanecer impune, sem sofrer consequências que poderiam ser drásticas, desde a apreensão da obra até a perda de emprego, sem contar uma possível abertura de processo, incluindo prisão e tortura (MIYAMOTO, 1999, p. 85).

A perseguição política realizada nas universidades, após o Golpe Militar de 1964 e intensificada com o Ato Institucional nº 5, AI-5, em 1968, tornou quase impossível o desenvolvimento crítico das relações internacionais no Brasil. Nesse ambiente hostil, inúmeros cientistas sociais emigraram do país, e alguns fizeram pós-graduação nos Estados Unidos ou nos países da Europa. A repressão realizada nas universidades minou qualquer iniciativa ou tentativa de criação de grupos de pesquisas ou de estudos que discutissem a política externa de forma autônoma. Enquanto isso, o Itamaraty avançava na monopolização dos estudos sobre as relações internacionais no Instituto Rio Branco, pelo menos até 1974, quando se cria o primeiro curso de relações internacionais na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília (DF).

Mas também havia outro motivo pelo qual o meio acadêmico pouco se manifestava — mesmo se desejasse e fosse possível

— a respeito da atuação brasileira quer no cenário regional, quer no nível mais amplo do sistema internacional. Praticamente não havia pessoas ligadas à Universidade com possibilidade de fazer boas análises sobre a maior parte dos assuntos que diziam respeito à política externa brasileira e, pior ainda, sobre as Relações Internacionais lato sensu. Na realidade, verificava-se que tanto a prática quanto a teoria constituíam-se quase um monopólio dos diplomatas do Ministério das Relações Exteriores (MIYAMOTO, 1999, p. 86).

Foi nesse ambiente político avesso às atividades acadêmicas que se criou, no país, o primeiro curso de relações internacionais na UnB, em 1974. No entanto, essa iniciativa não se espalhou para as demais universidades brasileiras, fossem elas federais, estaduais ou particulares. Foi apenas na década de oitenta com o processo de redemocratização do país que a área de estudos universitários em relações internacionais desenvolveu os seus primeiros passos rumo à formação acadêmica, tanto no nível de graduação quanto na pós-graduação.

### **2.3. O ensino em relações internacionais no Brasil**

De acordo com Lessa (2005a), o primeiro curso de bacharelado em relações internacionais na UnB (e no Brasil) surgiu como uma resposta política do governo militar à crise econômica provocada pelo esgotamento do “milagre econômico”, assim como, no plano internacional, pelo choque do petróleo em 1973/74. Segundo o diplomata Eulálio do Nascimento e Silva, então diretor do Instituto Rio Branco, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, a motivação para a criação do curso de graduação em relações internacionais na UnB existia desde 1965, ou seja, quase dez anos antes de sua criação.

As crescentes responsabilidades internacionais do Brasil levaram a Reitoria da Universidade de Brasília a estudar a criação de um curso de graduação em relações internacionais. O anteprojeto está sendo elaborado para posterior aprovação do Ministério das Relações Exteriores e do Conselho Federal de Educação. A Universidade justifica a implantação do novo setor de ensino diante da necessidade de formação especial para a área internacional, cujos profissionais, até agora, "foram arregimentados sem nenhum critério de conhecimento específico". O curso visará preparar melhor o candidato à carreira de diplomata e de funcionário internacional; contribuir para o aperfeiçoamento cultural dos que já trabalham nessa área e proporcionar a formação necessária para o desempenho de funções junto às entidades oficiais e particulares que operam no Brasil e no Exterior. A ideia existia desde 1965, quando se pensou pela primeira vez em criar um curso de relações internacionais na UnB (O ESTADO S. PAULO, 01/10/1971, p. 12).

Para compreender a relação entre a UnB, a criação do curso de graduação presencial em relações internacionais e os objetivos políticos que orientavam as ações dos fundadores do curso é necessário formular as seguintes questões: a relação entre os objetivos políticos e criação de cursos nas universidades não é um processo atípico nas sociedades modernas - autores como Müller et al., (1987) e Ramirez & Boli (1987) apresentam o argumento de que esse processo surgiu inicialmente na Prússia e depois se espalhou em escala planetária após a Segunda Guerra Mundial; depois, esse processo não surgiu no Brasil em 1974 com a UnB, a exemplo do trabalho de Jackson (2007), que aponta para as intrínsecas relações entre a criação da Universidade de São Paulo e alguns cursos com o contexto político da década de 1930; finalmente, constatadas as relações entre os objetivos políticos e a criação de cursos nas universidades, processo próprio das sociedades

modernas, que apareceu no Brasil quando o país vivenciou o processo de modernização, iniciado nos anos de 1930, é necessário compreender em que medida o processo ocorrido na UnB apresenta traços gerais desse fenômeno presente nas sociedades modernas e no Brasil, com o processo de criação da USP e de alguns cursos, e em que grau esse processo apresenta singularidades e especificidades em relação tanto aos processos ocorridos em outros países, estudados por Müller et al., (1987) e Ramirez & Boli (1987), quanto no Brasil, em relação ao próprio caso da USP.

Müller et al., (1987) e Ramirez & Boli (1987) salientam que foi na Prússia e, depois, na Alemanha que surgiu pela primeira vez a compreensão de que os Estados deveriam não apenas educar os seus cidadãos, mediante um sistema de ensino obrigatório e público, mas também prepará-los para atuarem nas mais diversas áreas da sociedade nacional.

Em 1700, a Prússia era essencialmente um "estado sem nação". E com isso teve como característica uma burocracia forte e centralizada, que supervisionava a política altamente fragmentada pelos interesses locais. O problema prussiano consiste em criar uma nação para combinar com seu estado (RAMIREZ & BOLI, 1987, p. 04).

Os autores afirmam ainda que essa estratégia surgiu antes da Alemanha realizar a revolução industrial, processo que ocorreu tardiamente. Deste modo, os autores apontam “que o desenvolvimento do interesse do Estado sobre a educação não era exclusivamente uma resposta às necessidades da economia industrializada” (RAMIREZ & BOLI, 1987, p. 02).

A experiência alemã se tornou significativa na medida em que esse ideário rapidamente se espalhou para os demais Estados nacionais que ou

estavam consolidando a revolução industrial ou ensaiavam as primeiras tentativas. Depois da Segunda Guerra Mundial, o ideário nascido na Alemanha atingiu escalas planetárias: todos os países começaram a compreender que ocupar posições importantes no cenário internacional dependia da existência de uma estrutura educacional ampla e eficiente (RAMIREZ & BOLI, 1987).

Assim, segundo Ramirez & Boli (1987), a educação deixava de ocupar um lugar secundário, com tons de diletantismo, para se tornar uma questão estratégica na política de poder dos Estados nacionais. Gradualmente, começou a se construir o ideário segundo o qual o poder, o prestígio, o sucesso ou insucesso dos Estados nacionais, no sistema internacional, estaria relacionado diretamente ao desenvolvimento do sistema educacional. Assim, a partir dessa experiência na Prússia, os demais Estados nacionais começaram a investir cada vez mais no campo educacional, tanto no intuito de construir o modelo de cidadão, conhecedor da língua, da história e do território nacional, quanto na formação de profissionais para atuar em seu interior, defendendo os seus interesses - e ainda que os cidadãos não estivessem conscientes disso (RAMIREZ & BOLI, 1987). Não por acaso, depois da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), passou a haver um senso popular no interior da sociedade francesa segundo o qual a guerra tinha sido ganha não pelos generais prussianos, mas pelos seus professores (REISNER, apud RAMIREZ & BOLI, 1987, p. 08).

O surgimento das universidades e cursos acadêmicos no Brasil parece seguir nessa direção geral apontada por Müller et al., (1987) e Ramirez & Boli (1987): as universidades e os cursos surgem para equacionar uma questão política, ligada à dinâmica interna ou externa dos Estados nacionais. Talvez, no

Brasil, o caso mais evidente seja a Universidade de São Paulo (USP). O trabalho realizado por Jackson (2007) contribui para esclarecer esse ponto, ao afirmar que a fundação da USP se deu como uma resposta da elite paulista à crise política, durante a ascensão de Getúlio Vargas nos anos de 1930 e 1932.

Em São Paulo, o arranjo histórico dado pela supremacia econômica do estado – impulsionada pelo processo de industrialização e crescimento dos centros urbanos durante a República Velha – e pelas derrotas políticas sofridas em 1930 e 1932 possibilitou o investimento político na reforma educacional que teve como pilar a criação da Universidade de São Paulo em 1934 e, nela, da FFCL. Também a criação da ELSP (1933) resultou desse contexto (JACKSON, 2007, p. 117).

Guardadas as devidas proporções e respeitando as singularidades históricas de cada período (1934 e 1974) podemos dizer que tanto a criação dos cursos de graduação de ciências sociais da USP quanto a criação do curso de relações internacionais da UnB foram construídos para a formação de recursos humanos que atuariam não apenas em alguma dimensão do Estado brasileiro, mas também para alcançar objetivos políticos formados *a priori*.

No caso específico da USP, Jackson salienta que a motivação inicial recaía claramente na formação de quadros políticos, pois “imaginavam os mentores das duas escolas [USP e ELSP] que as elites nelas formadas constituiriam quadros políticos e técnicos envolvidos na retomada da hegemonia política do país por São Paulo” (JACKSON, 2007, p. 117).

Em Brasília, a UnB formaria profissionais em relações internacionais para elaborar políticas públicas durante a nova política externa elaborada pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979). Isso porque, apesar de ainda existirem as

rivalidades políticas e ideológicas da Guerra Fria, iniciadas no fim da Segunda Guerra Mundial entre os EUA e URSS, nos anos setenta as relações entre os diferentes regimes políticos começaram a se desenrolar mais por relações estratégicas do que por afinidades ideológicas. Essa grande mudança no cenário internacional começou no ano de 1972, quando o presidente norte-americano Richard Nixon (1913-1994) se encontrou com Mao Tsé-Tung (1893-1976), então líder do regime comunista da República Popular da China (LESSA, 2005a).

Habitado a pensar a política externa em termos rígidos desde o início do Golpe Militar, o regime militar brasileiro lançava o Pragmatismo ecumênico e responsável. Portanto, o estrategema empregado foi o de repensar a política externa - fosse no nível diplomático, no reconhecimento de nações com regime comunistas ou no nível comercial e na ampliação dos mercados internacionais. Surgia, então, a necessidade de formação de recursos humanos qualificados para alcançar tal objetivo (LESSA, 2005).

Mais do que preparar bons candidatos ao difícil concurso de acesso à carreira diplomática [no Itamaraty], como muitos suspeitavam, a ideia de criação deste curso se amparava na constatação de que os organismos oficiais (além do Itamaraty), de fato necessitavam criar e aparelhar estruturas administrativas que fossem capazes de atuar na formulação e na implementação de políticas públicas que tinham grandes vinculações com a possibilidades abertas pela política externa (LESSA, 2005a, p. 35).

A criação do curso de relações internacionais, ao que tudo indica, obedeceu tanto a imperativos práticos como políticos: formação de recursos humanos para auxiliar na nova política externa, que se desenrolava no governo

Geisel. Por esse motivo, Julião (2009) afirma que, em 1973, a Comissão de Implementação do curso de relações internacionais da UnB chegou a construir cenários estratégicos para a atuação dos futuros profissionais em relações internacionais. Entre os locais de trabalho estavam o Gabinete Civil da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Informações, o Departamento de Administração e Serviço Público, a Consultoria-Geral da República, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), o Ministério da Agricultura, o Ministério das Comunicações, o Ministério da Educação e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Julião (2009) também salienta que a Comissão de Implementação do curso de relações internacionais da UnB não refletia apenas sobre a atuação dos profissionais em relações internacionais nos órgãos públicos, mas também a esfera privada como um alvo potencial.

(...) das 100 maiores empresas do país, 94 tem menos de 1000 empregados; 96 delas apresentam oportunidade de emprego para relações internacionais. Das 1.254 maiores, cerca de 35% mostram-se potencialmente capazes de absorver graduados em relações internacionais. Uma avaliação preliminar indica, pelo menos, 1.700 empregos nos setores privados, exceto oferecidos pelos estabelecimentos bancários com agências no exterior (CAMPOS, apud JULIÃO, 2009, p. 98).

Julião (2009) salienta que, após a conclusão do relatório de criação do curso de relações internacionais, a proposta foi encaminhada para o reitor da UnB, o físico e militar José Carlos de Almeida Azevedo (1932-2010), que seguiu os procedimentos necessários para a criação do curso junto ao Ministério da Educação e ao Conselho Federal de Educação. Complementando os apontamentos de Julião sobre o contexto em que se iniciou a formação

acadêmica em relações internacionais na UnB, Lessa (2005) aponta o objetivo central que circundava a criação do curso de relações internacionais em 1974.

O profissional formado no novo curso [de relações internacionais da UnB] poderia vislumbrar uma carreira peculiar que se desenvolvia no aparelho do Estado e nas interfaces externas das economias do setor público e do privado. Exerceria funções novas, todas decorrentes do novo perfil internacional que o Brasil rapidamente assumia: participar e apoiar os programas de expansão do comércio exterior nas diferentes agências governamentais que possuíam então interfaces com o assunto (ministérios das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio, das Minas e Energia) (LESSA, 2005, p. 36).

A principal dificuldade encontrada pela UnB foi a de apresentar o bacharel em relações internacionais às instituições do mercado e aos demais órgãos públicos, uma vez que os assuntos ligados às relações internacionais eram mediados tanto pelos diplomatas quanto pelos economistas ou advogados (LESSA, 2005b).

Ainda nos anos de 1973 e 1974, o assunto sobre a criação do primeiro curso de relações internacionais no Brasil foi abordado pela imprensa da época, a exemplo de duas reportagens (07/12/1973 e 07/04/1974) do jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo as quais, após um estudo realizado na UnB, se chegou à conclusão da necessidade de um novo profissional no Brasil: o de bacharelado em relações internacionais:

Um novo tipo de profissional que um estudo da UnB revelou ser necessário num país em desenvolvimento, cujas funções não podem – embora estejam precariamente, ser assumidas por economistas e advogados – o especialista em relações internacionais – diz o projeto do curso, que durará quatro anos

– não se confunde com o economista, nem com o advogado e, muito menos ainda, como o diplomata. Suas funções serão diferentes e o mercado de trabalho diverso (O ESTADO DE S. PAULO, 07/12/1973, p. 18).

O graduado em relações internacionais será mais que um simples administrador, advogado, economista ou diplomata, pois o curso pretende formar um tipo bem definido de especialista, dotado de conhecimento mais profundos sobre os fatores que envolvem a economia internacional. Os autores do projeto entendem que algumas empresas médias – de turismo, de exportação, de importação etc. –apresentam maior potencial de ocupação para graduação em relações internacionais (O ESTADO DE S. PAULO, 07/04/1974, p. 28).

Mas, em se tratando de relações internacionais e formulação de política externa no Brasil, ainda havia uma importante questão a ser considerada: o próprio Itamaraty. Depois de um longo período de praticamente cento e sessenta anos de monopólio das relações internacionais e, conseqüentemente, da formulação da política externa no país, surgia o primeiro curso de relações internacionais em uma universidade brasileira, a UnB. A percepção do Itamaraty mudava, embora lentamente, pois participou desse período de transição dos estudos em relações internacionais diplomáticos para os acadêmicos na UnB.

Em 1976, o Instituto Rio Branco foi transferido para Brasília e, com isso, tornou-se urgente resolver a exigência de que os candidatos ao concurso de carreira diplomática apresentassem a comprovação de realização de cursos superiores reconhecidos pelo MEC. A presença do Instituto Rio Branco em Brasília deixava em aberto essa questão, pois alguns candidatos faziam seus cursos superiores em universidades distantes de Brasília, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador ou Belo Horizonte. Segundo Julião (2009),

essa questão surgiu como iniciativa do próprio Itamaraty, em carta enviada pelo diretor do Instituto Rio Branco, o diplomata Sérgio F. Guarischi Bath, ao cientista político José Carlos Brandi Aleixo, professor que estava à frente da criação do curso de relações internacionais na UnB (JULIÃO, 2009).

A ideia de abrigar dentro da UnB as atividades de formação de diplomatas não encontrou acolhida no MRE. Todavia, havia o interesse dessa instituição em ver o curso de relações internacionais da UnB reconhecido porque, naquele período, o processo de ingresso na carreira diplomática exigia que o candidato, ao prestar o concurso público, tivesse cursado no mínimo dois anos de qualquer curso superior que fosse reconhecido pelo MEC. Essa questão da obrigatoriedade do reconhecimento foi destacada na carta enviada ao professor José Carlos Brandi Aleixo pelo diplomata Sérgio F. Guarischi Bath, Diretor do Instituto Rio Branco, em 15 de outubro de 1976. [O Itamaraty] via este fato [a criação do curso de relações internacionais na UnB] como uma oportunidade de ter em seus quadros candidatos com uma formação mais próxima do que seria o curso de formação de diplomatas oferecido pelo Instituto Rio Branco (JULIÃO, 2009, p. 101).

Ademais, Julião (2009) ressalta que foi o próprio Itamaraty que disponibilizou os diplomatas e embaixadores para compor o quadro de docentes iniciais do curso de relações internacionais da UnB. No entanto, Barros (1985) assinala que a aceitação em atuar na formação acadêmica em relações internacionais na UnB foi realizada com ressalvas e exigências. A exigência principal era a de que o campo acadêmico de relações internacionais não abordasse temas polêmicos que comprometessem o próprio Itamaraty.

Segundo Barros.

A consequência imediata foi que o Itamaraty decidiu apoiar o desenvolvimento da disciplina desde que os temas da

investigação não provocassem denúncias aos setores mais conservadores, que poderiam argumentar que pessoas de fora do 'establishment' da Política Externa estavam interferindo nos assuntos que não eram de suas competências. Os temas que o Itamaraty queria que se estudassem era o da história diplomática e outros temas não muito controversos ou polêmicos (BARROS, 1985, pp. 53-54).

Durante a década de oitenta, a UnB também passou a oferecer dois cursos de extensão a distância: o curso “Introdução às relações internacionais” – CIRI – (1983 [1979]), dividido em seis unidades com textos originais, em língua portuguesa, dos autores Karl Deutsch, Marcel Merle, Hélio Jaguaribe, José Carlos Brandi Aleixo, Ronaldo Sardenberg, João Augusto de Araújo Castro, Luciano Tomassini e Raymond Aron; e o curso “Introdução à ciência política”, dividido em nove unidades, com os textos de Afonso Arinos de Mello Franco, Tércio Sampaio Ferraz Jr, Philippe Schmitter, Peter Nicholson e Karl Deutsch, Valmireh Chacon, Antônio Augusto Cançado Trindade, Raymond Aron, Ralf Dahrendorf, Karl Popper, Isaiah Berlin, entre outros.

Segundo o reitor José Carlos de Almeida Azevedo em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo* (11/03/1979, p. 47; 01/05/1983, p. 187), os cursos a distância de “Introdução às relações internacionais” e de “Introdução à ciência política” eram oferecidos via correspondência, mediante inscrição nas agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (“Correios”), e com encontros presenciais entre tutores e alunos, em diversas instituições, para a realização dos testes sobre o conteúdo estudado, num “exame (...) [com] 25 questões de tipo objetivo (...) e cinco questões de tipo subjetivos com valor entre zero a dez” (CIRI, 1985, p. 22).

A criação dos cursos de extensão a distância de “Introdução à ciência política” e de “Introdução às relações internacionais”, mediante parceria com a Open University inglesa, teve repercussão na opinião pública, a exemplo da reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*.

O reitor da UnB, professor, José Carlos de Almeida Azevedo, responsável pela iniciativa, firmou contrato com a 'Open University', da Inglaterra, assegurando para a instituição brasileira, os direitos de tradução para o português e de impressão de todo o material bibliográfico da futura UA. O primeiro curso, previsto para agosto, de Ciência política e Relações Internacionais, terá caráter de curso de extensão. O interessado poderá fazer a matrícula pelo Correios, recebendo em casa o material bibliográfico e, a seguir, terá a orientação de tutores espalhados por vários pontos do país, inclusive através de convênios com outras instituições de ensino superior (ESTADO DE S. PAULO, 11/03/1979, p. 47).

O curso de “Introdução às relações internacionais” apresentava, além dos textos divididos em seis volumes, um Guia de estudo no qual eram apontadas algumas orientações sobre o formato do curso, a bibliografia utilizada, e o modo de realizar os estudos individualmente, mediante realização de anotações durante a leitura dos textos, ou em grupo, via debate coletivo (CIRI, 1983). O guia de estudo buscava, acima de tudo, apresentar para o público em geral a ideia de que “o estudo a distância exige, além de paciência e entusiasmo, disciplina e o domínio de algumas técnicas, para que o aprendizado seja feito com máxima eficiência” (CIRI, 1983, p. 23). Ainda na apresentação do curso, eram ressaltadas algumas das razões que levaram à UnB oferecê-lo, como, por exemplo, a crescente atuação do Brasil no comércio exterior.

(...) o crescimento econômico e demográfico do Brasil faz com que hoje o país desempenhe um relevante papel na comunidade internacional, ao mesmo tempo em que, por força de seu relacionamento externo, sua própria vida econômica dependa em larga medida dessa mesma comunidade e dos seus arranjos políticos e econômicos. As relações internacionais são, portanto, um complexo e fascinante fenômeno cuja compreensão é hoje indispensável para nós, brasileiros, pois já não podemos dar-nos ao luxo de ignorar algo que nos afeta tão flagrantemente (...) O curso terá aproximação de seis meses. As unidades que o compõem, subdivididos em blocos de estudos, possuem exercícios de auto avaliação e outros recursos didáticos que visam a propiciar a organização do estudo autônomo segundo uma sequência que levará o aluno desde a primeira familiarização com conceitos analíticos fundamentais até a aplicação desta em relações ao estudo de caso que conformam a Unidade final do curso (CIRI, 1983, pp. 09-10).

Segundo o Guia de estudos, ao final do curso, esperava-se que os alunos conseguissem “compreender os conceitos, (...) a relevância das relações internacionais, (...) e entender e analisar criticamente as grandes questões contemporâneas das relações internacionais” (CIRI, 1985, pp. 11-12).

De acordo com Picanço (2001), Oliveira (2011), Ferreira (2013) e Almeida (2013), destaca-se o fato de que os cursos a distância de “Introdução às relações internacionais” e de “Introdução a ciência política”, oferecidos pela UnB, representavam, além da divulgação dos temas das relações internacionais e da ciência política para o público em geral, a primeira experiência brasileira, no âmbito universitário, de oferecer cursos a distância, ainda que na qualidade de curso de extensão. Segundo Picanço (2001), o fenômeno da educação a distância ocorreu mediante parcerias com instituições

internacionais, como a inglesa Open University, e tornou-se conhecido com o surgimento da Universidade Aberta, período em que a UnB começou a oferecer “vários cursos traduzidos da Open University” (PICANÇO, 2001, p. 39), disponibilizados como cursos de extensão a distância para a comunidade externa, alcançando cerca de dez mil estudantes.

**Tabela 3: Curso de introdução às Relações Internacionais a distância na UnB**

Uni. 1	A Natureza das relações internacionais (Karl Deutsch)
Uni. 2	O Estado-nação e as relações internacionais (Karl Deutsch; Ronaldo Sardenberg; Raymond Aron; Robert Wendzel)
Uni. 3	O meio internacional (Ronaldo Sardenberg; Raymond Aron)
Uni. 4	Relações internacionais de Poder (Raymond Aron; Marcel Merle; Hélio Jaguaribe)
Uni. 5	Os organismos internacionais (Marcel Merle; Araújo Castro; Ronaldo Sardenberg)
Uni. 6	Problemas contemporâneos das relações internacionais (Gustavo Lagos; Luciano Tomassini; Ronaldo Sardenberg; José Aleixo)

Fonte: Editora UnB/ Decanato de Extensão Serviço de Ensino a Distância da UnB.

Na apresentação do curso de “Introdução à ciência política”, o reitor Almeida Azevedo diz que a metodologia utilizada nos cursos a distância de extensão era oriunda da Open University.

A Universidade de Brasília, com o objetivo de cumprir o dispositivo do Art. 3º de seu Estatuto no sentido de estender o ensino e pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais, inicia este Programa de Ensino a Distância, com a participação de autores brasileiros, e utilizando a metodologia da Open University inglesa (ALMEIDA AZEVEDO, 1983, p. 01).

Em 1983, o reitor Almeida Azevedo afirmou que os cursos a distância, oferecidos por universidades, apesar de tímidos até então, poderiam ganhar

força nas instituições de ensino superior do País nos próximos anos<sup>22</sup>. Em entrevista, também concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, ele refletia sobre o significado da criação dos cursos a distância oferecidos pela UnB.

É pena que não se tenha ainda decidido no Brasil – à semelhança do que já ocorreu em quase todos os países que têm um sistema educacional eficiente – pela implantação da Universidade Aberta (...) [O curso] irá permitir novas análises e incorporar novas experiências e servirá de fundamento para o projeto maior. A ideia [dos cursos a distância] da Universidade Aberta no Brasil está amadurecendo. Creio que ela vem aí logo (AZEVEDO, 1983, *apud* O ESTADO S. PAULO, 01/05/1983, pp. 188-191).

Ainda no que se refere ao início da década de 1980, devemos destacar um aspecto importante para a discussão acerca do desenvolvimento acadêmico em relações internacionais no país, a saber, o impacto do término do regime militar para os estudos em relações internacionais. Um trabalho relevante para se compreender o significado da Lei de Anistia de 1979 para as universidades e, paralelamente, para o próprio campo acadêmico das relações internacionais, foi publicado no ano de 1999 por Shiguenoli Miyamoto, cientista político da Unicamp.

---

<sup>22</sup> A iniciativa da UnB, porém, estava relacionada a um movimento internacional no campo da educação, pois a criação de cursos a distância começou ainda na década de sessenta na Inglaterra, com a Open University, tendo se espalhado para diversos países, como Espanha, África do Sul, Índia, Alemanha e Portugal. Almeida (2013) salienta também que o Brasil não era o único país da América Latina a adotar o modelo de Universidade Aberta, já que países como México, Colômbia e Costa Rica também começaram a implantar nas universidades os cursos a distância. Em 1992, com a aprovação da Lei 403/92, surgia a Universidade Aberta de Brasília, que passou a oferecer de forma sistemática cursos a distância. Em 1994, “deu-se início a uma série de legislações, que regulamentaram e normatizaram essa modalidade de ensino” (ALMEIDA, 2013, p. 35), o que possibilitou o surgimento dos primeiros cursos a distância de nível superior no Brasil. Ainda de acordo com Almeida, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no ano de 2005, pelo Ministério da Educação (MEC), completaria o processo de consolidação no ensino superior a distância no Brasil até os dias atuais (PICANÇO, 2001; OLIVEIRA, 2011; FERREIRA, 2013; ALMEIDA, 2013).

Nos anos setenta, as mudanças no plano político-institucional, com o fim da censura e a política de abertura “lenta e gradual”, como se dizia no governo do general Ernesto Geisel, bem como eleições livres e diretas em 1974, (logo sufocadas pela Lei Falcão e pela indicação do senador biônico), a anistia em 1979, o final dos atos de exceção [AI-5] e a alteração do sistema partidário, fizeram com que a área de Relações Internacionais passasse a ocupar maiores espaços (MIYAMOTO, 1999, p. 88).

Com a abertura política, segundo Miyamoto (1999, 2003a), na década de oitenta, surgiram inúmeras iniciativas ligadas às universidades, algumas delas persistiram e outras não.

Os anos oitenta foram frutíferos para os estudos em relações internacionais nas universidades, se comparados aos anos anteriores. Pode-se dizer, inclusive, que a iniciativa mais marcante da década de oitenta foi a criação do Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa (GRIPE), na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

A origem do GRIPE está relacionada, em certa medida, com o contexto político do início da década de oitenta, pois parte significativa dos pesquisadores que integrava o grupo acabava de regressar ao país após a Lei de Anistia de 1979. Como já apontamos acima, muitos pesquisadores tinham emigrado do Brasil para o exterior após o golpe militar de 1964, e uma parcela deles realizou pós-graduação em universidades do exterior, financiada, em parte, pela Fundação Ford (BARROS, 1985). Segundo Barros, com a concentração de pesquisadores altamente qualificados em relações internacionais na ANPOCS, o GRIPE rapidamente se transformou em uma

referência quase obrigatória para aqueles que se interessavam pelos temas das relações internacionais.

(...) por razões políticas começaram a retornar ao país os especialistas em relações internacionais, como resultado de "abertura [política]" e, mais tarde, como resultado da Lei de Anistia (...) Este grupo se reuniu no Gripe (Grupo de Relações Internacionais e Política Externa), que faz parte da Associação Nacional de Pós-Graduação Centro de Ciências Sociais. O Gripe [era] o centro de pesquisa mais importante para os pesquisadores interessados nesta área, pois contava com cerca de 30 intelectuais, cujo principal interesse era o tema das Relações Internacionais e Política Externa. (...) Gripe proporcionou um fórum importante para esses especialistas, pois permitia trocar ideias e experiências, como nunca tinham feito antes no país (BARROS, 1985, p. 52).

No entanto, o GRIPE teve suas atividades encerradas em 1994. Entre as diversas razões para tal desfecho, Miyamoto salienta que a própria dinâmica organizacional da ANPOCS não contribuía para a continuação do grupo. Segundo o autor, a ANPOCS alterava frequentemente os formatos das reuniões e dos grupos de trabalhos, e enfatizava que os temas apresentados no GRIPE não tinham tanta importância para as ciências humanas no Brasil. Após a dissolução do GRIPE, os trabalhos dedicados às relações internacionais foram publicados no grupo de Política Internacional. Rememorando o contexto que culminou no término do GRIPE na ANPOCS, Miyamoto salienta que "a justificativa, na época, para a recusa da proposta do GRIPE, foi a de que se tratava de assunto 'pouco interessante' e estava mal elaborada" (MIYAMOTO, 1999, p. 90).

Todavia, ainda existiam alguns embaraços ambiente de estudos acadêmicos em relações internacionais, como as relações pouco amistosas,

pelo menos nos primeiros anos da década de oitenta, entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica especializada no tema, que, em grande parte, tinha chegado ao Brasil. Uma das razões desse conflito se referia à relação do Itamaraty com o regime militar. Apesar de existir, entre os especialistas de relações internacionais, o reconhecimento do pioneirismo do ambiente acadêmico em relações internacionais na UnB, que teve a participação de diplomatas e docentes, tal avaliação era cautelosa quando se tratava exclusivamente do próprio Itamaraty (BARROS, 1985).

Um episódio marcante do início da década de oitenta, que expõe as tensões entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica especialista em relações internacionais, reside no fomento fornecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) aos estudos em relações internacionais. Segundo Barros, os especialistas em relações internacionais, em sua maioria regressos do exterior, começaram a questionar o órgão federal de fomento alegando que não participariam como consultores "ad hoc" e pareceristas dos editais que recebiam os projetos de pesquisas da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), instituição ligada ao Itamaraty.

A Fundação Alexandre Gusmão foi fundada pelo Ministério das Relações Exteriores, e começou nos anos 70, com o propósito de apoiar os estudos no campo das relações internacionais, se manteve, no entanto, intacto por muitos anos (...). Por fim, foi ativada no começo dos anos 80, o que produziu uma série de discussões entre acadêmicos e funcionários da Fundação para determinar a orientação dela. De todo modo, em princípio, a orientação era de apoiar estudos e investigações que não conflitavam com os interesses dos setores mais conservadores, que pretendiam, por sua vez, manter o monopólio profissional sobre a disciplina. Se enfatiza isso aqui porque tem acontecido

um desacordo sério entre a comunidade acadêmica especializada em relações internacionais e a Fundação, posto que esta tem utilizado sua considerável influência política-administrativa para obter financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para contratar estudos, sem consultar a comunidade que em definitiva seria a que as realizaria. (...) A Fundação, por outro lado, conseguiu por esses fundos de trabalho em controle específico do CNPq, o qual não contam com a participação dos profissionais de relações internacionais. Isto foi surpreendente porque o critério não se ajusta ao sistema de avaliação profissional (sistema de pares) tradicionalmente utilizado pelo CNPq; por outro lado, proporcionou à uma agência burocrática uma desproporcional influência em descrições sobre o financiamento de investigações na área (BARROS, 1985, p. 54).

Esse clima de tensão entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica especialista em relações internacionais começou a se modificar nos anos noventa, ainda que lentamente. Miyamoto aponta que o marco inicial ocorreu em 1989, quando os diplomatas começaram a participar do GRIPE, nos “seminários, grupos de trabalhos, publicações, palestras (...) e [a] contribuir significativamente para o avanço da área fora dos tradicionais redutos diplomáticos” (MIYAMOTO, 1999, p. 90).

A preocupação acerca dos estudos com a rubrica das relações internacionais também se expressava durante a década de 1990 através das publicações das coletâneas temáticas, também destinadas a outras áreas das ciências sociais, como a antropologia, sociologia e ciência política. Assim, a coletânea dedicada à ciência política, chamada *O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995* (1999a), organizada pelo sociólogo Sérgio Miceli, contém o trabalho do diplomata e sociólogo Paulo Roberto de Almeida, intitulado

'Relações Internacionais', que apresenta um balanço crítico dos estudos em relações internacionais, sobre o ponto de vista dos temas, autores e objetos de análise, desde os anos de 1950 até a década de 1980.

#### **2.4. O crescimento de ensino em relações internacionais no Brasil**

Como vimos, em 1974 surgia o primeiro curso de graduação presencial em relações internacionais no Brasil, oferecido pela UnB. De acordo com Vigevani et al. (2016), o segundo curso foi oferecido apenas em 1985 na Universidade de Estácio de Sá, na cidade do Rio de Janeiro. O terceiro curso seria oferecido uma década depois, em 1995, pela Universidade Católica de Brasília (UCB). No nível da pós-graduação, Barasuol e Silva (2016) salientam que foi só em 1985, na UnB, e em 1986, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que surgiram os primeiros cursos de mestrado em relações internacionais.

O surgimento do curso de graduação presencial em relações internacionais, nas instituições de ensino privado, vem sendo discutido desde a década de noventa por Almeida (1999b), que observava que a sua expansão ocorria "sobretudo na esfera privada do ensino superior" (ALMEIDA, 1999b, p. 117), argumento também apontado Jatobá (2013) e Barasuol e Silva (2016).

Almeida (1999b) e Vigevani et al., (2016) assinalam que a abertura econômica, proporcionada pelas políticas neoliberais a partir de 1990 e intensificada nos anos 2000, contribuiu significativamente para alavancar a

expansão do curso de graduação presencial em relações internacionais no país, ainda que em instituições de ensino privado. Vigevani et al., (2016) salientam que “a expansão do mercado de trabalho é uma importante explicação para o aumento da demanda de profissionais dessa área” (VIGEVANI et al., 2016, p. 08), e que.

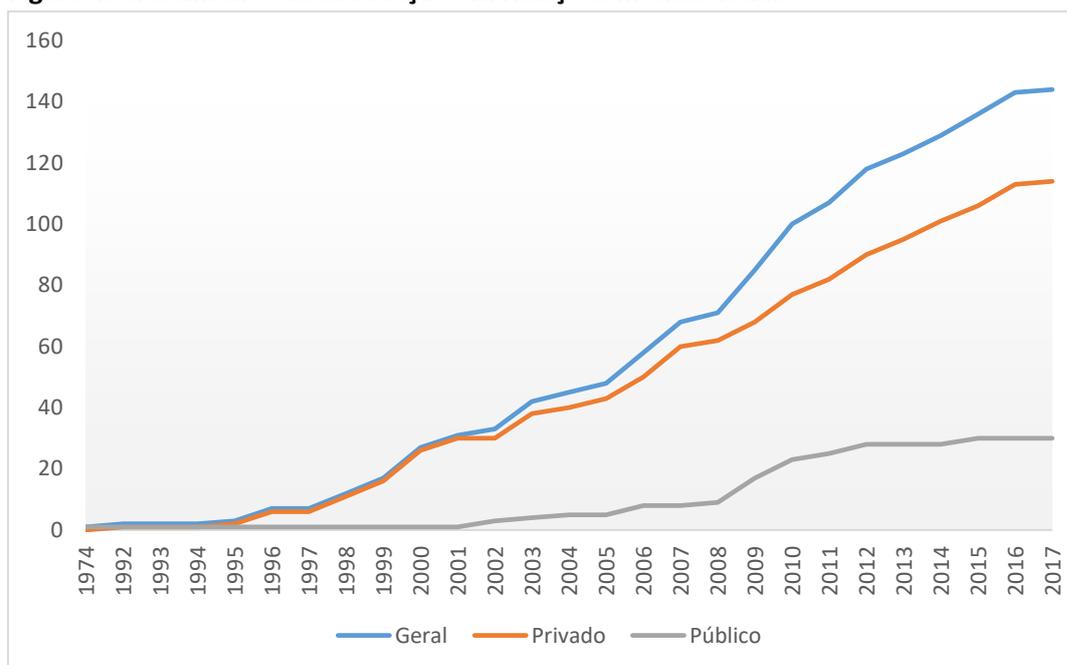
Existem hipóteses que devemos considerar para tentar explicar a grande expansão dos cursos de relações internacionais no Brasil: 1) expansão do mercado de trabalho; 2) globalização e maior inserção internacional do Brasil; 3) expansão do comércio internacional do Brasil (...) a curva ascendente do fluxo de comércio (exportações, importações, saldo) a partir de 1975, dando um salto para os anos 2000. É exatamente neste período, os anos 2000, que se dá o grande crescimento dos cursos de graduação. Constata-se um paralelismo com o aumento da demanda por profissionais da área de relações internacionais (VIGEVANI et al., 2016, pp. 09-10).

Vigevani et al. também diz que, a partir de 1989, com o fim da Guerra Fria, os graduados em relações internacionais “foram procurados pelas empresas, pelos legislativos, por entidades empresariais e sindicais etc.” (VIGEVANI et al., 2016, p. 08). A principal evidência, apresentada para defender esta hipótese, é o crescimento do fluxo de comércio exterior. Deste modo, Vigevani et al. apresentam a tese de que a expansão do curso de graduação de relações internacionais foi influenciada pelas mudanças estruturais, sejam na sociedade brasileira ou no âmbito internacional.

Segundo Barasuol e Silva (2016), a expansão do curso de graduação presencial em relações internacionais se desenvolveu de modo simultâneo à própria expansão das universidades públicas e particulares, ocorrida ao longo da primeira década dos anos 2000, com o programa de Reestruturação e

Expansão das Universidades Federais (Reuni). Até o mês de maio de 2017, estava em funcionamento, no Brasil, um total de 144 cursos presenciais em relações internacionais, sendo que 30 deles oferecidos em universidades públicas e 114 em universidades, faculdades e centros educacionais privados de todo o país (MEC, 2017). Todavia, o montante de 144 é composto apenas pelos cursos presenciais em atividade no país. No âmbito da educação a distância, há atualmente no Brasil apenas um único curso, iniciado no ano de 2014 no Estado do Paraná, com a oferta de 1.500 vagas, oferecido por uma instituição privada (MEC, 2017).

**Figura 4: Crescimento da Graduação em Relações Internacionais**



**Fonte:** MEC, 2017.

Isoladamente, o Estado de São Paulo é o que mais oferece cursos presenciais de graduação em relações internacionais, num total de trinta e oito cursos em instituições privadas e cinco em universidades públicas. A segunda maior oferta de cursos de graduação presenciais é do Estado do Rio de

Janeiro, com dezenove em instituições privadas e quatro em instituições públicas. No Distrito Federal, local do primeiro curso de graduação em relações internacionais do país, além da UnB, há outras onze instituições privadas que oferecem o curso de graduação presencial em relações internacionais. Nos Estados do Acre, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Rondônia, não existe o curso de graduação presencial em relações internacionais. No Amapá, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins, o curso de graduação presencial em relações internacionais é oferecido em instituições públicas, nas universidades federais. Por outro lado, nos Estados da Bahia, Espírito Santo e Pará o curso de graduação presencial em relações internacionais é oferecido exclusivamente em instituições privadas (MEC, 2017).

**Tabela 4: Surgimento geral dos novos cursos de graduação presencial em relações internacionais (1995-2017)**

	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro Oeste</b>	<b>Total</b>
1995-1999	9	3	0	2	3	17
2000-2010	41	21	1	10	11	84
2011-2017	25	8	4	2	4	43
Total	75	32	5	14	18	144

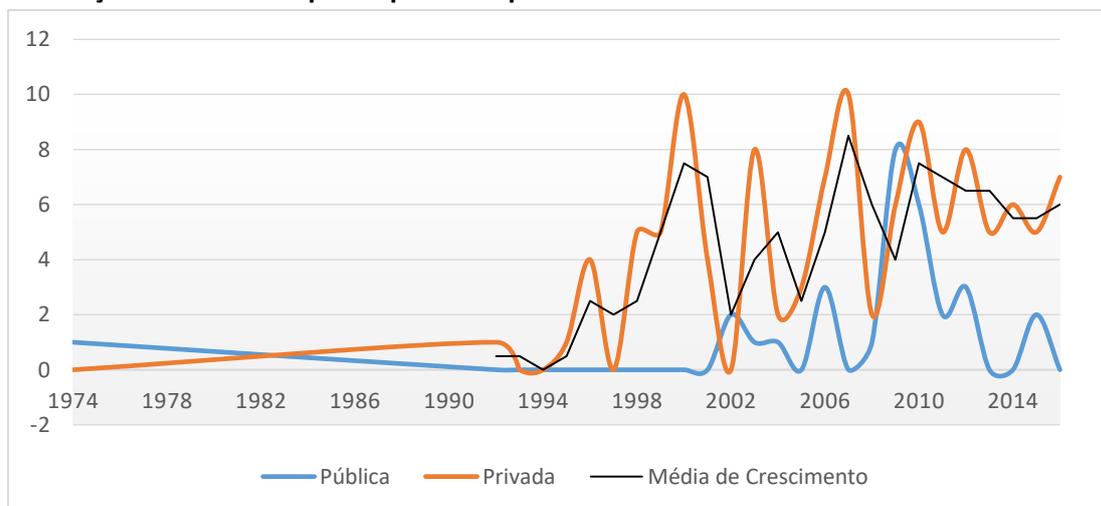
Fonte: MEC, 2017.

No período 1995 a 1999 a instituição do curso de graduação presencial em relações internacionais foi liderada pela região sudeste, que criou 09 cursos, seguido das regiões sul e centro-oeste, que criaram 3 cursos cada uma, e a região nordeste, com 2 cursos criados. Entre 2000 a 2010, a expansão do curso alcançou o maior pico no Brasil, com forte participação da região sudeste que, nesse período, passou a oferecer 41 cursos, seguida da região sul, com 21 cursos, e nordeste e centro-oeste com 10 e 11 cursos,

respectivamente. A expansão do curso no Brasil entre 2000-2011 se estendeu até a região norte, período em que foi oferecido o primeiro curso (MEC, 2017).

Apesar da expansão do curso de graduação presencial em relações internacionais entre 2000 a 2010, no período entre 2011-2017 ocorreu relativa queda na expansão, com exceção da região norte, onde surgiram 04 novos cursos de graduação presencial em relações internacionais (maior número em relação aos dois períodos anteriores). Todas as demais regiões apresentaram queda na instituição de novos cursos: a região sudeste oferece 25 cursos, seguida da região sul que oferece 8 cursos, centro-oeste que oferece 4, e nordeste 2 cursos (MEC, 2017).

**Figura 5: Surgimento dos cursos de Graduação de Relações Internacionais (ao ano) em instituições de ensino superior público e privado.**



Fonte: MEC, 2017.

Deste modo, segundo Jatobá (2013), o processo de consolidação do campo das relações internacionais nas universidades seguiu o padrão estrutural do sistema universitário brasileiro, caracterizado pela maior atuação das instituições privadas no nível de graduação, como bacharelados ou

licenciaturas, e com maior participação das instituições públicas nos níveis da pós-graduação.

Em conjunto com a distribuição de atividades de ensino e pesquisa, a área de relações internacionais reproduz uma característica estrutural do sistema universitário brasileiro: a produção científica e a formação de professores e os investigadores estão concentrados nas universidades públicas, mais complexas e de melhor qualidade, ao mesmo tempo que o ensino de massa se concentrou nas instituições privadas (JATOBÁ, 2013, p. 39).

Com a expansão do curso de graduação presencial em relações internacionais nos anos de 1995 a 1999, apresentada na Tabela 4, o MEC realizou estudos explanatórios e começou a formular parâmetros de avaliação. O resultado da análise do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) foi o de que a expansão da graduação presencial em relações internacionais se desenvolveu de modo instável, sendo necessário criar normas para que tal processo não afetasse a qualidade da formação. A resposta do MEC e do Inep foi a criação do documento intitulado Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais (PADRELI) (MIYAMOTO, 2003).

O objetivo do PADRELI era duplo, não constranger o caráter multidisciplinar do curso, mas, ao mesmo tempo, oferecer padrões mínimos que pudessem garantir a qualidade dos cursos. Assim, este documento orientava não só a avaliação para a abertura dos novos cursos, mas o reconhecimento daqueles em andamento (UNIFESP, 2013, p.11).

A referência ao curso de graduação presencial em relações internacionais da UnB se expressa de imediato, na primeira página do PADRELI, e demonstra o modo pelo qual a experiência se desenrolou: com a

participação do Itamaraty. Miyamoto (2003) salienta que, com o PADRELI, o campo das relações internacionais começou a se estruturar, na medida em que se definia o campo de formação nas universidades.

No Brasil, a Universidade de Brasília foi pioneira na institucionalização do estudo das Relações Internacionais ao criar o primeiro Bacharelado no País, em 1974, valendo-se da privilegiada posição geográfica da instituição, que permitia contar com acervos de bibliotecas públicas (Itamaraty, Congresso, embaixadas, etc.) e com a colaboração de diplomatas que, em alguns casos, mesmo não possuindo titulação acadêmica formal (mestrado ou doutorado) dominavam o conhecimento na área por dever de ofício (BRASIL, 1990, p.01).

Velasco e Mendonça (2010) salientam que um dos fatores que contribuiu para a expansão do curso de graduação presencial em relações internacionais, na década de noventa e nos anos 2000, foi a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Segundo os autores, a LDB possibilitou maior flexibilização para a criação dos cursos superiores no Brasil, e esse processo se refletiu também no campo das relações internacionais.

A expansão do campo das Relações Internacionais nas últimas décadas (...) consiste na flexibilização das normas para a criação de novos cursos introduzidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996. Podemos citar, a título de exemplo, alguns dos dispositivos voltados a esse fim: (1) os incentivos para a oferta de cursos noturnos (art. 47, §4º); (2) o fim das “necessidades sociais” como uma das variáveis empregadas na avaliação de abertura de novos cursos; (3) a garantia de maior autonomia dos Centros Universitários, principalmente nas decisões de abertura de novas graduações (VELASCO & MENDONÇA, 2010, p. 304).

Sobre o perfil dos professores que atuam no ensino da graduação em relações internacionais, Barasuol e André (2016) afirmam que, no ano de 2016, a formação dos docentes, que ministravam aulas na graduação presencial em relações internacionais no Brasil, era composta pelas seguintes áreas: 20,5% fizeram mestrado em relações internacionais, 14,5% em história, 20% em ciência política, 13% em economia, 7% em direito, 8,5% em sociologia. A formação realizada no doutorado também seguia a mesma proporção das áreas do mestrado, com ênfase maior para a ciência política, com 26,5%. Os autores também salientam que a UnB é a única que “tem o maior número de professores com graduação em relações internacionais, com 50%” (BARASUOL e ANDRÉ, 2016, p. 03).

**Tabela 5: Obras básicas para graduação em relações internacionais no Brasil**

A grande ilusão	Norman Angell
A Política do Poder	Martin Wight
A Política entre as Nações	Hans J. Morgenthau
A Sociedade Anárquica	Hedley Bull
As Consequências Econômica da Paz	J. M. Keynes
As Consequências Econômicas da Paz	John Maynard Keynes
Conselhos Diplomáticos	Vários Autores
Da Guerra	Carl Von Clausewitz
Do Direito natural e das Gentes	Samuel Pufendorf
Escritos Políticos	Immanuel Kant
Escritos selecionados	Maquiavel
Escritos selecionados	Alexis de Tocqueville
História da Guerra do Peloponeso	Tucídides
O Direito da Guerra e da Paz	Hugo Grotius
O Direito das Gentes	Emer de Vattel
Paz e Guerra entre as Nações	Raymond Aron
Projeto para tornar perpétua a paz na Europa	Abbé de Saint-Pierre
Rousseau e as Relações Internacionais	Jean-Jacques Rousseau

Sobre os Índios e sobre o Poder Civil	Francisco de Vitoria
Textos selecionados	G. W. F. Hegel
Textos Selecionados	Thomas Hobbes
Utopia	Thomas More
Vinte Anos de Crise - 1919-1939	E. H. Carr

**Fonte:** Fundação Alexandre Gusmão. Coleção Clássicos IPRI, 2017.

De acordo com Miyamoto (2003), uma das principais dificuldades, encontradas no processo de expansão do curso de graduação presencial em relações internacionais no país, foi a ausência de bibliografia em português dedicada exclusivamente às relações internacionais. Visando solucionar essa deficiência bibliográfica, Miyamoto afirma que o Instituto de Pesquisa em Relações internacionais (IPRI), a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), ambas vinculados ao Itamaraty, a Editora da UnB e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo disponibilizaram obras consagradas no campo das relações internacionais, tornando-as leitura obrigatória no curso de graduação presencial em relações internacionais.

Podemos notar que as obras selecionadas pelo MEC e Inep para compor as referências obrigatórias são todas teóricas e clássicas sobre as relações internacionais. É interessante ainda assinalar, com Barasuol e André (2016), que dentre os 83 currículos de cursos de graduação presencial em relações internacionais, apenas 4,8% não possuíam disciplinas dedicadas às teorias das relações internacionais. Nesses casos, a apresentação teórica é feita aos alunos sem o devido debate sobre como operacionalizar, no âmbito da pesquisa, os conceitos aprendidos.

A primeira característica observada foi que a maioria dos cursos tende a enfatizar a apresentação das várias escolas teóricas, com pouco ou nenhum tempo dedicado para debater

a respeito da formulação das teorias ou as suas utilidades para o desenvolvimento de pesquisas (BARASUOL & ANDRÉ, 2016, p. 08).

Ainda de acordo com Barasuol e André, entre os programas de ensino investigados, 56% não reservavam nenhum momento da disciplina para fazer reflexões sobre o uso das teorias e conceitos na pesquisa, ao passo que 26% dos programas possuíam uma parte do curso dedicada ao tema da operacionalização dos conceitos e teorias - muito embora tal discussão seja realizada com base em manuais de introdução aos temas das relações internacionais.

Os autores ressaltam que 16% dos programas de ensino de graduação em relações internacionais indicavam, além dos manuais, textos não específicos sobre o processo de construção do conhecimento. Em relação à bibliografia obrigatória utilizada nas aulas, os autores apontam que 80% dos programas utilizavam manuais de introdução aos temas de relações internacionais (BARASUOL e ANDRÉ, 2016). Todavia, os autores ponderam que, diante desse quadro, o desafio do campo das relações internacionais no Brasil não se refere à quantidade de cursos de graduação oferecidos, mas à qualidade dos cursos ministrados ao longo dos anos.

Nossa análise mostra que, em geral, o problema não é o número de cursos oferecidos. Deve-se dizer, no entanto, que, no caso dos programas que oferecem apenas um curso [teórico], a qualidade do ensino é provavelmente comprometida e a bibliografia tende a ser composta apenas de manuais. Apesar de ser um recurso útil e didático, os manuais não instigam o desenvolvimento de habilidades de análise crítica da mesma maneira que o envolvimento com os textos originais (BARASUOL e ANDRÉ, 2016, p. 11).

### **Capítulo III. A Pós-Graduação em relações internacionais no Brasil**

Santos e Fonseca (2009) salientam que na década de 1970 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) elaborou um relatório, no âmbito da Ciência Política, que apontava a pequena produção acadêmica no campo das relações internacionais. Segundo o relatório, esse quadro estava relacionado a dois motivos: primeiro, devido à forte participação dos diplomatas nos assuntos internacionais, o que contribuiu para o afastamento do tema das relações internacionais nas universidades; e segundo, devido ao contexto político-social do Brasil, na época, marcado pela sua participação tímida no cenário internacional.

Lessa (2005b) assinala que, devido ao fenômeno histórico ligado à formação da pós-graduação no Brasil, surgiu em 1976, no Programa de Pós-Graduação em História, o curso de mestrado em história com ênfase em história das relações internacionais, vinculado ao departamento de História da Universidade de Brasília. A criação desse curso significou enorme avanço para o campo das relações internacionais, e em especial para a formação da área de história das relações internacionais no Brasil, que surgiu com a ruptura epistemológica com os estudos da história diplomática (LESSA, 2005a, 2005b; SANTOS, 2005).

Entretanto, Santos (2005) salienta que, embora o campo da história das relações internacionais esteja relativamente consolidado no Brasil, “o que chama mais a atenção, no entanto, é a modesta interlocução entre os

historiadores das relações internacionais e seus pares que se dedicam mais diretamente à História do Brasil” (SANTOS, 2005, p. 27).

Como vimos, até o ano de 2000, existiam apenas dois programas de pós-graduação em relações internacionais, o primeiro foi oferecido pela UnB a partir 1984, e o segundo foi oferecido em 1987 pela PUC-Rio. Os autores também apontam que a expansão dos programas de pós-graduação em relações internacionais no Brasil está relacionada à expansão do curso de graduação presencial em relações internacionais (SANTOS e FONSECA, 2009).

### **3.1. O desenvolvimento de Pós-Graduação em Relações Internacionais**

Nos anos 2000, após observar a expansão do curso de graduação presencial em relações internacionais entre 1995-1999, o MEC buscou incentivar a criação de programas de pós-graduação em relações internacionais, com o objetivo de formar docentes e pesquisadores. Assim, a CAPES publicou, ainda no ano 2000, o edital chamado Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais, com vigência de 2002 a 2007. No ano de 2006, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty – publicaram um novo edital, dedicado à pós-graduação em relações internacionais, chamado Programa Renato Archer de Apoio à Pesquisa em Relações Internacionais.

O objetivo estipulado pelo edital do Programa Renato Archer de Apoio à Pesquisa em Relações Internacionais não era o de formar novos programas de

pós-graduação em relações internacionais, mas o de fomentar pesquisas sobre temas fixados pela política externa brasileira (SANTOS e FONSECA, 2009).

Com o edital San Tiago Dantas, surgiram três programas de pós-graduação em relações internacionais: o primeiro foi o Programa Interinstitucional de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, formado mediante associação de três universidades, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho' (UNESP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (SANTOS e FONSECA, 2009). Segundo Vigevani et al., (2016), uma das razões de criação do programa de pós-graduação, vinculado às três universidades, foi a existência de pesquisas coordenadas entre os docentes e pesquisadores das respectivas instituições, ao passo que existia uma “tradição de trabalho que vinha se consolidando mesmo antes de 1990, tendo tido início com um grupo de estudos sobre teoria das relações internacionais” (VIGEVANI et al., 2016, p. 13).

Santos e Fonseca (2009) apontam que o segundo programa de pós-graduação, contemplado pelo edital San Tiago Dantas, foi o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF); e o terceiro o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O edital San Tiago Dantas também contemplou a UnB, onde os recursos contribuíram para consolidação definitiva das relações internacionais: no ano de 2002, ocorreu a inauguração do Instituto de Relações Internacionais (IREL).

Segundo Lessa (2005a, 2005b), com a inauguração do IREL, os dois programas de pós-graduação relacionados às relações internacionais e vinculados ao Departamento de Ciência Política e ao Departamento de História, foram reunidos “com a criação de um único mestrado e doutorado em relações internacionais, organizado em duas áreas de concentração (História das Relações Internacionais e Política Internacional e Comparada)” (LESSA, 2005b, p. 07).

**Tabela 6: Pós-Graduação em Relações Internacionais e Avaliação Capes (2013-2016)<sup>23</sup>**

1984	UNB	Relações Internacionais	Mestrado Doutorado	6
1987	PUC-Rio	Relações Internacionais	Mestrado Doutorado	5
2003	San Tiago Dantas*	Relações Internacionais	Mestrado Doutorado	4
2007	PUC/MG	Relações Internacionais	Mestrado Doutorado	5
2008	UEPB	Relações Internacionais	Mestrado	4
2008	UFF	Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança	Mestrado	4
2008	UFRJ	Economia Política Internacional	Mestrado Doutorado	3/2
2008	USP	Relações Internacionais	Mestrado Doutorado	4
2009	UERJ	Relações Internacionais	Mestrado Doutorado	4
2011	UFRGS	Estudos Estratégicos Internacionais	Mestrado Doutorado	4

<sup>23</sup> Os dados apresentados na Tabela 6 foram retirados do site do Banco de Teses e Dissertações da Capes. Os critérios adotados foram: busca das palavras ‘mestrado’ e ‘doutorado’. Em seguida, foi escolhido, como primeiro critério de seleção, o campo ‘Área de Avaliação’, sendo selecionado o tópico Ciência Política e Relações Internacionais. Num terceiro momento, foram escolhidos os nomes dos programas de pós-graduação em relações internacionais e as instituições de ensino superior. A escolha do Banco de Teses e Dissertações da Capes foi realizada com os seguintes objetivos: primeiro, alinhar a produção de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em relações internacionais com a discussão sobre o Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais e segundo porque tais dados expressam de forma mais fidedigna o campo de produção de conhecimento em relações internacionais no âmbito das universidades no Brasil.

2011	UFSC	Relações Internacionais	Mestrado	4
2014	UFBA	Relações Internacionais	Mestrado	4
2014	UNILA	Integração Contemporânea da América Latina	Mestrado	3
2015	UFU	Relações Internacionais	Mestrado	3

Fonte: Capes/Plataforma Sucupira, 2017. (\*) UNESP/UNICAMP/PUC-SP.

Assim, com o edital San Tiago Dantas o campo das relações internacionais da UnB “rompeu o isolamento departamental característico das ciências sociais no Brasil” (LESSA, 2005b, p. 07).

Santos e Fonseca (2009) apontam que, desde o seu surgimento, os programas de pós-graduação em relações internacionais da UnB e da PUC-Rio eram avaliados pela CAPES no âmbito do Comitê de Ciência Política (CCP), colegiado responsável, desde a década de setenta, pela avaliação dos programas de pós-graduação em ciência política das universidades brasileiras. Deste modo, Faria (2012) argumenta que a pós-graduação em relações internacionais, no Brasil, se desenvolveu em conexão com o campo da ciência política, devendo se observar que “a constituição da área é, assim, tardia no Brasil, onde as relações internacionais surgiram, no plano acadêmico, em estreita relação com a Ciência Política, a exemplo do ocorrido nos EUA” (FARIA, 2012, p. 104).

Com exceção de um programa de pós-graduação em ciência política da Universidade Federal Fluminense (UFF), que subiu da nota 3 para 5, a avaliação, realizada entre 2001-2003 pelo Comitê de Ciência Política, alterou as notas dos programas de pós-graduação em ciência política do Instituto

Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de São Paulo (USP), que declinaram da nota 6 para a 5. No caso dos programas de pós-graduação da UNICAMP, UFRGS, UFPE e da UnB foi mantida a nota 4. Entre os programas de pós-graduação em relações internacionais, o da UnB foi rebaixado de 5 para 4, e o da PUC-Rio foi mantida a nota 4, mesma nota da avaliação anterior (SANTOS e FONSECA, 2009).

Assim, devido a esse cenário, segundo Santos e Fonseca (2009), os programas de pós-graduação em ciência política e em relações internacionais se reuniram para discutir saídas e alternativas frente ao resultado negativo da avaliação do Comitê de Ciência Política da CAPES. Durante o debate, surgiram duas propostas: uma de criação de um novo comitê de avaliação dentro da CAPES, que se chamaria Comitê de Relações Internacionais, que implicaria na separação do Comitê de Ciência Política; e outra de reestruturação do comitê vigente, que se chamaria Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais.

Nesse período, os programas de pós-graduação em relações internacionais visavam maior independência em relação à ciência política, no âmbito da avaliação da Capes. No entanto, tal postura foi descartada pelos próprios programas de ciência política e relações internacionais devido ao argumento de que a separação das duas áreas poderia ter consequências indesejáveis, como o enfraquecimento dos respectivos campos de conhecimento. Como resultado dessa movimentação política e institucional, em 2006 surgiu o Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais na CAPES (SANTOS e FONSECA, 2009).

Naquele momento, muito em função dessa situação – as incertezas sobre o futuro imediato do funcionamento do Comitê –, os programas defendiam duas alternativas. A primeira, defendida por vários docentes ligados à área de relações internacionais, era a de criar um Comitê independente para as relações internacionais. A segunda era a de que as duas áreas, ciência política e relações internacionais, continuassem no mesmo Comitê, com alteração na organização de avaliação aprimorando os critérios e a transparência da avaliação, e um eventual mudança na própria designação do Comitê, que passaria a ser denominado de ‘Ciência Política e Relações Internacionais’. Os que defendiam essa segunda opção temiam pelo enfraquecimento do Comitê, caso este fosse fragmentado (SANTOS e FONSECA, 2009, p. 368).

Um dos pontos revisados pelo Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais, no processo de avaliação dos programas de ciência política e relações internacionais, foi a classificação realizada pelo Qualis das revistas de ciência política e relações internacionais. Após esse processo, na avaliação de 2004-2006, os seis programas de pós-graduação de ciência política, o da IUPERJ, USP, UNICAMP, UFMG, UNICAMP, UFRGS, UFPE tiveram notas elevadas. Apenas dois programas mantiveram as mesmas notas da avaliação de 2001-2003, o de ciência política da UnB e o de relações internacionais da PUC-Rio. Na nova avaliação de 2004-2006, apenas o programa de ciência política da UFF teve a nota reduzida, de 5 para 3 (SANTOS e FONSECA, 2009).

Segundo a CAPES, a área de Ciência Política e Relações Internacionais tem apresentado, nos últimos anos, um perfil multidisciplinar, tanto do ponto de vista das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação quanto sob o ângulo institucional, pois, além das instituições universitárias, públicas e

privadas, a área conta com a participação de instituições ligadas às forças armadas, como a Aeronáutica, Exército e Marinha (CAPES, 2017)<sup>24</sup>. Na avaliação de 2014-2016, existiam quarenta e três programas de pós-graduação autorizados pelo Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais no Brasil, onde 13 eram de relações internacionais, 16 de ciência política, 05 de defesa e estudos estratégicos e 9 de políticas públicas (CAPES, 2016).

Devemos salientar que, na última avaliação de 2013-2016, o programa de pós-graduação em relações internacionais da UnB recebeu nota 6 e, em relação aos demais programas de relações internacionais, é atualmente o que apresentam a maior pontuação no Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais. No entanto, em relação ao grupo completo, de 43 cursos de pós-graduação submetidos à avaliação do Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais, os únicos cursos com a nota 7 são os programas de pós-graduação em ciência política da USP e UFMG (CAPES, 2016, 2017).

Além disso, Vigevani et al., (2016) salientam que as Fundações de Amparo às Pesquisas, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de

---

<sup>24</sup> Em 2016 atuavam, no Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais, os seguintes professores: como Coordenador da área, André Luiz Marengo dos Santos, professor Titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; como Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos, Rafael Antônio Duarte Villa, professor associado da Universidade de São Paulo, no departamento de Ciência Política (DCP-USP) e no Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP); e como Coordenador Adjunto de Programas Profissionais, André Panno Beirão, da Escola de Guerra Naval, e vinculado ao Centro de Estudos Político-Estratégicos (CAPES, 2017). Disponível em:< [http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/39\\_c\\_pol\\_docar\\_ea\\_2016.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/39_c_pol_docar_ea_2016.pdf)>, acessado em: 11 de maio de 2017, as 23h01.

Janeiro (FAPERJ) também contribuíram para o aumento, nos últimos anos, das pesquisas no tema das relações internacionais<sup>25</sup>.

Herz (2002), Barros (1985) e Miceli (1990) lembram que as instituições privadas também contribuíram para o aumento das pesquisas em relações internacionais e em outras áreas das ciências humanas do Brasil, a exemplo da Fundação Ford, que “talvez (...) tenha sido uma das mais eficientes alavancas de modernização das ciências sociais (...) de financiar o impulso inicial para o treinamento acadêmico de uma geração inteira de cientistas sociais” (MICELI, 1990, pp. 20-21).

### **3.2. A produção de conhecimento em Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais**

Atualmente, o número de mestrados concluídos, 1.276, é muito superior ao de doutorados, 171, o que, em parte, se deve tanto à diferença entre o tempo da pesquisa em cada titulação, com a média de 02 anos para o mestrado e 04 para o doutorado, quanto ao surgimento desigual dos respectivos programas ao longo dos anos.

**Tabela 7. Teses e dissertações na Pós-Graduação em Relações Internacionais**

<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>	
70	325	Universidade de Brasília

<sup>25</sup> Sobre os cursos de especialização (*lato sensu*) em relações internacionais em atividade no Brasil, o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior aponta que, no ano de 2016, existiam 26 cursos de especialização *lato sensu* em atividade no país, alocados nas seguintes áreas: Ciências sociais, negócios e direito (22), Educação (01), Humanidades e artes (3); nos seguintes estados da federação: CE (01), DF (03), GO (02), MT (01), PE (01), PR (05), RJ (03), RS (02) e SP (08). Por fim, apenas 02 são oferecidos em universidades públicas e 24 em instituições privadas (MEC, 2017). Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>, acessado em 11 de maio de 2017.

35	271	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
24	121	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
21	59	Universidade de São Paulo
16	138	San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP)
05	96	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
-	65	Universidade Federal de Santa Maria*
-	63	Universidade do Estado do Rio De Janeiro
-	62	Universidade Estadual da Paraíba
-	44	Universidade Federal da Bahia
-	14	Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos**
-	10	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
-	4	Instituto Rio Branco**
-	4	Universidade Federal da Bahia
<b>171</b>	<b>1.276</b>	<b>Total</b>

Fonte: Capes/Banco de Teses e Dissertações (2016)<sup>26</sup>. \*Atualmente, o curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSM está desativado; \*\*Mestrado profissional.

No âmbito da configuração da produção de conhecimento nos Programas de Pós-graduação em relações internacionais, Onuki e Oliveira (2010) fazem um mapeamento dos temas, metodologias e objetos das teses e dissertações realizadas nesses programas. Segundo os autores, a motivação inicial para desenvolver a pesquisa surgiu no próprio contexto do crescimento dos programas de pós-graduação em relações internacionais. Sendo assim, os pesquisadores presentes no IV Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) iniciaram uma discussão sobre o modo pelo qual eram realizadas as pesquisas em relações internacionais.

Durante o IV Encontro da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política), em julho de 2004 no Rio de Janeiro, em que se diagnosticou um desconhecimento sobre o estado da arte da produção científica, do ponto de vista temático e metodológico, dos trabalhos das relações internacionais, tanto nos programas especializados, quanto nos programas de pós-

<sup>26</sup> Devemos lembrar, conforme Pimenta de Faria (2012), que o uso do Banco de Teses e Dissertações da CAPES também possui certas limitações, ao passo “que são contabilizados os trabalhos disponibilizados e não necessariamente todos aqueles efetivamente defendidos” (PIMENTA DE FARIA, 2012, p. 112) nos Programas de Pós-graduação das universidades.

graduação em Ciência Política. Uma versão completa deste trabalho, incluindo todos os dados da pesquisa (até 2008, e os novos programas de pós-graduação) foi encomendada pela própria ABCP que vem acompanhando de perto, tanto a expansão da área de Relações Internacionais, quanto sua interação com a área de Ciência Política (ONUKE & OLIVEIRA, 2010, p. 402).

A pesquisa de Onuki e Oliveira (2010) usou como referência o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, já o período considerado foi de 1986 a 2005. Os autores adotaram como critério de seleção o tópico 'área de conhecimento', o que possibilitou observar 6 programas de pós-graduação e reunir 400 trabalhos, nos quais foram analisados as palavras-chaves e os resumos.

Os Programas de Pós-graduação analisados por Onuki e Oliveira (2010) foram: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), com 14 trabalhos; Programa de Pós-Graduação - Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP), com 33 trabalhos; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com 121 trabalhos; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), com 162 trabalhos; Programa de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com 13 trabalhos; e, por fim, 54 do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) (ONUKE e OLIVEIRA, 2010).

Do ponto de vista da metodologia aplicada por Onuki e Oliveira, na análise do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, devemos ressaltar que a escolha das teses e dissertações obedeceu ao critério da 'área de conhecimento' em relações internacionais, o que se justifica pelo fato de que,

até o ano de 2005, existiam apenas 3 programas de pós-graduação em relações internacionais. Chamamos a atenção para o critério de seleção de 'área de conhecimento', aplicado por Onuki e Oliveira (2010), no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, porque ao adotá-lo também foram incluídas as pesquisas desenvolvidas em outros programas de Pós-graduação, como os de ciência política, que também realizavam pesquisas com interfaces para o tema das relações internacionais, e que também compunham o Comitê de avaliação da CAPES.

Onuki e Oliveira chegaram às seguintes conclusões: 23 trabalhos (5,8%) discutiam assuntos relacionados às teorias das relações internacionais, ainda que na qualidade de revisões bibliográficas - uma vez que "não se verifica (...) um investimento sistemático em produzir teoria" (ONUKE e OLIVEIRA, 2010, p. 407); 138 trabalhos (34,5%) foram dedicados às questões postas pela política externa - e, mesmo assim, entre essas pesquisas, 85 (68,83%) versaram sobre a política externa brasileira, onde há "prevalência de estudos sobre Mercosul ou Cone Sul nos estudos sobre integração regional" (ONUKE e OLIVEIRA, 2010, p. 407); 61 trabalhos (15,3%) tematizaram a integração regional; 56 trabalhos (14%) disseram respeito aos regimes e organizações internacionais. Os trabalhos que discutiam, por exemplo, sistema interamericano, política contemporânea, Estado, soberania e globalização representavam até 5% cada.

No que tange aos eixos temáticos investigados nas teses e dissertações, os autores salientam os seguintes indicadores: que 73 trabalhos (18,3%) sobre comércio internacional e finanças; 62 trabalhos (15,5%) sobre segurança internacional e defesa; e 101 trabalhos (25,3%) sobre novos temas, como relações de gênero, direitos humanos, meio-ambiente, entre outros. Diante

desse resultado, Onuki e Oliveira afirmam que “no que se refere à produção de trabalhos de pós-graduação [até 2005], as relações internacionais no Brasil estão mais próximas do campo histórico e empírico do que do campo teórico” (ONUKE e OLIVEIRA, 2010, p. 409).

Onuki e Oliveira ponderam que as teses e dissertações analisadas “convergem com as linhas de pesquisas apresentadas nos programas de pós-graduação” (ONUKE e OLIVEIRA, 2010, p. 409) de cada instituição onde as pesquisas foram realizadas. Outro ponto observado pelos autores é o crescente descompasso entre a pós-graduação e graduação em relações internacionais no Brasil. Assim, no nível de graduação em relações internacionais, “o tema de teoria tem acento garantido” (ONUKE e OLIVEIRA, 2010, p. 409), ao passo que, na pós-graduação, assim como nas pesquisas sobre as relações internacionais, os estudos empíricos e históricos se sobrepõem às investigações teóricas.

Outra pesquisa dedicada a observar o modo pelo qual são realizadas as pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-graduação em relações internacionais foi realizada por Barasuol e Silva (2016). Os autores analisaram 36 dissertações, apresentadas nos Programas de Pós-graduação em relações internacionais da UnB e da PUC-Rio, e investigaram os seguintes tópicos: resumo, introdução, conclusão e, em alguns casos, os capítulos teóricos dos trabalhos.

Barasuol e Silva chegaram à conclusão de que 34% dos trabalhos usavam mais de um referencial teórico das relações internacionais nas pesquisas – como realismo, liberalismo e construtivismo –, 14% não usavam nenhuma teoria das relações internacionais e 48% usavam teorias das outras

áreas das ciências humanas, como da sociologia ou da ciência política. Entre as pesquisas que usavam as teorias das relações internacionais, 9% usavam autores do realismo, 17% do liberalismo, 17% do construtivismo, 11% da escola de Copenhague, 9% do pensamento latino-americano, 6% da escola inglesa e da teoria crítica e, por fim, 3% usavam as teorias do feminismo.

A investigação de Barasuol e Silva em questão também se debruçou sobre 68 projetos de pesquisa fomentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito das relações internacionais. Dentre estes projetos, 72,4% foram desenvolvidos em universidades públicas e 27,6% em instituições privadas. Dos 68 projetos, os autores tiveram acesso a apenas 12 relatórios de pesquisa completos dos pesquisadores financiados pelo CNPq. E, alinhado com as dissertações analisadas, os relatórios dos pesquisadores financiados pelo CNPq apontavam a presença de apenas 8% do uso de teoria das relações internacionais, contra 58% de teorias de outras áreas das ciências humanas, como sociologia e ciência política, ao passo que 33% não utilizavam nenhuma teoria das relações internacionais.

Sobre esse cenário, os autores afirmam que.

Esta diferença é devida a uma combinação de dois fatores. A primeira é uma diferença geracional. A maior parte da pesquisa financiada pelo CNPq é realizada por professores de universidades brasileiras tradicionais. Esses professores geralmente não são formados em relações internacionais – o que não é surpreendente considerando que as relações internacionais é uma disciplina jovem no Brasil –, mas sim de diversas disciplinas, como história, economia e ciência política. (BARASUOL & SILVA, 2016, p. 14).

Deste modo, Barasuol e Silva apontam para a maior presença das teorias em relações internacionais nas dissertações do que nos relatórios de pesquisa da CNPq dos professores dos Programas de Pós-graduação em relações internacionais. Duas questões são elencadas por Barasuol e Silva acerca desta constatação: a primeira é de que o modelo de pesquisa das dissertações exige necessariamente que os estudantes da pós-graduação estipulem referenciais teóricos para a investigação.

A segunda questão, relacionada ao motivo de nenhuma presença dos teóricos das relações internacionais nos relatórios de pesquisa da CNPq, diz respeito à formação da maioria dos atuais professores e pesquisadores em outras áreas das ciências humanas, como a sociologia, a ciência política e economia, por exemplo. Isso porque a maioria dos professores e pesquisadores, que ainda atuam no campo das relações internacionais, foi formada numa geração anterior ao processo de formação acadêmica em relações internacionais nas universidades, daí a relação com outras áreas das ciências humanas. (BARASUOL e SILVA, 2016).

Saraiva (2012) assinala os desafios enfrentados pela expansão da pós-graduação em relações internacionais e pela consolidação do campo das relações internacionais no Brasil. Para o autor, “os velhos professores são escassos (podemos contar certa de 20 professores de relações internacionais que militavam nos seus livros nos anos 1970 e 1980 nesse país)”, e por isso “formou-se, então, um gap entre a velha geração e as novas dinâmicas naturais do ‘crescimento fulgurante’ das relações internacionais no Brasil” (SARIAVA, 2012, p. 75). Saraiva completa dizendo que a nova geração de pesquisadores em relações internacionais tem se inclinado para a

espetacularização dos temas relacionados às relações internacionais, “direcionando para o campo fácil, onde se emite uma opinião com base na leitura de poucos documentos, caracterizando não uma verdadeira pesquisa, mas num ‘achismo’, uma animação fantástica” (SARAIVA, 2012, p. 75).

No entanto, Saraiva aponta que os poucos trabalhos sérios produzidos no campo das relações internacionais não são lidos, e seus autores “são pouco ouvidos porque são pouco procurados ou porque já estão atarefados com as responsabilidades do dia-a-dia nos grupos universitários” (SARAIVA, 2012, p. 76).

Barasuol e Silva (2016) concluem que é necessário realizar “um amplo debate no campo das relações internacionais sobre o papel das teorias nas pesquisas, assim como as suas aplicabilidades” (BARASUOL e SILVA, 2016, p. 18), visto a polarização entre, de um lado, o número elevado de pesquisas que não utilizam nenhum referencial teórico das relações internacionais nas pesquisas e, de outro, o uso de vários tipos de modelos teóricos na mesma pesquisa.

Como apresentado, apenas Barasuol e Silva (2016) e Onuki e Oliveira (2010) discutem, em profundidade, o modo pelo qual ocorre a produção de conhecimento, ao observar o uso ou não de teorias e conceitos nas pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em relações internacionais. A seguir apresentaremos algumas pesquisas que apresentam um panorama geral sobre os temas frequentemente investigados nas teses e dissertações, sem evidenciar, no entanto, o processo de produção de conhecimento.

Devemos destacar que a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) tem atuado como uma importante instituição para o campo das relações internacionais. Ligada ao Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), a FUNAG construiu um banco de dados onde estão listadas as pesquisas realizadas nas universidades e em outras instituições brasileiras, como o Instituto Rio Branco (IRBr) (VIGEVANI et al., 2016).

Segundo o banco de dados elaborado pela FUNAG/IPRI, existem 3.331 pesquisas realizadas no âmbito das relações internacionais no Brasil, sendo 576 doutorados e 1800 mestrados desenvolvidos em universidades públicas e privadas, 237 mestrados apresentados no IRBr e 718 mestrados no Curso de Altos Estudos (CAE), também ligado ao IRBr e ao Itamaraty. Segundo Gusmão (2012, 2016) e Vigevani et al., (2016) o volume dos trabalhos apresentados pela FUNAG/IPRI é expressivo porque foram contabilizadas todas as pesquisas realizadas sobre o tema das relações internacionais, o que possibilitou a inclusão das pesquisas desenvolvidas em 59 programas de pós-graduação do país, incluído os de relações internacionais assim como os de sociologia, economia, história, antropologia, saúde coletiva, direito, educação, filosofia, psicologia, linguística e outros.

Vigevani et al., (2016) fez um mapeamento das pesquisas presentes no banco de dados do FUNAG/IPRI, analisando os resumos e as palavras chaves das teses e dissertações. Os autores concluíram que, das 469 dissertações e teses apresentadas entre 1999-2002, 22% trataram da globalização, 15% da política externa, 19% da integração regional, 10% dos direitos humanos e outros temas com proporções menores. Das 1.554 teses e dissertações apresentadas entre 2003-2013, 23% versaram sobre a política externa, 14%

sobre a integração regional, 13% sobre o meio ambiente, 12% sobre o comércio exterior, 11% sobre os direitos humanos, seguidos de outros temas com proporções menores. Vigevani et al., (2016) ainda apontam que, do montante total, isto é, das 2.023 teses e dissertações sobre relações internacionais, 49% utilizaram o Brasil como objeto de investigação, ao passo que Argentina, Mercosul e EUA representaram entre 8% a 15% dos objetos de investigação, seguidos de outros objetos em proporções menores.

No âmbito do esforço de mapear os temas abordados nas teses e dissertações em relações internacionais, devemos acrescentar, também, o trabalho de Herz (2002) que analisa 210 dissertações e teses apresentadas na UnB e na PUC-Rio entre 1982 a 1999. Embora importantíssimo, o trabalho de Herz apenas aponta os temas das pesquisas, e não o uso dos conceitos e das teorias. Os temas investigados nas teses e dissertações analisadas por Herz são os seguintes: 86 trabalhos sobre a política externa brasileira, 23 sobre a integração latino-americana e sistema internacional, 18 sobre economia política internacional, 9 sobre meio ambiente e relações internacionais, 6 sobre teoria das relações internacionais, seguidos de outros temas em proporções menores. Além das teses e dissertações produzidas pela UnB e PUC-Rio, Herz também apresenta um panorama dos trabalhos com a rubrica das relações internacionais nos encontros anuais da ANPOCS, entre os anos 1985, 1988, 1990 e 1993. Herz conclui que, dos 106 trabalhos, 29 tratavam sobre política externa brasileira, 24 sobre sistemas internacionais, 10 sobre processo de integração e cooperação regional, 13 sobre política externa na América Latina, 8 sobre teoria das relações internacionais, seguidos de outros temas em proporções menores.

Acrescenta-se aos trabalhos exploratórios aquele realizado por Saraiva (2012), que analisou 612 trabalhos, apresentados no 3º Encontro da Associação Brasileira em Relações Internacionais (ABRI), que tratavam de temas sobre meio ambiente, instituições internacionais, defesa, segurança internacional, entre outros. Apesar disso, o trabalho de Saraiva aponta que existe “uma tendência de abandono original das fontes epistemológicas, dos campos originários geradores da área de pesquisa” (SARAIVA, 2012, p. 71) de relações internacionais desenvolvida nos dois principais programas de pós-graduação em relações internacionais, o da PUC-Rio e da UnB.

Faria (2012) observa, no âmbito da ABCP, a partir de 2010, o surgimento da a área temática chamada Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais. Os trabalhos de Cavalcanti (2012), Fróio (2012), Campos e Duarte (2012), Gusmão (2012), Silveira e Dall'Agnol (2016), Chapadeiro (2016), Silva (2016), Medeiros et al., (2016), Tostes et al., (2016), apresentados nos últimos encontros, apontam para as discussões sobre os relatos das experiências no ensino das relações internacionais e revisões bibliográficas do surgimento das relações internacionais.

## **Capítulo IV: O Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB**

Ainda que existam outros temas, o principal foco das pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em relações internacionais da UnB diz respeito à reconstrução histórica, realizada no âmbito da história das relações internacionais (LESSA, 2005a, 2005b).

Como apresentado na discussão sobre o surgimento dos programas de pós-graduação em relações internacionais no Brasil, o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB surgiu em 1984, no antigo Departamento de Ciência Política e Relações internacionais, que também oferecia, desde 1974, o curso presencial de graduação em relações internacionais. A partir de 1976, o Programa de Pós-Graduação em História da UnB, ligado ao então Departamento de História, criou o curso de mestrado com concentração em História das Relações Internacionais (LESSA, 2005a, 2005b).

Deste modo, até o ano de 2002, coexistiram dois focos de pesquisa em relações internacionais na UnB: um ligado ao Programa de Pós-Graduação em História, com concentração em história das relações internacionais, e outro ligado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, com concentração em política internacional. Apesar da coexistência de dois focos de pesquisa, ligados a departamentos distintos, havia amplo diálogo e colaboração entre os professores e pesquisadores dos programas de pós-graduação (LESSA, 2005a, 2005b).

A partir de 2002, o diálogo e a colaboração existente entre os programas de pós-graduação de história e de relações internacionais foi, por assim dizer,

institucionalizado com o edital San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais, que contribuiu para que fosse criado o Instituto de Relações Internacionais (IREL), que reuniu as duas áreas de concentração de pesquisa em relações internacionais. Assim, o Instituto de Relações Internacionais concentrou os dois focos com a oferta de cursos de mestrado e doutorado em duas áreas de concentração, a saber, de história das relações internacionais e de política internacional, assim como o curso de graduação presencial em relações internacionais (LESSA, 2005a, 2005b; SANTOS, 2005; SANTOS e FONSECA, 2009).

#### **4.1. A Escola de Brasília em relações internacionais**

Segundo Bernal-Meza (2016), a produção de pesquisa e conhecimento em relações internacionais, realizada na Universidade de Brasília, foi construída de modo autêntico e singular, o que contribuiu, no âmbito do pensamento latino-americano, para uma narrativa própria acerca das relações internacionais. Deste modo, segundo Bernal-Meza, a principal contribuição epistemológica e reflexiva sobre as relações internacionais foi realizada pelo historiador Amado Luiz Cervo (1941-), durante o processo de construção e consolidação do campo acadêmico em relações internacionais.

Saraiva (2003) também concorda com Bernal-Meza quando afirma que o historiador Amado Luiz Cervo é uma figura chave para compreender o campo das relações internacionais na UnB. Assim, ainda segundo Bernal-Meza, no “Brasil, a chamada Escola de Brasília, com predominância da história, se desenvolveu principalmente sob a liderança intelectual de Amado Cervo”

(BERNALMEZA, 2016, p. 04). Para Bernal-Meza, tal configuração elevou Cervo ao status de um dos pesquisadores mais importantes do campo das relações internacionais, que é reconhecido não apenas no Brasil, mas também internacionalmente. O próprio Amado Luiz Cervo reitera a interpretação de Bernal-Meza sobre a chamada Escola de Brasília, no qual o traço comum dos pesquisadores e professores da Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB reside nas pesquisas empíricas e históricas.

Na academia (...) um grupo de estudiosos das relações internacionais da Universidade de Brasília, recentemente denominado Escola de Brasília por Bernal-Meza (...). Nesse ambiente, onde prevalecia o pensamento crítico sem fazer a unanimidade, desenvolvemos nossos próprios trabalhos, ao lado de Luiz Alberto Moniz Bandeira, José Flávio Sombra Saraiva, Argemiro Procópio Filho, Antônio Carlos Moraes Lessa, Antônio Augusto Cançado Trindade, Alcides Costa Vaz, Estêvão Chaves de Rezende Martins, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Carlos Roberto Pio da Costa Filho (CERVO, 2008b, p. 85).

A seguir apresentaremos algumas das reflexões de Amado Luiz Cervo sobre as relações internacionais. É evidente que a chamada Escola de Brasília tem trabalhos heterogêneos, no entanto, abordaremos como mais representativo dessa escola o trabalho de Cervo, amplamente considerado como aquele que mais bem expressa, de modo fidedigno, a referida Escola (LESSA, 2005b; SARAIVA, 2003; BERNAL-MEZA, 2016).

Amado Luiz Cervo fez graduação e pós-graduação na França entre 1964 a 1970. Sua pesquisa de mestrado, *L'Europe et les Incas: contribution à l'histoire comparée des techniques*, e de doutorado, *Service de Dieu et Service de sa Majesté: la justification espagnole de la conquête de l'Amérique*, estão

ligadas não apenas à sua curiosidade intelectual sobre o modo como se estabeleceu as relações entre os povos europeus e os habitantes no novo mundo, mas também ao grupo de pesquisa em que estava inserido, que tinha como líder o historiador George Livet (1916-2002), estudioso do tema da paz e guerra durante o período do Renascimento (SARAIVA, 2003). Outra influência marcante na produção científica de Amado Luiz Cervo são os historiadores Pierre Renouvin (1893-1974) e Jean-Baptiste Duroselle (1917-1994), considerados como fundadores da história das relações internacionais francesa (SARAIVA, 2003).

Ainda de acordo com Saraiva, Cervo foi um dos primeiros pesquisadores brasileiros a utilizar as categorias de Renouvin e Duroselle para a compreensão da política externa brasileira e, com isso, foi o “pioneiro, na disseminação dessa tradição, nas universidades brasileiras (SARAIVA, 2003, p. 23). Assim, na Tabela 8 abaixo, podemos observar as publicações do autor sobre as relações internacionais, que apresentam os resultados das suas pesquisas desde a década de oitenta, seja por meio de trabalhos de autoria própria ou em parceria com outros pesquisadores.

**Tabela 8: Principais obras de Amado Luiz Cervo**

1981	O parlamento brasileiro e as relações exteriores, 1826-1889
1986	A política externa brasileira, 1822-1985 <sup>1</sup>
1992	Relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia
1992	História da política externa do Brasil <sup>1</sup>
1994	O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias <sup>2</sup>
1994	Relações internacionais dos países americanos: vertentes da história <sup>3</sup>
1998	História do Cone Sul <sup>4</sup>

2000	Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000 <sup>5</sup>
2002	Relações Internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas
2008	Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros

Fonte: Cervo (2008), elaboração independente.<sup>1</sup>Obra com Clodoaldo Bueno; <sup>2</sup>Coletânea solo; <sup>3</sup>Coletânea com Wolfgang Döpcke; <sup>4</sup>Coletânea com Mario Rapoport; <sup>5</sup>Coletânea com José Calvet de Magalhães.

#### 4.2. Os estudos de Amado Luiz Cervo em relações internacionais

Segundo Almeida (2003) e Saraiva (2003), apesar da intensa produção bibliográfica, as principais contribuições de Cervo ao campo das relações internacionais são as obras *O parlamento brasileiro e as relações exteriores, 1826-1889* (1981) e a *História da política externa do Brasil* (1992). De acordo com Saraiva (2003), a primeira obra, que teve contribuições de algumas das pesquisas orientadas pelo próprio Cervo no Programa de Pós-Graduação em História, significou a primeira grande contribuição do autor para a área de estudo da história das relações internacionais. Para Almeida (2003), esta obra de Cervo representa “o primeiro trabalho exaustivamente documentado sobre o importante papel do Parlamento na condução das relações exteriores do Brasil” (ALMEIDA, 2003, p. 88). E, no entendimento de Saraiva (2003), a obra tem o mérito de construir uma narrativa crítica da atuação do parlamento brasileiro na política externa, um contraste a explicação puramente diplomática.

A publicação do livro foi essencial ao lançamento de um primeiro produto acadêmico maduro do programa de pós-graduação em história das relações internacionais da Universidade de Brasília, ao reforçar uma linha menos diplomática e mais societária na abordagem dos fenômenos no tempo (SARAIVA, 2003, pp. 25-26).

Nesta obra Cervo informa que o objetivo principal da investigação era o de fazer “uma análise do papel exercido pelo Parlamento brasileiro sobre a política externa durante o Império, entre 1826 e 1889” (CERVO, 1981, p. 01), com base nos Anais das sessões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – o que representa um universo de quase dois mil documentos, produzidos desde 1826. Para Cervo, havia estudos sobre a política externa brasileira, mas estes eram realizados sem a pesquisa das fontes históricas e “mais sob a óptica da atuação do gabinete. Não exaure, aliás pouco explora, as fontes parlamentares” (CERVO, 1981, p. 02). O principal argumento de Cervo se estrutura na ideia segundo a qual o Parlamento brasileiro ocupou um espaço importante na política externa brasileira durante o período do Império.

Cervo elenca eventos históricos para construir a sua tese: a criação do sistema dos tratados internacionais, elaborado durante o processo da independência do Brasil em 1822, produziu consequências negativas para setores importantes da sociedade brasileira; e, entre os anos de 1826 e 1827, o Parlamento brasileiro começa a defender “o direito constitucional de aprovar ou rejeitar tratados de qualquer natureza (...) além de dispositivos legais de toda ordem e que diziam respeito à vida interna da nação” (CERVO, 1981, p. 06). Cervo aponta que o Parlamento conseguiu influenciar, em certa medida, alguns rumos da política externa, uma vez que “as negociações pertencem ao executivo, porém a celebração dos tratados, em teoria, ao legislativo” (CERVO, 1981, p. 06).

Coube ao Parlamento, além de certas decisões legais, fiscalizar a política externa, refletir sobre sua adequação ou conflito com o interesse nacional e o dos outros povos, apontar-lhe erros e acertos e, sobretudo, definir diretrizes de

ação, fundadas em pressupostos doutrinários. Essas funções só foram limitadas em seus resultados pela injunção esporádica de interesses pessoais e partidários. Prevalece, porém, no entendimento e na prática, o pensamento segundo o qual a política externa situa-se acima daqueles interesses (CERVO, 1981, p. 231).

Para o historiador, embora “o discurso parlamentar gera o pensamento político” (CERVO, 1981, p. 09), e apesar das divergências políticas existentes entre os partidários do conservadorismo e do liberalismo, durante o Império, no trato das questões internacionais, esse quadro era atenuado, ou seja, “a verdade é, porém, que a política externa mais uniu que separou as correntes partidárias. Nesse sentido, sem dúvida, terá contribuído positivamente para a conciliação” (CERVO, 1981, p. 11). Assim, Cervo atribui ao Parlamento o ideário de que os assuntos relacionados às fronteiras do território nacional deveriam ser abordados “pela via do entendimento, das negociações e dos tratados” (CERVO, 1981, p. 16), inaugurando a preocupação sobre o tema da paz e das relações amistosas com os países vizinhos ao Brasil.

De qualquer forma, a política externa mais uniu os espíritos do que os separou: isto não trouxe menor interesse pela questão; ao contrário, permitiu seu exame de forma mais objetiva, profunda e imparcial do que o das questões internas. Paranhos [Barão de Rio Branco] é o símbolo dessa realidade no Império: por ser um dos grandes mentores da política externa de então, suas convicções partidárias são inconsistentes, sua filiação ao partido conservador mais um acidente (CERVO, 1981, p. 12).

Com a publicação da obra *História da política exterior do Brasil*, em 1992, Almeida (2003) assinala que Cervo cumpre o papel de “renovar a metodologia dos estudos de relações internacionais do Brasil” (ALMEIDA, 2003, p. 87). Isso porque, segundo Almeida (2003) e Saraiva (2003), os

principais estudos sobre a história da política externa do Brasil datavam da década de cinquenta. A renovação de que falam Almeida e Saraiva reside na ruptura epistemológica dos estudos diplomáticos realizados pelos estadistas, políticos e diplomatas sobre o tema da disciplina da história das relações internacionais, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos pelos diplomatas Pandiá Calógeras, Delgado de Carvalho e Hélio Viana – amplamente estudados, desde os anos cinquenta, no Instituto Rio Branco e pelos diplomatas do Itamaraty.

Ainda na primeira edição da obra *História da política exterior do Brasil*, Cervo – agora em parceria com Clodoaldo Bueno, então professor da UNESP – apresentava a consciência da realização dessa ruptura epistemológica em seu trabalho. Cervo e Bueno fazem, inclusive, menção dessa consciência, já nas primeiras páginas da obra: segundo os autores, foi possível realizar tal contribuição devido ao trabalho acadêmico original e criativo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História, *locus* principal das pesquisas realizadas, que depois seria transferido para o Instituto de Relações Internacionais, criado em 2001 (CERVO e BUENO, 1992).

A historiografia brasileira das relações internacionais é similar à dos outros países. Até por volta de 1940-1950, prevalecia aqui também a história diplomática tradicional, que se fazia em todo o mundo, com interpretações conduzidas de dentro das nações ou das nacionalidades, que veiculavam os argumentos da respectiva chancelaria. Era uma narrativa superficial de fatos. Fazia-se uma história apologética e limitada quanto ao objeto e à capacidade explicativa. Desde os anos 1920, foi influenciada em bom sentido no Brasil pela obra de João Pandiá Calógeras. A criação do Instituto Rio Branco, em 1945, representou um avanço desse gênero historiográfico, ao estimular os estudos

diplomáticos. A historiografia brasileira das relações internacionais adquiriu sua maturidade quando a história diplomática foi superada pelos métodos modernos de análise desenvolvidos no seio das universidades. A obra de Caio de Freitas, nos anos 1950, é o ponto de partida da nova fase. Ela se consolidou com a criação do mestrado em História das Relações Internacionais na Universidade de Brasília, em 1976, e, posteriormente, com o doutorado (CERVO & BUENO, 1992, p. 16).

Cervo busca fazer uma produção acadêmica que “coloca em xeque o prestígio das teorias de relações internacionais nos programas de ensino” (CERVO, 2008a, p. 08), ao procurar construir uma postura crítica em relação às teorias de relações internacionais.

Embora as teorias de relações internacionais estejam nos “currículos dos cursos de graduação, mestrado e doutorado em relações internacionais no Brasil” e inúmeros pesquisadores e docentes usem “teorias disponíveis [para que] iluminem o objeto de estudo com um corpus adequado de conhecimento e preparem os estudantes para compreensão e investigação do objeto” (CERVO, 2009, p. 03), Cervo aponta alguns limites presentes não apenas nesse movimento de operacionalização das categorias, mas também nas teorias de relações internacionais propriamente ditas que, embora se apresentem como universais e neutras, carregam interesses das nações onde foram formuladas ou sistematizadas, sendo que o uso delas pode contribuir ou desfavorecer algum Estado-nação.

Com efeito, no estado de desenvolvimento atual, as teorias se atribuem capacidade explicativa universal e pretendem subsidiar a decisão de agentes sociais e dos governos que operam a ação externa das nações, tendendo para uniformização de padrões de conduta em âmbito global.

Contudo, as teorias de relações internacionais, se convêm a umas nações, são nocivas e nefastas para outras e para a ordem internacional, caso se considerem com senso crítico possíveis efeitos sobre a formação nacional e os ordenamentos que regem o sistema internacional (...) as teorias de relações internacionais são nocivas, porque toda teoria lança raízes na cultura onde é elaborada, carrega os respectivos valores e interesses e propõe decisões unilaterais. São nefastas pela imoralidade de efeitos, já que agem desse modo como armadilhas mentais destinadas a privilegiar a uns e a discriminar a outros, bem como a iludir dirigentes incautos que se movem pelo mundo, abdicando de valores e interesses próprios em favor dos alheios. (CERVO, 2009, pp. 03-04).

Cervo (2009) completa o seu argumento salientando que as teorias das relações internacionais são armadilhas mentais para os pesquisadores ou estudiosos das relações internacionais. Essas armadilhas, em seu entendimento, ocorrem em relação aos efeitos políticos provocados pelo uso das teorias alienígenas, por algum Estado-nação, ou seja, quando as teorias das relações internacionais, formulados em outros Estados-nações, “inspiram o processo decisório” (CERVO, 2009, p. 06), pois tal feito contribui para que um determinado Estado-nação busque agir, frequentemente, contra os seus próprios interesses durante a elaboração e execução da política externa.

Cervo ainda ressalta que, como nas sociedades modernas os intelectuais atuam no processo de mediação entre a reflexão sobre as teorias das relações internacionais e a elaboração de política externa, o uso das teorias daquelas deve obedecer a um rigoroso critério de reflexão, na medida em que “podem conduzir intelectuais a caminhos incongruentes e lançar governantes contra interesses de seu povo” (CERVO, 2009, p. 08). Além disso,

“as teorias que servem ao Primeiro Mundo não são convenientes, necessariamente, aos emergentes” (CERVO, 2008a, p. 10).

Quando mais teoria das relações internacionais alojadas no cérebro do dirigente, melhor sua intuição e sua decisão, confessa o chanceler Celso Amorim, que foi professor da matéria na Universidade de Brasília. Sem negar tal pressuposto acerca do papel das teorias, tanto para prover conhecimento acerca das relações internacionais quanto para a decisão mais acertada, a dispersão e a contradição entre elas são tais que deixam perplexo o estudante esperto ante sua consistência e utilidade (CERVO, 2008b, p. 62).

Para ilustrar a relação entre as teorias das relações internacionais e os seus vínculos com os Estados-Nacionais, Cervo alude às teorias das relações internacionais com a rubrica da escola realista, que “por exemplo, trilhou o caminho do sucesso nas universidades e meios intelectuais de todo o mundo, de modo incomparável” (CERVO, 2008a, p.10). Para o autor, as teorias das relações internacionais realistas encontram o seu apogeu e declínio concomitante durante a existência da Guerra Fria, marcada pelas tensões político-militares entre as duas grandes potências, os EUA e a antiga URSS. Esse vínculo entre o contexto histórico e a produção e sistematização teórica das teorias realistas contribui, no entendimento de Cervo, para a consolidação e divulgação dos valores, interesses e culturas dos países ocidentais, notadamente dos países da Europa Central e dos EUA.

Cervo salienta ainda que até os objetos de reflexão e pesquisa das teorias realistas estão vinculados ao contexto histórico e, conseqüentemente, aos interesses dos Estados-nações onde foram elaboradas, a exemplo dos temas da segurança internacional. No tocante do ensino das relações

internacionais, nos cursos de graduação e de pós-graduação em relações internacionais, aponta que a tarefa principal dos pesquisadores nas universidades estaria em “desmontar o imperialismo que as teorias exercem sobre o sistema de ensino de relações internacionais do Brasil” (CERVO, 2009, p. 07).

Ainda sobre os teóricos realistas das relações internacionais, Cervo diz que.

Desvendar as ciladas da teoria é tarefa tão relevante quanto apropriar-se de seu conhecimento (...). A desqualificação dessa corrente teórica inicia com as evidências de sua origem nos Estados Unidos, no início da Guerra Fria, por tal razão estabelecendo o Estado como agente principal das relações internacionais e a segurança como motivação primeira da ação externa. O realismo propõe ao mundo interesses, valores e padrões de conduta do Ocidente. O realismo não é isento nem explica as relações internacionais como pretende (CERVO, 2008a, p.10).

Como proposta epistemológica para a compreensão da posição do Brasil no cenário internacional, Cervo orienta para a construção e uso de conceitos ou paradigmas, com base na observação histórica e pesquisa empírica sobre a política externa, “procedimento [que] faz lembrar o uso do ideal-tipo weberiano, porém tende à construção da teoria” (CERVO, 2008b, p. 63).

O autor compreende que tal postura metodológica e epistemológica possibilita compreender de forma mais autêntica as singularidades e as especificidades da atuação dos países no cenário internacional, a exemplo do Brasil. Em suas palavras, “os conceitos vão além, não manifestam pretensão

explicativa universal e carregam, explicitamente, interesses e valores das sociedades onde são elaborados” (CERVO, 2009, pp. 08-09).

A análise paradigmática que ora aplicamos a nosso objeto de estudo, as relações internacionais do Brasil, corresponde, antes de tudo, a um método. Temos, por fim, a construção de conceitos pela via da observação empírica. A história constitui o campo de observação, o laboratório de experiências sobre as quais nos inclinamos (CERVO, 2008b, p. 65).

Cervo aponta que a investigação para a construção dos paradigmas sobre a inserção de um país obedece aos seguintes critérios: as percepções dos diplomatas, dos políticos e do campo das relações internacionais de um dado período histórico. No âmbito da percepção diplomática, assinala a necessidade de se compreender o modo pelo qual os povos e os seus dirigentes elaboram as imagens não apenas de si, mas dos demais integrantes do cenário internacional. Isso significa que, nessa primeira dimensão, “o paradigma comporta uma cosmovisão, a imagem que determinada formulação conceitual projeta dos outros povos, nações ou do mundo todo” (CERVO, 2008b, p. 65).

Cervo ressalta também a necessidade de se compreender o modo pelo qual os dirigentes interpretam os interesses existentes na sociedade, isto é, “a leitura que os dirigentes fazem dos interesses” (CERVO, 2008b, p. 65). Essa leitura, realizada pelos dirigentes, pode contribuir ou modificar os paradigmas existentes. Por fim e igualmente importante, Cervo fala sobre a necessidade de se compreender as ações políticas que os dirigentes estipulariam com o objetivo de atingir as necessidades da sociedade nacional.

O paradigma inclui determinado modo de proceder, nesse caso, de fazer política exterior ou de controlar as relações internacionais. A análise paradigmática há de colher as determinações internas e os condicionantes externos, os fins da política, o peso da ideia de nação a construir e da cosmovisão. Tomando como referencial, como se fosse uma espécie de tabela de indicadores, o paradigma vigente permite avaliar o desempenho dos dirigentes e da sociedade organizada (CERVO, 2008b, p. 66).

Colocadas as ponderações metodológicas, Cervo (2008a, 2008b) salienta que o Brasil apresentou quatro paradigmas ao longo de sua existência como nação independente, a saber, o liberal-conservador, o desenvolvimentista, o normal e o logístico. Cada paradigma está vinculado a um contexto histórico distinto, seja em relação à dinâmica social interna da sociedade brasileira, seja em relação às mudanças ocorridas na esfera internacional. Cervo (2012) lembra ademais que, ao contrário das ciências duras ou exatas, no campo das ciências sociais a existência de um novo paradigma de pensamento não significa a superação, eliminação ou até mesmo o abandono do antigo.

A coexistência de paradigmas, inadmissível nas ciências exatas e naturais, embora paradoxal, é possível nas ciências humanas e sociais, onde eles adquirem a função metodológica de organizar a matéria e de dar-lhe inteligibilidade orgânica, mediante uma visão compreensiva dos fatos (CERVO, 2012, p. 489).

O paradigma liberal-conservador esteve vigente no Brasil entre 1810 a 1930, e era pautado pela compreensão de que a sociedade brasileira era composta por dois grupos sociais: os grandes proprietários de terras e “o resto da sociedade (...) fossem escravos, ex-escravos, trabalhadores livres,

imigrantes” (CERVO, 2008b, p. 70). A política externa desenvolvida nesse período foi pautada pelos interesses dos grandes proprietários, o que significou a busca de mercados externos para os produtos primários, como café ou cana-de-açúcar. Em contrapartida, o Brasil recebia os produtos manufaturados produzidos durante a Revolução Industrial, ocorrida na Europa e nos EUA. Esse movimento ficou expresso como liberal, na medida em que representava os interesses dos proprietários de terra (CERVO, 2008b).

Já a política externa, elaborada pelo parlamento brasileiro, configurava, em grande medida, a realização virtual desses próprios interesses, a saber, o favorecimento dos grandes proprietários de terras.

Uma sociedade estabilizada em sua infância, feita de plantadores e exportadores de café, açúcar e outros pequenos produtos da terra, que nada mais aspirava, nas amargas palavras do senador da Monarquia, Sales Torres homem. Aqueles dirigentes confundiam, logicamente, o interesse nacional com os próprios interesses, ou seja, os do grupo socioeconômico hegemônico: dispor de mão-de-obra, exportar os frutos da lavoura e importar bens de consumo diversificados (...) tendo sido apropriado pelas elites sociais, o Estado manobrava o processo decisório em política exterior voltado àquela leitura restrita do interesse nacional que faziam os dirigentes (CERVO, 2008b, p. 70).

Cervo pondera que a ala conservadora buscou construir alguns episódios de industrialização no país, mas essas experiências foram efêmeras e lacunares. Segundo a sua ótica, o país na “época produziu Mauá, sem dúvida. Tivesse produzido meia dúzia de Mauás e o Brasil teria deslanchado seu desenvolvimento um século mais cedo, à época de outras nações, há algum tempo avançadas” (CERVO, 1981, p.18). A corrente conservadora, no

entanto, obteve mais sucesso no processo de consolidação das fronteiras do país, ou seja, na “negociação firme das fronteiras do território nacional” (CERVO, 2008b, p. 70).

Com a Revolução de 1930, CerVO diz que se inicia um novo paradigma acerca das relações internacionais no Brasil, chamado desenvolvimentista. Assim, o paradigma desenvolvimentista esteve vigente de 1930 a 1989 e, em diversos graus, permeou todos os governos desse período, ao passo que “os homens de Estado mais contaminados por essa ideologia foram Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel” (CERVO, 2008b, p. 73). A principal característica do desenvolvimentismo foi a busca pela modernização das instituições brasileiras, como a do mercado e do Estado.

Com o desenvolvimentismo, a sociedade brasileira foi reconhecida como dinâmica, e por isso como espaço de diversos interesses. Diferentemente do período liberal-conservador, o desenvolvimentismo foi construído mediante a participação de inúmeros estratos da sociedade brasileira, a exemplo dos trabalhadores assalariados, empresários, militares, opinião pública, intelectuais e militares (CERVO, 2008b). Devemos notar também que a principal ruptura, em relação ao paradigma anterior, foi o deslocamento do eixo da política externa brasileira, pautada pela “diplomacia da agro exportação baseada na doutrina europeia de mercado” para “equacionar a soma de interesses segmentados, cuja exigências, por vezes, colidem” (CERVO, 2008b, pp. 72-74).

Deste modo, a política externa foi interpretada pelos dirigentes como o meio pelo qual o país poderia se desenvolver e se modernizar, na busca de investimentos estrangeiros e de transferência de tecnologias.

A busca do desenvolvimento tornou-se vetor da política externa. A acepção do desenvolvimento, conceito sociológico complexo, por abranger o econômico e o social, restringiu-se, na mente dos tomadores de decisão, de modo a contemplar essencialmente duas variáveis: a industrialização e o crescimento econômico. A industrialização, porque por meio dela julgava-se preencher as demandas da sociedade complexa, empurrando o conjunto em direção à modernidade do capitalismo (...) A política exterior destinava-se a preencher requisitos desse desenvolvimento assim concebido, trazendo de fora três insumos em apoio aos esforços internos: capital complementar à poupança nacional, ciência e tecnologia e mercados externos, com que transitar da substituição de importação à substituição de exportação (CERVO, 2008b, pp. 74-75).

Para alcançar os seus objetivos, Cervo (2003, 2008b) aponta que os dirigentes buscaram adotar posturas flexíveis no cenário internacional, evitando a adesão rigorosa às doutrinas ou aos blocos políticos-miliares, tipicamente configurados por quase todo o século XX, cujo cerne, portanto, era a expansão do parque industrial e a obtenção de crescimento econômico. Para tal objetivo, Cervo (2003, 2008b) elenca a questão da autonomia, “recomendável por Getúlio Vargas, João Goulart, Ernesto Geisel” (CERVO, 2008b, p. 74), segundo a qual as relações com os demais países seriam ditadas pelas relações econômicas, e não exclusivamente pelas afinidades ideológicas ou doutrinárias.

O paradigma em construção apresenta, pois, um perfil caracterizado por três componentes: a) consciência da transição; b) desenvolvimento como vetor da política exterior; c) realismo de conduta. E confere nova funcionalidade ao setor externo, inventando o modelo de inserção internacional: a) realizar interesses de uma sociedade complexa; b) conceber o

desenvolvimento como expansão da indústria; c) prover de eficiência a política exterior mediante autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível e não doutrinária, subordinação da política de segurança, da guerra e da paz, aos fins econômicos e negociação simultânea com os grandes e os vizinhos (CERVO, 2003, p. 12).

Cervo (2008b) aponta que os resultados do desenvolvimentismo ocorreram entre os anos de 1950 a 1970, com o surgimento da indústria de transformação de base e inovação tecnológica para instituições ligadas ao mercado e ao próprio Estado brasileiro. Outro propósito dessa época foi o de “superar a fase de exportações primárias e importações industriais” (CERVO, 2008b, p. 75), considerado como uma meta no paradigma do desenvolvimentismo.

O Estado desenvolvimentista, de características tradicionais, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário, que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança (CERVO, 2012, p. 489).

Entre os anos de 1990 a 2002, Cervo (2003, 2008b) salienta que, no Brasil, surgiu um novo paradigma intitulado como normal ou neoliberal. O paradigma neoliberal surge no país com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tendo como máxima a abertura dos mercados nacionais ao capital estrangeiro, o que envolveu privatizações de instituições estatais, alterações monetárias, congelamento das contas bancárias e confisco das poupanças (CERVO, 2008b). O paradigma neoliberal seguia o ideário segundo o qual caberia “ao mercado a função de promover tudo mais, sobretudo o próprio

desenvolvimento” (CERVO, 2008b, p. 77). O Estado, então, começa a perder, com o paradigma normal ou liberal, a centralidade no processo de desenvolvimento do país. Como resultado desse processo, a “política exterior se tornava conceito fora de moda, mero ornamento da ação do Estado” (CERVO, 2003, p. 18).

Na vigência dessas novas condições políticas, o Estado normal encaminhou no Brasil a destruição do patrimônio e do poder nacionais. Utilizou, conscientemente, os mecanismos das privatizações para transferir ativos nacionais a empresas estrangeiras, abrindo desse modo nova via de transferência de renda ao exterior por meio dos lucros e aprofundando a dependência estrutural da nação. Sujeitou-se à especulação financeira internacional que também absorveu renda interna. Mais de oitenta bilhões de dólares arrecadados pelas privatizações brasileiras foram gastos em despesas de custeio, sem benefício algum para o reforço de setores estratégicos da economia nacional. Como as empresas traziam de fora equipamentos sofisticados e não se voltavam para as exportações, apenas para o vasto mercado brasileiro, o país tornava inócua sua política de comércio exterior. A ação destrutiva do Estado normal priva, ademais, o governo de meios de poder sobre a arena internacional (CERVO, 2012, p. 492).

Cervo (2003, 2012) salienta que o processo ocorrido no Brasil se desenvolveu também em países da América Latina, como a Argentina, Chile, Venezuela, Peru e México, mas, devido ao contexto internacional marcado pelo fim da URSS, as políticas neoliberais se apresentaram como modelo digno para todos os países durante os anos finais da década de oitenta e início dos anos noventa, a exemplo das políticas de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA.

O autor elenca algumas questões acerca do paradigma liberal, como a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro - que, em certa medida, significou um passo importante para a modernização do empresariado brasileiro, visto que “o choque da abertura contribuiu para elevar a produtividade sistêmica da economia brasileira e galgar mais um degrau rumo à modernização” (CERVO, 2003, p. 18). Apesar dessa avaliação, Cervo salienta que a abertura econômica possibilitou ao mesmo tempo a saída de riquezas do país, principalmente com as políticas de privatizações de empresas ligadas ao Estado brasileiro (CERVO, 2003, 2012). Para Cervo, as políticas neoliberais, realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, contribuíram para que o país retornasse para uma posição internacional análoga àquela que ocupou durante o século XIX, durante o paradigma liberal-conservador.

As dependências financeira, empresaria e tecnológica, promovidas novamente, elevaram a vulnerabilidade externa do país a níveis críticos. Ao empurrar, ademais, a economia nacional para o setor primário, onde a mantiveram os liberais-conservadores da Independência a 1930, regredia-se, de certo modo, ao século XIX (CERVO, 2003, p. 19).

O quarto e último paradigma foi nomeado por Cervo (2003, 2008b, 2012) como Estado logístico, que buscava articular elementos tanto do paradigma neoliberal quanto do desenvolvimentista. Embora saliente que havia traços desse paradigma no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, o processo foi inaugurado com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). O paradigma logístico tem como ideário o entendimento de que, no campo internacional, o Brasil teria que adotar uma postura independente, ou seja, similar ao “comportamento das nações avançadas, particularmente dos

Estados Unidos, tido como protótipo do modelo” (CERVO, 2008b, p. 86). Logo, caberia ao Estado transferir à sociedade as responsabilidades em relação à realização dos interesses.

Nas palavras de Cervo, no paradigma logístico, o objetivo foi de.

(...) dar apoio logístico aos empreendimentos, o público e o privado, de preferência o privado, com o fim de robustece-lo em termos comparativos internacionais. Assim procedem os governos dos países centrais – Estados Unidos, Europa e Japão, a título de exemplos – protegendo empresas, tecnologias e capitais de matriz nacional, estimulando seu fortalecimento interno e sua expansão global, zelando pelo emprego e pelo bom salário dos trabalhadores, ampliando o bem-estar do consumidor (CERVO, 2008b. p. 87).

A ação da política externa deixa de ocupar uma figura simbólica no Estado para atuar efetivamente em busca dos interesses diversos da sociedade brasileira, como a superação das situações de dependência, tanto financeira quanto tecnológica, deixadas pelo paradigma normal ou neoliberal (CERVO, 2003, 2008b, 2012). Deste modo, Cervo salienta que, apenas com o paradigma logístico, o Brasil chegou a atuar de modo aproximado ao comportamento descrito pelas teorias das relações internacionais da escola realista, isso porque, o Brasil começa a superar o período desenvolvimentista e se lança no cenário internacional com suas empresas. Com esse feito, o país busca colocar “em marcha dois componentes da conduta advogados pelos realistas: a construção de meio de poder e sua utilização para fazer valer vantagens (...) como ciência, tecnologia e capacidade empresarial (CERVO, 2008b, p. 87).

A política externa, empregada nos dois mandatos de Lula, é interpretada pelo autor como o rebaixamento da crença de que era responsabilidade exclusiva do mercado realizar o desenvolvimento do país. Apoiado na ideia logística, o Brasil começa a criar relações comerciais, via diplomacia econômica, com os países da América Latina, em especial Chile, Argentina e Bolívia, e com os demais integrantes do BRICS, como Rússia, Índia, China e África do Sul. Cervo destaca que, com Lula, o Brasil começou a aumentar o seu poder e influência no cenário internacional.

O governo Lula se afasta da fé na capacidade do livre mercado de prover por si o desenvolvimento. Avança em várias esferas: na América do Sul, rumo a integralização produtiva pela infraestrutura, energia e investimentos brasileiros; na esfera global, forjando coalizões que reforçam o Brasil como ator global e permitem bloquear as estruturas hegemônicas em sua determinação arcaica de reservar para si a função de estabelecer as regras do ornamento global a seu favor; com Índia, Rússia, China e África do Sul, rumo à cooperação para o despertar das grandes baleias adormecidas; com a Argentina, para não perder o sócio, porque não se admite perder nenhum sócio. O país cresce, desse modo, como poder global, embora o ritmo fraco seja determinado pelo baixo crescimento (CERVO, 2008b, p. 88).

Como exemplo dessa atuação brasileira, à luz do paradigma logístico, no cenário internacional, Cervo cita os casos das empresas brasileiras, participantes do comércio internacional: em 2008, trinta empresas brasileiras investiram ou criaram filiais em outros países, como a Petrobras. Concomitantemente a essas ações, o paradigma logístico interrompeu o processo de privatização no país, e convidou diversos setores da sociedade

civil a cumprirem dois objetivos: receber as demandas e interesses, e contribuir para a realização das ações definidas (CERVO, 2003, 2008b, 2012).

A internacionalização econômica representa um campo de grande êxito da logística internacional de Lula, em razão do ritmo forte que ostenta e da segurança que a reverso imprime à economia nacional. No início do segundo mandato, cerca de três dezenas de empresas brasileiras haviam implantado aproximadamente cento e vinte fábricas no exterior. A prática contínua e crescente da internacionalização correspondente à mudança mental introduzida pelo novo paradigma, com apoio do empresariado. Estados Unidos, Argentina, China e Bolívia (antes de Evo Morales) são alguns destinos preferenciais da nova geração de empresários que toma o Estado como estrategista, não mais como motorista, não considera a globalização nem boa nem má, mas uma oportunidade de negócio. (CERVO, 2008b, p. 89).

Cervo avalia que o movimento realizado pelo paradigma logístico, ao buscar relações comerciais com os países emergentes, configura uma postura assertiva. Esse juízo ocorre por Cervo entender que, no século XXI, serão justamente os países periféricos os grandes centros de comércio, finanças e consumo, ao contarem com cerca de 50% da população mundial. Ademais, ressalta ainda que o paradigma logístico se aproxima das aspirações de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, tido pelo Itamaraty como o patrono da diplomacia brasileira.

O futuro lhe pertence, diria o barão de Rio Branco, se vivo fosse aconselhando o Brasil a orientar sua política exterior, suas parcerias e seus objetivos de modo prioritário para essa área do planeta, como o mesmo senso realista que fundou a proveitosa parceria com os Estados Unidos no início do século XX (CERVO, 2008b, p. 89).

Sobre o primeiro Governo de Dilma Rousseff (2011-2014), Amado e Lessa (2014) afirmam que o paradigma logístico ainda persistiu como baliza da política externa brasileira. No entanto, os autores apontam para um relativo declínio da atuação internacional do País. Em todos os paradigmas, a saber, o liberal-conservador, o desenvolvimentista, o normal ou liberal e o logístico, Cervo (2008b) aponta para a existência da participação dos intelectuais, ora para contribuir com o paradigma, ora para criticar - e, com isso, contribuir - tanto para a mudança quanto para a elaboração de um novo paradigma.

Dentro de uma perspectiva ampla, Cervo salienta que o paradigma desenvolvimentista, que subsidiou a política externa brasileira, recebeu contribuições de inúmeros intelectuais, a exemplo do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987), do diplomata Oswaldo Aranha (1890-1954) e dos pensadores ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Afonso Arinos (1905-1990), Cleanto de Paiva Leite (1921-1992), San Tiago Dantas (1911-1964) e Hélio Jaguaribe (1923-). Ainda sobre o ISEB, Hélio Jaguaribe assinala, em entrevista concedida em 2005 a Raphael Oliveira do Nascimento, mestre em relações internacionais pela UnB, que as ideias sobre a autonomia, presentes durante a Política Externa Independente (PEI), eram compartilhadas por todos os integrantes da época, sendo frágil, por isso, o movimento de atribuir para um único autor as ideias sobre política externa do período histórico considerado.

De certa forma, o relato de Jaguaribe contribuiu para a interpretação de Cervo sobre a existência das ideias como paradigmas, assim como a participação coletiva de intelectuais nesse processo.

Eu diria o seguinte: indubitavelmente, a formulação teórica de um projeto de política externa independente foi feita pelo ISEB, e foi feita muito particularmente por mim. Por outro lado, eu não creio que San Tiago tenha sido diretamente influenciado pelas minhas ideias. Tinha com San Tiago uma relação de grande amizade, mas era uma relação um pouco de professor para aluno, ele tinha sido meu professor, e, embora tivéssemos convertido essa relação numa amizade, ele tinha linha própria. De modo que havia conhecimento de posição. Duvido que San Tiago tenha lido o meu livro 'Nacionalismo na Atualidade Brasileira', duvido. Pode ser que tenha, mas não é provável. As posições eram coincidentes, mas não creio honestamente que tenha sido uma influência direta minha sobre San Tiago. San Tiago pensou isso por conta própria e porque ele pertencia a um grupo que tinha essas ideias em comum (JAGUARIBE, 2005, p. 131).

O paradigma desenvolvimentista também contou com a contribuição dos intelectuais ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), como Celso Furtado (1920-2004), Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Raúl Prebisch (1901-1986). Deste modo, apesar das contribuições heterogêneas do paradigma desenvolvimentista, marcado pelo ideário de desenvolvimento e modernização do Brasil, devemos evidenciar que existiu pouco consenso entre os próprios intelectuais em torno da modernização do Brasil e o modo pelo qual a política externa brasileira deveria ser realizada.

Durante décadas, a ideologia desenvolvimentista fez a unanimidade no Brasil, mas não fez o entendimento político. Dividiram-se dirigentes e intelectuais brasileiros, como também as correntes de opinião pública, em torno do modelo de desenvolvimento a implementar (CERVO, 2003, p. 13).

Cervo (2003) salienta que, embora tenha se iniciado no governo Fernando Collor de Mello, será apenas com o governo Fernando Henrique

Cardoso que o paradigma normal ou neoliberal tomará forma. Ressalta que o próprio Fernando Henrique Cardoso exerceu o papel de intelectual e dirigente político na defesa do paradigma normal.

No artigo *A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República*, publicado pela Revista Brasileira de Política Internacional, em 2001, Fernando Henrique Cardoso expressava suas ideias perante a comunidade acadêmica e ao público em geral, sobre a política externa vigente. Para Cervo, a publicação desse artigo significou uma explicação do paradigma normal ou liberal existente no país desde o governo Fernando Collor de Mello (CERVO, 2003, 2012).

Para Cervo, “o pensamento de Cardoso e sua equipe” (CERVO, 2008b, p. 80) adotou, de modo passivo, as recomendações sugeridas pelas principais nações do capitalismo central e pelas instituições financeiras, o que contribuiu para colocar o país em condição de dependência financeira em relação aos países do capitalismo central. Cervo aponta que, mediante a ideia de mudança, o governo Fernando Henrique Cardoso deu musculatura ao paradigma normal ou neoliberal no Brasil, ao lado de outros intelectuais, como o seu Ministro da Fazenda Pedro Malan (1943-), economista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (CERVO, 2008b).

A emergência do Estado normal - subserviente, destrutivo e regressivo - nas estratégias de relações internacionais do Brasil teve como impulso conceitual a ideia de mudança. Não se trata de uma leviandade mental, mas de uma convicção profundamente arraigada na mentalidade de dirigentes brasileiros, capaz de provocar: a) o revisionismo histórico e a condenação das estratégias internacionais do passado; b) a adoção acrítica de uma ideologia imposta pelos centros

hegemônicos de poder; c) a eliminação das ideias de projeto e de interesse nacionais; d) a correção do movimento da diplomacia. Sob esse paradigma, a política exterior do Brasil orientou-se por um equívoco de substância, que Fernando Henrique Cardoso expressou em artigo para a Revista Brasileira de Política Internacional, em 2001: uma tríplice mudança interna - democracia, estabilidade monetária e abertura econômica - eram seus novos comandos (CERVO, 2012, p. 491).

O ponto destacado por Cervo foi o de que existiu, durante o paradigma normal, uma “corrente de pensamento monetarista de matriz neoliberal” (CERVO, 2008b, p. 77) que buscou subsidiar as reflexões de inúmeros intelectuais no Brasil e nos demais países da América Latina acerca da política externa brasileira. Ademais, Cervo ainda salienta que, no âmbito da diplomacia, Celso Lafer (1941-), mesmo que apresentasse “forte pensamento próprio, reforçou a linha de pensamento e ação de Cardoso” (CERVO, 2012, p. 488).

Entre os intelectuais atuantes na construção do paradigma logístico, no campo da política externa brasileira que se inicia com o Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), Cervo (2003) elenca os pesquisadores do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL-UnB), “onde prevalecia o pensamento crítico sem fazer a unanimidade” (CERVO, 2005, p. 20). No Itamaraty, Cervo ressalta as contribuições dos diplomatas Rubens Ricupero (1937-) e Samuel Pinheiro Guimarães (1939-). A figura de Celso Amorim (1942-) representa duas dimensões para o paradigma logístico: como acadêmico, pois atuou como professor de ciência política e de relações internacionais na UnB, e como figura política no interior tanto do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) quanto no governo Dilma Rousseff (2011-2016), tendo sido no primeiro o Ministro das Relações Exteriores de 2003 a

2011, e no segundo o Ministro da Defesa de 2011 a 2015 (CERVO, 2003, 2008b, 2012).

Assim, a reflexão e produção científica de Amado Luiz Cervo sobre as relações internacionais indica que a atuação do Brasil no cenário internacional foi pautada pelos paradigmas elaborados pelos intelectuais e dirigentes, que cristalizavam os interesses sociais presentes na sociedade brasileira. Cervo aponta que essa mediação ficou complexa e dinâmica a partir de 1930, e que o estudo sobre a mediação dos intelectuais, dirigentes políticos e interesses sociais contribuiu para compreensão da política externa brasileira. Por fim, lembra que “esse esforço de reflexão nos conduziu à invenção de conceitos e à sua articulação no que poderíamos denominar teoria paradigmática das relações internacionais do Brasil” (CERVO, 2003, p. 23).

Segundo Saraiva (2003), a produção criativa do grupo de pesquisa liderado por Cervo alcançou repercussão internacional. Um momento importante desse reconhecimento foi a divulgação dos resultados das pesquisas empíricas no The International Committee of Historical Sciences (ICHS), organização fundada em 1900, na cidade de Genebra, Suíça, que, segundo Saraiva, é a mais prestigiada no campo da produção histórica. Para Saraiva, como resultado do reconhecimento internacional, Amado Luiz Cervo representa “o primeiro latino-americano a alcançar esta posição” (SARAIVA, 2003, p. 32), na qualidade de representante da UnB no International Commission on the History of International Relations, comissão destinada aos estudos sobre história das relações internacionais. Atualmente, a cadeira na comissão é ocupada pelo próprio José Flávio Sombra Saraiva, que também é

professor de relações internacionais no Instituto de Relações Internacionais da UnB.

Após apresentar algumas das principais contribuições de Amado Luiz Cervo, pesquisador de maior importância não apenas no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB, mas no campo das relações internacionais do Brasil, é necessário fazer algumas ponderações e retomar questões apresentadas sobre a produção de conhecimento neste campo. Ainda que sua reflexão esteja pautada na história das relações internacionais, a construção sistemática de uma interpretação própria e original acerca das relações internacionais, mediante a elaboração de paradigmas, foi reconhecida, segundo Saraiva (2003), não apenas pela comunidade brasileira de pesquisadores do campo das relações internacionais, mas também pelas comunidades argentina, inglesa e francesa, isto é, da América Latina e Europa, respectivamente.

O diálogo com os ingleses dedicados à história das relações internacionais, tão pouco tributário da discussão presidida pela tradição renouviniana e que se espalhou na Europa, abriu outras possibilidades para Cervo. Aproximou-se de colegas da ilha [Inglaterra], como Donald Watt ou cientistas políticos como Andrew Hurrell. A influência das cooperações com René Girault, Roberto Frank, Charles Zorgbibe ou Denis Rolland, seus colegas franceses, foram agora ampliadas com o olhar sobre a produção historiográfica britânica na área (SARAIVA, 2003, p. 31).

## **Capítulo V: Raymond Aron e os estudos em relações internacionais da UnB**

Entre 1987 a 2016 foram defendidas 325 dissertações de mestrado e 70 teses de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB. O traço predominante destes trabalhos diz respeito às pesquisas históricas sobre a política externa brasileira, política internacional e organismos internacionais. Além dos objetos mencionados, as pesquisas também se dedicaram aos temas contemporâneos das ciências humanas, como meio ambiente, feminismo e pós-colonialismo.

A análise das teses e dissertações foi realizada com o auxílio do programa *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ), que tem como base o software *The R Project for Statistical Computing* (R), e indicou que as pesquisas realizadas têm como principais referências os autores ingleses e norte-americanos, além de forte participação dos escritos de Amado Cervo. É importante ressaltar que a análise realizada pelo software IRaMuTeQ, embora aponte a frequência de citações de autores e a proximidade deles com os principais temas, não permite propor o argumento de que os discentes concordam ou discordam da bibliografia usada. O resultado exposto a seguir apenas indica o quão lido foram os autores anglo-americanos e os da Escola de Brasília em relações internacionais durante as pesquisas em relações internacionais.

Assim, na análise das respectivas teses e dissertações, não encontramos o uso dos conceitos de Raymond Aron para a compreensão do objeto de pesquisa, visto que o seu pensamento foi discutido apenas nas

revisões bibliográficas dedicadas à apresentação do campo das relações internacionais e da área de estudos.

### **5.1. Perfil temático e teórico das pesquisas em relações internacionais**

A análise das dissertações, por meio do software IRaMuTeQ, apontou que as pesquisas foram elaboradas em torno dos eixos de desenvolvimento, com ramificação para os temas: cooperação, econômico, estudos sobre sul e americano. Nas teses, o software indicou que as pesquisas estão ligadas ao tema do comércio, desenvolvimento econômico, governo, direito e teoria.

Nas dissertações (Figura 6), os estudos sobre cooperação, sobressai a temática nuclear, em que são citados os autores John Ruggie, Robert Keohane, Joseph Samuel Nye e Stephen Krasner. Nos estudos sobre Sul, sobressaem os temas da integração do Mercosul, regional, relações com a China, Rússia, Equador, e União Europeia, em que são citados os autores Ernst Haas e David Mitrany. O bloco americano também está vinculado ao desenvolvimento, sendo que nesse quadro sobressaem as palavras norte e guerra. Às discussões sobre o continente americano estão vinculados os autores Johan Galtung, Woodrow Wilson, Alexis de Tocqueville, George Kennan e Henry Kissinger, ao passo que a discussão sobre América Latina perpassa autores como Raúl Prebisch e J. Ann Tickner. Já a reflexão centrada nos Estados Unidos é vinculada a Charles Tilly; na temática da guerra podemos identificar o tema do genocídio, embasado nos autores como Raymond Aron, Carl von Clausewitz, Norman Angell e Michael Walzer.

No tema econômico, são investigados assuntos ligados aos investimentos, crises no século XX, relações comerciais, comércio exterior e atuação do Itamaraty. Para tais discussões, são utilizados autores como Amado Cervo, Edward Carr, Francis Fukuyama, Hélio Jaguaribe, Robert Gilpin e John Keynes. Com forte aproximação do bloco econômico, o bloco político forma um núcleo em que estão vinculados os temas sobre pensadores clássicos modernos, como Maquiavel, Hobbes, Tucídides, Andrew Linklater e John Burton.

Para a temática dos direitos humanos, vinculada à questão do Darfur, conflito que ocorre na região do Congo desde o início dos anos 2000, são utilizados os autores Hans Kelsen e Alexis de Tocqueville. Ao lado do bloco político, estão os temas ligados aos governos, nesse caso, ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, e à política externa, aos quais autores como Celso Lafer, Paulo Vinentini e Shigenori Miyamoto estão mais próximos. Os temas ligados à temática das alianças, devido às mudanças climáticas, se destacam com a participação de Anthony Giddens.

Assim, as principais teorias que aparecem nas pesquisas das dissertações pertencem a Robert Cox, Jean-Baptiste Duroselle, Pierre Renouvin, Kenneth Waltz, Hans Morgenthau, Alexandre Wendt, Richard Rosecrance, Richard Ashley e Rob B. J. Walker. Não obstante a esse quadro, outros autores, como Amado Cervo, por exemplo, também são reivindicados pelos pesquisadores, quando tratam de questões específicas.



A análise das teses (Figura 7) apontou que no bloco comércio sobressaem os temas de organização do comércio exterior e Mercosul, aos quais são relacionados autores como Amado Cervo e Celso Lafer. O bloco econômico, que tem aproximação com os autores John Keynes e Michael Mann, é dividido em quatro direções: ambiental, estudo, mercado e século. O tema ambiental remete ao de conservação e hídrico. O tema estudo remete ao tema acadêmico, ao qual se relacionam os seguintes autores: Raymond Aron, Michael Walzer, Edward Carr e Vladimir I. Lenin. O tema mercado se relaciona aos tópicos de empresa, investimento e estrangeiro, em que se aproxima o autor Francis Fukuyama.

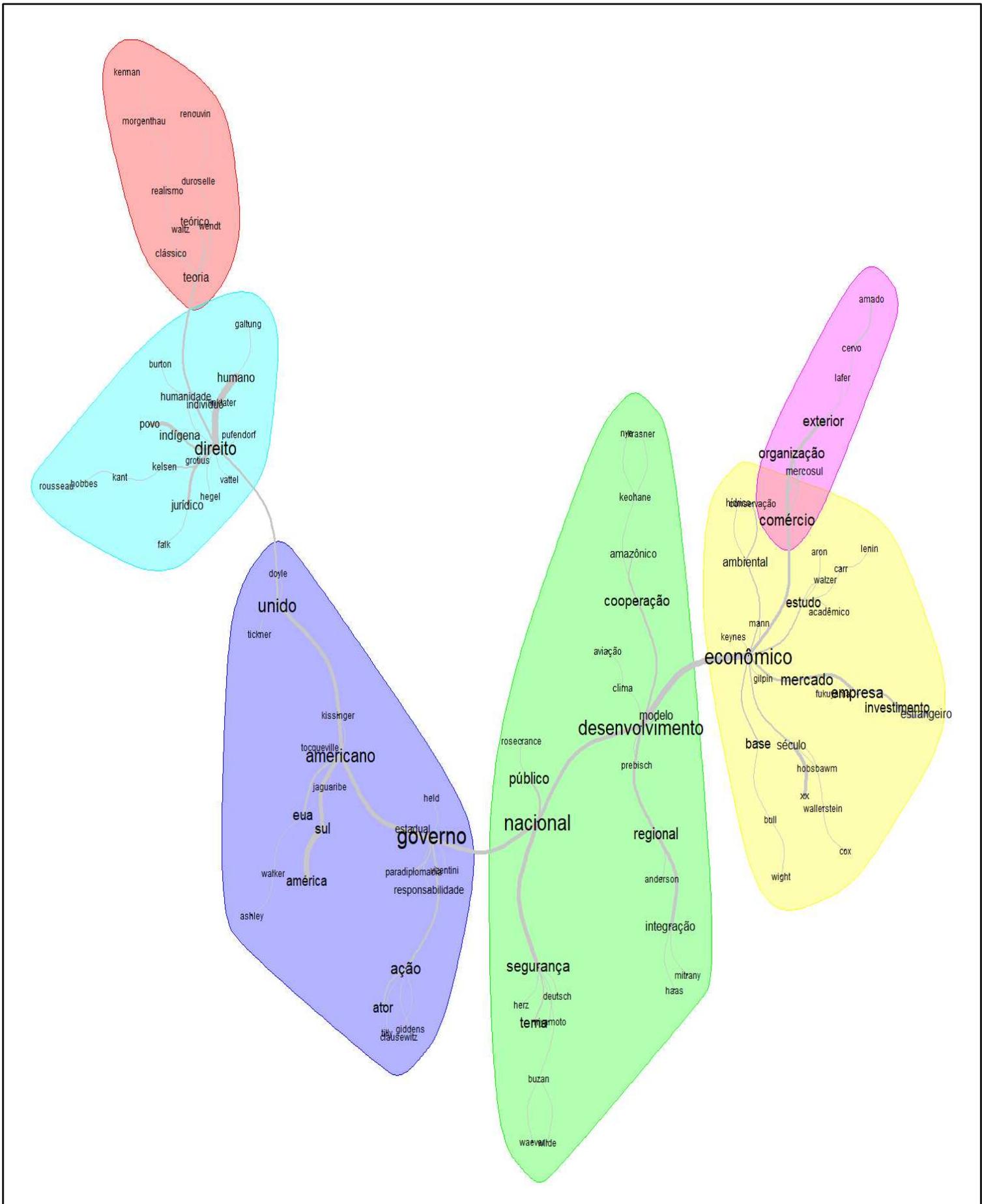
O tema século está ligado aos estudos históricos sobre o século XX, em que se destacam autores como Eric Hobsbawm. Ainda relacionado a esse bloco, está o tema de base econômica, em que emergem dois autores: Hedley Bull e Martin Wight.

O bloco intitulado 'desenvolvimento' é o maior entre os demais, sendo formado por mais quatro grandes temas, como cooperação, regional, nacional e segurança. O tema cooperação está vinculado aos assuntos ligados à floresta amazônica e ao clima, e contam com a presença dos autores Robert Keohane, Joseph Samuel Nye e Stephen Krasner. Já o tema regional remete a Raúl Prebisch, Ernst Haas e David Mitrany. O tema nacional está vinculado ao de público, com participação do autor Richard Rosecrance. E, por fim, ao tema segurança estão vinculados os seguintes autores: Shiguenoli Miyamoto, Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde.

O bloco governo se divide em mais dois grandes temas: Estados Unidos e paradiplomacia. O tema paradiplomacia está relacionado ao de responsabilidade, ação e ator. Fazem parte desse tema os seguintes autores: Anthony Giddens, Charles Tilly, Carl von Clausewitz e Paulo Vinentini. O tema Estados Unidos se vincula aos temas sobre Sul, e conta com a participação dos autores Hélio Jaguaribe, Henry Kissinger, Alexis de Tocqueville, Rob B. J. Walker e Richard Ashley. Outros autores ligados ao tema Estados Unidos são: J. Ann Tickner e Michael Doyle.

Já o bloco do direito está ligado aos temas dos povos indígenas, direitos humanos, direitos indígenas e a temática jurídica, sendo marcado como um núcleo de pensadores clássicos modernos. Sendo assim, destacam-se os autores Hans Kelsen, Immanuel Kant, Jean-Jacques Rousseau, G. W. F. Hegel, Emer de Vattel, Hugo Grotius, Thomas Hobbes, Samuel Pufendorf, Johan Galtung, Richard A. Falk e John Burton. Por fim, o bloco teoria está vinculado ao tema teórico, em que estão presentes os seguintes autores: Jean-Baptiste Duroselle, Pierre Renouvin, Kenneth Waltz, Alexandre Wendt, George Kennan e Hans Morgenthau.

Figura 7: Teses: relação dos temas com os autores



## 5.2. Referências ao Raymond Aron nas pesquisas analisadas

A outra metodologia utilizada para a identificação de Raymond Aron nas teses e dissertações foi a busca de suas obras nas respectivas referências bibliográficas. Em seguida, realizamos a leitura das obras selecionadas para observar o modo pelo qual os pesquisadores faziam uso do pensamento de do autor acerca das relações internacionais.

**Tabela 9: Raymond Aron nas teses e dissertações em relações internacionais da UnB**

<b>Teses</b>	<b>Mestrado</b>	
56	286	Sem citações a Raymond Aron nas referências bibliográficas
07	21	Citações a Raymond Aron apenas nas referências bibliográficas
07	18	Citações a Raymond Aron ao longo das pesquisas
<b>70</b>	<b>325</b>	<b>Total</b>

Fonte: Repositório Institucional da UnB / Biblioteca UnB. 2017.

Das 325 dissertações consultadas, 286 não citavam as obras de Raymond Aron nas referências bibliográficas. Dos 39 trabalhos restantes, 21 o citavam apenas nas referências, sem menção ao longo do texto, e 18 faziam menção das obras de Aron como parte da revisão bibliográfica dos autores clássicos das relações internacionais. E, das 70 teses analisadas, 7 apenas o citavam nas referências bibliográficas, e 7 discutiam algum aspecto de seu pensamento. Com efeito, o principal uso das reflexões de Raymond Aron nas teses e dissertações foi a sua citação nas revisões bibliográficas dedicadas à área de conhecimento das relações internacionais.

Assim, com o objetivo de apresentar o campo dos estudos e a área de conhecimento das relações internacionais, os pesquisadores citaram as obras de Aron concomitantemente com outros autores importantes para as relações

internacionais, como Edward Carr, Hans J. Morgenthau e Joseph Nye, Hedley Bull - pertencente à Escola Inglesa de relações internacionais, Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle - vinculados à história das relações internacionais francesa, além de Ole Wæver, Barry Buzan e Jaap de Wilde - consagrados no campo da Escola de Copenhague. A seguir, apresentaremos a análise das dissertações e das teses.

A dissertação de Oliveira (2007) buscou investigar os modos pelos quais são elaboradas as políticas de controle ao narcotráfico na região amazônica entre a década de 1990-2000, no Brasil e na Colômbia. Ao realizar sua análise, Oliveira salienta que, durante a década de 1970, os teóricos das relações internacionais do pensamento realista perderam prestígio nas academias devido às transformações no cenário internacional, como participação das multinacionais, por exemplo.

Oliveira aponta que data dessa época o surgimento de estudiosos como Robert O. Keohane e Joseph Nye, que começaram a reformular alguns pressupostos centrais dos teóricos do realismo. Assim, a dissertação de Oliveira foi realizada via reconstrução histórica, uso das noções conceituais de Nye e Keohane, assim com acesso aos documentos primários. Raymond Aron, nesse caso, foi citado como um dos autores que compõem o quadro dos pensadores das relações internacionais realista, ainda que apenas na nota de rodapé número 9.

O modelo estado-cêntrico é conhecido como teoria realista das relações internacionais. Keohane & Nye (1971, p. 329) indicam as seguintes obras como as melhores representantes da abordagem estado-cêntrico: MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations: the struggle for peace and power* (4ª ed. New

York: Alfred A. Knopf, 1967); ARON, Raymond. Peace and War: a theory of international relations (New York: Frederick A. Praeger, 1967); e, WALTZ, Kenneth N. Man, The State and War: a theoretical analysis (New York: Columbia University Press, 1959). (OLIVEIRIA, 2007, p. 09).

No trabalho de Lima (2006), o objetivo da dissertação foi o de compreender as percepções e paradigmas dos formuladores das políticas externas do Brasil, com o recorte de 1902-1964. As principais referências de Lima são as contribuições teóricas de Graham Allison e Philip Zelikow, mediante o modelo de ator racional, segundo o qual os Estados buscam alcançar objetivos dos interesses nacionais. A citação a Aron ocorre via revisão bibliográfica, cuja apresentação ocorre na primeira nota de rodapé do trabalho.

A tomada de decisão no âmbito político foi responsável por desencadear uma série de estudos ao longo do último século, fenômeno esse justificado pelo grande número de efeitos e consequências que uma escolha pode provocar (...) Entre outros, destacam-se FREEDMAN, Lawrence e KARSH, Efraim. The gol conflict 1990-1991: diplomacy and war in the new world order. Princeton: Princeton University Press, 1993; MORGENTHAU, Hans. Politics among nations. New York: Knopf, 1970; SCHELLING, Thomas. The strategy of conflict. Cambridge: Harvard University Press, 1960; DOWNS, Anthony. An economic theory of democracy. New York: Harper and Row, 1957; ARON, Raymond. Peace and war: a theory of international relations. New York: Doubleday, 1966. (LIMA, 2006, p. 06).

Na dissertação de Amaral e Silva (2006), é analisado o tema das relações bilaterais entre Paraguai e Brasil durante a década de 1970, no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Amaral e Silva assinalam que as suas principais referências teóricas, na pesquisa, foram

inspiradas nos estudos de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste, autores considerados fundadores da Escola Francesa de Relações Internacionais.

No caso do capítulo teórico, são inúmeras as publicações sobre geopolítica e a evolução da disciplina na América do Sul. Ressalve-se, contudo, que o Paraguai ainda não possui um campo de pesquisa em geopolítica tão avançado como no Brasil ou na Argentina. Apesar disso, os materiais encontrados sobre a geopolítica do Paraguai, acredita-se, foram capazes de esclarecer satisfatoriamente sua formulação e seu pensamento. No caso da apresentação sobre o homem de Estado, optou-se por priorizar os estudos de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, da Escola Francesa das Relações Internacionais. (AMARAL E SILVA, 2006, pp. 12-13).

Assim, na pesquisa de Amaral e Silva (2006), Raymond Aron é citado na introdução do capítulo teórico. Na citação, Aron recomenda o estudo empírico das relações internacionais para a realização de pesquisa nesta área, em que deve se compreender o modo pelo qual os formuladores da política externa de um dado país pensam.

Antes da abordagem do tema em foco, julga-se interessante registrar uma passagem da reflexão de Raymond Aron sobre “O que é uma Teoria das Relações Internacionais?” “O estudo empírico das relações internacionais visa precisamente determinar a percepção histórica que orienta o comportamento dos atores coletivos, as decisões dos responsáveis por esse comportamento. A teoria põe em evidência a diversidade dos termos dos conflitos entre os atores coletivos e dos seus objetivos” (AMARAL E SILVA, 2006, p. 14).

Todavia, Amaral e Silva não retomam novamente as reflexões de Aron e, em seguida, iniciam a revisão bibliográfica, tanto sobre as pesquisas que

investigaram a atuação do Brasil quanto sobre os apontamentos teóricos de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle – autores que norteiam a pesquisa.

No trabalho de Alfaia Júnior (2008), realiza-se uma análise sobre a influência das ONGs no processo de elaboração das políticas públicas no Brasil. O trabalho se insere na temática da preservação ambiental na região amazônica. Dessa forma, a pesquisa foi realizada mediante análise da participação do Greenpeace nesse processo. O estudo foi desenvolvido mediante auxílio das reflexões de Thomas Risse-Kappen, autor pioneiro do estudo sobre a relação entre as ONGs e os Estados no cenário internacional. Nas palavras de Alfaia Júnior, “o regime ambiental neste trabalho dissertativo ganha importância em virtude da análise teórica dos pressupostos de Risse-Kappen” (ALFAIA JÚNIOR, 2008, p. 69).

Mas, apesar de adotar tal postulado teórico, Alfaia Júnior dedica a sua revisão bibliográfica para a apresentação de alguns argumentos dos autores realistas, a exemplo de Aron, Marcel Merle, Hans Morgenthau, Kenneth Waltz, entre outros. A apresentação dos autores realistas ocorre no intuito de demonstrar que seus apontamentos e conceitos são inapropriados para se compreender a atuação das ONGs no cenário internacional.

O Realismo clássico relega outros atores a segundo plano quanto ao poder de influenciar outros atores no contexto internacional. Assim, percebe-se que duas conclusões direcionam a dimensão prescritiva de sua teoria: a racionalidade da política exterior ditada pelo interesse nacional, de um lado; e a necessidade de equilíbrio de poder como mecanismo de estabilidade para o sistema de Estados, de outro. O “interesse nacional” e o “sistema de Estados” representam conceitos-chave no pensamento realista e

excluem a ideia de “transnacionalismo” na medida em que o Estado é o ator principal nesta Teoria (...) Tal concepção realista clássica, considerada reducionista, ao focar o Estado como propulsor dos acontecimentos no campo internacional, engendrou outras reflexões para projetos que se pretendiam menos inadequados, entre eles um constituído no que se convencionou denominar Neo-realismo, ou Realismo estrutural. (ALFAIA JÚNIOR, 2008, pp. 83-84).

Assim, Alfaia Júnior salienta que o pensamento de Aron sugere que as relações internacionais devam ser compreendidas pela noção de multipolaridade, que “compõe-se de várias unidades políticas comparáveis em tamanho, poder econômico e militar” (ALFAIA JÚNIOR, 2008, p. 92) e de bipolaridade, onde a “repartição de forças apresenta-se sob a forma de duas coalizões antagônicas” (ALFAIA JÚNIOR, 2008, p. 92).

Alfaia Júnior também lembra que Aron foi importante como um autor que pensou, do ponto de vista sociológico, as relações internacionais.

Os primeiros esforços de conceituar o sistema elevavam os Estados à categoria de atores únicos, como se pode apreender da assertiva de Aron (1986:153-188), para quem o “sistema internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar em guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de forças” Conquanto utilize o termo “unidades políticas” de modo vago, Aron entende pelas mesmas primordialmente os Estados. Esta é uma visão restrita das relações internacionais, uma vez que outras forças influenciam no cenário internacional: os Estados tendem a considerar crescentemente nos seus cálculos as forças transnacionais (ALFAIA JÚNIOR, 2008, p. 24).

Outro ponto lembrado por Alfaia Júnior é que Aron compreende que, além dos Estados, outros fatores também fazem parte das relações internacionais, como o fenômeno chamado de sociedade transnacional, caracterizado pela existência de trocas de mercadorias, ideias, crenças entre as pessoas de diferentes países. Mas, apesar de apresentar ideias do autor, Alfaia Júnior assinala que, nos anos sessenta, alguns fatores internacionais, como a Guerra do Vietnã, contribuíram para o surgimento da percepção da necessidade de considerar novos atores no cenário internacional, como os movimentos sociais e partidos políticos, por exemplo.

Embora Aron mantenha tal postura ideológica até os anos 1980, as pesquisas em relações internacionais já tinham passado por modificações desde o final dos anos 1960. (...) [alguns] fatores renovariam as percepções e os modos de análise dos atores na cena internacional. O primeiro relaciona-se com os efeitos da guerra do Vietnã. Confrontado com movimentos sociais, partidos políticos, grupos de pressão, entre outros, o Estado como unidade política é posto em xeque (ALFAIA JÚNIOR, 2008, p. 93).

A pesquisa de Santos (2009) buscou investigar os modos pelos quais foram construídas as percepções de ameaça sobre a região amazônica no período do Pós-Guerra Fria. A pesquisa foi realizada com revisão bibliográfica, com o uso de alguns apontamentos apresentados pelos autores Tony Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde, representantes “da Escola de Copenhague (...) que oferecem a contribuição mais consistente para os estudos de segurança” (SANTOS, 2009, p. 18).

A única referência a Aron no trabalho de Santos (2009), ocorre na definição das relações internacionais, na qual os Estados vivenciam duas

dimensões, ora da guerra, ora da paz no cenário internacional. E que, no cenário internacional, as relações internacionais são mediadas pelos diplomatas, cujas responsabilidades são de atuarem por meio do convencimento, e pelo soldado, mediante a realização da força, instrumento que visa alcançar objetivos políticos.

Guerra e paz sempre estiveram presentes na trajetória da humanidade. Representadas, respectivamente, pelo diplomata e pelo soldado, a diplomacia – arte de convencer sem usar a força – e a estratégia – arte de impor, que orienta as operações militares – são instrumentos da política, que os países utilizam em seus relacionamentos interestatais (ARON, 1962, p. 60). O peso conferido a cada um desses métodos varia de acordo com os interesses, as prioridades de cada nação e seu lugar no contexto internacional a cada momento histórico. O Brasil, que, por sua tradição histórica e cultural, privilegia o consenso, a promoção da harmonia, a solução pacífica de controvérsias, o juridicismo e defende, entre outros, os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos (CF, art. 4º), evita o uso da força em suas relações internacionais, a não ser em situações que reclamem a defesa da soberania e a integridade territorial. A precedência é dos meios diplomáticos (SANTOS, 2009, p. 07).

A citação de Aron, na introdução do trabalho de Santos (2009), foi realizada num sentido muito preciso: localizar a pesquisa de mestrado dentro de uma preocupação teórica das relações internacionais, e distinguir a atuação do Brasil em relação aos outros Estados nacionais do cenário internacional, na medida em que o Brasil se inclina mais pelo uso da diplomacia do que dos soldados nas relações com os demais atores internacionais.

Muñoz (2010) buscou compreender a política externa do diplomata de Rio Branco, durante o período de 1902-1912, com ênfase na relação do Brasil

com a Argentina. A citação de Aron ocorre na nota de rodapé número 1, no contexto de apresentação do conceito de sistema internacional, marcada pela existência da possibilidade do surgimento do conflito entre os Estados nacionais. Após apontar tal definição, Muñoz apresenta também a definição de Hedley Bull (1932-1985), acerca da sociedade internacional ou sociedade de Estados, segundo a qual os estados estabelecem regras entre si para se relacionarem.

De acordo com Aron, sistema internacional “é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral” (1986, p. 153). Por sua vez, a Escola Inglesa faz uma clássica distinção entre sistema internacional e sociedade internacional. Nesse sentido, Bull salienta: “A system of states (or international system) is formed when two or more states have sufficient contact between them, and have sufficient impact on one another’s decisions, to cause them to behave – at least in some measure – as parts of a whole. A society of states (or international society) exists when a group of states, conscious of a certain common interests and common values, form a society in the sense that they conceive themselves to be bound by a common set of rules in their relations with one another, and share in the working of common institutions. An international society in this sense presupposes an international system, but an international system may exist that is not an international society” (MUÑOZ, 2010, p. 12).

Assim, a apresentação de Aron, no trabalho de Muñoz (2010), foi realizada via revisão bibliográfica, na medida em que, após tal apresentação, foram destacadas outras perspectivas sobre o cenário internacional, tanto do ponto de vista amplo, como no caso de Aron e Hedley Bull, quanto do ponto de vista mais específico, a exemplo dos escritos dos especialistas em relações

internacionais Amado Luiz Cervo, Adam Watson, Martin Wight, Jean-Baptiste Duroselle, Paul Kennedy, Eric Hobsbawm, Wolfgang Döpcke.

Assim, as citações de Aron, no trabalho de Muñoz, seguem o padrão da revisão bibliográfica. Ao apresentar o contexto internacional do surgimento da República do Brasil em 1889, Muñoz apresenta uma das características internacionais: a heterogeneidade e a homogeneidade dos regimes políticos e Estados no cenário internacional do período. Assim, na nota de rodapé número 17, Muñoz faz uma breve explicação desse contexto histórico, e Raymond Aron e Fred Halliday são citados nessa explanação.

Na visão de Aron, os sistemas de Estados podem ser divididos em homogêneos e heterogêneos. Os primeiros são “aqueles que reúnem Estados do mesmo tipo, dentro de uma mesma concepção da política”, enquanto que os últimos são “os que congregam Estados organizados segundo princípios diferentes, postulando valores contraditórios”. O autor conclui que os sistemas homogêneos apresentam maior estabilidade, favorecendo a limitação da violência (1986, pp. 159-160). Nesse sentido, Halliday considera que a heterogeneidade do sistema leva os Estados ao conflito, os quais, organizados sobre diferentes bases, sentem-se ameaçados uns aos outros. Dessa forma, a heterogeneidade causa a instabilidade das ordens políticas e sociais dos Estados pela força do exemplo, mediante a qual o contexto interno de um deles influencia mudanças nos demais. Ao contrário, a homogeneidade tem um papel positivo dentro do sistema, uma vez que os Estados se fortalecem pelo fato de serem semelhantes entre si (MUÑOZ, 2010, p. 44).

A pesquisa de Lima (2012) visou compreender o modo pelo qual os diplomatas, militares e políticos, ligados à política externa, se relacionam. Para alcançar seu objetivo, Lima propõe criar tipos ideais “baseados no conceito de

tipo ideal que se derivou das obras de Max Weber” (LIMA, 2012, p. 63) para a compreensão dos sentidos das ações dos agentes investigados, assim como a interação entre os diferentes atores que atuam em torno da elaboração da política externa. O trabalho de Aron é mencionado na revisão bibliográfica acerca das relações internacionais e da discussão sobre a diplomacia, segundo a qual seria por essa via que os Estados atuariam para alcançar seus objetivos em tempos de paz.

A discussão sobre o tema da diplomacia também recebe a contribuição dos autores Harold Nicolson e Hans Morgenthau.

Embora não chegue a desenvolver a ideia, Nicolson aponta que diplomacia é um conjunto de processos e práticas baseado no precedente e na experiência. Em conceituação semelhante, Raymond Aron afirma que a diplomacia é um mecanismo ou técnica de condução da política externa, que está sustentada no precedente e na experiência das relações externas dos Estados. Cabe destacar, assim, que a diplomacia, além de ser um mecanismo de condução da política externa, tem como pressupostos de ação os precedentes e a experiência. Esse fator é interessante e importante, pois em um sistema internacional anárquico, a previsibilidade da atuação diplomática é um fator que gera confiança e facilita as negociações no âmbito internacional e, mesmo, a implementação da política externa. A diplomacia também é constantemente utilizada para designar negociação em oposição a meios violentos. Nesse sentido, “enquanto o instrumento pacífico mais típico da política externa é a diplomacia, o seu instrumento violento mais típico é a guerra”. Aron também conceitua a diplomacia como parte da negociação internacional. Complementarmente, Hans Morgenthau sugere que a diplomacia deve ter como objetivo a preservação da paz, e, para tanto, pode valer-se de três meios: persuasão, conciliação e ameaça do emprego de força outra

característica da diplomacia que com ela é confundida: a negociação ou a política (LIMA, 2012, pp. 31-32).

Na dissertação de Neto (2013), Raymond Aron é citado em um único parágrafo que trata da definição de soldado e da diplomacia como representantes da ação dos Estados nacionais no cenário internacional. Portanto, Aron é citado a título de revisão bibliográfica ao lado de Oliveiros S. Ferreira. Essa citação, no trabalho de Neto, ocorre para localizar a pesquisa no âmbito do quadro de preocupação das relações internacionais, uma vez que o objetivo da pesquisa foi o de evidenciar as afinidades existentes entre a política externa e o processo de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB).

Pode-se, utilizando-nos desse arcabouço, delegar aos setores de política externa e forças armadas funções específicas em um processo que remete à percepção de ameaças. Sua relação já era perceptível em autores clássicos das Relações Internacionais. A famosa díade da presença externa do Estado, apresentada por Aron nas figuras do soldado e do diplomata, já nos remeteria a essa correlação entre as duas partes que atuavam sinergicamente na política internacional. Nas palavras do autor, “a distinção entre diplomacia e estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do ‘interesse nacional’” (ARON: 2002, p. 73). Ferreira (2001, p. 142) ressalta que “no quadro da grande estratégia” as Forças Armadas passam a ser instrumento da política externa e dos desígnios estatais, e que a “a própria decisão sobre que tipo de política externa o Estado seguirá são problemas a serem resolvidos pela interação entre o diplomata e o militar” (NETO, 2013, pp. 18-19).

Neto (2013) salienta que sua pesquisa foi pautada pelas categorias de teóricos da Escola de Copenhague, como Ole Wæver, Barry Buzan e Jaap de Wilde. Ainda na introdução, Neto afirma que sua pesquisa foi realizada “com

base na teorização do conceito de securitização da Escola de Copenhague (...) opta-se pelo emprego do arcabouço teórico caro aos estudiosos da Escola de Copenhague” (NETO, 2013, pp. 9-13).

Na pesquisa de Teixeira (2013), o objeto foi a atuação da China no cenário internacional, do período de 1945 a 2011. Nessa pesquisa, Raymond Aron também foi apresentado no interior da revisão bibliográfica sobre o tema estudado: a discussão realizada foi sobre o poder no cenário internacional. Assim como em outras dissertações apresentadas, Aron é apresentado junto a outros autores, como os teóricos Joseph Nye, Hedley Bull e Stephen D. Krasner, autor da “teoria de regimes [que] será de grande importância na análise dos dados coletados” (TEIXEIRA, 2013, p.17).

O poder é um conceito amplamente contestado. Não há uma definição universal e as pessoas que utilizam a palavra usam-na de acordo com seus valores e interesses. Alguns definem o poder como a habilidade de fazer ou resistir a alguma mudança (ARON, 2002). Já outros dizem que o poder é a habilidade de se conseguir o que se busca ou objetiva (NYE, 2011) (...) Segundo Raymond Aron, convergindo com a definição de Joseph Nye, o poder de um indivíduo é a capacidade de fazer, mas, antes de tudo, é a capacidade de influir sobre a conduta ou os sentimentos dos outros indivíduos (TEIXEIRA, 2013, pp. 30-31).

Já a pesquisa de Ferreira (2015) visou compreender a transição da economia de produtos primários para a economia petroleira na Angola. A pesquisa foi realizada via revisão bibliográfica e análise de dados oficiais sobre a economia do Estado angolano. Aron aparece, no trabalho, apenas na introdução, através da citação segundo a qual a política externa dos Estados

nacionais é pautada pelas ações dos soldados e dos diplomatas, cuja relação Aron definiu como diplomático-estratégica.

Para o sociólogo e pensador Aron (2002) “a política externa era constituída de comportamento diplomático-estratégico e as relações internacionais sempre se posicionam à sombra da guerra”. A partir da assertiva de Aron (considerado um dos pais da corrente realista clássica em relações internacionais) podemos afirmar que a situação da política externa em Angola, apesar das interferências inevitáveis do sistema bipolar da conjuntura internacional na época, o maior problema do governo do MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola] era doméstico (FERREIRA, 2015, p. 22).

A pesquisa de Silva (2004) se debruçou sobre a política externa do Brasil com a Alemanha no período de 1933 a 1941. A pesquisa teve como referência principais as reflexões de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste, teóricos da historiografia francesa das relações internacionais.

(...) essa dissertação leva em conta a proposta metodológica apresentada por Renouvin e Duroselle, na qual se busca a confluência entre os conceitos de ‘sistema de finalidade’ – onde se encontram as ações da diplomacia e dos demais homens de Estado – e o ‘sistema de causalidade’ – que abarca a ‘influência das forças profundas, dos fatores econômicos, dos comportamentos coletivos, entre outras forças (SILVA, 2004, p. 11).

Deste modo, ao realizar a revisão bibliográfica sobre as relações internacionais, Silva (2004) apresenta diferentes reflexões ligadas a autores que discutem o lugar da diplomacia na política externa dos Estados nacionais, como Martin Wight, Hedley Bull e Raymond Aron. As reflexões de Aron, apresentadas por Silva, remetem ao argumento aroniano de que a política externa dos Estados nacionais ocorre mediante situações de guerra e paz.

Em “Paz e Guerra entre as nações”, Raymond Aron defende a existência de uma ‘unidade da política externa’. Construindo seu argumento, Aron demonstra as relações contínuas entre a guerra e a paz, entre as ações do soldado e do diplomata, entre estratégia e diplomacia. Deixa evidente que ‘a distinção entre diplomacia e estratégia é relativa’ e que os ‘dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política’. (SILVA, 2004, pp. 41-21).

Ao discutir o modo pelo qual se formou, no Pós-Guerra Fria, a percepção de ameaça, Moreira (2004) realiza uma revisão bibliográfica no intuito de apresentar os principais argumentos dos autores das relações internacionais que discutiram a questão. Na revisão bibliográfica, Moreira (2004) retoma desde estudos da filosofia, como Platão, Aristóteles, Locke, Kant, Hobbes e Tucídides, até autores contemporâneos, dedicados às relações internacionais, como Richard Snyder, Burton Sapin, Robert Jervis e Yaacov Vertzberger.

Nesse contexto de revisão bibliográfica, Aron é citado da seguinte maneira.

Aron, por exemplo, irá propor como objetivos eternos das unidades políticas a segurança – baseado nos pressupostos de Hobbes – o poder e, em muito influenciado pelo “On balance of power” de David Hume, acrescenta a glória (MOREIRA, 2004, pp. 12-13).

A pesquisa de Lopes (2004) buscou compreender a atuação das ONGs e das empresas transnacionais na formulação de políticas independentes sobre o meio ambiente. A apresentação de Aron ocorre junto a outros autores do pensamento realista, e mediante a crítica de que “os estados não são

necessariamente os únicos atores importantes no cenário internacional” (LOPES, 2004, p. 14).

No pensamento Realista, tanto em suas vertentes clássicas como Aron (1986), Morgenthau (1986) e Waltz (1979) quanto contemporânea ou Neorrealista como John Mearsheimer (1990, 1994, 1995), Stephen Van Evera (1990), as Relações Internacionais são definidas como “relações interestatais”, o que indica que, nessa concepção, o ator fundamental no plano internacional é o Estado-nação, os atores não-estatais são relegados à condição de “ambiente” da política interestatal. (LOPES, 2004, p. 20).

A pesquisa de Almeida (1995) também visou compreender a atuação das ONGs no cenário internacional do Pós-Guerra Fria, assim como a influência das Conferências internacionais nesse processo, tendo como estudo de caso a Conferência de Viena de 1993. Ainda que Aron apareça apenas na revisão bibliográfica, e em uma única citação, Almeida (1993) apresenta alguns aspectos que o distingue de outros autores realistas. O ponto destacado por Almeida diz respeito à reflexão de Aron sobre a caracterização da sociedade internacional, marcada pela troca comercial e circulação das pessoas entre os Estados nacionais, característica que teria relativa independência em relação ao poder político.

Geralmente, esses atores [não-estatais] não são reconhecidos ou são desprezados pelos realistas. Ressalta-se, porém, que isso não atinge a unanimidade dentro desta escola. Um expoente do realismo reconheceu, pelo menos, a importância das relações não-estatais no desenvolvimento da política internacional. Empregando o conceito de sociedade transnacional e citando exemplos de intercâmbios anteriores à Primeira Guerra Mundial, Aron afirma: “A sociedade transnacional manifesta-se pelo intercâmbio comercial, pelos

movimentos de pessoas, pelas crenças comuns, pelas organizações que ultrapassam as fronteiras nacionais, pelas cerimônias e competições abertas aos membros de todas as unidades políticas. Ela é tanto mais viva quanto maior é a liberdade de comércio, de movimentação; e quanto mais forte forem as crenças comuns, mais numerosas serão as organizações não-nacionais, mais solenes as cerimônias coletivas” (ALMEIDA, 1993, p. 17).

Fassy (1993) pesquisou os elementos políticos em torno da Guerra do Golfo (1990-1991), e a atuação dos EUA e de países da região do conflito, como Kuwait e Arábia Saudita. Aron aparece, no trabalho, como parte da revisão bibliográfica sobre as relações internacionais, sobre a definição da especificidade das relações internacionais e sobre o campo de conhecimento. A apresentação foi realizada ao lado das reflexões de Celestino del Arenal, Peter Spiro, Nicholas J. Spykman, Hans Morgenthau, Stanley Hoffmann, Michel Virally, Martin Wight, Philip Reynold, entre outros.

Assim, as relações internacionais contêm a violência onde a força armada tem desempenhado destacado papel. Nessa linha de pensamento está Morgenthau (1963) quando assinala: “a amplitude do campo coberto por um conceito de poder político, para que seja útil ao entendimento da política internacional, deve ser mais amplo que o campo coberto por um conceito adotado para operar no campo da política internacional. Os meios políticos no segundo são muito estreitamente circunscritos que aqueles empregados na política internacional”. A Guerra do Golfo mostrou o caráter conflitivo das relações internacionais em uma dimensão ampla. Raymond Aron (1962) mantém o mesmo tipo de análise: “Na busca do que constituía a especificidade das relações internacionais ou interestatais, creio haver encontrado essa característica específica na legitimidade e legalidade do recurso à força armada por parte dos atores”. Outro renomado

estudioso da teoria realista, como Reynold (1997) tem posição semelhante (FASSY, 1993, p. 36).

Alsina Junior (2002) teve como objetivo principal analisar a política de defesa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A pesquisa foi realizada mediante revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais. A referência a Aron ocorre a título de revisão bibliográfica, sobre a relação de interdependência entre as forças militares e a diplomacia dos Estados no cenário internacional.

Assim, ainda que diante das incertezas e das transformações que marcam o mundo contemporâneo, não se deve perder de vista os ensinamentos de Aron: “A distinção entre a diplomacia e estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do ‘interesse nacional’. Se a estratégia – que, por definição, orienta as operações militares – não tem uma função fora do teatro militar, os meios militares, por sua vez, são um dos instrumentos de que a diplomacia se utiliza. Inversamente, as declarações, notas, promessas, as garantias e as ameaças fazem parte do arsenal dos chefes de Estado, durante a guerra, com respeito aos aliados, aos neutros, e talvez com relação aos inimigos do dia, isto é, os aliados de ontem ou de amanhã” (ALSINA JUNIOR, 2002, p. 150).

Na pesquisa realizada por Sandi Pinheiro (2002), sobre a atuação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU no período de 1990, Aron também aparece no interior de sua pesquisa, como revisão bibliográfica, com uma única citação ao lado do também teórico das relações internacionais Adam Watson, na nota de rodapé número 33.

Os conceitos de sistema internacional aqui utilizados foram baseados nas definições de Raymond Aron em “Paz e Guerra

entre as Nações” e de Adam Watson em “The Evolution of International Society”. Segundo Aron, o sistema internacional seria um conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral (ARON, 2002, p. 153). Segundo Watson, o Pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela delimitação de esfera de influência entre Estados Unidos e União Soviética. Em torno de cada uma dessas superpotências formaram-se sistemas internacionais com sua própria organização econômica, política e ideológica. Na concepção do autor, esses dois sistemas convivem em uma sociedade global que compartilha práticas, valores e instituições comuns herdadas do antigo sistema europeu (WATSON, 1992, pp. 288-309) (SANDI PINHEIRO, 2002, p. 33).

A dissertação de Okado (2012) buscou investigar o modo como ocorreu a política de defesa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), no estudo do Brasil na missão de Paz no Haiti. A pesquisa foi realizada mediante reconstrução histórica e revisão bibliográfica, e por meio do acesso aos documentos oficiais, referentes à missão de paz do Brasil no Haiti. Raymond Aron aparece junto com outros autores realistas, como Carr, Adam Watson, Martin Wight e autores que discutem a diplomacia e as ações militares dos Estados nacionais no cenário internacional.

Em se tratando da política externa, de acordo com Altemani (2005, p. 3), ela é “a área que representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional e que, por conseguinte, sua definição e implementação é prerrogativa do Estado”. Em uma leitura realista, pode-se depreender que a diplomacia e a estratégia – o diplomata e o soldado – são a “razão de ser” da política externa, instrumentos específicos e complementares submetidos à arte única dessa política, para fazer valer os interesses e objetivos estatais. Enquanto a primeira pode ser definida como “a arte de vencer sem usar a

força”, a segunda é “a arte de vencer de um modo mais direto” (ARON, 2002, p. 73). Recordar-se que, para Carr (2001, p. 144), a política externa jamais poderia divorciar-se da estratégia, uma vez que tal política é limitada pela razão entre a força militar de um país e a dos outros países (OKADO, 2012, p. 41).

Até o momento, apresentamos o modo como os autores das dissertações utilizaram o pensamento e as obras de Raymond Aron. Observamos que o autor esteve presente preferencialmente nas revisões bibliográficas. A seguir, apresentaremos como os escritos de Aron aparecem nas teses.

No trabalho de Ramos, a menção a Aron ocorre apenas na nota de rodapé número 60, no contexto da apresentação de interpretações divergentes ao pensamento de Amado Luiz Cervo. Ramos salienta que o paradigma logístico aponta para a participação da sociedade civil na elaboração da política externa, em contraste com as observações dos autores realistas, segundo os quais são os Estados-nacionais, por meio dos políticos ou diplomatas e soldados, os responsáveis por realizar a política externa de um país. Assim, para Ramos, o conceito de Estado Logístico, na perspectiva de Cervo, é que “a diplomacia não é prisioneira nem dos mecanismos militares, nem das ferramentas econômicas, concentrando forças nos pontos onde os interesses do país são mais importantes” (RAMOS, 2006, p.31).

A pesquisa realizada por Castro (2011) visou compreender o processo de transformação da reunião dos países do G7 para o G20. O autor argumenta que esse processo de transformação foi um dos indícios de modificação da ordem econômica, com o fim da Guerra Fria, onde novos atores foram

incorporados. Para Castro, “a corrente que mais tinha se dedicado ao problema da ordem no ambiente internacional tinha sido a da chamada Escola Inglesa” (CASTRO, 2011, p. 93), como Alexander Wendt e Barry Buzan. A menção a Aron ocorre uma única vez, na nota de rodapé número 80, no contexto que se refere à compreensão de que as relações entre os Estados-nações não possuem objetivos únicos ou universais, diferente da economia, onde os atores envolvidos possuem objetivos claros, pelo menos em hipótese, de maximizar os lucros.

Aron (2002) é extremamente crítico a respeito da possibilidade de equiparar as condutas dos Estados, ou dos homens de Estado, e dos agentes econômicos, já que o “comportamento diplomático-estratégico não tem um fim evidente” (pág. 65) e o poder ou segurança não seria função passível de ser “maximizada”, como o bem-estar nas funções microeconômicas. (CASTRO, 2011, p. 103).

Em sua tese, Lima (2011) investiga o modo como a Guiana realizou a inserção internacional, seja em nível da América Latina, EUA, Europa ou África. Ao discutir a atuação da Guiana durante o período de atenuação dos conflitos militares e políticos entre EUA e URSS, Lima (2011) relembra os apontamentos de Raymond Aron sobre esse fenômeno. Com apenas uma citação ao longo do texto, Lima apresenta o autor na revisão bibliográfica acerca da relação dos EUA e URSS durante a Guerra Fria: “o equilíbrio do terror, lembrado por Raymond Aron, entre os russos e os norte-americanos facilitou a acomodação de interesses mútuos e a edificação de um relacionamento entre as superpotências” (LIMA, 2011, p.78).

Filho (2011) investiga o modo pelo qual os Estados da região norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia) formulam políticas públicas

destinadas a superar os desafios de sua situação de fronteira (como o tráfico internacional, meio ambiente, migração, etc.) com outros países da América do Sul. No trabalho de Filho (2011), o pensamento de Aron aparece uma única vez, ao lado de Renouvin, Duroselle e Esther Barbé, como revisão bibliográfica dos autores clássicos das relações internacionais.

No que diz respeito à primeira leitura de mundo, o estudo clássico das Relações Internacionais, conforme se depreende do exame do próprio termo, repousa, notadamente, sobre o relacionamento entre os Estados-Nação. Nesse sentido, durante muitos anos, a maioria dos estudiosos de Relações Internacionais se circunscrevia em suas análises, apenas às interações entre Estados nacionais soberanos com fronteiras territoriais definidas. Para eles, apenas os Estados eram considerados os atores internacionais por excelência nesse campo de estudo, sobretudo nos casos de mobilização de guerra e de paz entre as potências do sistema político internacional. Sobre a questão acima, Aron (1995, p. 49), ao tecer suas considerações a respeito da disciplina, asseverou que “as relações entre os Estados – as relações propriamente interestatais – constituem o campo por excelência das relações internacionais”. Também, nessa direção, Renouvin e Duroselle (1967, p. 5) enfatizaram que “o estudo das relações internacionais se aplica principalmente a analisar e explicar as relações entre as comunidades políticas organizadas no âmbito de um território, a saber, entre os Estados” (FILHO, 2011 pp. 39-40).

Alfaia Junior (2014), em seu trabalho, também apresenta Raymond Aron durante a revisão bibliográfica sobre as relações internacionais. No estudo sobre o modo como os Estados nacionais lidam e interveem nos desastres ambientais de seus próprios territórios e nos países vizinhos, o autor assinala que os Estados nacionais não estão apenas empenhados em alcançar o poder

ou em realizar competições políticas e militares na esfera internacional. Segundo Alfaia Junior, a base teórica principal de sua tese são os autores da chamada Escola de Copenhague.

O tema das obrigações positivas relativas ao meio ambiente, objeto desta pesquisa, privilegiou-se das contribuições analíticas da Escola de Copenhague, em razão dos avanços teórico-conceituais securitários, ampliados sob as lentes construtivistas a outras áreas que não somente as estratégicas e militares, como tradicionalmente considerado (ALFAIA JUNIOR, 2014, pp. 40).

Assim, nesta tese, Aron é citado apenas como parte da revisão bibliográfica sobre as relações internacionais, na qual ele foi inserido como autor realista, ao lado de Carr e Morgenthau. A citação ocorre uma única vez, na nota de rodapé número 32. Mas, apesar da longa citação, na qual são apresentados alguns pontos importantes da posição de Aron no campo das relações internacionais, as reflexões deste autor não são incorporadas na pesquisa, tampouco para compreender o objeto investigado.

Notadamente, a menção a Aron tem a finalidade de apresentar um autor importante do pensamento realista das relações internacionais.

Raymond Aron foi um dos principais expoentes franceses das relações internacionais, representante da tradição realista que predominou entre as décadas de 1930 a 1960, influenciada inicialmente pelos estudos de política internacional norte-americanos, mas com forte viés sociológico. Nessa linha de pensamento francesa, preconizada por Aron, a política internacional baseia-se em relações sociais de interação e de interdependência. As primeiras referem-se ao comportamento estatal na vida internacional e seus efeitos no conjunto das interações sociais, ou seja, adotar uma ação de defesa gera uma contramedida em processo. A observação dessa

característica do sistema internacional levou Aron (1986:103) a classificar as relações internacionais como um conjunto competitivo “constituído por unidades políticas que se relacionam entre si e que são suscetíveis de entrar em guerra total” (...) (ALFAIA JUNIOR, 2014, p. 27).

Na pesquisa de Gimenez (2015) é apresentado o estudo sobre o modo como são realizadas as políticas públicas no Brasil e na Bolívia, destinadas às regiões de fronteira entre os respectivos países. E, novamente, como nos demais trabalhos expostos acima, Aron apareceu na revisão bibliográfica sobre o campo de conhecimento das relações internacionais. A única citação ao autor ocorre na introdução da tese, na nota de rodapé número 9, a fim de complementar a apresentação dos autores do realismo. Nota-se que Gimenez, ao apresentar o conceito de sistema internacional do autor (segundo o qual, no cenário internacional, os Estados podem vivenciar a guerra, fator que é inerente ao palco internacional), se refere a ele como representante de um conhecimento tradicional da disciplina de relações internacionais.

Entendendo Sistema Internacional tradicionalmente na disciplina de Relações Internacionais, ele seria “o conjunto constituído pelas unidades políticas [Estados e Organizações Internacionais] que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de força” (GIMENEZ, 2015, p. 25).

O objetivo da pesquisa de Gonçalves (2008) foi o de compreender o modo como é realizado o controle das atividades de inteligência nos Estados democráticos de direito, tomando como perspectiva o estudo comparativo entre o Brasil e o Canadá. Segundo o autor, o estudo de caso foi a atuação do Parlamento como órgão de controle das ações das instituições de inteligência.

Gonçalves (2008) também faz menção a Aron, mas em um único parágrafo de sua tese. Novamente, o autor foi apresentado como um pensador importante para as relações internacionais, dentre os autores realistas como Hans Morgenthau, assim como um dos os inspiradores dessa escola de pensamento, a exemplo de Thomas Hobbes.

A liberdade de ação dos Estados na esfera internacional estará relacionada à força que este tenha frente aos demais. Em Paz e Guerra entre as Nações. Raymond Aron, partindo do pressuposto de que os Estados são soberanos – e, portanto, livres para perseguir sua própria justiça –, admitiu que o direito desses entes de recorrer à força constitui uma das especificidades das relações internacionais. O pensamento realista inspira-se nas concepções de Thomas Hobbes sobre o “estado de natureza” e, reproduzindo a visão hobbesiana sobre o homem, percebe os Estados numa situação de guerra permanente – não necessariamente de conflito armado permanente –, na qual perseguem seus interesses nacionais (GONÇALVES, 2008, p. 125).

Diante das análises das teses apresentadas acima, não se constatou, nas dissertações e teses, influência significativa do pensamento de Raymond Aron, uma vez que não houve o uso sistemático de seus conceitos para a compreensão dos objetos investigados.<sup>27</sup>

No entanto, a obra de Aron, e dos demais autores realistas, é citada em pesquisas de temas distintos, como atuação das ONGs na construção de políticas públicas na Floresta Amazônica; política externa dos governos de

---

<sup>27</sup> Um fenômeno interessante, observado nas teses e dissertações das relações internacionais, foi o uso da obra clássica *As Etapas do Pensamento Sociológico*, de Aron, para compreender os autores clássicos das ciências sociais, como Max Weber e Émile Durkheim. Entre esses trabalhos, podemos citar as pesquisas de Dias (2003), Candéas (2003), Jatobá (2003) e Riche (2012).

Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva; reaproximação do Brasil com Paraguai durante a década de 1970; e até mesmo atuação da China no cenário internacional ou política externa de países africanos, como a Angola. Acrescenta-se também, concomitantemente à citação de Aron nas revisões bibliográficas sobre o campo de relações internacionais em diferentes pesquisas, o uso de diferentes abordagens teóricas para a compreensão dos objetos investigados.

Apesar das intrínsecas relações de Raymond Aron com alguns diplomatas brasileiros (ambos interessados nos estudos em relações internacionais) e da ampla incorporação do pensamento do filósofo francês em Brasília, lócus de atuação do Itamaraty e da Universidade de Brasília (UnB), que, além de traduzir e publicar as destacadas obras do autor, integraram-nas à reconhecida coleção liberal intitulada Pensamento Político, observou-se que a influência epistemológica de Raymond Aron não se desenvolveu além de citações gerais e dispersas ao longo das teses e dissertações realizadas no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB. Embora o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB tenha inaugurado as suas atividades em 1986, entre os 39 mestrados que citam as obras de Aron (apenas nas referências ou nas revisões bibliográficas), 37 foram defendidos a partir 2002. Devemos notar que os perfis dos pesquisadores são diversos, cujas origens institucionais não remetem à UnB, mas às diversas instituições públicas e privadas de inúmeras regiões do país.

O levantamento do perfil dos pesquisadores de mestrado e doutorado, que citaram as obras de Aron, revela um cenário interessante que contribui para a compreensão da análise das teses e dissertações: há uma

heterogeneidade institucional e regional na formação dos pesquisadores, pois nota-se que 23 dos 53 pesquisadores de mestrado e doutorado, que citaram Aron apenas nas referências ou revisões bibliográficas, fizeram graduação em relações internacionais. Entre estes, apenas 10 são formados no curso de relações internacionais da UnB, sendo que os demais realizaram a graduação em relações internacionais em outras instituições, como a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, a Universidade Católica de Brasília, a Universidade Estácio de Sá e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os demais pesquisadores realizaram graduação em outras áreas do conhecimento, como administração, ciência política, ciências sociais, ciências contábeis, direito, engenharia de produção, engenharia civil, geografia, jornalismo e letras, o que sugere que, a título de hipótese, possivelmente o processo de ingresso ao campo das relações internacionais também ocorreu via leitura dos autores clássicos, que formam a área básica de conhecimento das relações internacionais.

As citações de *Paix et Guerre* (1961). ocorreram no contexto de apresentação dos autores cânones das relações internacionais, como Hans Morgenthau, Kenneth Waltz, Edward Carr e Robert Keohane, Alexandre Wendt, e outros pensadores consagrados nos estudos em relações internacionais. Acrescenta-se a esse quadro os temas das teses e dissertações, que se constituem de pesquisas históricas sobre a política externa do século XIX e XX até temas contemporâneos, como atuação de ONGs no cenário internacional e na proteção ambiental.

Deste modo, a presença do pensamento de Raymond Aron nas teses e dissertações (das poucas vezes em que foi citado no *corpus* do texto) ocorreu com os seguintes objetivos: primeiro, o de apresentar ao leitor os estudos e a área de conhecimento das relações internacionais, e, depois, o de assinalar em que medida o tema e o objeto investigado se aproximavam ou não do debate clássico das relações internacionais. Quando a pesquisa se aproximava dos temas clássicos, como as relações estatais, por exemplo, os pesquisadores buscavam situá-la dentro da perspectiva clássica; já quando as pesquisas se distanciavam dos temas clássicos, os pesquisadores apontavam as limitações dos autores clássicos. De todo modo, o confronto com os escritos de Aron não se tornou obrigatório no conjunto das pesquisas analisadas, ilação obtida tanto pelo número reduzido de citações do autor quanto pela qualidade das citações – realizadas, na maioria das vezes, como nota de rodapé ou citações gerais nas revisões bibliográficas.

Esse cenário, observado nas teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB, nas quais Aron é pouco citado, relaciona-se, inclusive, com as impressões da Profa. Norma Breda dos Santos (2017)<sup>28</sup>, professora do Instituto de Relações Internacionais da UnB e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB. Segundo a professora, os estudos e as pesquisas do Programa de Pós-Graduação buscam, tradicionalmente, referências teóricas em autores norte-americanos ou ingleses. Autores franceses, como Raymond

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada com a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (CEP/UNICAMP). O CEP/UNICAMP aprovou o projeto de pesquisa no dia 26 de junho de 2017, com o parecer nº 2.138.045; com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 67863417.1.0000.5404.

Aron, são raramente usados para se compreender os objetos investigados nas pesquisas de doutorado ou de mestrados. A professora pondera que a ênfase dos discentes em autores de língua anglo-americana se deve mais ao desconhecimento dos escritos de Aron e de demais autores franceses do que devido à escolha intencional ou proposital. Além disso, tal diagnóstico deve ser estendido à maioria dos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB.

Breda complementa:

Os alunos não conhecem Raymond Aron, tampouco os docentes o conhecem, a não ser muito superficialmente. A influência de autores norte-americanos, principalmente, e ingleses é um dado incontornável no Brasil. Não se utiliza, salvo raras exceções, autores franceses. (...) [mas] essas observações são generalizações, evidentemente. Para reforçá-la: se checar as dissertações e teses do Irel, acredito que não encontrará trabalhos que tenham Aron como base teórica (Norma Breda, 2017).

A análise das teses e dissertações, realizada por meio do software IRaMuTeQ, confirmou as impressões da professora Norma Brenda: observou-se que existe forte influência de autores norte-americanos e ingleses nas pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB, dado constatado pela alta frequência de citações desses autores. Conforme o levantamento do IRaMuTeQ, autores como Kenneth Waltz, com 867 citações (10,6%), e Robert Keohane, com 831 citações (10,2%), são os teóricos mais mencionados nas dissertações. Os autores Barry Buzan, com 505 citações (6,2%), Joseph Samuel Nye, com 499 citações (6,1%), e Stephen Krasner, com 339 citações (4,2%), também são amplamente referidos nas

dissertações analisadas. Além disso, deve-se considerar a ocorrência de outros autores cujas citações não ultrapassam 3%, como são os casos de Alexandre Wendt, Hedley Bull, John Ruggie e Hans Morgenthau, com 304, 295, 266 e 223 citações, respectivamente.

Este quadro de citações de autores anglo-americanos, descrito acima, é alterado ao considerar-se as pesquisas realizadas nas teses de doutorado, o que em parte se deve à amostra reduzida: 183 dissertações para 70 teses. Ainda que sejam dimensões distintas, ao contrário das dissertações, os autores estrangeiros com maior peso nas citações das teses são Alexandre Wendt, com 1193 citações (17,6%); Robert Keohane, com 616 citações (9,1%); Barry Buzan, com 379 citações (5,6%); Joseph Samuel Nye, com 310 citações (4,6%); e Kenneth Waltz, com 269 citações (4%) nas pesquisas de doutorado. Autores como Stephen Krasner, Robert Gilpin, Robert B. J. Walker, Susan Strange, André Gunder Frank, Hedley Bull e Anthony Giddens oscilam entre 2% a 3% das ocorrências, ao passo que Ole Wæver, Jaap de Wilde, J. Ann Tickner e Ernst Haas correspondem a, aproximadamente, 1% das citações realizadas.

No que tange às citações de autores franceses, a participação no conjunto dos materiais é baixíssima, quase inexistente: por volta de três por cento. São exemplos: Duroselle, com 214 citações em dissertações (3%) e 109 citações em teses (2%); Renouvin, com 89 citações em dissertações (1%) e 36 citações em teses (0,5%) e Aron com 96 citações em dissertações (1%) e 33 citações em teses (0,5%).

Em contrapartida, as referências a Amado Cervo ao longo das pesquisas de mestrado e doutorado têm peso relevante. Com 1614 menções, Cervo

representa quase 20% das citações realizadas nas 183 pesquisas de mestrado defendidas entre 2006 a 2016. Outros autores brasileiros, como Antônio Augusto Cançado Trindade, com 160 citações (2%), Bernal-Meza, com 121 citações (1,5%), e Argemiro Procópio Filho, com 112 citações (1,4%), somados, chegam a ocupar 25% das citações realizadas nas pesquisas analisadas – dando quórum à chamada Escola de Brasília de Relações Internacionais. A participação de Amado Cervo nas pesquisas de doutorado também é relevante: com 637 citações (10%), seguido de Antônio Augusto Cançado Trindade, com 144 citações (2%), Argemiro Procópio Filho, com 117 citações (2%), e Bernal-Meza, com 44 citações (1%)<sup>29</sup>.

A ampla participação de Amado Cervo nas teses e dissertações se deve às atividades acadêmicas realizadas na UnB desde a década de 1970, inicialmente no Programa de Pós-Graduação em História. Como discutido anteriormente, as contribuições de Cervo aos estudos em relações internacionais se iniciam com a obra *O parlamento brasileiro e as relações exteriores 1826-1889* (1981), que contém o resultado do esforço coletivo, realizado desde 1976, de alunos da graduação em relações internacionais e do Programa de Pós-Graduação em História, com ênfase em história das relações internacionais, e de docentes ligados ao tema das relações internacionais. Ainda nas décadas de 80-90, Cervo publicou *A Política Externa Brasileira, 1822-1985* (1986) e a consagrada obra *História da política externa do Brasil*

---

<sup>29</sup> No conjunto dos dados, o software IRaMuTeQ apontou que Amado Cervo representa em média 1/7 das citações, i.e., o autor está presente em uma a cada sete citações realizadas nas teses ou dissertações defendidas entre 2006 a 2016 no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB – seja como referência principal expressa em citação no corpo do texto, seja em leitura secundária ou apenas nas referências bibliográficas. Em seguida, sobressaem os americanos Kenneth Waltz, com 1/13 citações, e Robert Keohane, com 6/61.

(1992), e, nos anos 2000, o livro *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros* (2000). Com essas obras, Cervo consolidou a chamada Escola de Brasília de relações internacionais<sup>30</sup>.

Ao analisar as reflexões de Cervo, chegou-se à conclusão de que o autor buscou construir não apenas um posicionamento crítico de recusa às teorias clássicas de relações internacionais – tidas como portadoras das visões dos Estados-nações onde foram elaboradas e, por isso, entendidas como inadequadas para a compreensão da posição do Brasil no cenário internacional –, mas também uma sólida reflexão inspirada em Renouvin e Duroselle para realizar as suas pesquisas sobre a posição do Brasil no cenário internacional.

Devemos salientar, uma vez mais, que, embora a análise realizada por meio do software IRaMuTeQ aponte a frequência de citações de autores e a proximidade deles com os principais temas, não podemos propor a partir daí o argumento de que os discentes concordam ou discordam da bibliografia usada. Esse resultado apenas indica o quão lido foram os autores anglo-americanos e os da Escola de Brasília em relações internacionais durante as pesquisas em relações internacionais.

---

<sup>30</sup> Concomitante à participação de Cervo nas pesquisas, como demonstrado, é inegável a influência epistemológica de autores norte-americanos e ingleses nas pesquisas analisadas, principalmente devido ao grande número de citações ao longo dos materiais de doutorado e mestrado. Pode-se dizer, então, que as pesquisas de doutorado e mestrado, desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB, apresentam duas tendências, a saber: primeiro, afinidades com os apontamentos epistemológicos elaborados pelos autores norte-americanos e ingleses, ou comunidade anglo-americana, que representam a maior parte das pesquisas analisadas, ao passo que a outra tendência, ainda que menor, segue em conexão com as proposições de Amado Cervo. Ainda que a análise aqui apresentada indique uma significativa influência de Amado Cervo (e da chamada Escola de Brasília em relações internacionais) no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB, tal conclusão nos impossibilita de expandi-la aos demais programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, que dão musculatura ao conjunto de estudos em relações internacionais no Brasil.

### **5.3. A posição de Raymond Aron nos estudos em relações internacionais**

No plano do debate internacional, autores como Hopmann (1994), Friedrichs (2001), Badie (2005), Friedrichs e Wæver (2009) e Jérémie Cornut e Dario Battistella (2013) apontam que a produção francesa em relações internacionais se consolidou em oposição crítica aos teóricos anglo-americanos. Tal postura dos estudiosos em relações internacionais na França teve origem em meados do século XX.

Friedrichs (2001) destaca que, com o término da Segunda Guerra Mundial, os estudos em relações internacionais nos Estados Unidos e Inglaterra se encontravam em estágios avançados em relação à França, principalmente devido à criação de instituições que fomentavam reflexões sobre o cenário internacional. O autor ressalta que, na França, a reflexão sobre as relações internacionais havia sido realizada pelos pesquisadores que atuavam em temas como história diplomática e direito internacional – um contraste com os estudiosos anglo-americanos que buscavam inspirações em autores da política internacional, que foram o ponto de partida das reflexões na Inglaterra, inclusive.

Com o desenvolvimento tardio das instituições universitárias na França, a comunidade francesa de relações internacionais esteve impossibilitada de influenciar decisivamente os principais debates internacionais realizados pelos americanos e ingleses – daí a postura da comunidade francesa, segundo

Friedrichs e Wæver, de manter “certa distância em relação aos chamados clássicos do mainstream em relações internacionais”. Esse distanciamento, em relação aos principais debates realizados internacionalmente, se desenvolveu “na França mais do que em qualquer outro país da Europa Ocidental”. Segundo os autores, esse quadro colabora para a compreensão, por exemplo, dos motivos que levaram ao pouco conhecimento de autores franceses perante o grande público de estudantes ou pesquisadores em universidades tanto americanas quanto inglesas e alhures (FRIEDRICHS e WÆVER, 2009, p. 260).

Nas palavras de Friedrichs e Wæver.

Durante quase toda a metade do século XX, a comunidade francesa de relações internacionais adotou uma estratégia de autonomia reflexiva e acadêmica. Ainda na década de 1950, as teorias de relações internacionais norte-americanas foram concebidas como “outras” pelos franceses, isto é, algo onde os estudos em relações internacionais da França deveriam se manter distantes (...). Desde então, se passaram quase três gerações de pesquisadores franceses em relações internacionais que buscaram autonomia acadêmica e reflexiva face à hegemonia intelectual de autores norte-americanos. Daí duas consequências importantes: os estudos em relações internacionais realizados na França são os que na comunidade acadêmica da Europa Ocidental mais se distanciam dos debates teóricos realizados pelos autores norte-americanos; com isso, os estudos em relações internacionais realizados na França foram ignorados ou desconhecidos pela comunidade internacional de relações internacionais (FRIEDRICHS e WÆVER, 2009, p. 263).

Concomitante ao distanciamento na França, continua Friedrichs (2001), se desenvolveu três gerações de pesquisadores em relações internacionais: a primeira levada a cabo por Renouvin e Duroselle, que construíram as bases

epistemológicas dos estudos em história das relações internacionais (que influenciaram inegavelmente os trabalhos de Amado Cervo); a segunda geração foi marcada pelas teorias sociológicas em relações internacionais, elaboradas tanto por Raymond Aron quanto por Marcel Merle – daí um dos motivos deles buscarem em cientistas sociais ou filósofos políticos as inspirações de suas obras. De acordo com Friedrichs (2001), só recentemente, durante a década de noventa, que parte da comunidade francesa se mostrou inclinada a realizar cooperação ou diálogo intelectual com os teóricos anglo-americanos, a exemplo de autores como Zaki Laïdi e Bertrand Badie, que compõem a terceira geração de pesquisadores em relações internacionais.

Mesmo assim, como aponta Badie (2005), o diálogo entre as comunidades de relações internacionais francesa e anglo-americana ainda é tímido, a exemplo da obra *Politics Among Nations* (1948) de Hans Morgenthau, que, apesar de ser importante para se compreender o debate anglo-americano nas relações internacionais, não recebeu nenhuma tradução para a língua francesa.<sup>31</sup> Segundo Friedrichs, esses fatores ajudam a explicar a razão pela qual “muito dos grandes debates internacionais realizados nos estudos em relações internacionais simplesmente não tiveram acolhida na França (FRIEDRICHS, 2001, p. 118).

Até a década de 1950, a comunidade francesa de relações internacionais não estava suficientemente consolidada para se posicionar criticamente ou se contrapor em meio às disputas

---

<sup>31</sup> Jérémie Cornut e Dario Battistella (2013) acrescentam, ainda, que há dificuldades estruturais que contribuem para o restrito diálogo entre os pesquisadores franceses e anglo-americanos, como, por exemplo, a importância de publicações de artigos em inglês e o desprestígio dos livros nos Estados Unidos e Inglaterra, ao passo que na França tal relação se desenvolve de modo contrário, onde os pesquisadores buscam publicar suas obras em livros e dão pouca relevância à publicação de artigos, principalmente, em língua inglesa.

teóricas entre os americanos e os ingleses a respeito do realismo ou idealismo. Mesmo nas décadas de 1960 e 1970, os estudiosos em relações internacionais da França continuaram à margem dessas discussões, ao passo que na década seguinte tais discussões eram tratadas vagamente entre os franceses. (FRIEDRICHS, 2001, p. 119).

É evidente que Raymond Aron e Amado Cervo se aproximam quando buscam criticar o estatuto de neutralidade axiológica presente majoritariamente em teorias de relações internacionais anglo-americanas. Contudo, a afinidade eletiva de Cervo com a epistemologia de Aron está relacionada ao processo de formação intelectual do pesquisador brasileiro em universidades francesas. Mas, para o presente estudo, atribuímos ao posicionamento de crítica da comunidade francesa, em relação às teorias anglo-americanas, o eixo que aproxima Aron a Cervo. Apesar de próximos nesse ponto, como pensadores influenciados pela tradição francesa em relações internacionais, Cervo e Aron se distanciam no que diz respeito à abordagem interpretativa, na medida em que o autor brasileiro se inspira na história das relações internacionais de Renouvin e Duroselle, teóricos pertencentes à primeira geração de estudos em relações internacionais, ao passo que as reflexões aronianas se orientam pelas teorias sociológicas que fundam a segunda geração de estudos em relações internacionais. Nessa questão, vale a pena destacar a observação de Jean-Vincent Holeindre ao dizer que Aron não buscou apenas “estudar a história militar e diplomática, ou, ainda, as regras jurídicas que estruturam a ordem internacional”, como foi realizado pelos autores da primeira geração francesa de estudiosos em relações internacionais, mas “advogar em prol de uma teoria sociológica das relações internacionais” (HOLEINDRE, 2012, p. 37).

Raymond Aron, pela sua parte, advoga em prol de uma teoria sociológica das relações internacionais: não se trata somente de estudar a história militar e diplomática, ou ainda as regras jurídicas que estruturam a ordem internacional, mas sim de analisar as relações que se entretecem ao nível dos diversos atores que compõem o “sistema internacional” (HOLEINDRE, 2012, p. 39).

Nas palavras de Friedrichs, a importância de Raymond Aron e Marcel Merle na França reside “na construção de teorias sociológicas de relações internacionais” (FRIEDRICHS, 2001, p. 119). Igualmente a Friedrichs, os autores Jérémie Cornut e Dario Battistella (2013, p. 99) apontam que o chamado estilo francês de pensar as relações internacionais estaria justamente na “tentativa de interpretar a realidade internacional à luz da teoria sociológica de relações internacionais”.

Hopmann (1994) assinala que as influências de Aron e Merle também permitiram que os estudos franceses em relações internacionais se distanciassem das discussões acaloradas que eram realizadas nas comunidades anglo-americanas, durante as décadas de sessenta e setenta. Geralmente, continua Hopmann, as interpretações tradicionais de autores anglo-americanos do cenário internacional “eram rejeitadas por quase todos os estudiosos franceses de relações internacionais” (HOPMANN, 1994, p. 72) devido à base epistemológica já fundamentada pelos autores franceses, como Aron e Merle.

Ao tratar especificamente de Aron, Hopmann diz que a sociologia histórica aroniana, dedicada às relações internacionais com ênfase em regimes políticos e em análises de ideologias, foi continuada e aprimorada pelos pesquisadores nos anos subsequentes à publicação de *Paix et guerre*. O autor

destaca que a teoria sociológica elaborada por Aron “ainda encontra abrigo nas principais pesquisas realizadas na França” (HOPMANN, 1994, p. 75).

Mesmo com o fim da Guerra Fria, Hopmann lembra que a influência de Aron na França ainda é forte, a exemplo de importantes autores franceses, como Pierre Lellouche, Dominique Moïsi, Jacques Rupnik e Pierre Hassner, que buscam inspirações, nas reflexões de Aron, para compreender o cenário internacional, modificado pelo desaparecimento da URSS. Hopmann ressalta a atualidade do pensamento de Aron ao citar a expressão aroniana, reformulada por Pierre Hassner no imediato Pós-Guerra Fria, “comunismo impossível, democracia improvável” (HOPMANN, 1994, p. 76). Com a crescente necessidade de se compreender as modificações ocorridas não apenas no Leste Europeu, mas principalmente no continente asiático, onde havia intensa influência soviética, os escritos de Aron ainda são lidos não apenas a título de pensador que integra a lista de autores cânones de estudos franceses em relações internacionais, mas como referência teórica na comunidade francesa para se interpretar as transformações do cenário internacional.

Embora exista entre os principais autores franceses diferenças nas abordagens, a maioria dos pesquisadores compartilham certos pressupostos ao refletir sobre as relações internacionais (...). Não se pode esquecer que os principais autores franceses de relações internacionais têm influências marcantes do grande estudioso francês Raymond Aron, cujos escritos e ensinamento permeiam inúmeras pesquisas de estudiosos franceses, que, por sua vez, buscam seguir seus passos. (HOPMANN, 1994, p. 70).

Assim, Friedrichs e Wæver (2009) entendem que a pouca influência de autores franceses no interior das pesquisas realizadas em universidades do

mundo afora se deve não ao entendimento de que tais escritos são inapropriados para se compreender a realidade internacional, mas sim às tensões latentes entre as comunidades francesa e anglo-americana de relações internacionais. A hegemonia de autores anglo-americanos, segundo os autores, deve ser interpretada como a principal causa do aparecimento periférico de autores franceses em atividades científicas desenvolvidas em diversas universidades ou centros de pesquisas em relações internacionais.

Apesar de Aron ser relativamente conhecido em alguns círculos de estudiosos em relações internacionais nos Estados Unidos, como em Harvard University, onde ministrou aulas como professor convidado (HOLEINDRE, 2012), Friedrichs e Wæver esclarecem que a recepção de *Paix et Guerre* nos anos subsequentes ao da publicação está mais relacionada à atuação de Stanley Hoffmann, discípulo de Aron, do que devido à iniciativa espontânea da comunidade anglo-americana de relações internacionais em analisar sistematicamente tanto as reflexões do filósofo francês quanto as de outros autores da França, como Pierre Renouvin e Marcel Marle. Isso significa que, da mesma forma que os estudiosos franceses desconhecem grande parte dos debates anglo-americanos, o mesmo pode ser dito desses últimos em relação aos franceses.

Entre os autores franceses, Raymond Aron é uma exceção, principalmente devido a tentativa de Stanley Hoffmann em popularizar a obra aroniana. Outras figuras históricas dos estudos em relações internacionais na França, como os teóricos Pierre Renouvin e Marcel Marle, são dificilmente conhecidos no exterior. (FRIEDRICHS e WÆVER 2009, p. 263).

O pouco diálogo entre as comunidades de relações internacionais anglo-americana e francesa também foi apontado por Bryan-Paul Frost (2005) como explicação para o relativo desconhecimento do grande público, interessado nos estudos em relações internacionais, acerca de Raymond Aron. Frost argumenta que os estudos em relações internacionais de Aron não tiveram acolhida “nos meios eruditos anglo-americanos”. O autor elenca que a postura de Aron em “se opor claramente às tendências” epistemológicas e teóricas “dominantes nas relações internacionais” de seu tempo contribuiu para seu afastamento entre os teóricos anglo-americanos. Com isso, Aron se apresentou como um crítico das proposições de inúmeros autores norte-americanos, ao afirmar que inexistia uma teoria de relações internacionais com conceitos universais que possa explicar todo o cenário internacional. Essa postura de Aron, aos olhos de Frost, contribuiu para “explicar, em parte, porque” o filósofo francês “teve um impacto tão limitado no âmbito da ciência social anglo-americana” (FROST, 2005, p. 09).

De toda forma, as leituras realizadas em língua anglo-americana acerca de Aron são atribuídas, novamente, ao empenho de Stanley Hoffmann. Frost assinala que, aos olhos dos autores anglo-americanos, “Aron é, amiúde, considerado antes de mais e sobretudo um teórico da Guerra Fria” (FROST, 2005, p. 06). Em relação à obra *Paix et Guerre*, Frost diz que as citações em pesquisas anglo-americanas apenas “aparece frequentemente em notas de rodapé onde é feito o elenco das obras clássicas do realismo” (FROST, 2005, p. 05). Diante desse quadro observado, Frost considera delicado “afirmar que a teoria de Raymond Aron ou o seu entendimento das relações internacionais exerce – ou exerceu – uma influência tão ampla quanto geral nesta área

disciplinar” (FROST, 2005, p. 05). Frost conclui, portanto, que a afirmação de John Hall – então professor de ciências sociais da McGill University/Canadá –, realizada no início da década de 1980, de que, no âmbito da comunidade anglo-americana, a obra *Paix et guerre* de Aron “seja mais citada do que lida”, ainda se mostra válida para os dias de hoje, principalmente devido ao fato de Aron “ter tido um impacto reduzido na teorização das relações internacionais no seu conjunto” (FROST, 2005, p. 06).

Mas Aron demonstrou ter consciência tanto da pouca recepção de sua obra no interior da comunidade anglo-americana quanto das tensões existentes entre àquela e a comunidade francesa de relações internacionais. Em sua obra de memórias (1983), o filósofo francês afirma que, embora na França houvesse ações favoráveis à sua obra, a exemplo de Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin, que chegaram a “organizar uma espécie de colóquio” dedicado à leitura sistemática de *Paix et Guerre*, nos Estados Unidos, os pesquisadores demonstraram pouco interesse em sua obra. Apesar de resenhas elogiosas à obra, compostas por Henry Kissinger, Aron compreendia que “esses testemunhos, tão preciosos, não refletem a acolhida que o livro recebeu nos Estados Unidos” (ARON, 1983, p. 497).

Na França, e em outros países, este livro trouxe senão uma ‘suma’ ou um ‘monumento’, pelo menos uma análise sistematizada não de todos, mas de muitos dos problemas e aspectos das relações internacionais (particularmente de nossa época). Os professores americanos, em sua maioria, não julgaram essa tentativa de síntese proveitosa; muitos deles só notaram seus defeitos ou lacunas. Em outros países, os professores e os estudantes apreciaram e ainda apreciam com menor severidade (ARON, 1983, p. 500).

Em síntese, os estudos em relações internacionais se consolidaram a partir de meados dos anos cinquenta do século XX por meio do reconhecimento de autores que compõem a comunidade anglo-americana. Esse movimento de reconhecimento e de prestígio teórico se desenvolveu concomitante à influência alcançada pelos Estados Unidos e Inglaterra depois do término da Segunda Guerra Mundial. Como resposta à consolidação anglo-americana, os teóricos franceses buscaram se inserir nos estudos em relações internacionais tentando adotar autonomia intelectual, de reserva e de crítica às principais correntes teóricas de autores anglo-americanos. A configuração dos estudos em relações internacionais, no âmbito internacional, se desenvolveu de modo hierárquico, relegando aos autores franceses pouca importância do ponto de vista hegemônico. Essa configuração hierárquica dos estudos em relações internacionais, favorável à comunidade anglo-americana e desfavorável aos autores franceses, parece ter impactado nas pesquisas e na produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB, a exemplo de Amado Cervo que, com formação intelectual francesa, se tornou crítico voraz das teorias anglo-americanas. Por outro lado, como apresentamos outrora, os teóricos anglo-americanos são os autores mais citados entre os discentes tanto de mestrado quanto de doutorado.

## Considerações Finais

Ao que tudo indica, no que tange à participação de Aron e de outros autores franceses, as pesquisas realizadas por estudantes tanto do mestrado quanto do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), seguiram alinhadas não apenas aos padrões internacionais de uso de autores anglo-americanos, mas também reproduziram as hierarquias construídas internacionalmente. A conexão entre o cenário local, observado nas teses e dissertações defendidas no PPGRI-UnB, e o quadro internacional, apontado pela literatura, se expressa pela pouca participação de autores franceses em contraste com a maciça presença de autores americanos e ingleses. Nesse sentido, a tradução em língua portuguesa, tanto na década de 1980 quanto nos anos 2000, das principais obras francesas e anglo-americanas de relações internacionais não impediu, no caso aqui analisado, que as pesquisas se desenvolvessem em sintonia com as hierarquias já existentes do debate internacional, resultantes de tensões entre as comunidades francesas e anglo-americanas.

Conforme aponta Salomon, a tradução para a língua portuguesa dos principais teóricos de relações internacionais – como Martin Wight, Hans J. Morgenthau, Hedley Bull, Edward Carr e Raymond Aron – possibilitou a estudantes e pesquisadores brasileiros “a familiarização com as obras, autores e debates que são parte dos cânones globais das teorias de relações internacionais” (SALOMON, 2013, p. 87). Mas Jatobá (2013), professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB, tem igualmente razão ao dizer que a produção em relações internacionais significou também a adesão, consciente ou não, ao *modus operandi* do debate internacional, com hegemonia de

autores anglo-americanos. No caso da análise das teses e dissertações do PPGRI-UnB, os resultados a que chegamos espelham o cenário onde existe tanto a hegemonia de autores anglo-americanos quanto a posição periférica de autores franceses. Esse resultado nos leva a considerar que as pesquisas aqui analisadas se desenvolveram de modo independente e autônomo em relação às atividades realizadas pelos liberais durante a década de 1980, que levaram à visita de Raymond Aron na UnB. Talvez a influência de Aron no Brasil se mostre mais evidente quando se tem em conta o conjunto de sua obra, especialmente no âmbito da sociologia política, e suas afinidades eletivas com alguns intelectuais brasileiros.

É verdade que o ingresso dos estudantes e pesquisadores brasileiros no campo de estudos e da área de conhecimento das relações internacionais ocorreu via o acesso às obras consagradas internacionalmente, que constituíram a base dos estudos e do conhecimento dos pesquisadores de outros países mais avançados em termos de desenvolvimento acadêmico em relações internacionais no ensino superior (SALOMON, 2013). No entanto, o debate internacional não se desenrolou sem tensões e tampouco se apresentou como neutro em suas disputas epistemológicas. No âmbito do debate internacional, os autores não se encontram nos mesmos níveis de prestígio teórico, que se realiza apenas, e exclusivamente, no plano formal – isto é, aos olhos de instituições burocráticas que buscaram construir o campo de relações internacionais, como, por exemplo, o Ministério de Educação (MEC). Já no plano efetivo das pesquisas, como no caso das teses e dissertações em relações internacionais da UnB analisadas, a lógica conflitiva entre as comunidades francesa e anglo-americanas se afirma.

Evidentemente, devemos destacar que, ao reunir os autores não-franceses sob a categoria de comunidade anglo-americana, não pensamos que eles expressam uma uniformidade teórica, tampouco epistemológica. A abordagem dos autores anglo-americanos como uma comunidade apenas se fez necessária devido ao objetivo geral dessa dissertação, que foi o de analisar as teses e as dissertações a fim de compreender o grau de influência de um teórico francês como Raymond Aron, até porque a categoria de comunidade anglo-americana se desfaz completamente ao considerarmos os contextos em que foram realizados os debates e as disputas interpretativas entre os diversos grupos nas universidades americanas, inglesas e até mesmo alemãs, como vem sendo o caso dos estudos sobre o construtivismo (DAVIS, 2009). Ainda que temerária, nossa postura de nomear um conjunto heterogêneo de autores como pertencentes a uma comunidade, a anglo-saxônica, apenas faz sentido à medida em que analisamos as tensões existentes entre os teóricos franceses e o debate internacional.

Concordamos com Salomon (2013) ao reconhecer que os cursos de graduação e pós-graduação em relações internacionais no Brasil realizam leituras críticas. Ficou evidente, contudo, a tendência favorável aos autores anglo-americanos, o que coaduna com a percepção de Jatobá (2013) que aponta a existência de uma influência de teorias dominantes, como as teorias anglo-americanas, em produções na América Latina e no Brasil no âmbito das Relações Internacionais.

Antes de concluirmos, devemos considerar ainda as ponderações de Eiiti Sato, professor do Instituto de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB, observadas no início dos

anos 2000, por ocasião das publicações de novas edições dedicadas aos autores de relações internacionais no Brasil. Como discutido nos capítulos anteriores, a Universidade de Brasília (UnB), a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) – vinculado à Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), instituição ligada ao Itamaraty –, nos anos 2000, publicaram o conjunto de vinte e duas obras consagradas aos estudos em relações internacionais, que inclui desde autores da filosofia política moderna, a exemplo de Maquiavel, Thomas Hobbes, Rousseau, Kant, Hegel e Clausewitz, até pensadores do século XX, como Edward Carr, John Keynes, Raymond Aron, Hans Morgenthau e Hedley Bull.<sup>32</sup>

Mais do que um simples prefácio à nova edição brasileira da obra *Vinte anos de Crise (1919 – 1939)* (2001), de Edward Carr, Sato (2001) oferece não apenas uma introdução à obra e ao pensamento do referido autor, mas também indica as motivações que orientaram a publicação de obras de autores clássicos para os estudos em relações internacionais no Brasil. Desta forma, estendemos as reflexões do professor Eiiti Sato sobre o texto de Carr, objeto primário de suas considerações, ao conjunto de autores publicados na coleção Clássicos IPRI, em especial a Raymond Aron.

Sato salienta que a palavra *clássico* remete, evidentemente, aos pensadores greco-romanos, cujo ensino, nos cursos de estudos clássicos, era fundamental na formação de grandes pensadores ao longo do século XVIII e

---

<sup>32</sup> A coleção, intitulada Clássicos IPRI – uma clara menção à rede de articulação do Itamaraty – tinha no comitê editorial Celso Lafer, diplomata e então Ministro de Estado do Governo Fernando Henrique Cardoso, Marcelo de Paiva Abreu, economista e professor da PUC-Rio, Gelson Fonseca Júnior, diplomata de carreira, e Carlos Henrique Cardim, embaixador e professor do Instituto de Ciência Política da UnB.

XIX, ao passo que o chamado “conhecimento dos ‘clássicos’ era tomado como ponto de partida” para os estudos em diversas áreas do saber. Não obstante, atribuir o adjetivo clássico ao conjunto de autores significa que eles carregam as “qualidades modelares, servindo de referência para todos quando estudam ou trabalham num particular campo de estudo ou da atividade humana criadora” (SATO, 2001, p. 29).

Assim, conhecer os ‘clássicos’ continua sendo importante porque, por intermédio deles, é possível ter contato com as origens e com os modelos que serviram de inspiração ao que de melhor se produziu no campo das artes e das humanidades. (SATO, 2001, p. 30).

Ainda que a produção intelectual esteja fortemente vinculada ao contexto e aos diálogos que cada autor busca realizar, durante a reflexão sobre o cenário internacional, Sato entende que o fato de uma obra aparentemente ser “‘datada’, isto é, o fato de tratar de um período específico” da história mundial “não compromete a sua importância e sua atualidade”, na medida em que se atribui aos autores o status de clássico devido à compreensão “de seu conteúdo universal” (SATO, 2001, p. 30).

Sato recorre à área da economia para citar, como exemplo, a presença de autores clássicos nos cursos de economia, como Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e Stuart Mill, em que o intuito de motivar a leitura obrigatória dos textos, ao contrário do que se possa imaginar, a primeiro momento, não deriva da noção ingênua de que “suas formulações, em sua forma original, sejam adequadas à solução das crises econômicas e à obtenção de riquezas e bem-estar nesse mundo ‘globalizado’” (SATO, 2001, p. 30). De modo que, assim como os autores clássicos em economia, os autores clássicos em

relações internacionais são “importantes porque fazem parte essencial da trajetória intelectual que levou à estruturação do estudo em bases epistemologicamente organizadas” (SATO, 2001, pp. 30-31), tal como ocorreu nas demais áreas do conhecimento, como a economia, as relações internacionais ou até mesmo as ciências sociais.

Não obstante a heterogeneidade conceitual que permeia as reflexões de Maquiavel a Aron, o fio condutor entre os autores clássicos, nos estudos em relações internacionais, está na reflexão sobre as dinâmicas que o “mundo da política do poder” imprimem “às relações internacionais desde a formação dos estados nacionais” (SATO, 2001, p. 32).

Não é, portanto, acidental que a definição das relações internacionais como campo de estudo no entre guerras tenha buscado suas raízes nas observações dos filósofos que, entre os séculos XVI e XVIII, se debruçaram sobre os fenômenos políticos (...), pelo meio internacional anárquico formado pelos estados nacionais soberanos (SATO, 2001, p. 33).

Assim, concluímos esta pesquisa de mestrado concordando com Sato. E atribuímos a Raymond Aron, de acordo com as teses e dissertações analisadas, a posição de destaque nas fileiras de autores clássicos, que “fazem parte essencial da trajetória intelectual que levou à estruturação do estudo” (SATO, 2001, pp. 30-31) em relações internacionais. Com isso, a carência de citações do filósofo francês, nos materiais analisados, não deve ceder espaço à especulação sobre a irrelevância de suas obras para os estudos em relações internacionais, tanto no Brasil ou alhures, tampouco ao entendimento de que as pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB fizeram uso de autores anglo-americanos de modo

acrítico ou de que inexitem leituras criativas de teóricos anglo-americanos em relações internacionais, pois, para confirmar ou refutar tais sentenças, seria preciso retomar a análise dos materiais com ênfase na recepção de autores anglo-americanos – postura que não tivemos devido ao objetivo primário deste trabalho, que foi o de compreender a posição de Raymond Aron nas pesquisas em relações internacionais na UnB, e a sua presença nos círculos de diplomatas e intelectuais brasileiros.

De todo modo, o estudo realizado evidenciou que a área acadêmica de estudos em relações internacionais ainda é jovem no Brasil, tendo dado os seus primeiros passos rumo à consolidação no ensino e pesquisa em universidades a partir dos anos 2000, através de ações de inúmeras instituições que regulam e influenciam o ensino superior brasileiro: desde as instituições tradicionalmente ligadas aos estudos de relações internacionais, como o Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty –, até órgãos governamentais ligados às mais diversas áreas, como a educação e o conhecimento estratégico, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Não obstante aos avanços criativos na área de relações internacionais, a exemplo de Amado Cervo (como vimos, figura central na chamada Escola de Brasília em relações internacionais), podemos dizer que, como a área de estudos acadêmicos em relações internacionais ainda se encontra em fase de amadurecimento intelectual e institucional, a reflexão aqui apresentada sobre a

influência de Raymond Aron deve ser lida como provisória, podendo ceder a novas considerações na medida em que a realidade se modifique.

Devemos lembrar que a hipótese inicial que orientava esta pesquisa, no início do curso de mestrado, em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Educação na Unicamp, era a de que Raymond Aron havia influenciado as pesquisas em relações internacionais na UnB. Evidentemente que, ao iniciar o trabalho, a leitura e a análise dos materiais minaram essa hipótese inicial, o que levou ao resultado oposto no final da pesquisa.

Imaginamos que a discussão realizada ao longo dessa pesquisa possa auxiliar futuros estudos dedicados não apenas às relações entre os intelectuais brasileiros e franceses, mas também à medida segundo a qual essas relações influenciaram nas áreas de produção de conhecimento nas universidades brasileiras. Nesse sentido, a pesquisa dedicada aos estudos em relações internacionais e as suas relações com Raymond Aron, na verdade, também pode ser lida como um estudo de caso que deve se juntar aos demais trabalhos que buscam refletir sobre a influência de autores franceses na ciência social brasileira. Devemos deixar claro, entretanto, que tanto as reflexões quanto as relações de Aron com os intelectuais aqui discutidas podem e devem ir além do material apresentado, principalmente se nos debruçarmos sobre o campo maior das ciências sociais - em especial da sociologia e da ciência política.

## Referências Bibliográficas

ALFAIA JÚNIOR, José Roberto Gioia. **Reclamar ou intervir?** As obrigações positivas do Estado em situações de desastre ambiental. 2014. 324p. Tese. (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

ALFAIA JÚNIOR, José Roberto Gioia. **O impacto da atuação das Organizações não-governamentais transnacionais na elaboração de políticas públicas do Estado brasileiro para a Região Amazônica.** 2008. 191p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

ALMEIDA DE OLIVEIRA, Jansen Coli Calil Nascimento. **A segurança do Atlântico Sul na perspectiva história das relações Brasil-Estados Unidos: Convergências ou divergências de Interesses?** 2013. 144p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

ALMEIDA, Lindbergh Barbosa de. **A dimensão humana nas relações internacionais franco-brasileiras.** 2012. 226p. Tese. (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

ALMEIDA, Nádia Pereira da Silva. **Preconceito x crescimento da educação à distância no Brasil:** Uma discussão frente à realidade da UnB/UAB no curso de pedagogia. 2013, 68p. Monografia. (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O estudo das relações internacionais do Brasil.** São Paulo, SP: Unimarco, 1999a.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais. In MICELI, Sergio. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995.**São Paulo, SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1999b.

ALMEIDA, Wellington Lourenço de. **Conferencia de Viena** (junho-93), o papel das ONGs e a globalização dos direitos humanos. Brasília, 1995. 251p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Síntese imperfeita**: Articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso (1995-2002). Brasília, 2002. 159p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. **Brasil-Paraguai**: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. 2006. 141 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

ARAÚJO, Evilasio de Jesus. **Terrorismo internacional fundamentalismo religioso e globalização**. Brasília, 2003. 270p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de Relações Internacionais.

ARENAL, Celestino Del. **Las teorías de las relaciones internacionales hoy: Detabes y paradigmas**. Revista Relaciones internacionales. Universidad Nacional Heredia. Costa Rica. Tercer y cuarto trimestre de 1990, p. 9-20.

ARIENTI, Patrícia Fonseca Ferreira; PAGLIARI, Graciela de Conti. Uma reflexão sobre a prática das Simulações no ensino das Relações Internacionais: um estudo sobre a Simulação para o Ensino Médio. In 10º Encontro da ABCP, 2016. Belo Horizonte. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/reflexao-sobre-pratica-das-simulacoes-ensino-das-relacoes.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

ARON, Raymond. **Études politiques**. Bibliothèque ed. Paris: Gallimard, 1973.

ARON, Raymond. **Histoire et dialectique de la violence**. Paris, Gallimard, 1973.

ARON, Raymond. **Introduction à la philosophie de l'histoire**. Paris, Gallimard, 1948.

ARON, Raymond. **L'opium des intellectuels**. Paris, Calmann-Lévy, 1980.

ARON, Raymond. **La lutte de classes**. Nouvelles leçons sur la société industrielles. Paris, Gallimard, 1964.

ARON, Raymond. **La Révolution introuvable**. Paris, Fayard, 1968.

ARON, Raymond. **La société industrielle et la guerre**. Paris, Plon, 1959.

ARON, Raymond. **La sociologie allemand contemporaine**. Paris, PUF, 1981.

ARON, Raymond. **La tragédie algérienne**. Paris, Plon, 1957.

ARON, Raymond. **Le grand débat. Introduction à la stratégie atomique**. Paris, Calmann-Lévy, 1963.

ARON, Raymond. **Le grand schisme**. Paris, Gallimard, 1948.

ARON, Raymond. **Les Étapes de la Pensée Sociologique**. Paris, Gallimard, 1967.

ARON, Raymond. **Les guerres en chaîne**. Paris, Gallimard, 1951.

ARON, Raymond. **Mémoires**. Paris, Gallimard, 1983.

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. Trad. de Jorge Bastos, S.P., Editora Arx, 2004.

ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. Brasília, Ed. da Unb, 1980.

ARON, Raymond. **Paix et guerre entre les nations**. Paris, Calmann-Lévy, 1962.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Editora UnB. 1979.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo, SP; Brasília, DF: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora da UNB. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1986.

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra: Clausewitz**. Brasília, Ed. da UnB, 1986.

ARON, Raymond. **Penser la guerre: Clausewitz**. Paris, Gallimard, 1976.

ARON, Raymond. **Une histoire du vingtième siècle**. Paris: Plon, 1995.

ARON, Raymond. **What Is a Theory of International Relations?** Journal of International Affairs Vol. 21, No. 2 (1967), pp. 185-206. <<http://www.jstor.org/stable/24370059>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA [ABCP]. Disponível em:<<https://cienciapolitica.org.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

BADIE, Bertrand. **L'impuissance de la puissance**: Essai sur les nouvelles relations internationales, Paris: Fayard. 2004.

BARASUOL, Fernanda; SILVA, André Reis da. **International Relations Theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 59, n. 2, e005, 2016, disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S00347329201600200204&lng=en&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00347329201600200204&lng=en&nr m=iso)> Acesso em: 01 mai. 2017.

BARBÉ, Esther Izuel. Relaciones Internacionales. Editorial Tecnos. Madrid. 1995.

BADIE, Bertrand. **Raymond Aron, penseur des relations internationales**: Un penseur "à la française"? Études du CEFRES n° 5, 2005. 16p. 2005. <[halshs-01159889](https://halshs-01159889)>.

BOURDIEU, Pierre. **O senso pratico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **La Distinction**: Critique Sociale du Jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BARROS, Alexandre. El estudio de las relaciones internacionales en Brasil. In PERINA, Ruben (Org). **El estudio de las relaciones internacionales en America Latina y el Caribe**. Buenos Aires: GEL, 1985.

BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio. **Conversas com sociólogos brasileiros**. Editora 34, São Paulo, 2006.

BEAL, Marcos Antônio. **Entrevista com Fernando Henrique Cardoso**. pp.232-256. Rev. Política & Sociedade. v. 15, n. 34, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n34p232/33266>>. Acessado no dia 21/05/2016.

BERNAL-MEZA, Raúl. **América Latina en la conomía política mundial**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Contemporary Latin American thinking on International Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 59, n. 1, e005, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473292016000100205&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292016000100205&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 mai. 2017.

BUENO, Ironildes. **Blitzdiplomatie: redimensionando o lugar da Alemanha na gênese do desenvolvimentismo brasileiro (1933-1941)**. Brasília, 2003. 120p. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras Universitárias no Brasil: Uma Crítica para a Reformulação da Prática**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). Com-Arte, Curitiba: Editora da Universidade da Federal do Paraná (Editora da Universidade/UFPR), 2001.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso)>.

CAMPOS, Cinthia Regina; SILVA, Ricardo da. Explicando Mais e Melhor: A Aplicabilidade do Multimétodo para a Pesquisa em Relações Internacionais. In 10º Encontro da ABCP, 2016. Belo Horizonte. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/explicando-mais-e-melhor-aplicabilidademultimeto-para.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa: Memórias**. Topbooks, Rio de Janeiro, 1994.

CAMPOS, Roberto. **Elogio ao Bandeirante**. O Estado de S. Paulo (22/07/1969), p. 04. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

CAMPOS, Roberto. **Lanterna na Popa: As leis da política**. Folha de S. Paulo. 19/12/1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1912199902.htm>>, acessado em: 01/05/2016.

CANDEAS, Ana Paula Lucena Silva. **Juízes para o mercado?** Os valores recomendados pelo banco mundial para o judiciário em um mundo globalizado. Brasília, 2003. 174p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

CARR, Edward Hallett. **The twenty year's crisis 1919-1939: an introduction to the study of international relations**. New York, NY: Harper and Row, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Gilberto Freyre, perene**. *O Estado de S. Paulo* 05/08/2010. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,gilberto-freyre-perene,590481>>. Acessado em: 12/01/2017.

CASTRO, Augusto César Batista de. **Ordem e Governança Econômica no Pós-Guerra Fria: Do G7 ao G20**. 2011. 411 p. Tese (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

CAVALCANTI, Flavia Guerra. A construção da autonomia da disciplina de Relações Internacionais no Brasil. In 8º Encontro da ABCP, 2012. Gramado-RS. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em:

<<https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/02/construcao-autonomia-disciplina-relacoes-internacionais.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

CERVO, Amado Luiz. **A parceria inconclusa**: as relações entre Brasil e Portugal. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália**: o papel da diplomacia. Brasília, DF; São Paulo, SP: UnB: Inst. Italiano de Cultura, 1992.

CERVO, Amado Luiz. **Conceito Versus ideologia em relações internacionais**. Fundação Alexandre Gusmão; Thesaurus Editora. Brasília. 2009.

CERVO, Amado Luiz. **Conceitos em Relações Internacionais**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 51, n. 2, p. 8-25, Dec. 2008b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-7329200800020002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7329200800020002&lng=en&nrm=iso)>.

CERVO, Amado Luiz. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília, DF: Editora da UnB, 2000.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Le relazioni diplomatiche fra Italia e Brasile dal 1861 ad oggi**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1994.

CERVO, Amado Luiz. **O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)**. Coleção Temas brasileiros. v.21. Brasília, DF: Editora da UnB, 1981.

CERVO, Amado Luiz. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, Dec. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso)>.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso)>.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo, SP: McGraw-Hill do Brasil, 1972.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **A política externa brasileira, 1822-1985**. São Paulo, SP: Ática, 1986.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília, DF: UnB, 2012.

CERVO, Amado Luiz; DÖPCKE, Wolfgang (Org.). **Relações Internacionais dos Países Americanos**; vertentes da História. Brasília: Linha Gráfica, 1994.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das Caravelas**: As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000. Brasília: Edunb, 2000.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Org.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CHAPADEIRO; Sandra. **Ensino e Pesquisa de Relações Internacionais no Brasil**: Reflexões sobre a Internacionalização das Universidades Brasileiras em Tempos de Globalização. In 10<sup>o</sup> Encontro da ABCP, 2016. Belo Horizonte. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em:<<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/ensino-e-pesquisa-relacoes-internacionais-brasilreflexoes.pdf>>. Acesso em:01 mai. 2017.

COLEN, José Augusto. **Tucídides no século XX?**: Teoria e praxeologia em Raymond Aron. Relações Internacionais, Lisboa , n. 35, p. 23-34, set. 2012 .

Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992012000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000300002&lng=pt&nrm=iso)>.

CORNUT, Jérémie; DARIO Battistella. **Is French IR emerging? French IR scholars in the 2011 TRIP survey**. Revue française de science politique, Vol. 63, no 2, p. 303-336. 2013.

CRUZ, Sebastião Velasco & MENDONÇA, Filipe. O campo das relações internacionais no Brasil: situação, desafios, possibilidades. In MARTINS, Carlos Benedito; LESSA, Renato. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política**. São Paulo, SP: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: Barcarolla, 2010.

CUNHA, Ioneida Cavalcanti da. **Ideologia e Propaganda na Cooperação Brasil-Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial: O caso das empresas aéreas**. 2008. p. 161. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

DIAS JUNIOR, Antonio Carlos. **A sociologia política de Raymond Aron**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2013.

DIAS, Frederico Seixas. **As teorias e o papel das ideias nas relações internacionais**. Brasília, 2003. 216p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba: a política externa independente e a crise dos mísseis**. (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2004. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/107267>>.

DUARTE, Érico; CAMPOS, Tiago Cerqueira. A Inter-relação entre Demarcação Disciplinar e Projeto Curricular nas Relações Internacionais. In 8º Encontro da ABCP, 2012.Gramado-RS. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em:<<https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/doc>>

umentos/eventos/2017/02/inter-relacao-entre-demarcacao-disciplinar-e-projeto.pdf >. Acesso em: 01 mai. 2017.

ENCONTROS INTERNACIONAIS NA UNB. Alternativas políticas, econômicas e sociais até o final do século. Editora de Brasília, 1980.

FASSY, Amaury. **Golfo pérsico: Crises e conflitos**. Brasília, 1993. 236p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

FERREIRA, Ayran Ferreira. **Autonomia docente em cursos de graduação a distância na Universidade de Brasília (UnB)**. 2013, 120p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

FERREIRA, José de Jesus João. **Os interesses petrolíferos internacionais em Angola: Análise da influência do petróleo na vida econômica e política de Angola durante a Guerra Fria. (1975-1992)**. 2015. 110 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

FILHO, Francisco Gomes. **A paradiplomacia subnacional do Brasil: Uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**. 2011. 276 p. Tese (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

FRANCESCHINI, Adilson. **A concepção de história de Raymond Aron: um estudo crítico do Introduction à la philosophie de l'histoire (1938)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FRANCHINI NETO, Hélio. **A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962**. Rev. bras. Polít. int., Brasília, v. 48, n. 2, p. 129-151, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-7329200000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7329200000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 06 de setembro de 2016.

FRANCISCO, Alberto André Carvalho. **A política externa de Angola durante a Guerra Fria**. 2013. 129 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

FRIEDRISCHS, Jörg; WÆVER, Ole. Structure and strategy at the national and regional levels. In TICKNER, Arlene B ; WÆVER, Ole. **International Relations Scholarship Around the World**. Taylor & Francis e-Library, New York. 2009.

FRIEDRISCHS, Jörg. **European Approaches to International Relations Theory: A House with Many Mansions**, London: Routledge. 2004.

FRÓIO, Lílíana Ramalho. O Estado da Arte das Pesquisas em Relações Internacionais na América Latina. In 8º Encontro da ABCP, 2012. Gramado-RS. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017, disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/02/estado-arte-das-pesquisas-relacoes-internacionais-america.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

GASPAR, Carlos. **Revisitação de Paix et guerre entre les nations**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 35, p. 05-22, set. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-9199201200300001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-9199201200300001&lng=pt&nrm=iso)>.

GASPAR, Carlos. **Waltz, Morgenthau e Aron**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 39, p. 05-13, set. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992013000300001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000300001&lng=pt&nrm=iso)>.

GIMENEZ, Heloisa Marques. **Defesa nacional, segurança pública e relações internacionais sobre a Fronteira Bolívia-Brasil (2005-2014)**. 2015. 227 p. Tese. (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Sed quis custodiet ipso custodes?** O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá. 2008. 837 p. Tese. (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

GUSMÃO, Luiz Antônio. A produção de teses e dissertações de Relações Internacionais e áreas afins no Brasil. In 8º Encontro da ABCP, 2012. Gramado-RS. **Anais...** Gramado: Associação Brasileira de Ciência Política, 2017, disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/02/producao-teses-edissertacoes-relacoes-internacionais-e.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

GUSMÃO, Luiz Antônio. A publicação de teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco e o papel do Itamaraty na produção e na disseminação do conhecimento sobre relações internacionais no Brasil. In 10º Encontro da ABCP, 2016. Belo Horizonte; MG. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/04/publicacao-teses-curso-altos-estudos-instituto-rio-branco-e.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

HASSENER, Pierre. **La Terreur et L'Empire: La Violence et la Paix II**. Éditions du Seuil. 27, Rue Jacob, Paris VI. 2003.

HERZ, Mônica. **O Crescimento da área de relações internacionais no Brasil**. Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p.7-40, 2002, disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292002000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O arquivo utópico de Darcy Ribeiro**. Hist. cienc. Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 261-282, Mar. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702012000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000100014&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 02 mai. 2017.

HOLEINDRE, Jean-Vincent. **Raymond Aron e a sociologia das relações internacionais. Relações Internacionais**, Lisboa, n. 35, p. 35-45, set. 2012. Acessado em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992012000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000300003&lng=pt&nrm=iso)>.

HOLEINDRE, Jean-Vincent. **Raymond Aron, un classique de la pensée internationale?** Études internationales, vol. 43, n° 3, 2012, p. 321-338. Acessado em: <http://id.erudit.org/iderudit/1012809ar>.

HOPMANN, P. Terrence. **French Perspectives on International Relations after the Cold War.** Mershon International Studies Review, Vol. 38, No. 1, pp. 69-93. 1994. The International Studies Association. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2226111>>

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS [IPRI]. **Coleção Clássicos IPRI.** Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/i/index.php/colecao-classicos-ipri>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

JACKSON, Luiz Carlos. **Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969).** Tempo Social, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 115-130, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12537>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

JATOBÁ, Daniel. **Los desarrollos académicos de las Relaciones Internacionales en Brasil: elementos sociológicos, institucionales y epistemológicos.** Relaciones Internacionales, n. 22, 2013. Disponível em: <[http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/index.php?journal=Relaciones\\_Internacionales&page=article&op=view&path%5B%5D=438&path%5B%5D=329](http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/index.php?journal=Relaciones_Internacionales&page=article&op=view&path%5B%5D=438&path%5B%5D=329)>.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das relações internacionais: Inspirações sociológicas e contribuições da abordagem teórica do construtivismo.** Brasília, 2003. 154p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

JUDT, Tony. **O peso da responsabilidade.** Blum, Camus, Aron e o século XX francês. R.J, Objetiva, 2014.

JUDT, Tony. **Passado imperfeito.** Um olhar sobre a intelectualidade francesa do pós-guerra. S.P., Nova Fronteira, 2009.

JULIÃO, Taís Sandrim. **O Brasil no mundo e mundo no Brasil:** A formação de quadros, a produção de conhecimento e a construção da área de Relações

Internacionais. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2009.

JULIÃO, Taís Sandrim. **Teoria e história das relações internacionais: uma Escola Latino-Americana?** Revista Conjuntura Austral. Vol. 2, no. 7. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/21212/13195>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Touchstone, New York, 1994.

LAPOUGE, Gilles. **Na França, recorda-se a USP**. O Estado de S. Paulo. 14/07/1969, pp. 10-16. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

LEONEL FILHO, João Batista Bezerra da Silva. **Operação de manutenção da Paz na ONU**: A eficácia do emprego dos contingentes de tropas no Timor Leste, na República Democrática do Congo e no Haiti. 2010. 182 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

LESSA, Antônio Carlos. **Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil**: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). Revista Brasileira de Política Internacional, v. 48, n. 2, p. 169-184, 2005, disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292005000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In SARAIVA, José Flávio Sombra Saraiva & CERVO, Amado Luiz. **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005a.

LESSA, Antônio Carlos. **Trinta anos de Ensino de Relações Internacionais em nível de graduação no Brasil**. Meridiano 47: Journal of Global Studies, v. 6, n. 54, p. 7-9, 2005b. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2748>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

LIMA, Laura Morais Sales de. **A Política Externa Norte-Americana para a Indonésia: O Caso Timor Leste (1975-1999)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro (RJ), 2005.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. **Do Americanismo ao Universalismo: As transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964**. 2006. 122 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

LIMA, Mariana Fonseca. **Percepções sobre a interação entre defesa, diplomacia e inteligência no Brasil**. 2012. 174 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

LIMA, Erick Cavancanti Linhares. **Política Externa do vizinho distante: Estudo de caso da República Cooperativa da Guiana**. 2011. 172 p. Tese (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

LINKLATER, Andrew. **International Relations**. Critical Concepts in Political Science. (Ogr).Vol. 1. Routledge. Taylor & Francis Group. London, New York. 2001.

LOPES, Erasmo Modesto. **Interações entre atores privados das relações internacionais: cooperação e confronto entre organizações não-governamentais e empresas transnacionais**. 2004. 209p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962)**. Econ. soc., Campinas, v. 22, n. 2, p. 547-576. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-061820130002\\_00009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-061820130002_00009&lng=en&nrm=iso)>, acessado em 17/05/2017.

LUIIS, Camila Cristina Ribeiro. **Ao mar, navegar é preciso**: o pensamento estratégico da Marinha vis-a-vis à política externa brasileira. 2013. 142 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96027>>. Acessado em: 01/05/2017, as 02h01.

LYONS, M. Gene. Expandig **The Study of International Relations**: The French Connection. Cambridge University Press. World Politics, Vol. 35, No. 1, pp. 135-149. 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010283>.

MANZUR, Tânia Maria P. G. **A política externa independente (PEI)**: antecedentes, apogeu e declínio. Lua Nova, São Paulo, n. 93, p. 169-199, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452014000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000300007&lng=en&nrm=iso)>, acessado em 05/05/2017, as 00h01.

MARCONI, Cláudia Alvarenga; MAGALHAES, David Almstadter Mattar de; SOUZA, Marília Carolina Barbosa de. Os Exames Nacionais de Desempenho do Estudante de 2009 e 2012 para Relações Internacionais: as limitações de uma análise a partir dos Padrões de Qualidade para cursos de RI e do perfil do egresso. In 9º Encontro da ABCP, 2014. Brasília. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/exames-nacionais-desempenho-estudante-2009-e-2012-para.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações internacionais**: visões do Brasil e da América Latina. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; LIMA, Rafael Mesquita de Souza; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de. Metodologia e Relações internacionais na América do Sul: teorias e áreas. In 10º Encontro da ABCP, 2016. Belo Horizonte. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/metodologia-e-relacoes-internacionais-america-sul-teorias-e.pdf>>.

MEI, Eduardo. **Teoria da história e relações internacionais**: Dos limites da objetividade histórica à história universal em Raymond Aron. Dissertação. Tese (Doutorado em História) Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (UNESP), Franca, 2009.

MENDONÇA, Bruno Macêdo. **O conceito de sociedade internacional na teoria de relações internacionais contemporânea**. 2012. 172 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

MERLE, Marcel. **Sociologie des relations internationales**, Paris, 1988.

MERQUIOR, Jose Guilherme. **O liberalismo: antigo e moderno**. Rio de Janeiro, RJ. Nova Fronteira, 1991.

MERQUIOR, José Guilherme. **Não tenho vínculos com o poder**. O Estado de S. Paulo. 24/01/1982, pp. 06-07. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

MIYAMOTO, Shiguenoli. As relações internacionais como área do conhecimento. In POSSAS, Lídia Vianna; SALA, José Blanes. (Org). **Novos atores e relações internacionais**. Cultura Acadêmica: Oficina universitária, Marília, SP, 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas**. Revista de Sociologia e Política, 20: 103-114, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a9.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O estudo das relações internacionais no Brasil: O estado da arte**. Revista de Sociologia Política, v. 12, p. 83–98, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a05.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

MOREIRA, Felipe Kern. **A Percepção de ameaça na política de defesa Brasileira no pós-Guerra Fria**. 2004. 119p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

MOREIRA, Felipe Kern. **Construção teórica do Conceito de Legitimidade no Direito Internacional**. A Inaplicabilidade da norma fundamental da teoria pura do direito de Hans Kelsen. 2009. 592 p. Tese. (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

MOURIC, Joël. **Paix et guerre entre les nations que lições para os europeus?**. Relações Internacionais, Lisboa , n. 35, p. 47-55, set. 2012 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992012000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000300004&lng=pt&nrm=iso)>.

MÜLLER, Detlef; RINGER, Fritz; SIMON, Brian. The process of systematisation: the case of German secondary education. In: **Rise of the Modern Educational System: Structural Change and Social Reproduction, 1870-1920**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 15–52.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. **A política externa de Rio Branco e a Argentina: A aproximação no subsistema sul-americano e afastamento no sistema internacional (1902-1912)**. 2010. 146. p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

NACIMENTO, Isaura Rodrigues. **Globalização ambiental, organizações não governamentais e redes na Amazônia**. 2011. 256 p. Tese. (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

NASCIMENTO, Raphael Oliveira do. **Ideias, Instituições e política externa no Brasil de 1945 a 1964**. 2005. 141p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

NETO, Álvaro Panazzolo. **As políticas de reaparelhamento da FAB: Associações entre política externa brasileira e Forças Armadas**. 2013. 121 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. **Política externa e política de defesa: uma epifania pendente**. 2012. 128 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

OLIVEIRA, Fernando Moreno Martim de. **Redes narcotraficantes e integração paralela na região amazônica**. 2006. 139 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, Wellington Amarante. **Telecurso 2º Grau: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981**. 2011. 167p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, campus Assis.

ONUJI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio (2010). A produção da pós-graduação no Brasil: breve avaliação. In POSSAS, Lídia Vianna; SALA, José Blanes. (Org). **Novos atores e relações internacionais**. Cultura Acadêmica: Oficina universitária, Marília, SP, 2010.

PEREIRA, José Mário. O Fenômeno Merquior. SILVA, Alberto da Costa. **O Itamaraty na cultura brasileira**. Rio de Janeiro, RJ. Francisco Alves, 2002.

PERES, Eugênio Marcello Borges. **O princípio da solução pacífica dos conflitos na identidade internacional do Brasil**. 2006. p. 173. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

PERINA, Ruben (Org). **El estudio de las relaciones internacionales en America Latina y el Caribe**. Buenos Aires: GEL,1985.

PICANÇO, Alessandra de Assis. **Educação à distância e outros nós: Uma análise das teles salas e Telecurso 2000 coordenadas pelo Sesi na Bahia**. 2013, p.136. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

PIMENTA DE FARIA, Carlos Aurélio. **Teaching and research on foreign policy in the field of international relations of Brazil**. Brazilian Journal of

Strategy & International Relations, v.1, n.2, p.p.95-128,2012, disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/30695>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **Posições do Brasil no conselho de segurança da ONU durante a década de 90**: Reordenamento mundial e inserção internacional. Brasília, 2002. 113p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **Julio de Mesquita Filho**. Coleção Educadores. Editora Massangana. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 2010.

POSSAS, Lídia Vianna; SALA, José Blanes. (Org). **Novos atores e relações internacionais**. Cultura Acadêmica: Oficina universitária, Marília, SP, 2010.

RAMANZINI, Isabela Gerbelli Garbin; FERREIRA, Marrielle Maia Alves. Direitos humanos no curso de Relações Internacionais: “mas, pra quê”? In 9º Encontro da ABCP, 2014. Brasília. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em:<<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/direitos-humanos-curso-relacoes-internacionais-mas-pra-que.pdf>>.Acesso em:01 mai. 2017.

RAMIREZ, Francisco; BOLI, John. **The Political Construction of Mass Schooling: European Origins and Worldwide Institutionalization**. Sociology of Education. American Sociological Association, v. 60, p. 2–17, 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2112615>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

RAMON-FERNANDES, Vítor. **Ontologia e epistemologia da ordem internacional em Raymond Aron**. Relações Internacionais, Lisboa , n. 45, p. 111-122, mar. 2015 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992015000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000100007&lng=pt&nrm=iso)>.

RAMOS, Danielly Silva. **O Brasil e a República Popular da China**: Política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). 2006. 402 p. Tese. (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

RAYMOND ARON NA UNB: conferencias e comentários de um Simpósio Internacional realizado de 22 a 26 de setembro de 1980. Editora da UnB, Brasília, 1980.

REIS, Elisa Pereira. **Sociologia política e processos macro-históricos**. Sociologias, Porto Alegre, v. 17, n. 38, p. 18-43, Apr. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222015000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000100018&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 20/02/2017.

REIS, Oswaldo Dehon Roque. **Ordens regionais, segurança e defesa em perspectiva comparada: Europa e Cone Sul**. 2008. 248 p. Tese. (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

RICHE, Flavio Elias. **A Guinada Quântica no Pensamento de Alexandre Went e suas implicações para a teoria das relações internacionais**. 2012. 323 p. Tese (Doutorado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

RÓNAI, Cora. **Ideias**: um livro de entrevistas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, (Cadernos da UnB), 1981.

SALOMON, Mónica. Centro, **Periferia y la recepción de la Teoría de las Relaciones Internacionales en Brasil**. Relaciones Internacionales, [S.l.], n. 24, oct. 2013. ISSN 16993950. Disponible en: <[http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/index.php?journal=Relaciones\\_Internacionales&page=article&op=view&path%5B%5D=466](http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/index.php?journal=Relaciones_Internacionales&page=article&op=view&path%5B%5D=466)>.

SANTOS, Denise Zaiden. **Diplomacia e as Forças Armadas: Percepções de ameaça no entorno andino-amazônico**. 2009. 169 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

SANTOS, Julio Cesar Borges dos. **A evolução da ideia de governança global e sua consolidação no século XX**. 2006. p. 115. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

SANTOS, Norma Breda dos. **História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área**. História. Franca, v. 24, n. 1, p. 11-39, 2005, disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742005000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

SANTOS, Norma Breda dos; FONSECA, Fúlvio Eduardo. **A pós-graduação em relações internacionais no Brasil**. Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 353-380, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292009000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292009000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Relações internacionais contemporâneas: Da construção do mundo liberal à globalização**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SARAIVA, José Flavio Sombra. Pesquisa em Relações Internacionais no Brasil. In AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; ALBRES, Hevellyn Menezes (Org.) **Relações Internacionais: pesquisa, práticas e perspectivas**. Cultura Acadêmica: Oficina universitária, Marília, SP, 2012.

SATO, Eiiti. As relações internacionais como área de conhecimento e sua consolidação nas instituições de ensino e pesquisa. In POSSAS, Lídia Vianna; SALA, José Blanes. (Org). **Novos atores e relações internacionais**. Cultura Acadêmica: Oficina universitária, Marília, SP, 2010.

SATO, Eiiti. Prefácio à Nova Edição Brasileira. 2001. In **Vinte anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Trad. Luiz Alberto Machado. Brasília. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2ª Edição, Setembro de 2001.(Clássicos IPRI, 1).

SELIS, Lara Martim Rodrigues. **Deslimites da razão: Um estudo sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz**. 2011. 184p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília

SILVA, Gilberto Antonio Duarte. **O Conceito de Rule of Law nas relações internacionais:** Direitos Humanos e restrições à liberdade de navegação nos oceanos. 2015. 139 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da; DALL'AGNOL, Augusto César. Ensino e Pesquisa de Relações Internacionais no Brasil: Reflexões sobre a Internacionalização das Universidades Brasileiras em Tempos de Globalização. In 10º Encontro da ABCP, 2016. Belo Horizonte. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/ensino-e-aprendizagem-nas-disciplinas-historia-das-relacoes.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Turbulência Política Interna e Política Externa Durante o Governo Castello Branco (1964-1967).** 2010. 95 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

SOUZA, Jessé. **Em defesa da sociologia:** O economicismo e a invisibilidade das classes sociais. Revista Brasileira de Sociologia. V.01. Nº1. 2013. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/27/7>>. Acessado em: 01 mai. 2017.

SUCHA, Carlos Roberto. **Defesa do estado:** Auto-imagem, motivação e comportamento. Brasília, 2003. 158 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

TEIXEIRA, Guilherme de França. **A República Popular da China e o Fundo Monetário Internacional:** De coadjuvante a ator protagonista (1945-2011). 2013. 146 p. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

TICKNER, Arlene B.; WÆVER, Ole. **International Relations Scholarship Around the World.** Taylor & Francis e-Library, New York. 2009.

TOSTES, Ana Paula; SILVA, Lucca Viersa Barros; CHAVES, Luisa Maria Barros da Silva. Um panorama dos cursos de pós-graduação em Relações

Internacionais no Brasil no período de 2005-2015. In 10<sup>o</sup> Encontro da ABCP, 2016. Belo Horizonte. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em:<<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/panorama-dos-cursos-pos-graduacao-relacoes-internacionais.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Projeto Pedagógico do Curso Relações Internacionais**. 2013. Disponível em:<[https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/PPC\\_Relacoes\\_Internacionais\\_dez\\_2013.pdf](https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/PPC_Relacoes_Internacionais_dez_2013.pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

VIGEVANI, Tullo; THOMAZ, Laís Forti; LEITE, Lucas Amaral Batista. **Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil: Anotações sobre sua institucionalização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 31, N<sup>o</sup> 91. 2016. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092016000200504&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092016000200504&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 02 mai. 2017.

VÖLZ, Josué Kuhn; SOARES, Yndira Coelho. As Relações Internacionais no Brasil sob a lente dos periódicos nacionais: uma análise da produção científica da Revista Brasileira de Política Internacional e da Revista Contexto Internacional (2005-2015). In 10<sup>o</sup> Encontro da ABCP, 2016. Belo Horizonte. **Anais...** Associação Brasileira de Ciência Política, 2017. Disponível em:<<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/relacoes-internacionais-brasil-sob-lente-dos-periodicos.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

## Documentos

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <[www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/)>. Acesso em: 01 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco: 1951**. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em: <<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco: 1952**. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em: <<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco: 1953-1954-1955**. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em: <<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco: 1956-1957**. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em: <<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco: 1958-1959-1960**. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível

em:< <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1961-1962-1963. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:< <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1964-1965. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1966-1967. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1968-1969. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1970. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1971. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan.2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1973. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1974. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1975. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1976. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1978-1979-1980. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1981. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1983. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1984. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1985. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

w.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1986. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1987. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1988. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 1989-1990. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 2013. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Anuário do Instituto Rio Branco**: 2014. Serviço de Publicações. Brasília. Disponível em:<<http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/anuario.xml>>. Acessado em: 02 de jan. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). **Ciência Política e Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4661-ciencia-politica-e-relacoes-internacionais>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes) **Introdução**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). **Documento de Área: Ciência Política e Relações Internacionais**. 2016. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/39\\_cpol\\_doc\\_area\\_2016.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/39_cpol_doc_area_2016.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2017.

YALE UNIVERSITY LIBRARY DIGITAL REPOSITORY. **Henry A. Kissinger papers, part II. Series I**. Early Career and Harvard University, Box: 280 Folder: 5. Acessado em <<http://findit.library.yale.edu/catalog/digcoll:563953>>. Disponível em: 01 de maio de 2016, as 23h02.

YALE UNIVERSITY LIBRARY DIGITAL REPOSITORY. **Henry A. Kissinger papers, part II. Series I**. Early Career and Harvard University. Acessado em: <<http://findit.library.yale.edu/catalog/digcoll:558658>>, disponível em: 01 de maio de 2016, as 23h02.

YALE UNIVERSITY LIBRARY DIGITAL REPOSITORY. **Henry A. Kissinger papers, part II. Series I**. Early Career and Harvard University. Box, 221, Folder: 01. American Consulte General, Recife (PE), nº 190. Subject: Visit of Dr. Henry Kissinger to Recife, June 14-16, 1962. Foreign Service Dispatch. The Department of State, Washington (D.C.). Acessado em <<http://findit.library.yale.edu/catalog/digcoll:2222953>>. Disponível em: 01 de maio de 2016, as 23h02.

YALE UNIVERSITY LIBRARY DIGITAL REPOSITORY. **Henry A. Kissinger papers, part II. Series Title: Series III. Post-Government Career**. Box: 713 Folder: 9. Folder. Foreword to Memoirs: Fifty Years of Political Reflection by Raymond Aron, Jan 1990. Acessado em <<http://findit.library.yale.edu/catalog/digcoll:56390003>>. Disponível em: 01 de maio de 2016, as 23h02.

## JORNAIS

CORREIO DA MANHÃ. **Aron diz que marxismo é obstáculo à coexistência.** 14/09/1962, p. 03. Biblioteca Nacional Digital Brasil, Fundação Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.asp> x>, acessado em: 12/03/2017.

CORREIO DA MANHÃ. **Informação.** 15/09/1962, p. 09. Biblioteca Nacional Digital Brasil, Fundação Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>, acessado em: 12/03/2017.

CORREIO DA MANHÃ. **Professor da Sorbonne vem ao Brasil,** 09/08/1962, p. 04. Biblioteca Nacional Digital Brasil, Fundação Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>, acessado em: 12/03/2017.

CORREIO DA MANHÃ. **Raymond Aron chega para dar conferências.** 13/09/1967, p. 03. Biblioteca Nacional Digital Brasil, Fundação Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>, acessado em: 12/03/2017.

O ESTADO DE S. PAULO (Jornal). **Brasília oferece novo curso.** Edição: 07/12/1973, p. 18. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO (Jornal). **Relações internacionais pode ser curso da UnB em 1975.** Edição: 07/04/1974, p. 28. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Brasília oferece novo curso.** Edição: 07/12/1973, p. 18. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Relações internacionais pode ser curso da UnB em 1975.** Edição: 07/04/1974, p. 28. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **A nação: Uma semana.** 13/05/1962, p. 06. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Chega ao Rio o sociólogo Raymond Aron.** 13/09/1962, p. 07. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Hermes Lima recebeu Raymond Aron.** 20/09/1962, p. 09. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Mestre Francês aguardado hoje no Rio.** 12/09/1962, p. 06. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Prêmio dos Embaixadores a Raymond Aron.** 18/10/1962, p. 10. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Raymond Aron fará conferências no Brasil.** 13/08/1962, p. 07. Acervo Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Instituições em frangalhos.** 13/12/1968, p. 02. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,instituicoes-em-frangalhos,1146321>>. Acessado em: 02/01/2017.

## APÊNDICE

### Entrevista com o diplomata Paulo Roberto de Almeida

*Raymond Aron: uma influência decisiva em minha formação*

Paulo Roberto de Almeida, Diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IPRI), vinculado à Fundação Alexandre Gusmão (Funag), do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). ([www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org); <http://diplomatizzando.blogspot.com>).

Brasília, 18 de fevereiro de 2018 <sup>33</sup>

**Antonio Carlos Dias Junior e Denizar Amorim Azevedo:** *Como se deu o seu primeiro contato com Raymond Aron ou com a sua obra? Em quais circunstâncias?*

**Paulo Roberto de Almeida:** Meu primeiro contato com a obra e o pensamento de Raymond Aron se deu ainda em meados dos anos 1960, jovem adolescente frequentando o “colegial” (ou seja, a segunda etapa do secundário, ou curso médio, depois do ginásial, no então chamado “clássico”, em contraposição ao “científico”, preparatório ao terceiro ciclo de estudos), mas já leitor de obras típicas dos cursos universitários em humanidades. Estudando de noite e trabalhando de dia, eu comprava o jornal “reacionário” O Estado de S. Paulo todos os fins de semana, especialmente aos domingos, interessado nos suplementos culturais do sábado, e nos grandes artigos internacionais do domingo. Minha atenção para os temas internacionais tinha sido despertada

---

<sup>33</sup> Entrevista realizada com a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (CEP/UNICAMP). O CEP/UNICAMP aprovou o projeto de pesquisa no dia 26 de junho de 2017, com o parecer nº 2.138.045; com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 67863417.1.0000.5404. Agradecemos ao diplomata Paulo Roberto de Almeida em participar da pesquisa. Agradecemos também ao diplomata Celso Lafer e ao cientista político Vamireh Chacon, que também aceitaram participar da pesquisa e cujas entrevistas serão utilizadas em trabalhos futuros.

pouco tempo antes por uma palestra do cientista político e editorialista do Estadão Oliveiros da Silva Ferreira, feita ainda no ginásio (em 1964 ou 1965), sobre a crise dos foguetes soviéticos em Cuba e o contexto geral da Guerra Fria. A partir desse momento, passei a comprar o Estadão nas bancas, todo fim de semana, e passava as tardes lendo e estudando os grandes artigos traduzidos de grandes intelectuais internacionais. Entre eles se encontrava obviamente Raymond Aron, e ao que me lembre eram artigos traduzidos do semanário L'Express ou de outros periódicos publicados na França. Nessa época, eram poucas as revistas brasileiras sobre temas internacionais, e eu ignorava obviamente a existência da Revista Brasileira de Política Internacional, publicada no Rio de Janeiro desde 1958, mas que não circulava nos circuitos comerciais de varejo. Foi nas páginas do Estadão de domingo, portanto, que eu tomei contato, pela primeira vez, com os artigos eruditos de Raymond Aron e de Roberto Campos, duas leituras obrigatórias, ainda que com grandes restrições de caráter ideológico, uma vez que eu me considerava um aderente precoce da doutrina marxista, e portanto “inimigo” do pensamento de “direita” representado pelos dois intelectuais. Este foi o meu primeiro contato com as ideias “direitistas” de Raymond Aron, intelectual que nunca deixei de ler, mesmo tentando me contrapor, como também era o caso em relação a Roberto Campos, aos seus argumentos enquadrados no pensamento geopolítico da Guerra Fria, durante a qual eu mantinha um posicionamento anticapitalista, mesmo sem necessariamente aderir ao comunismo de tipo soviético, que sempre desprezei.

**ACDJ e DAA:** *Em sua opinião, qual a influência do pensamento de Aron tendo em vista as temáticas intelectuais às quais ele se dedicou?*

**PRA:** Posso dizer que essa influência foi enorme, mesmo a contragosto, se ousar dizer, uma vez que, numa primeira fase, o marxismo juvenil, de certo modo ingênuo, me levava a considerar que o lado correto era o do intelectual esquerdista Jean-Paul Sartre, não o de Raymond Aron, classificado entre os partidários da “direita”. Pouco antes de sair do Brasil, no final de 1970, em direção à Europa, eu já considerava indispensável ler suas obras, que conhecia de nome, mas que ainda não havia lido nem em francês – língua que eu dominava mal – nem em eventuais traduções em português, que ignorava existir. Sabia de seus livros resultantes das aulas na Sorbonne desde meados dos anos 1950, mas não tinha tido ainda oportunidade de ler.

Estimo que sua influência foi apenas parcialmente importante, no conjunto da academia até o final dos anos 1960, ou até mais além, uma vez que as humanidades no Brasil sempre estiveram bem mais vinculadas ao pensamento marxista do que às teses e argumentos “atlantistas” ou “liberais” de intelectuais como Raymond Aron ou, no caso, brasileiro, Roberto Campos, Eugênio Gudin, ou outros. Ainda se achava basicamente correta a postura de “estar errado com Jean-Paul Sartre, em lugar de acertar com Raymond Aron”, e 1968 era considerado um passo na direção correta, a de recusar a sociedade burguesa e construir uma sociedade solidária; esta não estava alinhada com as posturas do comunismo tradicional, mas sim com a Escola de Frankfurt, com Herbert Marcuse, com Wilhelm Reich e outros teóricos libertários.

Na época “áurea” da Guerra Fria, Raymond Aron estava estritamente alinhado com os esquemas atlantistas da OTAN e dos EUA, então envolvidos na guerra do Vietnã, e portanto condenados por toda a esquerda mundial, da qual, uma parte pelo menos apoiava a “revolução cultural” da China de Mao, considerada uma etapa superior de construção do comunismo, acima do burocratismo do sistema soviético. Nesse contexto, Aron era cultivado apenas num pequeno círculo de iniciados, uma vez que a maior parte dos acadêmicos se alinhava com as posições “progressistas” da esquerda ocidental.

**ACDJ e DAA:** *Aron ainda pode ser considerado, em termos intelectuais, autor atual e influente?*

**PRA:** Absolutamente: todas as suas obras, sejam as de filosofia da história, ou as de sociologia industrial, e ainda as de geopolítica no contexto das doutrinas realistas, são pertinentes e indispensáveis a um debate intelectual da mais alta qualidade sobre os problemas sociais, políticos e geopolíticos das sociedades contemporâneas, mesmo no pós-Guerra Fria, uma vez que as características e tendências fundamentais da geopolítica mundial, e das sociedades industriais permanecem válidas mesmo após o declínio irresistível dos projetos socialistas de cunho marxista-leninista. Aron preserva uma lucidez impressionante em relação ao simples debate entre liberais e socialistas de cunho reformista (lassalianos, fabianos, ou seja II Internacional), e mantém coerência em relação às escolhas fundamentais que devem ser feitas no plano interno (democracia de mercado) e no contexto internacional (defesa dos valores ocidentais, contra propostas autoritárias de ordenamento político e social).

**ACDJ e DAA:** *Quando aluno, Aron aparecia como bibliografia nos cursos de graduação e/ou pós-graduação que você frequentou? Como professor, você utiliza ou utilizou obras de Aron como bibliografia em cursos de graduação e/ou pós-graduação? Nos dois casos, quais obras?*

**PRA:** Frequentando cursos de Ciências Sociais no Brasil (USP) e no exterior (ULB, em Bruxelas), não me lembro de ter sido recomendado expressamente a ler Raymond Aron, mas como ele era uma referência indispensável nos debates políticos da época, fui levado a buscar voluntariamente seus livros sobre a sociedade industrial, e seus debates com os intelectuais marxistas. Nessa época, início dos anos 1970, ainda procurava me alinhar mais com os autores marxistas (sobretudo da Europa ocidental), mas nunca deixei de ler Raymond Aron, como o contraponto necessário aos argumentos dessa linha. Junto com Aron, lia Karl Popper e outros “liberais”, embora tendesse a aderir bem mais às teses anticapitalistas dos socialistas franceses e ingleses, tipo Nikos Poulantzas, Christopher Hill, Perry Anderson e outros. Aron era o antagonista preferido de toda essa tropa de marxistas acadêmicos, aos quais eu aderiria residualmente, sem deixar de me referir a Aron (ou Alain Peyrefitte, por exemplo) em sua contestação às principais teses dos esquerdistas. Aos poucos, Aron deixou de ser o “inimigo ideológico” para se converter no “adversário político”, mais adiante convertido em “interlocutor indispensável”, nas reflexões sobre as vias abertas às sociedades do Ocidente e as do Terceiro Mundo.

**ACDJ e DAA:** *Durante sua segunda visita ao Brasil, em 1980, Aron foi a figura central do simpósio “Raymond Aron na UnB”. Em relação ao homenageado, em sua opinião e tendo em vista o contexto da época, quais as principais motivações para o convite? Em que medida, tais motivações teriam estado ligadas ao contexto político nacional (início do processo de redemocratização) e ao contexto internacional, ainda marcado pela tensão bipolar entre os EUA e a URSS - para além das questões propriamente intelectuais?*

**PRA:** Nessa fase, início dos anos 1980, eu já tinha ingressado na carreira diplomática (desde 1977) e me encontrava em postos no exterior, de 1979 a 1984, entre Berna e Belgrado, e tinha retomado minha tese de doutoramento em sociologia política, iniciada em 1976, mas interrompida em 1977 na volta ao Brasil. Posso dizer que Aron foi decisivo no plano puramente bibliográfico, pois passei todos esses anos lendo uma enorme bibliografia em história e sociologia, para completar uma tese sobre as revoluções burguesas, mas num sentido totalmente contrário ao que tinha quando fiz o projeto e iniciei os trabalhos entre 1976 e 1977. Não só Aron, mas Weber, Fernando Braudel, Barrington Moore Jr., Albert Hirschman, os revisionistas históricos sobre as revoluções burguesas, influenciaram minha conversão do marxismo acadêmico a uma análise mais realista dos processos políticos e sociais que levaram as sociedades do Ocidente moderno a sistemas políticos pluralistas e abertos. Aron, entre vários outros, foi essencial nessa revisão interpretativa sobre a natureza do poder político e suas relações com a base social e econômica no processo de modernização contemporânea.

Não tomei conhecimento da vinda de Raymond Aron ao Brasil senão depois de 1985, ao retomar ao Brasil e começar a dar aulas na UnB e no Instituto Rio Branco (a academia diplomática do Itamaraty) de sociologia

política, exatamente. Aron era, não preciso dizer, uma referência indispensável, junto com Weber, Marx e outros teóricos, na construção das aulas e nas reflexões sobre nossa transição democrática pós-regime militar. Foi nesse momento que abandonei completamente os esquemas marxistas de reflexão em favor de uma visão mais eclética, inevitavelmente influenciada por intelectuais como Raymond Aron.

**ACDJ e DAA:** *Também à época de sua segunda visita, a Editora da UnB traduziu e publicou a principal obra de Aron dedicada ao tema das relações internacionais, Paz e Guerra entre as nações, além de diversos outros títulos de autores tidos como conservadores ou liberais. Em sua opinião, qual a importância deste esforço editorial tendo em vista o ambiente intelectual brasileiro da época?*

**PRA:** O esforço empreendido no âmbito da UnB, sobretudo por um dos integrantes do Conselho Editorial da Editora da UnB, o diplomata Carlos Henrique Cardim, foi absolutamente magnífico, no sentido de trazer ao Brasil as mais importantes obras do pensamento político e de relações internacionais, até então inacessíveis ao público local, em especial os cientistas sociais brasileiros. Simplesmente não se tinha acesso a essas obras, a não ser trazidas do exterior pelos próprios acadêmicos que estudavam fora, mas os estudantes estavam praticamente excluídos desse universo. De repente, no espaço de poucos anos – primeira metade dos anos 1980 – todas essas obras ficaram disponíveis, com traduções de qualidade, feitas por diplomatas e professores. Se quisermos mensurar esse aporte em termos de PIB intelectual, pode-se dizer que a riqueza intelectual trazida por essas edições se situou na faixa de 10 a 20% de acréscimos bibliográficos, senão mais. Mas não só as edições: a própria presença de eminentes intelectuais trazidos para debates

peçoais com acadêmicos brasileiros representou um empreendimento intelectual até hoje inigualado nas proporções que essas iniciativas da UnB representaram à época e nos anos subsequentes. A série “[Fulano] na UnB” ofereceu uma apresentação sintética do pensamento de cada um dos intelectuais trazidos ao Brasil, que pode ser considerada inédita no plano mundial, uma vez que não existe depoimentos do gênero dos que foram feitos na UnB nas edições estrangeiras.

**ACDJ e DAA:** *O livro ‘Paz e Guerra entre as nações’ foi adotado pelo MEC como leitura obrigatória nos cursos de graduação em relações internacionais a partir dos anos 2000. Como você avalia a influência desta obra em particular para o campo das RI? Aron pode ser considerado um autor original ou influente a partir das reflexões contidas no livro?*

**PRA:** Os poucos geopolíticos existentes no Brasil, mas muitos outros professores de relações internacionais, são obrigados a recorrer ao pensamento de Aron, pois ele é incontornável no debate a respeito das grandes questões da guerra e da paz no plano mundial. A bibliografia necessariamente parte de Morgenthau e vai diretamente a Aron, como referência indispensável na discussão da temática geopolítica. O seu realismo “frio”, construído a partir de uma potência de primeiro plano, mas diminuída depois dos conflitos napoleônicos (clauswitzianos) e sobretudo com a ascensão da Alemanha, oferece um contraponto necessário à bipolaridade da era nuclear capitaneada pelos EUA e pela União Soviética. Nesse contexto bipolar, a França foi a nação que escolheu ter uma defesa própria, independente do campo ocidental, e com isso representa um tipo de soberanismo geopolítico talvez adequado a um país como o Brasil, também cioso de sua autonomia em relação aos blocos então existentes.

**ACDJ e DAA:** *Ainda no campo dos estudos das relações internacionais, Aron alinha-se à tradição dos pensadores realistas. Poderíamos vislumbrar afinidades eletivas entre o pensamento reinante no Itamaraty, cuja origem remete a Paulino Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai - leitor sistemático de Tocqueville, e as posições liberais que Aron sustentou ao longo do século XX?*

**PRA:** Aron era o que eu chamo de “realista flexível”, ou seja, consciente de que o equilíbrio entre grandes potências e potências médias, ainda que fortes (como a França), não poderia ser estudado e considerado apenas com base em premissas teóricas, mas sobretudo com base num itinerário específico no plano das experiências concretas. Essa era, também, a perspectiva de Tocqueville, que estudou os Estados Unidos em sua dimensão própria, ainda que contrapondo suas estruturas políticas e sociais às de sua França e Europa aristocráticas – ainda que transformadas, ambas, pelas grandes rupturas da revolução e da era napoleônica – e podia assim fazer uma análise original da formação política e social americana, apontando-a como o futuro da Europa igualmente (no que estava enganado). Aron tinha plena consciência do quantum de liberdade que os homens e as sociedades dispõem para determinar o seu futuro, e não alimentava nenhum determinismo fatalístico quanto a isso. Sua compreensão da doutrina marxista, e também da weberiana, o habilitava a distinguir os imponderáveis da história.

Nisso, ele foi totalmente distinto dos demais intelectuais franceses (ou de quaisquer outros países) de gabinete, pois temperava suas leituras dos clássicos e contemporâneos com uma reflexão original sobre os itinerários concretos das sociedades. Importante nessa originalidade teórico-prática foi a sua estada na Alemanha no início dos anos 1930, quando assistiu à ascensão

do nazismo, constatando a deriva de algumas sociedades para o populismo, a demagogia, o autoritarismo e outras falácias e tragédias, o que o colocou à frente de todos os demais intelectuais puramente acadêmicos. Sua estada em Londres, durante a guerra, também foi importante ao dar uma dimensão eclética ao seu pensamento, absolutamente original no contexto francês.

Não estou habilitado a avaliar, por não conhecer, essa influência de Tocqueville nas concepções do grande diplomata que foi Paulino Soares de Souza, certamente um dos maiores diplomatas do Império, junto com Miguel da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Todos eles foram realistas flexíveis, podendo ser considerados, nesse sentido, “aronianos avant la lettre”, como também o foi o filho do Visconde, o Barão do Rio Branco, menos doutrinário do que Rui Barbosa, por exemplo. Nenhum deles têm sucessores claros no século XX, a não ser parcialmente: Oswaldo Aranha, um realista sem qualquer elaboração doutrinal (a não ser um estrategista instintivo), San Tiago Dantas, um pensador original, infelizmente desaparecido precocemente, e talvez Roberto Campos, um realista da tecnocracia planejadora antes de se converter em um liberal pragmático; pode-se agregar o nome de José Guilherme Merquior, mas este bem mais no terreno teórico do que prático. Todos eles passaram a integrar plenamente minhas reflexões de natureza política, econômica e geopolítica, e meus escritos.